

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)

TESE

**De situações problemáticas a problemas públicos:
reivindicações, críticas e denúncias no cotidiano de famílias “assentadas” e
“quilombolas” no município de Camamu - Bahia**

Sandra Aparecida Kitakawa Lima

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

**DE SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS A PROBLEMAS PÚBLICOS:
REIVINDICAÇÕES, CRÍTICAS E DENÚNCIAS NO COTIDIANO DE
FAMÍLIAS “ASSENTADAS” E “QUILOMBOLAS” NO MUNICÍPIO DE
CAMAMU - BAHIA**

SANDRA APARECIDA KITAKAWA LIMA

*Sob a orientação da professora
Claudia Job Schmitt*

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Ciências** no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2015**

320.6098142
L732d
T

Lima, Sandra Aparecida Kitakawa.

De situações problemáticas a problemas públicos: reivindicações, críticas e denúncias no cotidiano de famílias “assentadas” e “quilombolas” no município de Camamu – Bahia / Sandra Aparecida Kitakawa Lima, 2015.
149 f.

Orientadora: Claudia Job Schmitt.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia:138-149

1. Políticas e ações públicas - Teses. 2. Pobreza rural - Teses. 3. Ação coletiva – Teses. I. Schmitt, Claudia Job. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Sandra Aparecida Kitakawa Lima

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências.

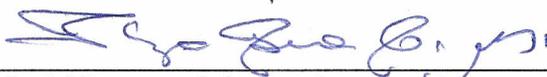
Tese aprovada – 21/12/2015



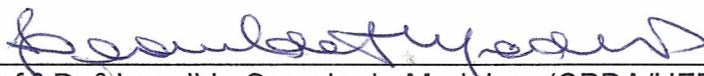
Prof.^a Dr.^a Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Jussara Freire (UFF)



Prof.^a Dr.^a Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. Valter Lúcio de Oliveira (UFF)

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Myuki e Dorival, que sempre apoiaram minhas escolhas e decisões com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Nessa longa caminhada, muitas pessoas e instituições contribuíram para que eu conseguisse realizar esse trabalho. De forma especial, agradeço ao meu querido companheiro, Vili, pelo carinho, compreensão e incentivo cotidiano desde o início dessa jornada. Obrigada por compartilhar todas as alegrias e as incertezas na construção dessa tese e também da minha vida. Você é o meu melhor achado!

Da mesma forma, agradeço imensamente à minha orientadora Claudia Schmitt pelo comprometimento, apoio e dedicação desde os primeiros meses de orientação. Obrigada por abrir sempre novos horizontes e compreender minhas escolhas. Sua sensibilidade e solidariedade nos momentos mais turbulentos da minha vida permearam meu trabalho e minha vida, possibilitando a materialização dessa tese. Expresso minha imensa admiração e gratidão!

Agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao CPDA pela oportunidade de completar um curso de doutorado em uma universidade pública e de qualidade. Ao CNPq, pela bolsa de estudos que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores e funcionários do CPDA, agradeço pelo apoio e pela dedicação constante. Em especial, ao Prof. Renato Maluf pela participação no projeto de pesquisa sobre mudanças climáticas e na banca de qualificação do projeto de tese. À Prof^a Leonilde Medeiros pelas contribuições e indagações na disciplina “Seminário de Pesquisa” e na banca de qualificação do projeto. Obrigada por aceitar, mais uma vez, ler e avaliar meu trabalho, e contribuir na sua construção.

Agradeço às professoras Jussara Freire e Thereza Menezes que gentilmente aceitaram participar da leitura e da avaliação desse trabalho, mesmo em uma data pouco atrativa. Ao professor Valter Oliveira que me incentivou a participar do processo de seleção de doutorado do CPDA e, agora, compor a banca de avaliação. Ao Prof. Fábio Mota por compor a banca de avaliação do projeto e por me acolher nas suas aulas na UFF, que foram fundamentais na elaboração dessa tese.

À minha família, pela confiança, apoio constante e compreensão das inúmeras ausências.

Aos meus colegas e amigos do CPDA, expresso minha gratidão por compartilhar conhecimentos e momentos alegres e inesquecíveis. Em especial, a minha amiga Josi de longa caminhada. E aos meus queridos amigos Júnior, Simone, Bruno, Serginho e Socorro por me acolherem e transformarem meus dias mais alegres no Rio. Vocês fizeram toda a diferença e guardo cada um em meu coração.

À todas pessoas do Território Baixo Sul Baiano, principalmente, em Camamu, que contribuíram de diferentes formas para que essa pesquisa fosse realizada. Agradeço em especial os moradores da Comunidade Quilombola Barroso e do Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira por compartilharem suas histórias, suas lutas e suas vidas. À Ana Célia e família, Sr. Antônio, D. Lau, Sr. André, D. Delza e família por me acolherem em suas casas e sempre dispostos a ajudar. À Val, Sr. Ailton, D. Antônia e Girlene pela preocupação e cuidado durante o trabalho de campo. A vocês, expresso minha gratidão e minha admiração pela alegria, coragem e determinação no dia a dia.

Ainda agradeço com muito carinho ao Caê e toda equipe do SASOP: Ana Celsa, Luciano, Liu, Domingos, Andreia, Vandevan e Gugu, que me deram todo o apoio, colaboraram para a realização dessa pesquisa e tornaram os meus dias mais alegres em Camamu. Luana, obrigada por me acolher na sua casa e partilhar toda sua energia e suas ideias.

À equipe da EBDA, em Camamu, principalmente Junior, por todas as conversas e as explicações compartilhadas durante as caronas.

E por fim, expresso todo meu amor e gratidão ao meu filho, Vitor, pela infinita alegria e pelos novos aprendizados nas nossas vidas. Você é a maior e melhor “concretização” nessa caminhada!

Apesar de eu não ter nenhum filho aqui. (...) eu tenho aquele sonho, eu sou aquela pessoa que pensa da seguinte maneira: eu e minha esposa. A gente quer ver a região se desenvolver. Não é mais para mim, porque estou nessa idade, mas aonde tem vida, quando a gente morre, a vida continua. (...). A vida contínua para os que ficam. E os que ficam vai desfrutar daquilo que os velhos conseguiu, porque uma luta dessa que a gente vem lutando. Isso, o primeiro passo foi meu para que essa escola venha ser implantada aqui. Os primeiros passos dessa energia foi minha, os primeiros passos dessa água foi minha. Então, na hora que eu for, os que ficam vão ter utilidade para os que ficam (Senhor Antônio, Comunidade Quilombola Barroso).

RESUMO

Lima, Sandra Aparecida Kitakawa. **De situações problemáticas a problemas públicos: reivindicações, críticas e denúncias no cotidiano de famílias “assentadas” e “quilombolas” no município de Camamu – Bahia.** 2015. 149p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

Com base na pesquisa de campo realizada em um assentamento rural de reforma agrária e uma comunidade quilombola, no município de Camamu – Bahia, acompanhamos inicialmente a emergência das reivindicações e justificativas dos próprios moradores frente a situações de disputas e incertezas na relação com o poder público, ou melhor, das *necessidades* e *dificuldades*, que se configuravam em questões coletivas sendo expostas e problematizadas nas cenas públicas. A partir de dois contextos distintos, buscamos compreender de que forma os atores captavam (ou não) a atenção e respostas públicas aos problemas vivenciados, bem como as diferentes moralidades acionadas a fim de justificar suas ações e atitudes face ao outro, de construir discursos sobre seus sentimentos de justiça ou mesmo de guiar suas performances. Embora fossem visíveis e reconhecidos, em certa medida, pelo Estado e suas instituições, isso não significava que seus problemas singulares fossem tratados e solucionados por ações públicas “prioritárias” direcionadas aos públicos de reforma agrária e comunidades quilombolas. Ao contrário, defrontavam-se com enormes dificuldades de efetivação dos dispositivos legais e das políticas públicas direcionadas às suas particularidades, além dos múltiplos custos decorrentes das reivindicações que, a princípio, são direitos definidos pela Constituição Federal. Assim, a conformação da vida coletiva no cotidiano, a qual se repousa em diferentes práticas concretas conduzidas por uma multiplicidade de lógicas e sentimentos, que permite um “cidadão comum” se configurar como um “sujeito de direito”.

Palavras-chaves: Políticas e ações públicas, pobreza rural, ação coletiva

ABSTRACT

Lima, Sandra Aparecida Kitakawa. **Problematic situation to public problems: demands, critical and denunciation in the family daily “settlers” and “quilombolas” in Camamu – Bahia**. 2015. 149p. Thesis (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015

Based on the survey conducted in a rural settlement field research of agrarian reform and “quilombo” community in the municipality of Camamu - Bahia, we initially follow the emergence of claims and justification of the residents themselves in situations of disputes and uncertainties facing the government, or rather, the needs and difficulties, which they configured in collective issues being publicly exposed and problematize in public scenes. From two different contexts, we try to understand how the actors obtained (or not) the attention and public responses and the different moralities driven to justify their actions and attitudes towards each other, to build speeches about their feelings of justice or even to guide their performances. Although they were visible and recognized to some extent by the state and its institutions that did not mean that their unique problems were addressed and resolved by public "priority" actions directed to agrarian reform beneficiary public and quilombo communities. On the contrary, they faced with enormous difficulties of enforcement of legal provisions and public policies to their particularities, in addition to multiple costs derived of the claims that, in principle, are rights defined by the Constitution. Thus, the conformation of collective life in daily life, which rests on different concrete practices conducted by a multiplicity of logic and feelings, which allows a "common citizen" to be set up as a "subject of law".

Key-words: public policy, rural poverty, collective action

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Assentamentos rurais no município de Camamu	56
Tabela 2: Índice de Gini (1920- 2006)	59

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Territórios da identidade do estado da Bahia.....	19
Figura 2: Mapa de localização de Camamu no Território Baixo Sul - Bahia	35
Figura 3: Ilustração das regiões de Camamu.....	36
Figura 4: Notícia do jornal “O Machado” sobre a mobilização dos trabalhadores rurais em Camamu.....	50

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
ADAB- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AMUBS – Associação dos Municípios da Região do Baixo Sul
ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CAE - Conselho de Alimentação Escolar
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERB - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia
COELBA -Companhia de Eletricidade do estado da Bahia
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CONAQ – Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT -Comissão Pastoral da Terra
DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF
EBDA -Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FAG - Frente Agrária Gaúcha
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC - Ministério da Educação
MLT -Movimento de Luta pela Terra
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
MSTC - Movimento dos Sem Teto de Camamu
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAC do Cacau - Plano de Aceleração do Desenvolvimento do Agronegócio na região cacauera do estado da Bahia

PAR – Camamu -Projeto de Assentamento Rápido de Camamu

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PGPMBio - Programa de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROOLEO- Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos

PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

SDT -Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do estado da Bahia

SIPRA -Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

STR -Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE -Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

CONVENÇÕES

As palavras ou os trechos em itálico representam falas e expressões dos interlocutores ou algum termo em idioma estrangeiro. As aspas foram empregadas para apresentar conceitos trazidos a partir da bibliografia consultada, para destacar termos ou falas longas dos interlocutores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
A contribuição da sociologia pragmática francesa	26
Configuração de situações problemáticas e/ou problemas sociais em problemas públicos	29
1 POSSE, PROPRIEDADE E USO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE CAMAMU	33
1.1 O município de Camamu	34
1.2 Breves considerações históricas.....	37
1.3. A luta pela terra como problema público.....	39
1.4 A mobilização dos “posseiros” pela terra em Camamu	45
1.5 Reforma agrária em Camamu	51
2 ASSENTAMENTO ARGEMIRO MENDES DE OLIVEIRA.....	56
2.1 “Aqui não é dormitório”: os múltiplos sentidos e experiências de permanecer na terra	60
2.2 A associação como “produto instável”	71
2.3 As descontinuidades e as tensões nas ações públicas	77
2.4 Cenas e bastidores das reuniões	86
3 COMUNIDADE QUILOMBOLA BARROSO	97
3.1 “Esse Barroso era feio e o Varjão parecia uma cidade”	98
3.2 “Quando veio a vassoura, arrasou tudo!”	105
3.3 “Mais ousadia para fazer o que a gente nunca tinha sonhado”	109
3.4 “Essa discussão de quilombola chegou meio de paraquedas”	116
3.5 Em busca de uma “educação diferenciada”: educação escolar quilombola	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

No processo de redemocratização da sociedade brasileira a partir do final dos anos 1970, a pressão exercida pelos trabalhadores do campo, tais como o sindicalismo rural e o emergente Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), permitiu que temas controversos e latentes fossem colocados na pauta política. Entre essas temáticas, destacamos os debates e as mobilizações sociais envolvendo a reforma agrária, a preservação ambiental e as críticas ao modelo de modernização agrícola disseminados internacionalmente através da chamada Revolução Verde. Isso possibilitou que “novos personagens” do campo e suas demandas iniciais relativas à garantia de direitos de cidadania e à mudança na estrutura fundiária entrassem em cena, se desdobrassem e complexificassem frente ao poder público (DELGADO, 2010; FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009).

Assim, a luta pela reforma agrária ganhou uma importância política central como uma “reivindicação representativa e unificadora de diferentes demandas oriundas da diversidade de grupos, de atores sociais e de lutas sociais existentes no meio rural” naquele momento (DELGADO, 2010, p. 30). Ao mesmo tempo, abriu caminho para que identidades sociais e políticas pudessem ser mobilizadas, além de outros elementos envolvendo situações conflituosas, tais como a degradação do meio ambiente e relações de gênero, por exemplo, fossem incorporados aos debates e aos pleitos envolvendo a questão fundiária no Brasil (ALMEIDA, 2010; MEDEIROS, 2015).

Como decorrência desse processo de ressignificação da questão agrária em suas múltiplas expressões, observamos atualmente a constituição de distintas identidades (quilombolas, assentados, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, seringueiros, entre outras) vinculadas à luta pela terra e às “territorialidades específicas”¹, buscando afirmar suas particularidades, trajetórias e reivindicações no espaço público, a fim de obter reconhecimento perante o Estado e a sociedade. Como ressalta Almeida (2010, p. 183), a emergência dessa multiplicidade de categorias também rompeu com o monopólio político do significado dos termos “camponês” e “trabalhador rural”, preponderantes no discurso dos partidos políticos e do movimento sindical ou do termo “posseiro”, empregado pelas entidades confessionais.

Esses processos obviamente não transcorreram de maneira imune a confrontos, tensões e enfrentamentos, que ganharam expressão desde as grandes manifestações públicas, tais como as Marchas dos Sem-Terra, das Margaridas, os Gritos da Terra, por exemplo, até às relações no interior das famílias e no cotidiano das localidades rurais. A constituição desses novos sujeitos, suas causas e reivindicações depara-se, frequentemente, com a violência tradicional (ações de milícias privadas), judicial e policial (despejos, repressões, prisões). Isto porque não se trata somente de uma disputa no plano discursivo, que coloca em oposição diferentes concepções e projetos direcionados ao mundo rural, envolve também uma série de embates pelo controle e acesso a recursos (terra, água e biodiversidade), pelo reconhecimento destes atores nas arenas públicas e pelo acesso a políticas públicas e direitos sociais. Ou seja, os embates se travam para que as diferentes maneiras de produzir e o direito à terra sejam legitimados e reconhecidos (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009; DELGADO, 2010; MEDEIROS, 2015).

De qualquer modo, essas manifestações, assim como os conflitos que elas refletem, se tornaram elementos fundamentais na compreensão das disputas que permeiam a política brasileira, nem sempre visíveis na mídia e nos espaços públicos (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009). Por outro lado, não podemos nos esquecer que todo esse processo se amparou

¹ Almeida (2010, p. 140) emprega o termo “territorialidades específicas” para designar “as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados”. Podem ser consideradas “como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para o território”.

na existência de bases legais inicialmente criadas pelo Estatuto da Terra e pelo Estatuto do Trabalhador Rural, na década de 1960, e posteriormente pela Constituição de 1988 e pela legislação que regulamentou alguns de seus itens, além dos dispositivos infraconstitucionais e dos tratados internacionais (ALMEIDA, 2010; MEDEIROS, 2015).

Para além das ambiguidades presentes no texto constitucional, a regulamentação da Constituição pela Lei nº 8.629/1993 (Lei Agrária) criou os dispositivos constitucionais relativos à função social da terra viabilizando as desapropriações e a criação de projetos de assentamentos. Ao mesmo tempo, a ratificação brasileira da Convenção nº 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Decreto Legislativo nº 143/2002, reconheceu os direitos dos povos de propriedade e posse sobre as terras ocupadas tradicionalmente. Consoante a isso, a regulamentação pelo Decreto 4.887/2003, do artigo 68, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), possibilitou uma nova modalidade de apropriação formal de terras pelas comunidades quilombolas baseada no direito à propriedade definitiva (ALMEIDA, 2010; MEDEIROS, 2015).

Contudo, Almeida (2010, p. 143) pondera que as enormes dificuldades de efetivação destes dispositivos legais demonstram as controvérsias associadas ao seu reconhecimento jurídico-formal em “sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas, como no caso brasileiro”. Dessa forma, esses obstáculos tecidos tanto pelos aparatos burocrático-administrativo do Estado, quanto pelas estratégias engendradas pelos interesses daqueles que monopolizaram as terras historicamente e dos “novos grupos empresariais”, impedem tanto a efetivação desse reconhecimento jurídico-formal das terras tradicionalmente ocupadas, como as próprias desapropriações de áreas para a implantação de projetos de reforma agrária. Contradizendo “os velhos instrumentos legais de inspiração colonial”, o reconhecimento dos direitos sobre essas terras afeta diretamente a reestruturação formal de mercado de terras em expansão e a transformação da estrutura agrária, intensificando também a pressão para que as categorias dos cadastros rurais dos órgãos fundiários, assim como os recenseamentos agropecuários, sejam revistos (ALMEIDA, 2010, p. 148).

Como decorrência, Almeida (2005) indaga sobre os descompassos e as implicações das ações públicas que deslocam a questão da terra, ou seja, a garantia dos direitos étnicos com a titulação definitiva (no caso das territorialidades específicas das comunidades quilombolas) para o provimento de serviços básicos, o que pode se constituir como medida compensatória. Mesmo esse provimento de serviços básicos ainda se dá de forma pontual e relativamente dispersa, sendo que não foram criados novos órgãos públicos pertinentes à essas ações, ou seja, a solução burocrática encontrada foi a articulação das novas disposições constitucionais com as estruturas administrativas já existentes, “acrescentando à sua capacidade operacional atributos étnicos” (ALMEIDA, 2010, p. 144).

Apesar dessas ressalvas e da permanência dos conflitos e tensões envolvendo a efetivação desses dispositivos legais, não podemos desconsiderar que esses atores com suas particularidades (sejam étnicas, de gênero, organizativas, de formas de ocupação, sem excluir a distintas formas de articulação entre essas várias dimensões, antes ignorados pelo Estado e seus intermediários), passam a se tornar novos “sujeitos de direito ou detentores de uma legitimidade diante dos demais atores” (KANT DE LIMA, 2005, p.55). Por isso ressaltamos que as ações públicas “não encerram apenas os ‘sujeitos’ em dispositivos de assujeitamento, de disciplina, de controle e de normalização”, mas também podem estabelecer novos direitos, conceder novos poderes e reparar injustiças de tratamento (CEFAÏ, 2009, p. 17).

Isso se torna um ponto fundamental, quando consideramos dois aspectos. Primeiro, nem todos os problemas considerados sociais se tornam públicos. Um problema social é um fenômeno considerado inaceitável ou intolerável representando inconvenientes ou consequências nefastas para um conjunto de indivíduos, que partilha da percepção ou da avaliação das implicações em suas vidas ultrapassando o círculo restrito de opiniões privadas,

interesses imediatos ou pessoais. Com um alcance coletivo, os problemas sociais requerem medidas que os resolvam. Contudo nem todos se tornam preocupações públicas ou são abordados pela ação pública, não tendo o envolvimento de seus “públicos” ou a publicização e a problematização de suas dimensões (CEFAI, 2009).

O segundo aspecto trata o que Mota (2011, p. 258) problematiza no seu trabalho, isto é, o “custo de ser cidadão é ser associado a uma nova modalidade de identidades públicas reconhecidas como legítimas” afim de acessar e pleitear seus direitos nas arenas públicas. Embora tenhamos direitos fundamentais proclamados constitucionalmente, observamos a privação de sua vigência na vida cotidiana dos cidadãos comuns, sendo necessário lutar para que sejam respeitados e cumpridos a fim de obter a “plena cidadania” (KANT DE LIMA, 2001). Desse modo, a constituição de novos sujeitos de direito passa pelo reconhecimento de suas identidades particulares (ou às vezes pelo conhecimento) diante dos interlocutores no espaço público a fim de legitimar suas demandas. Além disso, a ampliação das pautas reivindicatórias e a multiplicação das instâncias de interlocução nos aparatos político – administrativos também se tornam caminhos para a efetivação de dispositivos legais (ALMEIDA, 2010).

Esses aspectos ampararam, de forma geral, diversas inquietações engendradas no decorrer da minha pesquisa, que iniciou em 2011, pelo projeto “Políticas em rede: uma análise das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as redes associativas na Bahia”, coordenado pela professora Claudia Schmitt e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Naquele momento, a proposta do meu projeto de pesquisa de doutorado focalizava a temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)² na área rural e assim, os dois projetos dialogavam em alguns pontos.

De qualquer modo, o projeto sobre o PAA me proporcionou o mergulho nos Territórios Litoral Sul e Baixo Sul³ da Bahia (indicados pelos números 05 e 06 na figura 1), onde transcorreram o trabalho de campo, sendo que conheci diversas entidades direcionando seus esforços aos agricultores de base familiar. Entre essas, destacamos o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) que é uma organização da sociedade civil com uma atuação marcante nos debates e ações voltada para a segurança alimentar e nutricional.

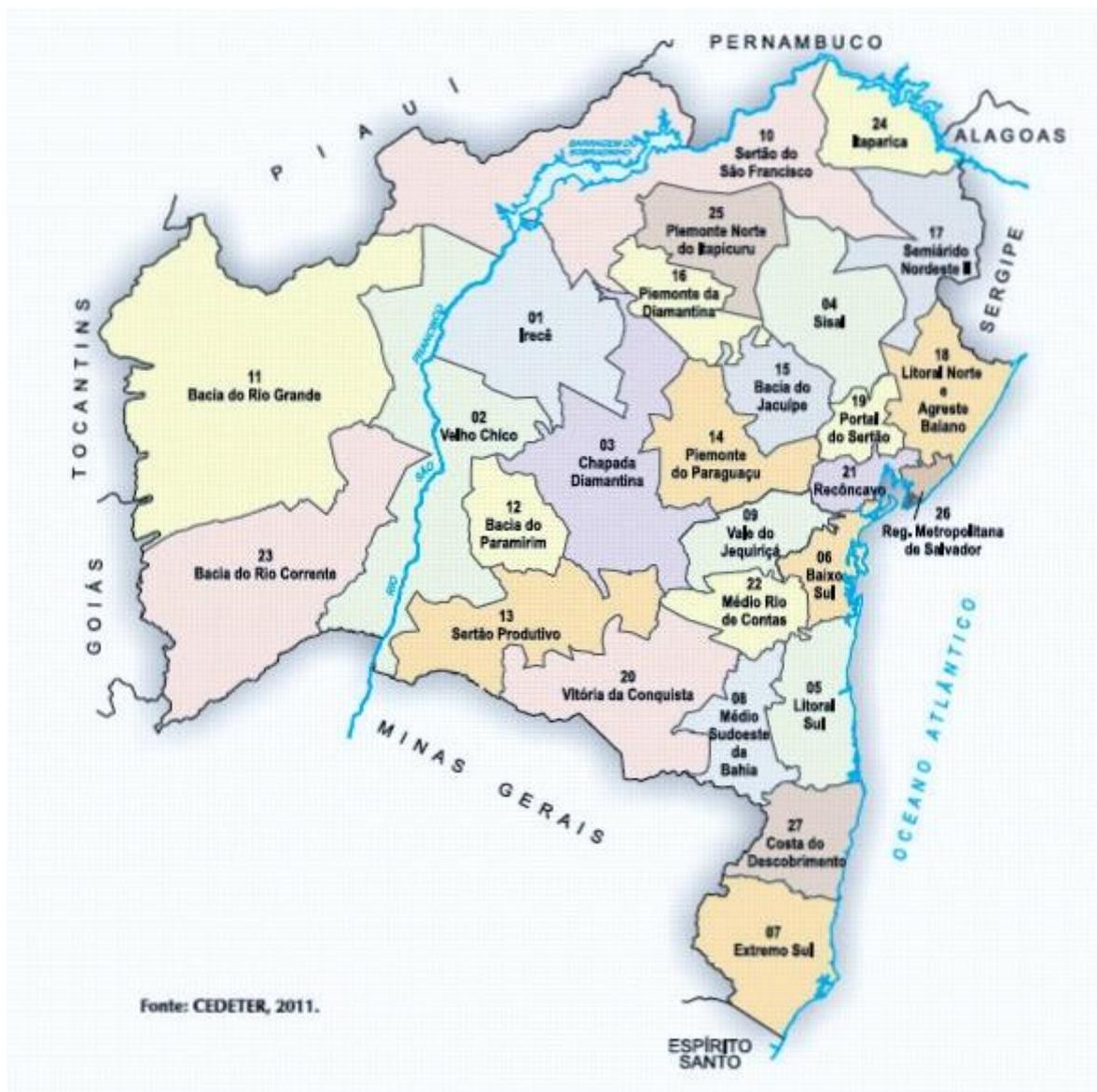
Fundada em 1989, o SASOP⁴ foi uma das entidades constituídas na Bahia, após a desvinculação institucional do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), permanecendo membro da nova rede de entidades autônomas formadas naquele momento, a Rede PTA (LUZZI, 2007). Desde então, o SASOP buscou contribuir na constituição de um modelo de desenvolvimento rural sustentável tendo como princípios norteadores o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Para isso, a formação e o fortalecimento de relações de intercâmbio entre grupos e entidades locais comprometidas no desenvolvimento de uma proposta para a agricultura levando em conta

² Aqui compreendemos como Segurança Alimentar e Nutricional “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (CONSEA, 2013).

³ O estado da Bahia está dividido em 27 territórios de identidade, que é definido como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. Estes se “consolidam enquanto objeto de planejamento de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento” (BAHIA, S.d)

⁴ Além da sede localizada em Salvador, atualmente o SASOP possui dois escritórios locais: um na região semiárida brasileira, no município de Remanso, e outro situado no bioma Mata Atlântica, no município de Camamu.

“a dinâmica social da população envolvida e a utilização racional dos recursos naturais, garantindo e potencializando sua sustentabilidade” guiam suas ações (SASOP, s.d).



Fonte: CEDETER, 2011.

Figura 1: Territórios da identidade do estado da Bahia
Fonte: SEPLAN, S.d

O início do Programa de Desenvolvimento Local (PDL) - Mata Atlântica no Território Baixo Sul implementando pelo SASOP partiu das demandas apresentadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Camamu e Igrapiúna a fim de encontrar alternativas sustentáveis de produção agrícola que pudessem ser construídas frente à crise da lavoura cacaueteira da década de 1990. Naquele momento, o trabalho foi direcionado na difusão de experiências de sistemas agroflorestais biodiversificados, no fortalecimento das associações comunitárias, na recuperação e conservação ambiental, entre outras atividades (SASOP, 2006).

Com a reformulação do PDL – Mata Atlântica, a partir de 2000, outras orientações guiam suas diretrizes e, portanto, incorporaram as dimensões de segurança alimentar e nutricional, o manejo dos recursos florestais nas propriedades, a equidade de gênero e geração na agricultura familiar, por exemplo. Assim, o acúmulo de experiências e o papel

desempenhado pelo SASOP, em mais de vinte anos, contribuíram para seu reconhecimento técnico e político na região e no estado por parte dos diferentes atores e entidades contatadas no decorrer do trabalho de campo.

Desse modo, o SASOP era uma das entidades mais atuantes e fomentadoras de ações e debates sobre SAN no Território Baixo Sul e, por isso, também responsável pela organização das Conferências Municipais e Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional no Baixo Sul naquele ano de 2011. A partir do acolhimento e apoio do SASOP participei de algumas Conferências municipais, territorial (Baixo Sul) e estadual de SAN.

Com escritório local no município de Camamu (cidade litorânea do Território Baixo Sul), o SASOP facilitou o contato com algumas comunidades rurais, como foi o caso da Comunidade Quilombola Barroso, onde realizei parte da minha pesquisa de doutorado, outras entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)⁵, e alguns representantes do Conselho Quilombola do Baixo Sul, por exemplo. Frente ao envolvimento (em diferentes graus) de entidades, às situações intrigantes e repletas de elementos envolvendo o debate e as ações direcionadas a SAN, Camamu se tornou meu *lócus* de pesquisa, ainda mais que não existiam outros trabalhos acadêmicos sobre a temática da região. Camamu ainda era um município com uma extensa área rural e uma população predominante rural abarcando uma diversidade de categorias de base familiar: agricultores familiares, assalariados rurais, assentados de reforma agrária, quilombolas, indígenas do Povo Pataxó Hã-hã-hãe, além de pescadores, ribeirinhos e marisqueiras.

Desse modo, comecei a mapear todas as organizações ou as entidades que poderiam estar envolvidas em qualquer ação com o intuito de promover à SAN no município desde as religiosas até as governamentais. Nessa fase da pesquisa, conheci agentes de saúde, técnicos da EBDA, funcionários e consultores da Prefeitura Municipal. Todos se mostraram muito predispostos a ajudar, compartilhar suas experiências e intermediar os primeiros contatos com algumas comunidades rurais.

Assim, visitei diversas comunidades rurais no município e acompanhei distintas situações: a entrega de sopas do Programa Nossa Sopa, do governo estadual; a entrega de leite do PAA leite; “oficinas de sensibilização e capacitação” do Programa Municipal “Camamu Sem Miséria”; visitas dos agentes de saúde; o cadastramento de famílias no Programa Bolsa Família; atividades realizadas pela assistência técnica da EBDA, entre outras. Isso proporcionou a abertura de inúmeros horizontes e “pistas” para o aprofundamento da pesquisa diante das denúncias e dos relatos referente às condições precárias, não somente alimentares ou de serviços básicos, mas também das tensões vivenciadas nas relações tecidas com os executores das distintas ações e programas direcionados à promoção da SAN no município. Submetidos a relações pessoalizadas e de favores, muitas vezes autoritárias, engajar-se nessas interações apresentava-se como uma das únicas maneiras de obter de forma pontual e, às vezes, descontinua, o acesso à alguma política dita pública voltada à SAN.

Embora a valorização da agricultura familiar, a construção do arcabouço político-institucional específico, que buscou direcionar um conjunto de políticas a essa categoria, e as mobilizações sociais desse segmento nas últimas décadas, existia um fosso entre as ações e os programas públicos direcionados para a agricultura familiar e essa população rural, que poderia ser definida como “agricultor familiar” segundo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional

⁵ No início de 2015, o Governo da Bahia decidiu extinguiu a EBDA com a demissão dos funcionários a fim de substituí-la pela BAHIATER, que promoverá a execução de políticas de assistência técnica e extensão rural por meio de contratações de organizações para a prestação desses serviços. Com uma liminar concedida pela Justiça do Trabalho suspendendo as demissões, somente no início de novembro de 2015, foi homologado um acordo judicial entre o governo do estado e o sindicato representante da categoria determinando as condições e as obrigações legais para efetivar as demissões.

da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006). Tanto que diferentes mediadores (assistência técnica, gestores municipais, agentes de saúde, lideranças comunitárias) destacavam mais o acesso e a capilaridade de políticas públicas consideradas “sociais” ou “assistenciais”, como o Programa Bolsa Família ou a entrega de alimentos, do que aquelas direcionadas à geração de renda, ao apoio à produção e agregação de valor, ao financiamento da produção agrícola e à infraestrutura, por exemplo. Isto porque o que “saltava aos olhos” para eles era a precariedade ao acesso à alimentação e as condições de vida de parte significativa dessas famílias rurais, denominadas muitas vezes como “pobres”, “carentes”, “desassistidas” e “necessitadas”, frente à “riqueza” da região em relação à biodiversidade e à exuberância das paisagens.

Assim, algumas *dificuldades*⁶ vinculadas ao acesso à serviços básicos ou informações, eram tratadas de forma pessoalizada por meio de *ajudas* ou *favores* do empregador, do agente de saúde, de algum parente com *mais instrução*, do funcionário da Prefeitura Municipal, do candidato a vereador, enquanto outras permaneciam sem nenhuma solução. Desse modo, eles sobreviviam *do jeito que dava*. Sem conseguirem obter soluções para suas demandas ou acessar determinados direitos de forma individual, ou mesmo coletiva, nos espaços públicos, muitos grupos não contavam com nenhum apoio seja por entidades, representantes ou porta-vozes a fim de abrir ou mediar a interlocução com os poderes públicos. Apesar do STR de Camamu ser uma entidade atuante e representativa dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, não tinha condições estruturais e organizacionais para lidar com a amplitude de situações problemáticas vivenciadas pelos seus associados. Portanto, muitos permaneciam ignorados como sujeitos de direito como boa parte da população brasileira.

Se nos defrontamos com esse quadro exposto de maneira genérica e concisa em diversas comunidades rurais no município, nos pareceu que existia uma diferença na efetivação dos dispositivos legais ou na incidência de ações públicas, quando se tratava do “público prioritário”⁷ da categoria agricultura familiar, ou seja, assentados de reforma agrária e populações tradicionais como indígenas e quilombolas. Isso poderia decorrer devido as políticas públicas específicas ou a existência de órgãos públicos que lidavam (mesmo com limitações) com suas demandas de forma particularizada e abriam canais de interlocução.

Não significa, no entanto, que o “público prioritário” da agricultura familiar tivesse seus pleitos e suas denúncias simplesmente acatadas e resolvidas por ações públicas, contasse com acesso e incentivo a fim de participar e se envolver ativamente nas arenas públicas, ou não tivesse que lidar com relações pessoalizadas, dependendo de favores especialmente com a municipalidade e as “promessas” de políticos locais. Ao contrário, defrontavam-se com enormes dificuldades de efetivação dos dispositivos legais e das políticas públicas direcionadas às suas particularidades, porém existia um canal de interlocução ou uma conexão “a mais”, seja o INCRA, seja a EBDA (que atendia predominantemente os assentamentos rurais e a aldeia indígena), seja a Fundação Cultural Palmares ou seja a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Também não se trata de estabelecer laços somente com órgãos governamentais ou institucionais, mas inferimos que o número e a qualidade dos elos estabelecidos eram fundamentais para que pudessem se comunicar, mobilizar seus pares e arregimentar aliados nos momentos de mobilização, disputas e reivindicações nos espaços públicos.

⁶ Os termos “dificuldade” ou “necessidade” são designações utilizadas correntemente pelos nossos interlocutores que se referiam às diversas precariedades e ausências vividas e enfrentadas no cotidiano desde a restrição alimentar, o acesso frágil ao Sistema Único de Saúde, a ausência de assistência técnica e o apoio a produção agrícola, as estradas em péssimas condições de tráfego, o convívio com a violência, a limitação do acesso à água e da própria terra, entre outras.

⁷ Normalmente, a ênfase dada ao “público prioritário” dentro da categoria agricultura familiar decorre por apresentarem maior intensidade de demanda social devido aos menores índices de desenvolvimento humano ou maior incidência de pobreza. Também encontramos o termo “diferenciado” nos documentos governamentais para identificar esses mesmos sujeitos.

Assim, nos interessamos inicialmente não somente pelas formas com que as famílias lidavam com, apreendiam ou encaminhavam suas demandas envolvendo a segurança alimentar e nutricional, mas também pelas interfaces estabelecidas por meio das ações públicas direcionadas a SAN e seus desdobramentos. Por isso, escolhemos o assentamento de reforma agrária Argemiro Mendes de Oliveira e a Comunidade Quilombola do Barroso para realizar a pesquisa. Em ambos os contextos existiam a incidência de ações ou políticas públicas direcionadas à segurança alimentar das famílias. No primeiro caso, a assistência técnica da EBDA tinha me informado que iniciaria um trabalho sobre a temática com as famílias, o que não se materializou no decorrer do trabalho de campo, enquanto que o SASOP discutia e desenvolvia diversas ações voltadas à SAN na Comunidade do Barroso há alguns anos.

Após a qualificação do projeto de doutorado, intensifiquei o trabalho de campo nas duas localidades. Essa fase ocorreu entre outubro de 2012 até março de 2013, com alguns retornos nos meses de outubro e novembro de 2013. É importante ressaltar que pude permanecer por períodos mais contínuos na Comunidade do Barroso, sendo hospedadas nas casas das famílias, o que permitiu que pudesse acompanhar as atividades no cotidiano sem interrupções e circular de forma mais livre entre as diversas casas. Acostumados a receber sempre “visitas”, as conversas transcorriam, normalmente, de forma mais fluidas e, mesmo algumas entrevistas mais “formalizadas” também se davam sem apreensões, visto que já estavam *acostumados* com essas atividades. Além disso, minha presença se relacionava com o SASOP, uma entidade conhecida e próxima das famílias, contribuindo para estabelecer relações de familiaridade e de confiança.

Já no Assentamento Argemiro Mendes, eu retornava à sede do município todos os dias, tanto pela facilidade de acesso ao Assentamento e proximidade com a sede do município, como pelo “estranhamento” da minha presença constante ali. Embora tenha explicado para as famílias a respeito da pesquisa, diversas moradoras me indagavam como eu, mulher e casada, poderia viajar e permanecer tantos dias sem a companhia do meu marido. Esse questionamento ocorreu diversas vezes pelas mulheres, que concluíram que “só marido de pobre, tem ciúmes”. Com o decorrer do trabalho de campo, algumas moradoras me convidaram para almoçar ou permanecer por mais tempo e me tornei “mais próxima e familiar” para algumas. A maioria dos homens se mostrava mais reticente. Em alguns momentos, quando eu estava nas suas casas, eles comiam “escondidos” na parte externa da casa. Isso era motivo de piadas pelas suas companheiras que falavam que eles estavam com “vergonha de comer na minha frente”.

Outro fator relevante era a violência que rondava o Assentamento. A presença constante de jovens envolvidos com o tráfico e os assaltos ocorridos na saída do Assentamento se tornava um motivo de inquietação tanto para mim como para os moradores, que se preocupavam com minha segurança. Eventualmente ocorriam “buscas” pela Polícia Militar dentro do Assentamento, o que gerava tensões devido ao medo de represália ou acusação que algum morador tinha deletado o paradeiro dos “procurados”. Por isso, me aconselharam nunca perguntar nada sobre os jovens, a violência ou qualquer assunto que pudesse ser relacionado com esse problema. Em outros momentos, os moradores informavam que era mais seguro ninguém (externo) ir ao Assentamento. De qualquer modo, não ocorreu nenhum incidente, enquanto eu estava dentro do Assentamento.

Assim, essas idas e vindas do campo e o acompanhamento das famílias no cotidiano possibilitaram outras reflexões e a emergência de novas problemáticas. Ao mesmo tempo, já me amparava na perspectiva pragmática francesa, que me pareceu muito fecunda para reposicionar a ação no centro da análise sociológica. Nesta perspectiva, nós, como pesquisadores, não possuímos um prisma privilegiado para análise, uma vez que os atores sociais também são críticos e possuem suas argumentações reflexivas e justificações frente a situações de disputas ou incertezas (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2007).

Dessa forma, me amparei nas proposições pragmáticas ao realizar esse estudo buscando levar em conta à capacidade reflexiva das pessoas ordinárias inseridas nesse mundo de relações,

peessoas essas que intervêm, apropriam e resignificam as múltiplas situações ao seu redor, ao mesmo tempo em que interagem com outros atores.

Assim, nos aproximamos das releituras sobre a problemática do “público” encontradas na obra de Dewey (2012) e na sociologia americana dos problemas públicos, especialmente da abordagem de Gusfield (1981), recuperadas nos trabalhos sobre ação coletiva e mobilizações sociais de Daniel Cefai, Louis Quéré, Cédric Terzi, Danny Trom, entre outros. Estes autores compartilham da herança pragmatista de George Mead, Robert Park, William James e, especialmente a de John Dewey, buscando apreender a dinâmica da mobilização coletiva como um processo de codefinição e de codomínio de situações problemáticas. O ponto de partida se centra na experiência de cada uma das situações vividas, e não em modelos intelectuais, ou seja, as análises pragmatistas se debruçam sobre as atividades práticas enquanto estas se realizam (Cefai, 2002; 2009).

Reconhecendo que estas contribuições nos forneceram ferramentas analíticas e metodológicas fundamentais para que pudéssemos nos aproximar e direcionar nossa atenção às questões apontadas pelos atores sociais durante o trabalho de campo, buscamos ter cautela e averiguar as diferenças de contextos ao transpor as chaves analíticas empregadas pelos autores franceses e americanos para o contexto brasileiro, como Mota (2009) e Freire (2013) já ressaltaram nos seus trabalhos. Como alude Freire (2013), existem diferenças na trajetória histórica de constituição do espaço público no Brasil em relação aos contextos norte-americano ou francês, onde se pressupõem que todas as pessoas possuem a possibilidade de acessar o espaço público em nome de um “bem comum” ou os conflitos entre os atores se baseiam em princípios de universalidade. Para Mota (2009), a assimetria existente entre os atores no espaço público francês, por exemplo, não impossibilita a exposição de conflitos fundamentados por uma gramática cívica, enquanto que as controvérsias públicas no Brasil são permeadas por argumentações familiares e pessoalizadas, o que propicia recorrer a violência ou o argumento de autoridade.

Diante destas observações, a temática segurança alimentar e nutricional se diluiu no decorrer do trabalho de campo e se tornou um dos elementos dentro das inúmeras críticas, demandas e situações consideradas problemáticas pelas próprias famílias que lidavam e buscavam soluções para os dilemas vividos em seu cotidiano. Assim, nos debruçamos sobre o que e como os atores denunciavam, reivindicavam ou ressaltavam em relação às suas *dificuldades* ou *necessidades* enfrentadas, as quais se referiam à ausência e à restrição de bens materiais e imateriais, serviços ou direitos, e ao que consideravam justo e injusto. Este senso de justiça não se amparava necessariamente na esfera do direito, das leis ou na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Buscamos nos ater ao modo como era percebido na vida cotidiana pelos próprios “atores sociais que não orientam suas ações a partir da e para a esfera do direito”, como Freire (2010, p. 125) chamou atenção no seu estudo.

Dessa forma, as trajetórias pessoais e familiares dos moradores do Assentamento e da Comunidade Quilombola repousavam, de forma geral, no processo histórico de expropriação e a exclusão da posse e do uso da terra na região (descrito no capítulo 2), no entanto enfrentavam dilemas distintos. Para os moradores do Assentamento Argemiro Mendes, suas *dificuldades* se referiam aos modos de lidar com as exigências e as normas estabelecidas pelo Estado provenientes dos mecanismos institucionais, jurídico-legais e morais que guiavam a relação morada, terra e trabalho nos projetos de assentamentos. A baixa produtividade e o trabalho *fora* dos lotes engendravam tensões recíprocas e constrangimentos especialmente frente ao poder público e seus intermediários. O fato de haver conquistado a terra na condição de “assentado”, não significava, necessariamente, que as motivações e os objetivos dessas pessoas se balizavam nas prerrogativas da “coisa pública”, isto é, do papel instituído pelo poder público aos assentados. Ao contrário, elas se amparam em diferentes moralidades a fim de justificar suas

ações e atitudes frente ao outro, de construir discursos sobre seus sentimentos de justiça ou mesmo de guiar suas performances.

Por outro lado, os assentamentos como espaços diferenciados de relação com o Estado, que os instituiu, estão imersos em “um conjunto de necessidades a serem supridas e precariedades a serem enfrentadas” pelo próprio Estado (SCHMITT, 2014, p.12). Nessa interface, a assistência técnica da EBDA representava o principal interlocutor, responsável por acompanhar e tratar por meio de ações públicas suas reivindicações e críticas. A intervenção desses agentes ancorava-se, contudo, em muitas situações, em gramáticas discursivas amparadas em normas institucionais e jurídicas estabelecidas em outros espaços, não sendo necessariamente compartilhadas ou acordadas com os moradores do Assentamento. Além disso, os moradores ainda precisavam buscar minimamente acordos ou consensos sobre questões relacionadas ao “viver juntos” e às convenções da composição de um grupo, onde a maioria não possuía laços de amizade, de vizinhança ou de parentesco anteriores ao assentamento. Com uma alta rotatividade dos moradores e perspectivas distintas, o sentimento de pertença ao grupo se fragilizava face a qualquer *chateação* do cotidiano.

Já os moradores da Comunidade Quilombola Barroso enfrentavam situações problemáticas similares a maioria das comunidades rurais, ou seja, ausência ou precariedade de infraestrutura e serviços básicos (fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, construção de estradas vicinais, acesso à educação e saúde, entre outros). Entretanto, a aproximação com o SASOP colaborou para a abertura de novos horizontes, quando algumas famílias se dispuseram a participar do *grupo de interesse*, onde princípios, práticas e experiências relacionadas ao manejo ecológico dos sistemas produtivos e à estruturação de sistemas agroflorestais eram disseminados e partilhados entre a assistência técnica e os agricultores.

A fundação da associação e o processo de reconhecimento como comunidade quilombola também permitiram amparar e legitimar suas denúncias e reivindicações face ao poder público e possibilitaram ter *mais ousadia* para lutar pela efetivação de direitos básicos e na afirmação de uma forma de “territorialidade específica”. Os fortes laços de parentesco e afinidade entre as famílias facilitavam a mobilização para ações coletivas mais coordenadas ou na capacidade de agir coletivamente. Além disso, o emergente movimento quilombola tanto territorial, como nacional, permitiu que diversos problemas sociais vivenciados pela comunidade se tornassem “públicos” obtendo desdobramentos em diferentes arenas. Se a identidade étnica possibilitou obter maior reconhecimento e visibilidade perante o Estado e a sociedade, isso não significava que não precisavam lidar com os obstáculos e as disputas a nível local.

A partir desse panorama, nossa proposta foi pensar de que forma os atores individualmente, ou em grupo, configuravam (ou malogravam) as situações problemáticas vividas em problemas públicos. Ainda nos pareceu pertinente identificar quais dispositivos e conexões eram mobilizados para que problemas singulares pudessem se tornar generalizáveis a fim de captar atenção e resposta pública. Ao mesmo tempo, nos perguntamos de que maneira esse processo de interação e intervenção também constituía as próprias identidades dos “novos sujeitos de direito” estabelecidas pelos dispositivos legais.

Dessa forma, interessamos em conhecer mais as justificações e as experiências individuais e coletivas no espaço público, as mobilizações em torno das situações problemáticas compartilhadas, ou mesmo, o acesso, o tratamento e os entraves encontrados pelas pessoas ordinárias para tratar de suas dificuldades ou necessidades face aos poderes públicos e suas instituições. Acompanhando as experiências e as perspectivas dos atores, buscamos descrever o tratamento (ou não) das reivindicações e as críticas tecidas pelos próprios atores nas cenas públicas. A partir disso, apreendemos em quais gramáticas ou valores se amparavam suas justificações e argumentações.

Desse modo, a perspectiva pragmática possibilitou que as situações fossem analisadas demonstrando como as formas de experiência, de opinião e de ação pública se estabeleciam continuamente. Para isso, foi preciso uma “leitura atenta do mundo social” capaz de dar conta da pluralidade dos modos de agir dos atores. Assim, a perspectiva de análise mais pertinente para decompor e descrever as ações em momentos, e observar o desenvolvimento de cenas e estados por meio dos quais as pessoas circulam foi a abordagem etnográfica. Ela nos possibilitou seguir e aproximar mais das pessoas nos momentos das ações, dos deslocamentos e dos ajustes. Isso porque as situações ou as sequencias curtas de situações eram a unidade de observação, permitindo registrar as configurações ou campos de relações em que estas interações estavam inseridas e observar a temporalidade no próprio desenrolar das ações. Portanto, permitiu capturar as formas como as pessoas ativavam diferentes regimes conforme os obstáculos e as restrições enfrentadas (DODIER, 1993; BREVIGLIERI; DEBAUGE, 1999).

Aqui, compreendemos a etnografia como um processo de pesquisa baseado na observação prolongada, contínua ou fracionada, de situações, em espaços públicos, organizações ou comunidades. Apoiado na habilidade em acessar o campo, tomar notas o mais denso e minucioso possível, a análise se arraiga nessa experiência de trabalho de campo. Em comparação com outros métodos de trabalho de campo, a principal característica da etnografia é a implicação direta, em primeira pessoa, do investigador. Ele observa, participa ou não das ações ou dos eventos que ocorrem em sua presença. Assim, fazer etnografia consiste em observar atividades, regulares ou excepcionais, *in situ*, mais do que se prender a tipologias preestabelecidas e nomenclaturas oficiais (CEFAI, 2013).

Essa observação, no nosso caso, ocorreu de maneira mais descontínua com idas e vindas ao campo, o que permitiu um duplo movimento de compromisso e de distanciamento, assim como alterar os pontos de vista de fora e de dentro do campo, como destaca Cefai (2013). Conforme o autor discorre, é necessário ir ao lugar, permanecer ali, realizar o trabalho de campo em pessoa, submergir nos espaços de interconhecimento, nas organizações ou nas comunidades. Isso significa que é preciso adentrar nos espaços de interações com suas gramáticas próprias, seus rituais e suas convenções, os quais o etnógrafo será excluído se não souber manejá-los.

Desse modo, a experiência etnográfica é altamente reflexiva, ao mesmo tempo em que deve ser expressada como algo “natural”. É um exercício para aprender a desalojar e reposicionar nossas categorias de pensamento teóricos, ideológicos, políticos ou religiosos, e buscar compreender o que ocorre na situação. Embora não seja possível alcançar completamente esse objetivo, há que tentar “ver as coisas como são”, o que implica adotar as distintas perspectivas dos interlocutores nas atividades cotidianas ou nas situações (CEFAI, 2013, p.7). Portanto, o interesse da etnografia é seguir os atores, atividades, ações ou interações que transcorrem numa dada situação a fim de observar os desdobramentos e as consequências engendradas.

Esse delicado processo é indissociável do trabalho da escrita etnográfica, sendo esta considerada uma parte do desenvolvimento da pesquisa, que não termina com o texto escrito e publicado. Os desdobramentos da pesquisa se prolongam e repercutem de forma imprevisível na difusão dos seus resultados. Para Cefai (2013, p.15, tradução nossa),

(a) etnografia, como seu nome indica, é uma ‘grafia’. Implica longas sequencias de escrita, que vão de simples anotações até a constituição de um caderno de campo, e logo, o trabalho de indexação, codificação e análise do ‘*corpus* de dados’. A escrita não é mais do que uma maneira de seguir com a pesquisa que permitirá ampliar o alcance desta por meio da comparação ou da história. Isso assegurará a passagem da descrição para formas mais sofisticadas de explicação e de interpretação e, portanto, de perguntas teóricas. Evidentemente, todas essas operações podem, por sua vez, ter efeitos no trabalho de observação, entrevistas ou pesquisa documental. O *corpus* de dados se amplia ao longo de toda a análise. E uma vez que o texto foi publicado, e

encontra um público por meio de distintas modalidades de restituição e de recepção, as perguntas suscitadas o renovam e relançam a pesquisa.

Dessa forma, as etapas da pesquisa vão ao encontro com os diversos modos de envolvimento etnográfico, que não se dissocia de uma dinâmica reflexiva. O trabalho de campo é uma “experiência”, na qual o etnógrafo se interroga constantemente sobre as próprias atividades, as possibilidades, as implicações epistemológicas e teóricas, as consequências para o pesquisador, seus interlocutores e seu ambiente. O envolvimento do etnógrafo em todas as etapas da pesquisa e seus desdobramentos, transforma seu campo, seus saberes e até a si mesmo. Ao mesmo tempo, se constitui como outro modo de fazer teoria, uma maneira não dogmática, vinculando as perguntas com os métodos escolhidos, os dados coletados e os problemas que resolvemos (CEFAI, 2010; 2013).

Embora as reflexões desse trabalho se ancoram especialmente na coleta de dados *in vivo*, a análise documental também se constituiu uma parte importante da pesquisa. Diversas entidades, especialmente, o SASOP nos disponibilizaram diferentes materiais produzidos a respeito da região e da Comunidade Quilombola Barroso.

Por fim, esclarecemos que, no decorrer desse projeto, empregamos tanto a primeira pessoa do singular para especificar os momentos e as experiências pessoais da autora, como a primeira pessoa do plural para corresponder ao processo conjunto de aprendizado e diálogo constituído não somente com a professora orientadora, mas também com outros professores, colegas e pessoas “comuns”, que proporcionaram diversas reflexões e contribuíram com questionamentos para esse trabalho.

A contribuição da sociologia pragmática francesa

A abordagem da sociologia pragmática na França emergiu a partir dos anos 1980 e se beneficiou das tradições sociológicas herdeiras dos filósofos pragmatistas americanos, isto é, aquelas com foco no momento da ação (etnometodologia), na fenomenologia e da decisão na ação, e na filosofia da ação (DIAZ-BONE; THÉVENOT, 2010). Assim, a sociologia pragmática busca posicionar a ação no centro da análise sociológica, como o próprio termo “pragmático” sugere (BÉNATOUIL, 1999).

A palavra “ação”, desta maneira, deve ser entendida de forma mais ampla possível baseada no que o homem faz tal como: construir uma teoria, aplicar uma categoria, se justificar, denunciar, se associar a outras pessoas ou mesmo deixar de agir (BÉNATOUIL, 1999). Isso significa que a ação humana é mais que um conjunto de representações e de um *habitus*, e sim um deslocamento constante no qual os sujeitos empregam diversos modos de engajamentos criando uma multiplicidade de comportamentos e de arquiteturas, que convencionam as condutas em ação (MOTA, 2008).

Podemos considerar, portanto, Luc Boltanski, Laurent Thévenot e seus alunos como alguns dos principais representantes da sociologia pragmática francesa ou sociologia *da* crítica. Esses autores generalizam o princípio de simetria (entre humanos e não-humanos, conhecimentos científicos e comuns, ciências da natureza e ciências sociais) e partilham de uma ideia comum em relação ao trabalho sociológico e o trabalho de campo indispensável, que permite, por sua vez, um engajamento político (BÉNATOUIL, 1999).

Bénatouil (1999) explica ainda que a abordagem pragmática admite que os participantes de debates oficiais, até mesmo os excluídos, tenham espaço e possam ser ouvidos pela sua própria posição política. Já Corrêa (2010) complementa que a sociologia pragmática dotou os atores sociais de reflexividade, capazes de justificar e criticar suas ações, além de mobilizar seu senso de justiça nas situações de incerteza e de disputa. Esta perspectiva foi constituída como contraponto para refletir sobre as variações da “sociologia crítica” de Pierre Bourdieu (VANDENBERGUE, 2006).

De qualquer modo, a sociologia pragmática possibilita abarcar a pluralidade dos mundos de ação, ou seja, a diversidade de regimes⁸ de ação humana e as competências mobilizadas pelas pessoas a fim de realizar, de acordo com as circunstâncias, uma conformação à situação presente. Esses distintos mundos não são redutíveis uns aos outros e nem são ordenados segundo seu peso ontológico (DODIER, 1993; BÉNATOUIL, 1999).

Para isso, é preciso decompor e descrever as ações em momentos, e compreender como as pessoas passam de uma situação a outra e de que maneira as competências são mobilizadas nas disputas sobre a adequação dos seus posicionamentos ou na coordenação de suas ações para enfrentar as exigências de cada regime de engajamento⁹ (DODIER, 1993; SANTOS, 2007). Thévenot (2001) esclarece que não podemos considerar somente os movimentos dos atores, mas também devemos verificar como o ambiente responde a eles e de que forma compreendem essas respostas. Na realidade,

[o] ponto de partida e o centro de toda a arquitetura são constituídos pelos momentos que os autores [Boltanski e Thévenot] denominam de “disputas por justiça”. Essas situações representam a estilização de cenas da vida nas quais as pessoas, em desacordo entre si, apóiam-se em diferentes princípios de justificação para argumentar de seu ponto de vista e, eventualmente, encontrar as formas de um acordo legítimo (DODIER, 1993, p. 79).

De acordo com Boltanski e Thévenot (2007), as pessoas envolvidas em momentos críticos¹⁰ precisam desenvolver justificações para fundamentar suas críticas ou explicar suas ações a fim de defender suas causas ou ações, quando a avaliação recai, sobre uma justificação pública. Então, ela deve designar e legitimar o “bem comum” (THÉVENOT, 2001).

No entanto, as justificações precisam estabelecer regras de aceitabilidade e, ao mesmo tempo, mobilizar e associar seres humanos e objetos para suas argumentações reflexivas. Portanto, essa conexão entre pessoas e coisas no intuito de criticar ou esclarecer alguém ou estabelecer um acordo, deve ser constituída com base em um princípio de equivalência. Essa equivalência é um dos aspectos fundamentais no método ou regime seguido pelas pessoas quando estas se encontram em uma disputa.

No decorrer de uma disputa, a referência a um princípio de equivalência também poderá ocorrer a fim de reivindicar justiça, revelar uma injustiça ou demandar uma reparação para demonstrar as justificações e as comprovações dos envolvidos. A disputa sobre o justo sempre remete a um “desacordo cujo objeto é a importância ou a grandeza (*la grandeur*) relativa dos diferentes seres presentes na situação” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007, p. 127). Por isso, esse regime de justificação é também denominado regime de justiça.

Para tornar possível um acordo, pessoas particulares necessitam despir-se de sua singularidade e convergir na direção de uma forma de generalidade que transcenda as pessoas e as situações nas quais elas se relacionam. Logo as pessoas, ao buscar o acordo, precisam pôr em evidência uma convenção de equivalência que lhes é externa (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007, p. 125).

⁸ De forma sucinta, a noção de regime busca destacar as características específicas das lógicas de discursos, das ações e dos estados mais notáveis de uma pessoa ou de uma situação. Assim, o regime possibilita visualizar um conjunto de regras no decorrer das interações na vida social, isto é, as gramáticas que definem uma situação, regem as ações e suas coordenações entre as pessoas e também entre elas e o ambiente (NACHI, 2006).

⁹ A tradução do termo francês *engagement* para “engajamento”, em português, deve ser compreendida tanto no sentido de adaptação ou conformação material concreta como um amplo arranjo moral ou compromissos políticos (THÉVENOT, 2001). Já Mota (2009, p.20) sugere que o termo *régime de engagement* deve ser entendido como “regime de compromisso”, ao invés da ideia de engajamento como “tomar partido de algo” ou se “engajar politicamente”.

¹⁰ Os autores compreendem como “momentos críticos” tanto as atividades críticas das pessoas como os momentos de crise ou disputa.

Desta maneira, o regime de justificação (que demanda convenções coletivas de equivalência) somente é necessário quando outros regimes de coordenação baseados tanto na “comodidade pessoal” quanto no “uso convencional” não são suficientes para lidar com a adversidade da situação e determinar o que é conveniente ou apropriado (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007). No regime de justificação, as dinâmicas são avaliadas nas disputas que apresentam o tipo de argumento e as provas demandantes de alto grau de legitimidade. Para isso, as ordens de grandeza (formas comuns de avaliação pública) são fundamentadas na mesma gramática¹¹ do “bem comum” ou do princípio de “viver-junto”.

Os arranjos são postos à prova criticamente e precisam de pessoas e objetos qualificados para o teste. Contudo, “qualificar não é apenas uma categorização ou a criação de uma tipologia; nem é meramente uma convergência de crenças. Depende fortemente das capacidades que podem ser testadas em relação a diferentes ordens de grandeza¹²” (THÉVENOT, 2001, p. 18).

Nas situações de justificação, as pessoas fundamentam suas posturas e seus argumentos em uma grandeza legítima, o que não significa que todos os comportamentos são reunidos sob um único princípio de equivalência. Para descobrir a grandeza legítima dos momentos, Boltanski e Thévenot (2007) analisaram: a) dados empíricos resultados de trabalho de campo sobre processos de disputas, b) conjunto de textos clássicos do campo da filosofia política, e c) obras contemporâneas que forneciam orientações de comportamento adequado nas empresas nos dias atuais.

A partir desse arcabouço, Boltanski e Thévenot descrevem os mundos comuns ou ordens (*cités*) apontando os diferentes princípios de ordem subjacentes nos textos clássicos e os seres (pessoas ou objetos) que habitam estes mundos descritos nas obras contemporâneas. Assim, eles destacam seis *cités* (doméstica, inspiração, industrial, mercantil, cívica e da opinião ou fama) que descrevem as justificativas utilizadas normalmente nas situações comuns. Essas *cités* são “construções históricas e alguns deles são cada vez menos capazes de fundamentar justificações, enquanto outros estão emergindo” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007, p. 134).

No entanto, não devemos nos ater a esta tipologia das *cités*, como Cefai (2009) chama atenção, uma vez que a abordagem dos autores nos remete a investigar a complexidade dos contextos de experiência e de ação nos momentos de prova. São nestes momentos de tensão, conflito ou crise ao redor de situações problemáticas que podemos observar claramente as operações de ajuste a uma realidade e de coordenação das tarefas. Desse modo, os atores não seguem a uma única lógica de ação e agem em uma “pluralidade de mundos” com suas linguagens específicas, coerências e dinâmicas internas (DODIER, 1991).

Por isso, ressaltamos que a abordagem pragmática busca explorar a capacidade das sociedades contemporâneas para se deslocar de um mundo para outro dependendo da arquitetura específica do contexto. Dito de outro modo, a conduta humana deve ser considerada na sua pluralidade e, para isso, precisamos direcionar nossa análise para às “competências reclamadas pelos atores para identificar a natureza da situação em vez de orientar o olhar sobre as identidades sociais, o *status*, os papéis, as disposições ou o *habitus*” (MOTA, 2008, p. 232).

¹¹ Podemos compreender o termo “gramática”, como o conjunto de coações (*contraintes*), ou regras, impostas aos atores envolvidos em uma mesma situação a fim de orientar adequadamente suas ações frente aos outros participantes (BOLTANSKI, 2000).

¹² Nossa tradução para o trecho: “Qualifying is not only a categorization or the creation of a typology; nor is it merely a convergence of beliefs. It depends heavily on capacities that can be tested in relation to the different orders of worth”.

Configuração de situações problemáticas e/ou problemas sociais em problemas públicos

Partindo da perspectiva de Dewey e sua discussão em “A Letter from John Dewey”, Cefai e Terzi (2012) explicam que as pessoas envolvidas em problemas, dificuldades ou interesses comuns podem se reunir, se interrogar, partilhar e discutir a situação problemática (*problematic situation*), que as afeta, a fim de compreendê-la e buscar possíveis soluções. Na realidade, o termo problemático significa a existência de algo questionável e suscetível de investigação, análise e discussão, além de abranger uma variedade de circunstâncias que podem ser qualificadas de confusas, perplexas e instáveis, por exemplo.

Sob esta análise, a situação problemática não é construída e nem criada, ela se constitui e, concomitantemente, organiza a experiência dos participantes ou dos observadores, ou seja, a problematização de uma situação está associada irremediavelmente a constituição de seus públicos¹³. A problematização (definição de uma situação problemática) e a publicização (constituição de públicos afetados por aquela situação) são duas faces da mesma dinâmica ou da própria conformação da política (Cefai, Terzi, 2012; Cefai, 2013).

Os públicos, portanto, podem ser um conjunto de atores (individuais, organizados ou institucionalizados) que se engajam coletivamente para definir e controlar a situação percebida como problemática por meio de discussões e julgamentos de opiniões; envolvimento em disputas e controvérsias; resolução de crises ou realização de acordos, o que torna a “coisa pública” não mais monopólio do Estado. Ao se envolver nesta atividade coletiva, emerge um novo tipo de coletivo inexistente anteriormente e não dedutível de características sociais, profissionais ou institucionais de seus membros. O trabalho de gestão do coletivo, todavia, não se constitui como fruto de uma criatividade sem controle, pois está condicionado por marcos de ordem técnica, ética, jurídica e política (Cefai, 2002; Cefai, Terzi, 2013).

Dessa forma,

(...) o público se configura dentro de um teatro de posições que une diferentes elementos nas operações realizadas pelos seus espectadores, seus protagonistas, seus antagonistas e as consequências que elas terão para outras pessoas, além dos lugares e momentos de seu advento (CEFAÏ; PASQUIER, 2003, p. 6)¹⁴

Este duplo processo de problematização e publicização também representou um ponto central na obra “*The culture of public problems. Drinking-driving and the symbolic order*”, de Gusfield (1981), que estudou como o ato de dirigir embriagado se tornou um problema público norte-americano nos anos 1970. Mais do que compreender as controvérsias e os conflitos emergentes entre as associações dos usuários, as empresas automobilísticas, as seguradoras e os representantes do poder público em torno do problema de acidentes nas rodovias norte-americanas, Gusfield (1981) parte de uma perspectiva, onde diferencia “problemas sociais” de “problemas públicos”.

Problemas sociais não são necessariamente públicos, como Gusfield (2009, p. 5) alude, visto que nem todas as situações malélicas ou penosas para as pessoas ou grupos da população em um determinado momento se tornam preocupações públicas ou questões de conflitos ou de controvérsias nas arenas de ação pública¹⁵. Assim, este autor considera três elementos

¹³ Cefai e Pasquier (2003) apresentam uma discussão mais detalhada dos diversos sentidos e perspectivas que a noção de “público” pode assumir, incluindo nos meios de comunicação.

¹⁴ Tradução do trecho : « le public se configure dans un théâtre de positions qui unit ces différents éléments, dans les opérations qu’accomplissent ses spectateurs, ses protagonistes, ses antagonistes et dans les conséquences qu’elles auront pour d’autres personnes, au-delà des lieux et des moments de leur avènement ».

¹⁵ A ação pública pode ser compreendida de forma mais ampla, abarcando tanto as atividades dos poderes públicos como aquelas articuladas no espaço público, as quais visam ou aludem ao bem comum. Esta definição abrangente permite envolver atividades vinculadas ao exercício do poder público e aquelas exercidas por cidadãos comuns,

fundamentais (propriedade, responsabilidade causal e responsabilidade política) a fim de compreender como um problema emerge e obtém a condição de público.

A propriedade corresponde a capacidade de alguns grupos em criar ou orientar a definição pública de um problema nas arenas de opinião, ação e debate públicos, já que nem todos os grupos possuem poder, influência e autoridade semelhantes nestes espaços e momentos. Já a responsabilidade causal indica os fatos ou os agentes julgados como a causa do problema público, enquanto que a responsabilidade política designa as pessoas ou instituições públicas responsáveis em solucionar o problema. Desse modo, os problemas públicos podem ser imputados e tratados pela ação dos poderes públicos, instituições privadas ou organizações de cidadãos.

Por isso, Cefai (2009) infere que os problemas públicos podem ser considerados como problemas sociais com atributos suplementares no contexto de uma cultura democrática. Isso significa que eles são abordados pela ação pública, ao mesmo tempo em que se configuram por meio de formas retóricas e dramáticas. Como resultado, a definição e a resolução de um problema público provoca uma intensa atividade de associação, de comunicação e de cooperação entre os atores, organizações e instituições a fim de contestar tanto a opinião pública como os poderes públicos. O “público”, portanto, não é tanto um organismo social ou político, mas uma conformação da vida coletiva, que emerge ao redor de um problema, da mesma forma que o constitui.

Assim, a análise se centraliza no processo de elaboração da “coisa pública”, que se forma por um conjunto de regras, convenções, objetos e teorias, e ocorre concomitantemente com a configuração das identidades dos atores, que não são estabelecidas anteriormente e, sim, no decorrer das suas intervenções e de suas interações. O importante para Cefai (2002) é observar e descrever as práticas cívicas concretas comandadas por uma pluralidade de regimes de engajamento nas situações, ao invés de recorrer a modelos abstratos definidos exclusivamente pela consciência do bem público, de seus direitos e deveres como as abordagens de Habermas e Rawls.

A partir deste olhar é possível apreender a diversidade de processos que estão em jogo, ou seja, mobilizações, definições de ações públicas, circulação e consolidação de assuntos específicos que podem se tornar problemas públicos e ganhar visibilidade na arena pública. Aqui, a noção de arena pública é resgatada e contextualizada por Cefai (2002) que retorna à abordagem pragmatista da escola de Chicago. O autor busca não restringir suas análises dentro de dispositivos institucionais, técnicos e jurídicos da ação pública ou de espaços estruturados pelas posições de atores em função de seus recursos e *status*. A noção de arena, desta maneira, pode ser compreendida como um lugar de combate e de *performance* frente ao público, o que a diferencia da ideia de espaço público empregada por J. Habermas por apresentar uma dimensão mais dinâmica e dramática.

Logo, a interação é central para se pensar a arena pública como palco, onde os pretendentes a “proprietários” dos problemas públicos se afrontam frente aos espectadores. Essa metáfora da “propriedade” refere-se aos domínios de controle, exclusividade e transferência em torno do processo de publicização dos problemas públicos.

Assim, Cefai (2002) distingue uma arena social de uma arena pública, sendo que esta apresenta três características: encenação (*scénarité*); pluralidade e igualdade (*pluralité et égalité*); e obrigações ou regras de publicização (*contraintes de publicisation*). O primeiro aspecto, a encenação, se refere a um “bem viver juntos”, onde as experiências e as atividades correspondem não somente à satisfação de interesses e relações pessoais, mas também a outras pessoas envolvidas na arena pública. Isso significa que a “vida social é uma cena”, onde os

quando se manifestam ou reclamam por algo relativo à vida do coletivo, dentro do mesmo quadro. Aqui ações públicas são tratadas como “formas culturais” permitindo uma análise das cenas, dos ritos e dos símbolos (LABORIER; TROM, 2003, p.5).

atores direta ou indiretamente se percebem e se tornam visíveis uns para os outros, permitindo um ajustamento recíproco de ações e falas e um ordenamento de comportamentos. Consequentemente, esta *performance* ocorre por meio de uma dialética de legitimação, uma vez que os atores precisam prestar contas, alcançar consentimentos, impor sua autoridade e contornar a crítica. Para isso, eles estabelecem vínculos ao redor de regras comuns e questões partilhadas que emergem e se estabilizam pelas suas interações (CEFAÏ, 2002).

Portanto, uma arena pública é

(...) uma estrutura de coordenação de diferentes elementos, onde se desdobram as operações realizadas pelos protagonistas e espectadores, e os resultados pragmáticos para outras pessoas. Ela requer a montagem de um teatro de lugares ocupados por atores e por espectadores, por locutores e por ouvintes, munidos de subsídios cognitivos e normativos, dotados de reservas de experiências de sentidos comuns, capazes de compreensão e julgamento no mundo de objetos e regras, de ferramentas e relatos que eles habitam (Cefai, 2002, p. 59)¹⁶.

Por conseguinte, o autor considera que a encenação não é somente um recurso de luta, mas também uma configuração material e concreta das arenas públicas que se desenvolvem nas atividades conjuntas, reivindicações de direitos ou expressões de singularidades.

A segunda característica explorada pelo autor diz respeito à pluralidade e à igualdade. Cefai (2002) explica que ao agir dentro de uma situação pública, os atores se submetem às gramáticas da vida pública e, simultaneamente, dispõem de repertórios, argumentos e motivos que permitem colocar em cena bens valorizados, reconhecer ações ou eventos portadores de valores públicos. Assim, uma arena pública também é uma arena social, onde está em jogo a dinâmica de formação, de defesa ou de obtenção de bens considerados como “públicos”.

No envolvimento com questões de “interesse geral” ou “utilidade coletiva”, as perspectivas dos atores são plurais e esta pluralidade se articula por meio de mecanismos institucionais e referências jurídicas. Essa distinção entre pontos de vista permite a formação e a expressão de opinião dos próprios atores, além de direcionar as críticas e a explicitação de reivindicações ao público. Portanto, uma arena pública não é um lugar de “consenso entre valores, atitudes e opiniões” e, sim, um mosaico de maneiras de sentir; de escolher pontos de vista alternativos e manifestar preferências éticas; de opinar e exprimir a respeito de problemas públicos. Todavia, não se pode também perder de vista que a arena pública é um espaço de direito comum de acesso igualitário pelos atores (Cefai, 2002, p. 61).

O terceiro aspecto ressaltado por Cefai (2002) aborda as diversas obrigações ou regras, inclusive de publicização, que pesam sobre as ações para que sejam consideradas como pertinentes e coerentes dentro da arena pública, ou seja, é necessário respeitar certas regras ou obrigações para que proposições ou performances possam ser inteligíveis e aceitáveis. Os atores precisam levar em conta as obrigações de pertencimento e de conformidade nas atividades em cenas públicas (políticas, administrativas, judiciária ou midiática) a fim de ajustar suas ações. Desta maneira, uma arena pública se configura a partir dessa interatividade e inter-objetividade que se desdobra em um processo de *publicização*, que emerge da constituição de causas públicas ou bens comuns provenientes de opiniões públicas e ações coletivas. Podemos, por conseguinte, observar as diversas articulações na arena pública que pode ser pensada como um lugar de debate, de polêmica, de depoimento e de deliberação, onde gradualmente emergem os problemas públicos e os atores elaboram, por exemplo, instrumentos de categorização e

¹⁶ Tradução do trecho: « (...) que la structure de coordination de ces différents éléments, où se déploient les opérations qu’accomplissent ses protagonistes et leurs spectateurs et les conséquences pragmatiques qu’elles auront pour d’autres personnes. Elle requiert le montage d’un théâtre de places occupées par des acteurs et par des spectateurs, par des locuteurs et par des auditeurs, appareillés d’équipements cognitifs et normatifs, dotés de réserves d’expériences de sens commun, présumés capables de compréhension et de jugement dans les mondes d’objets et de règles, d’outils et de récits qu’ils habitent ».

qualificação; estabelecem modelos de equivalência e parâmetros; e estabilizam acordos plausíveis entre as partes (Cefaï, 2002; Cefaï, Trom, 2003).

No entanto, a constituição de problemas públicos, a definição de bens públicos e o comprometimento de políticas públicas não ocorrem somente em “fóruns deliberativos” ou “arenas de decisão”, uma vez que uma arena pública se articula também por meio de formas de ação coletiva, definições de agendas midiáticas, declarações de opinião e dispositivos de ação pública. Esses processos se propagam em diversos lugares e momentos, tendo uma multiplicidade de situações compostas, onde o “espaço se decompõe em uma multiplicidade de lugares focos de atenção, em uma arquitetura de cenas públicas; o tempo em diferentes tipos de temporalização, cada um com seus próprios ritmos e suas próprias qualidades¹⁷” (CEFAÏ, 2002, p. 69).

Desse modo, a arena pública não é um espaço-tempo homogêneo e, sim, uma multiplicidade de cenas públicas dispersas que são passíveis de distintas “análises de situação” e interligadas a um “arquipélago de microarenas públicas” (CEFAÏ, 2002, p. 70). Ainda Cefai (2013) explica que podemos compreender a arena pública como um exercício de reflexão coletiva, eminentemente plural e conflituosa por meio da qual uma comunidade se auto institui. O desafio é apreender como se constitui esta organização endógena de experiência e de ação coletiva, já que a própria experiência coletiva se torna observável e descritiva ao se tornar pública.

* * *

Após esta introdução, a tese está estruturada em mais três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos uma visão geral, o histórico de povoamento e a questão agrária no município de Camamu. Essas informações serão fundamentais, posteriormente, para contextualizar o processo histórico de expropriação e exclusão da posse e do uso da terra na região. No segundo capítulo, descrevemos a trajetória das famílias do Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira e sua constituição como “assentado”. A partir disso, analisamos as situações, que os atores lidavam e percebiam como problemáticas e se esforçavam para resolvê-las coletivamente. No terceiro capítulo, recompomos e analisamos a história e a trajetória compartilhada pelas famílias da Comunidade Quilombola do Barroso e como uma perturbação inicial se torna uma questão coletiva e, posteriormente, um problema público, na medida em que se configura simultaneamente ou sucessivamente sobre diferentes cenas públicas e ascende à escala da publicidade obtendo atenção e tratamento pela ação pública. Por fim, esboçamos algumas considerações finais engendradas no decorrer desta pesquisa.

¹⁷ Tradução do trecho: « L'espace se décompose en une multiplicité de lieux de focalisation de l'attention, en une architecture de scènes publiques : le temps en différents types de temporalisation, chacun avec ses propres rythmes et ses propres qualités ».

1 POSSE, PROPRIEDADE E USO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE CAMAMU

O município de Camamu se localiza na região turística denominada “Costa do Dendê”, no litoral sul da Bahia, onde “as belezas naturais” são amplamente divulgadas e conhecidas devido às inúmeras “praias com águas transparentes e areias brancas, coqueiros, sol e calor durante o ano todo”. Encontramos esta descrição constantemente nos sítios eletrônicos sobre a região ou nos depoimentos de turistas ou agentes de viagens. Contudo, Camamu é “somente” o local de chegada para aqueles que seguem, por via marítima, para as ilhas e praias da Baía de Camamu, já que não há praias ali. A exuberância de sua paisagem se deve aos mangues e à biodiversidade dos pontos de Mata Atlântica ainda preservados.

Na realidade, “floresta mesmo há pouca. Este mato, que parece floresta, é tudo cultivado”, alertou um amigo, logo nas primeiras visitas. Apesar de subsidiar o imaginário de “mata conservada”, a maior parte da cobertura vegetal observada nas estradas, por exemplo, é constituída por diversos plantios. Depois de um tempo de convívio é possível identificar o cravo da índia, a piaçava, a pimenta do reino, o guaraná, a pupunha, a seringa, o coco, as inúmeras frutíferas, os dendezeiros e as *roças* de cacau.

Ainda encontramos outras indicações de pontos turísticos na área central da sede do município, a qual se divide em *cidade alta* e *cidade baixa*. Na *cidade alta* estão localizadas as igrejas, alguns casarões do século XVIII, as sedes da prefeitura e suas secretarias. Ademais, há outras entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), o Sindicato Rural patronal, entre outras. Por sua vez, na *cidade baixa* se concentram os principais comércios e serviços: o mercado de peixe, o pequeno mercado de artesanato, a feira e o porto. Avistamos dali o imenso mangue ao redor da orla, os barcos de pescadores e as escunas de veraneio ou das empresas de turismo atracados. Nas ruas, frequentemente vemos cravos-da-índia e sementes de cacau secando nas calçadas ou nos quintais das casas. Também encontramos diversas frutas da estação vigente, caranguejos ou guaiamuns e diversos temperos comercializados por vendedores ambulantes.

Nas sextas-feiras e nos sábados, quando ocorre a feira, se intensifica o fluxo de pessoas provenientes das *beiradas*, da *roça* e dos municípios próximos a fim de *fazer a feira da semana* e/ou vender seus produtos. Nestes dias, nos períodos de feriados e férias, há um número maior de turistas circulando pela *cidade baixa* para embarcar rumo à vila de Barra Grande¹⁸. Assim, o setor de serviços é responsável por 66% do PIB municipal, seguido pelo setor agropecuário, com 20%.

Por outro lado, nos deparamos com situações de muita desigualdade em relação ao acesso de serviços e às condições socioeconômicas da população local frente aos turistas, veranistas e proprietários de estabelecimentos comerciais. Nos destinos turísticos e famosos contíguos ao município, encontramos muitas casas luxuosas, barcos de veraneio e serviços requintados. Estes se contrastam com os vilarejos simples e mais afastados com inúmeras casas de taipa nas beiras dos rios e mangues em localidades que, muitas vezes, não tem acesso a serviços públicos como o fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário, por exemplo.

Na própria sede do município, há uma carência destes serviços. Com uma incidência de pobreza e desnutrição infantil de 51,69% e 15,3%, respectivamente, Camamu apresenta taxa de analfabetismo de 26,7% da população (de 15 anos ou mais de idade) e somente 31,4% dos domicílios particulares permanentes totais possuem saneamento considerado adequado, sendo

¹⁸ Barra Grande é uma localidade turística pertencente ao município de Maraú. No entanto, o acesso ocorre frequentemente por via marítima, em Camamu, já que é mais rápido do que seguir pela estrada de terra em péssimas condições.

que essa proporção diminuiu para 12,4% nas áreas rurais, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011).

Embora estes contrastes não sejam exclusivos de Camamu ou do Território Baixo Sul, nos defrontamos recorrentemente com diagnósticos sobre a “riqueza” em termos da biodiversidade e do ambiente em oposição à “pobreza” relacionada às condições de vida da população local¹⁹. Mais do que deslocar essa imagem pré-concebida, compreendemos que conhecer sucintamente o processo histórico de formação e desenvolvimento de Camamu nos ajudaria aproximar daquela realidade e também contextualizar os relatos e as entrevistas durante o trabalho de campo. No início do trabalho de campo, percebemos que a forma de acesso e posse da terra também se tornaram questões fundamentais que permeavam a vida das comunidades desde sua gênese até os dias de hoje. Ainda muitas controvérsias, reivindicações, argumentos e próprias situações vivenciadas pelos sujeitos se amparam na reparação de injustiças em relação à própria concentração fundiária e a condição precárias de permanência na terra.

Na realidade, o agravamento das desigualdades sociais do campo são reflexos da concentração de terra herdada desde o período colonial, das intervenções estatais para a modernização conservadora da agricultura e dos projetos de desenvolvimento até os dias atuais. Desse modo, apresentamos um panorama sobre o município, descrevemos sucintamente o processo histórico de formação e desenvolvimento de Camamu e região com ênfase na questão agrária, uma vez que diversos argumentos e justificações baseados no processo histórico de expropriação e exclusão da posse e do uso da terra eram acionados pelos atores nos momentos de disputa, denúncia ou defesa de suas ações.

1.1 O município de Camamu

Com uma área territorial de 920,37 km², Camamu se situa no Território Baixo Sul²⁰ (figura 2), no estado da Bahia, e possui 35.180 habitantes, sendo que 56% residem na área rural, onde a Prefeitura Municipal identificou mais de sessenta *comunidades* (IBGE, 2010; CAMAMU, s.d). Esta população rural é constituída por assalariados rurais, proprietários de terra, assentados de reforma agrária, quilombolas, indígenas do Povo Pataxó Hã-hã-hãe, além de pescadores, ribeirinhos e marisqueiras. Estes últimos também são conhecidos como *beiradeiros*, uma vez que a área mais próxima ao litoral é denominada popularmente como *Beirada*.

¹⁹ Estas avaliações semelhantes eram tecidas tanto por algumas organizações sociais ou por servidores da Prefeitura Municipal de Camamu como por publicações sobre desenvolvimento da Fundação Odebrecht ou da Veracel Celulose S.A, empresas atuantes na região.

²⁰ O Território Baixo Sul se constitui como um dos 164 Territórios Rurais Brasileiros definidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e também um dos 26 Territórios de Identidade da Bahia. Ambas as esferas compartilham o mesmo conceito e abordagem de Território, e a delimitação geográfica abarca os mesmos municípios. Maiores informações consultar: <<http://www.seplan.ba.gov.br/cappa.php>> e <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais/2635368>>.

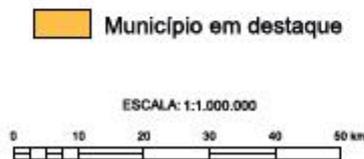


Figura 2: Mapa de localização de Camamu no Território Baixo Sul - Bahia

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/SEPLAN)

É na *Beirada* (figura 3) que encontramos os mangues, as restingas e as lagoas. Portanto, o turismo, a pesca, a mariscagem, a produção de dendê e piaçava são as principais atividades econômicas desenvolvidas ali. Esta região é a principal produtora de azeite de dendê do município, visto que há muitos *roldões* para extração e produção do azeite.

Como a maioria das terras é partilhada e repassada por meio de herança familiar, existe um número elevado de minifúndios²¹ devido à divisão sucessiva das propriedades. Ademais, a

²¹ Minifúndio é o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal, segundo a Lei Federal nº8.629/1993.

construção da rodovia BA-001 e o aumento do turismo contribuíram para a valorização das terras e especulação imobiliária (SASOP, 2003a).

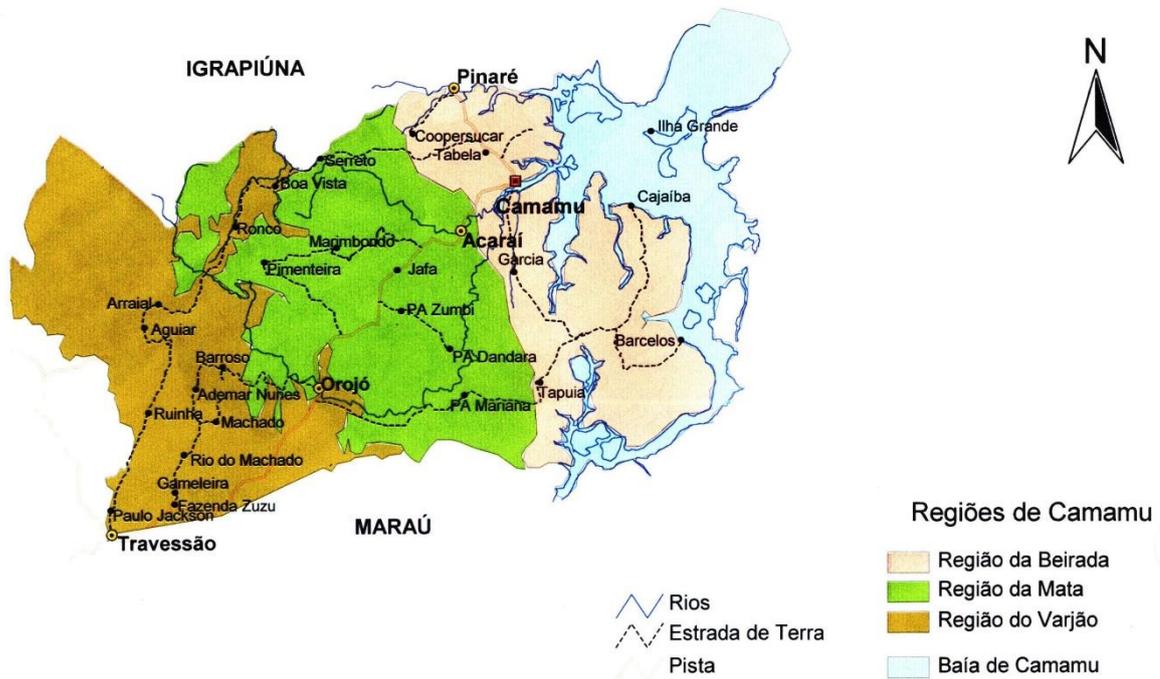


Figura 3: Ilustração das regiões de Camamu.
Fonte: SASOP (2003a)

Conforme observamos na figura acima, disponível no documento intitulado “Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar em Camamu”, produzido pelo SASOP (2003a), além da região da Beirada, o interior do município pode ser diferenciado em Mata e Varjão. A região da **Mata** está situada na parte central do município e atualmente concentra os assentamentos de reforma agrária. Como abordaremos mais adiante, a maior parte destas terras pertencia, anteriormente, às empresas Cepel, Cultrosa, Brahma, entre outras, e a “grileiros”. Com a diminuição das atividades produtivas e o abandono dessas áreas, grupos de trabalhadores rurais e *posseiros*²² organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) ocuparam e reivindicaram o uso social da terra. Apesar do solo não ser considerado fértil, o cultivo de banana, cacau, seringa, guaraná, pimenta-do-reino, guaraná, cravo, além da fabricação de farinha, são as principais atividades produtivas (SASOP, 2003a).

Na região denominada **Varjão**, com topografia mais acidentada (morros e serras) e terras mais férteis, surgiram as primeiras grandes fazendas de cacau no município, as quais existem até hoje. No entanto, a crise do cacau²³, ocorrida no início da década de 1990, causou o abandono destas fazendas e somente parte dos trabalhadores das lavouras de cacau continuaram na região. Mesmo assim, o cacau continua sendo a principal atividade econômica, seguida pelo cravo e a mandioca para a fabricação de farinha (SASOP, 2003a).

Este perfil sucinto das regiões colaborou para uma visão panorâmica do município, demonstrando a conformação presente da estrutura agrária e da organização das comunidades,

²² É importante destacar que existiam, de uma forma geral, muitos trabalhadores rurais das fazendas que receberam a terra como forma de pagamento pelo tempo de serviço, mas não possuíam o título de propriedade, ou se adentraram nas áreas inexploradas no município, entre outras situações.

²³ Trataremos com mais detalhes no capítulo 3.

o que nos ajudou a compreender, no primeiro momento, as especificidades relatadas pelos nossos interlocutores. No entanto, esta caracterização demonstra somente alguns contornos e, por isso, vasculhamos outros elementos na história para apreender a estrutura agrária e o acesso à terra em Camamu e região.

1.2 Breves considerações históricas

O território Baixo Sul, onde se localiza o município de Camamu, foi uma das primeiras áreas ocupadas do Brasil no século XVI (GGT/MDA, 2007). A extração de madeira nobre ou o fornecimento de lenha para os engenhos de cana de açúcar do Recôncavo Baiano representaram as principais atividades empreendidas, o que possibilitou também a criação de entrepostos comerciais ao longo da costa (SANTOS, 2004).

Com a expansão da produção baiana da cana de açúcar, até o final do século XVII, também se intensificou a demanda pela produção da farinha de mandioca, na qual Camamu se destacou como principal fornecedor para as regiões de Salvador e do Recôncavo. Outras produções para subsistência também foram relevantes, tais como: feijão, milho e atividades pesqueiras (GGT/MDA, 2007).

No século XVII, a extração de madeira para a construção naval e o cultivo de mandioca para a produção de farinha continuavam movendo a economia de Camamu. Na realidade, o cultivo de mandioca se tornou o principal produto para o abastecimento das regiões centrais da Bahia e das tropas regulares do Estado, o que acarretou a proibição de outras plantações que não fossem de mandioca, além de diversas disputas entre produtores locais e o governo.

Como alude Santos (2004), a monopolização do comércio de farinha de mandioca também proporcionou o enriquecimento e o acúmulo de recursos financeiros por parte dos produtores que permitiu a compra de escravos africanos. Dessa forma, mais da metade da população da região, na segunda década do século XVIII, era escrava, apesar do predomínio da pequena propriedade e da produção agrícola destinada ao abastecimento interno.

A autora destaca, ainda, uma rebelião escrava ocorrida em Camamu, em 1691, com a formação do “mocambo” de Santo Antônio, que foi posteriormente invadido e destruído pelo governo local. Já Gomes (2008) aponta, com base nos documentos do Arquivo Público da Bahia, a grande presença de engenhos na região de Camamu, o que teria contribuído para a formação de quilombos²⁴. Apesar disso, Camamu permaneceu como o maior exportador de farinha de mandioca do país e o segundo município mais importante da Bahia nesse período, quando foi elevado à categoria de cidade, em 1891 (GGT/MDA, 2007).

Contudo, o estado da Bahia, e consequentemente a região, foi perdendo a importância econômica e política, tanto pela decadência da sua produção açucareira como pela ascensão de novos ciclos econômicos em outras regiões brasileiras no decorrer do século XVIII, com destaque para a mineração. No final deste período, ocorreu a introdução das culturas do algodão, do café e do cacau. Esta última foi de grande importância econômica para o estado da Bahia, tanto em relação ao volume da produção, quanto à balança comercial externa. Essas atividades contribuíram para o crescimento demográfico e a dinamização interna da economia no sul da Bahia²⁵. Germani (1993), no entanto, chama atenção a que a mão de obra empregada nos cultivos de cacau foi composta pelos “retirantes nordestinos” expulsos pela seca no interior

²⁴ Algumas lutas pelo acesso à terra no período colonial podem ser encontradas no IBGE (1958) e nos estudos de Santos (2004) e Gomes (2008).

²⁵ A delimitação geográfica da região cacauzeira da Bahia se concentra, ainda nos dias atuais, nos Territórios Baixo Sul e Litoral Sul. Entretanto, a maior produção de cacau se centralizou no Litoral Sul, especialmente nos municípios de Itabuna e Ilhéus.

do estado, os quais viviam em condições de flagelo e de fome. Sem opções, estas pessoas trabalhavam em regime de semiescravidão nas fazendas de cacau, não recebendo remunerações e trabalhando, alguns dias, gratuitamente para os fazendeiros.

Os cacauais se expandiram cada vez mais, tanto que o Brasil se tornou o maior produtor mundial de cacau já em 1907 e a Bahia foi responsável por 90% da produção nacional. A presença do cacau não foi tão hegemônica no atual Baixo Sul como no entorno dos municípios de Itabuna e Ilhéus, os quais eram considerados agroecossistemas cacauzeiros por excelência (SILVA; LEITE, 1970). No Baixo Sul, existiam condições adequadas para outros cultivos tropicais, além da presença dos inúmeros produtores e pescadores artesanais, como aponta Demeter (1997).

De qualquer modo, os municípios do Baixo Sul também sentiram os reflexos da denominada “crise do cacau”, especialmente aquela que se iniciou no final da década de 1980 e se agravou na década seguinte, quando a queda dos preços mundiais, provocada pelo excesso de produção concorrente da Costa do Marfim somada às estiagens dos anos de 1987 e 1988 e à proliferação do fungo da “vassoura de bruxa” e “podridão-parda” nos cacauzeiros, reduziram a produção baiana pela metade (MELIANI, 2014). Como decorrência, os cacauicultores alegaram que os elevados custos de produção frente aos valores de comercialização não compensavam seu cultivo, por isso muitos abandonaram ou venderam suas propriedades. Isso levou à demissão massiva de aproximadamente duzentos e cinquenta mil trabalhadores rurais expulsos das fazendas, os quais seguiram para os grandes centros urbanos, tais como São Paulo e Salvador, para as periferias dos municípios, principalmente Itabuna e Ilhéus, ou permaneceram na região sem terras para trabalhar (DEMETER, 1997). Uma parte destes desempregados e subempregados, juntamente com a desvalorização das terras da região e da dificuldade de revitalização das fazendas, colaboraram para o aumento de ocupações de terras organizadas principalmente pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Luta pela Terra (MLT) e o MST (LEITE *et. al.*, 2004).

Frente a “crise do cacau” e as condições edafoclimáticas favoráveis para outros cultivos, o perfil produtivo do Território Baixo Sul sofreu mudanças, na metade do século XX, com a introdução do dendê cultivado, o aproveitamento das plantações nativas e a expansão do cravo-da-índia, seringueira, coco-da-baía, pimenta do reino e guaraná. A maioria destes cultivos direcionados, principalmente para o mercado, contribuiu não somente para a redução de produtos para subsistência, mas também provocou o deslocamento da população, alterou a capacidade de absorção de mão de obra e o uso dos recursos naturais (LEITE *et. al.*, 2004).

Além disso, verificamos a mudança do padrão e da base tecnológica da agricultura a partir da “modernização conservadora”. Os produtos da indústria implantada na região Sul do país foram absorvidos pelo mercado consumidor baiano neste período. Esta nova dinâmica estava integrada ao projeto de industrialização que se implantava na Bahia com a criação da Petrobras e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A política desenvolvimentista da SUDENE enfatizou o financiamento de projetos industriais, da construção de infraestrutura e, depois de 1966, passou a financiar projetos agropecuários de maior dimensão. Assim, os subsídios da SUDENE deram origem a uma nova condição da propriedade da terra com a formação de empresas agrícolas (GERMANI, 1993).

Esta nova dinâmica de desenvolvimento regional promovida pela SUDENE não resultou na resolução da questão mais grave no campo, ou seja, a profunda desigualdade na estrutura da propriedade da terra. Como Ivo (1982, p.11) destaca:

[...] o apoio a grandes projetos agropecuários inova a condição de propriedade da terra sob formas mais modernas, de empresas agrícolas, contribuindo, ao mesmo tempo, para a expansão do processo de concentração da propriedade e servindo de base consistente para o avanço do capital no campo, que se opera na década de 70/80.

Apesar das poucas informações existentes sobre os períodos de instalação das empresas agrícolas no território Baixo Sul, encontramos ainda em funcionamento antigas empresas, tais como: Odebrecht, Cultrosa e Michelin; enquanto outras como Brahma (atual Ambev), Cepel, Tagril foram transformadas em assentamentos rurais, como abordaremos mais adiante. De qualquer modo, verificamos que o avanço do setor imobiliário e turístico na região, após a década de 1990, intensificou a valorização das terras na região.

Com estas mudanças, Zilioli (2008) observa, em seu estudo sobre a região do Rio Carapitanguí e o povoado de Barra Grande, localizados na Península de Maraú, que as atividades produtivas da população local, que se dedicavam anteriormente somente à pesca, foram substituídas ou se tornaram periféricas. O turismo e o comércio passaram a ser as principais fontes de renda. No entanto, os empregos destinados aos moradores são aqueles que, além de sazonais, possuem menor remuneração devido à sua baixa escolaridade e qualificação profissional. Tanto Zilioli (2008) como Walter (2010) indicam, todavia, que as comunidades das regiões turísticas ressaltam a importância do turismo como fator de desenvolvimento e bem-estar social desde que não cause impactos negativos ao ambiente, já que o aumento do número de turistas e a ausência de saneamento básico vêm contribuindo para o crescente volume de lixo.

Afora isso, Walter (2010) elucida que outras atividades econômicas na região litorânea do Baixo Sul da Bahia, tais como a maricultura, a indústria de petróleo e o turismo, vêm ocupando os espaços usados tradicionalmente pelas comunidades pesqueiras artesanais. Apesar dos impactos abordados pela autora especificamente para a pesca artesanal, não podemos ignorar que tanto a pesca como a agricultura constituem um importante meio de vida de muitas comunidades rurais próximas à costa. No caso do município analisado, damos destaque para o crescente desenvolvimento do setor turístico, sendo o porto de Camamu o principal acesso marítimo para Barra Grande, no município de Maraú, e outras ilhas da Baía.

A valorização das terras devido aos empreendimentos turísticos e imobiliários e a expansão do cultivo de produtos agrícolas destinados ao mercado, como o dendê e a seringa, pode acentuar ainda mais a concentração da propriedade de terra e a apropriação dos recursos naturais pelos “novos grupos empresariais”. Isso influencia diretamente não apenas a reprodução social das populações rurais, mas também provoca a erosão dos conhecimentos de povos e comunidades tradicionais ali presentes, relacionadas ao uso e ao manejo da agrobiodiversidade, da alimentação e da nutrição (CONSEA, 2007). Ao mesmo tempo, estas atividades podem continuar reiterando não somente o processo desigual de ocupação e acesso à terra, mas também a precarização das condições de trabalho, a informalização das relações trabalhistas e a baixa remuneração, já apontadas por Demeter (1997).

Sob esse contexto, a luta pelo acesso e permanência da terra persiste até os dias atuais, sendo que a concentração fundiária, medida pelo índice de Gini, vem aumentando em muitos municípios, inclusive em Camamu, como veremos adiante. Se o processo de regularização fundiária e reforma agrária no município iniciou-se, no final da década de 1970, com um conflito entre *posseiros* e “grileiros” por uma área, discorremos de maneira sintética, a seguir, como a luta pela terra foi (e continua) se constituindo como problema público no Brasil. Esses elementos ampararam a mobilização dos “posseiros” em Camamu resultando em um dos primeiros assentamentos rurais do estado da Bahia.

1.3. A luta pela terra como problema público

As revoltas e as lutas no campo irromperam em inúmeros momentos desde a época colonial contra as péssimas condições de vida e de trabalho ou mesmo devido à repressão

sofrida pelos próprios movimentos messiânicos, como ocorreu em Canudos, na Bahia, e em Contestado, entre os estados de Santa Catarina e Paraná²⁶. Apesar da relevância destas lutas, partimos dos conflitos emergentes nas décadas de 1940-1950 a fim de resgatar as primeiras propostas políticas ou reivindicações pela reforma agrária (MEDEIROS, 1989; KAGEYAMA, 1993; OLIVEIRA, 1994) a fim de acompanhar como essa problemática se constitui com o decorrer do tempo como problema público.

Assim, observamos que a reforma agrária como tema de reivindicação começa a ser delineado após a consolidação do processo de industrialização na década de 1930, quando a função da agricultura na nova etapa de desenvolvimento do país, antes direcionada predominantemente para a exportação, passa a ser rediscutida a fim de adequá-la na dinâmica da economia. Apesar do destaque do setor agrícola, poucos avanços foram obtidos em relação aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores do campo, embora os operários urbanos já obtivessem avanço em relação à legislação trabalhista e sindical (MEDEIROS, 1989; 2010).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), um projeto para a regulação das atividades rurais, o Código Rural, foi apresentado a Câmara dos Deputados, em 1937, uma vez que existia uma preocupação com a melhoria das condições de trabalho no campo. Contudo, a discussão deste projeto não prosseguiu na pauta política. Outras propostas referentes à organização sindical ou mesmo a formação de associações rurais, que tramitaram especialmente no Ministério da Agricultura e do Trabalho, implicaram na constituição de organizações mistas (patrões e empregados). Desse modo, não se reconheceram os interesses diferenciados e próprios dos trabalhadores, que permaneceram subordinados e atrelados às agências estatais e a organização representante dos grandes proprietários: a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) (MEDEIROS, 2010).

Da mesma forma, o acesso à terra e o incentivo à pequena propriedade, neste período, somente se direcionou para as áreas da região central, conhecida como “Marcha para o Oeste”, e parte da região amazônica por meio da criação de colônias agrícolas visando à segurança nacional e proteção à integridade territorial. No entanto, a proliferação de supostos proprietários das terras almeçadas para a colonização contribuiu para a resistência local e futuros conflitos pela sua posse (DEZEMONE, 2012).

Isso não significa, como destaca Medeiros (1989, p.12), que os trabalhadores rurais eram “incapazes de agir, de formular seus interesses e de se organizar em sua defesa”. Tanto que Dezemone (2012), por meio do seu estudo historiográfico, analisa as ações judiciais movidas pelos trabalhadores rurais contra seus patrões, revisa a legislação agrária e social do período para averiguar os diversos interesses divergentes entre estes e os grandes proprietários, além de analisar as cartas enviadas pelos “camponeses” ao presidente, por exemplo. Assim, o autor busca relativizar a imagem que as populações rurais permaneceram a margem dos direitos trabalhistas e da legislação social durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 -1945).

Na realidade, as lutas no campo começaram a perder seu caráter local e se articularam com outras forças políticas nacionais no fim do Estado Novo, em 1945 (MEDEIROS, 1989). Não eram mais os “camponeses” que se autodenominam “os mais humildes” ou “os mais pobres” escrevendo ao presidente Vargas para requerer melhorias em suas vidas, como Dezemone (2012, p. 10) relata, ou mesmo solicitar auxílio ao ser expulso por policiais e jagunços, “ao tentar cultivar uma posse que já estava no ponto para o começo do plantio”, conforme fontes de Ribeiro (2009, p. 55). Também não se tratavam mais das queixas ou das greves de colonos nas fazendas cafeeiras paulistas contra os abusos dos proprietários, as quais eram pequenas e rapidamente resolvidas, por exemplo (WELCH, 2009).

²⁶Outros conflitos e lutas no campo deste período podem ser consultados na coletânea de artigos em “Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.” Volume I. Organizados por Motta e Zarth (2008).

O que se iniciou, naquele momento, foi a unificação das lutas em torno de reivindicações mais amplas que abarcavam principalmente transformações fundiárias e direitos trabalhistas. Assim, a inserção das demandas da população rural (trabalhadores rurais, meeiros, colonos, parceiros, entre outros) no cenário nacional possibilitou também a emergência e a visibilidade de uma identidade política: o “campesinato” (FERNANDES, MEDEIROS e PAULILO, 2009).

Isso também foi possível devido à conjuntura política mais favorável permitindo a formação de diversas organizações que apoiaram e traduziram as principais tensões no campo relacionadas ao acesso à terra e aos direitos trabalhistas. Assim, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi um dos principais defensores das “massas camponesas” especialmente “nas regiões de conflito, dando apoio político e jurídico aos trabalhadores; editando um jornal, que socializava as notícias das lutas; realizando encontros e congressos, que produziam autorreconhecimento e delimitação de adversários” (FERNANDES, MEDEIROS e PAULILO, 2009, p. 24).

Estes adversários identificados como fazendeiros, estancieiros, senhores de engenhos e usineiros também foram agrupados na categoria “latifundiários”, que deveriam ser extintos enquanto classe. Esta proposição se baseava nas concepções do PCB a respeito da necessidade de combater os resquícios feudais e o monopólio da terra materializados na existência dos latifúndios a fim de promover a revolução democrático-burguesa, ou seja, impulsionar a transição do feudalismo ao capitalismo (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1989; SILVA, 2006).

Esta compreensão, segundo os autores, permearia as propostas e as resoluções da II Conferência Nacional de Lavradores promovida pelo PCB, em 1954, onde foi elaborada a “Carta dos direitos e das reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas”. Nela, diversas demandas foram pautadas desde a extensão da legislação social urbana e pleitos mais específicos dos trabalhadores da cana-de-açúcar, por exemplo, até a reforma agrária com a distribuição de terras dos latifúndios para os trabalhadores agrícolas e lavradores sem terra ou com terra insuficiente. Dessa forma,

(...) a luta por essa reforma agrária se colocaria no horizonte dos trabalhadores rurais, elegendo como adversário principal o latifúndio (...). E para a reforma agrária que convergiriam, de alguma maneira, as diferentes lutas que se travavam no campo e que tinham a terra por seu eixo (MEDEIROS, 1989, p. 33).

Para organizar e materializar estas demandas, lançou-se uma petição nacional com o recolhimento de assinaturas pela reforma agrária, o que contribuiu para ampliar a discussão nas diversas regiões do país. Ainda nesta Conferência foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) com a presença de delegações de dezesseis estados. A ULTAB visava reunir as diferentes organizações de trabalhadores rurais e camponeses em uma única entidade de âmbito nacional para superar o isolamento e o localismo das lutas no campo.

A atuação da ULTAB se constituiu principalmente na formação e na articulação de associações e uniões de “camponeses” e trabalhadores rurais, além de sindicatos, mas em menores números. Contudo, a ULTAB não foi reconhecida legalmente pelo governo brasileiro, uma vez que este alegava a inexistência de uma legislação, que regulasse este tipo de organismo sindical. De qualquer modo, a “construção de organismos de tipo sindical, a promoção de eventos políticos e a colocação na ordem do dia do tema da reforma agrária foram seus principais empreendimentos” (SILVA, 2006, p.200).

Além da ULTAB, outra força política inicialmente apoiada pelo PCB emergiu em Pernambuco, na década de 1950: as Ligas Camponesas. Sua gênese partiu de uma associação

de foreiros²⁷ do Engenho da Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, a qual se constituiu como uma sociedade civil beneficente, em 1954. No entanto, se tornou uma forma de organização e defesa dos foreiros, quando foram ameaçados de expulsão pelo proprietário da fazenda, após a criação da associação vista como “um foco de subversão”, como alude Bastos (1984, p.19).

Em busca de apoio, os foreiros solicitaram intervenção do governador e da Assembleia Legislativa, em Recife, sem sucesso. Entretanto, obtiveram ajuda do deputado estadual e advogado Francisco Julião, que assumiu sua causa. É, deste modo, “através da luta judicial, [que] os ‘galileus’ tornam-se conhecidos do grande público, ganhando espaço na imprensa nacional. A associação passa a ser denominada pela imprensa como ‘Liga Camponesa’” (BASTOS, 1984, p. 20).

Nos anos seguintes, muitos desdobramentos se sucederam até a desapropriação da fazenda, que não significou a finalização da luta, como a autora detalha. Contudo, enfatizamos que esse movimento se difundiu não somente em termos de espaço territorial, ou seja, para outros estados do Nordeste, mas também ampliou a diversidade de filiados das Ligas (arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários)²⁸ com vivências distintas daquelas dos “galileus” (Bastos, 1984). Isso contribuiu para a realização de encontros, congressos e sucessivas mobilizações, o que possibilitou consolidar sua organização interna, aumentar sua base de apoio nas cidades e projetar tanto as Ligas como o debate sobre a propriedade da terra e a reforma agrária ao nível nacional (MEDEIROS, 1989).

Ainda podemos destacar duas forças políticas ascendentes, no início da década de 1960: a Igreja Católica apoiando a sindicalização no campo inicialmente na região Nordeste e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, organizando cerca de cem mil agricultores durante o governo de Leonel Brizola, que o apoiou e incentivou o MASTER (BASTOS, 1984; ECKERT, 2009).

Neste contexto, onde a reforma agrária já era tema nacional, ocorreu o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, no ano de 1961, o qual atraiu também a atenção de organizações estudantis, populares e trabalhadores urbanos. Dentro das inúmeras discussões travadas no evento, as mais acirradas foram as divergências internas entre a ULTAB e as Ligas sobre a regulamentação da parceria e do arrendamento que retratavam, como pano de fundo, as posições sobre a natureza da reforma agrária.

No caso das Ligas, acreditavam que estas medidas eram paliativas e inoportunas dentro da estrutura agrária baseada no latifúndio, visto que defendiam a extinção do monopólio da terra, que deveria ser distribuída aos camponeses. Já a ULTAB não percebia nenhuma contradição na defesa desta regulamentação, enquanto não fossem alcançadas as mudanças no campo e a reforma agrária “radical” (SANTOS; COSTAS, 1997).

Entretanto, o documento final do Congresso unificou e acentuou a decisão das Ligas por uma “reforma agrária radical”, isto é, a “liquidação do monopólio da terra, exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o consequente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar” (JULIÃO, 1962, p.26). O documento enfatizou que a transformação da estrutura agrária do país deveria ocorrer por meio da desapropriação de latifúndios, sendo substituídos por propriedades camponesas. Ainda era imprescindível possibilitar o máximo acesso a terra por aqueles que realmente desejavam trabalhar nela por meio de venda, aluguel ou usufruto a valores modestos no caso de terras desapropriadas dos latifúndios, ou a distribuição gratuita de terras devolutas. Outras medidas também complementaram o

²⁷ Segundo Bastos (1984, p. 49), o foreiro é uma designação dada, no Nordeste, para arrendatário, ou seja, aquele “camponês que paga em dinheiro uma renda pela terra que ocupa”. O foreiro ainda concede alguns dias de trabalho gratuito ao proprietário.

²⁸ Os trabalhadores assalariados se constituíram principalmente na base social do futuro movimento sindical. Para maiores informações, consultar Bastos (1984, p. 63-65).

documento para a melhoria das condições de vida e trabalho, tais como: o direito à organização em associações ou sindicatos, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo e a ajuda efetiva e imediata à economia camponesa (JULIÃO, 1962).

Até o Golpe de 1964, os conflitos no campo intensificaram por meio de resistência armada, ocupações de terra e greves como Medeiros (1989) pormenoriza. Também observamos o aumento do peso político destas lutas em relação à representatividade e o reconhecimento por parte do Estado, apesar da intensa reação contrária dos grandes proprietários de terra. Dessa forma, notamos um investimento mais sistemático do governo de João Goulart a fim de responder a intensa mobilização nas áreas rurais. Como desdobramentos desse processo, foi regulamentada a sindicalização rural, em 1962, ocorreu a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963²⁹, e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no ano seguinte.

Ainda foi instituída a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), no final de 1962, que visava definir uma política de reforma agrária e promover a organização de associações, de pequenos e médios produtores e sindicatos de trabalhadores rurais. Apesar disso, medidas concretas para a desapropriação, tais como o pagamento das indenizações em título da dívida agrária dependente de alterações constitucionais, não se consolidavam, visto que não existia apoio do Congresso Nacional, que era conservador na sua maioria (MEDEIROS, 1989; SILVA, 2006).

Mesmo assim, o presidente João Goulart, sob pressão dos diferentes setores políticos e da sociedade, anunciou um plano de reforma agrária, em março de 1964. Neste plano, estabeleceu que as propriedades maiores de 500 hectares situadas a menos de dez quilômetros das rodovias federais, dos lagos e das estradas de ferro seriam passíveis de desapropriação. Esta medida beneficiaria cento e cinquenta mil agricultores considerados “sem-terra”, no entanto ela se tornou um dos motivos propulsores para o golpe que ocorreu poucos dias depois (SILVA, 2006).

É importante destacarmos que esse período descrito representa as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores rurais, nas quais suas reivindicações se articulavam com demandas mais amplas questionando especialmente formas de exercício do poder simbolizadas pelo latifúndio (MEDEIROS, 1989). Além disso, a autora aponta que essa mobilização abarcou uma diversidade de trabalhadores com distintas formas de inserção no processo de produção e de condições de vida nas diversas regiões do país.

Embora existisse uma grande divergência de propostas políticas mais gerais, as lutas mais imediatas se convergiram na busca por uma “legislação trabalhista, pelo direito de livre organização, por alterações na estrutura agrária” (MEDEIROS, 1989, p. 79). Ao mesmo tempo, a projeção de muitos conflitos em níveis mais amplos decorreu da capacidade de fazer alianças e garantir apoio de outros grupos sociais e partidos, o que demandou a mediação das lutas por parte dos governos a fim de encontrar soluções. Contudo, a constituição de canais institucionais para que a estrutura fundiária fosse modificada fracassou, uma vez que a força e o interesse da propriedade territorial se sobrepuseram obstruindo qualquer possibilidade de mudança, que ameaçasse o direito pleno de propriedade (MEDEIROS, 1989).

De qualquer modo, todo esse processo de mobilização e organização retrocedeu e se arrefeceu com o golpe militar em 1964. As principais lideranças dos movimentos do campo foram presas, assassinadas ou forçadas a clandestinidade. Já os sindicatos sofreram intervenções passando a ser controlados por grupos alheios à luta e aos interesses de sua base

²⁹ É importante sublinhar que a aprovação do Estatuto não garantiu efetivamente os direitos previstos aos trabalhadores rurais. Como Grynspan (2009) ressalta, a aprovação do Estatuto intensificou as expulsões dos trabalhadores por parte dos proprietários, que temiam os custos da implementação dos direitos previstos. Embora a garantia aos direitos sociais no campo, ainda hoje, seja precária, o Estatuto se tornou um importante instrumento de luta dos trabalhadores.

(MEDEIROS, 2010). Por outro lado, temos a aprovação do Estatuto da Terra, que abarcava duas propostas distintas: o desenvolvimento agrícola visando a modernização dos latifúndios (sem alteração da posse e propriedade da terra) e a reforma agrária como medida de justiça social e exigência do desenvolvimento (LEITE *et. al.*, 2004).

Foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio à “agricultura” (aos negócios dos grandes proprietários, em dificuldades) e por outro a reivindicação do acesso à terra por trabalhadores rurais (que emergiam com identidade própria nas lutas travadas através das associações, ligas camponesas e sindicatos que se espalharam a partir de meados dos anos 50). Em nome do princípio da propriedade, tentou-se garantir e limitar os direitos dos que já eram proprietários e pôr no horizonte dos que não o eram essa perspectiva. A intervenção sistemática na distribuição da propriedade tornou-se juridicamente possível, o que não quer dizer que se tenha tornado uma prática efetiva (LEITE *et. al.*, 2004, p. 38).

Apesar dessas duas propostas, a ênfase política dada privilegiou a vertente “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” fomentando a modernização do latifúndio a fim dinamizar as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais para ampliar a geração de divisas brasileiras. As desapropriações por interesse social ocorreram de maneira pontual permanecendo outros instrumentos anteriores ao Estatuto, como grandes projetos de colonização, regularização fundiária, compra de terras, entre outros. Tanto que o próprio órgão público responsável pela implementação da reforma agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)³⁰ se dedicou principalmente a colonização e administração da cobrança e distribuição do Imposto Territorial Rural (ITR) (LEITE *et. al.*, 2004).

Nos anos seguintes, o investimento nessa modernização tecnológica da agricultura por parte dos governos militares se tornou um dos fatores centrais do processo de expropriação dos trabalhadores rurais gerando migrações em busca de terras não apropriadas ainda pelo capital ou aumentando as periferias das cidades do interior. Além disso, os estímulos fiscais e a concessão de terras públicas atraíram a expansão de empresas capitalistas para a região amazônica e o cerrado ocupados por povos indígenas e posseiros. Como consequência, verificamos o aumento e o acirramento dos conflitos por terra em um contexto de intensa repressão e baixa articulação política. Apesar desse quadro adverso, o Estatuto da Terra passou a ser apropriado na sua vertente reformista a fim de amparar as demandas por desapropriação das áreas em conflito com mediação, em alguns lugares, pelos sindicatos ou pela Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975 (MEDEIROS, 2010; 2015).

Contudo, um novo ciclo de lutas emergiu a partir do final da década de 1970, quando novos temas e novas categoriais sociais se constituíram frente aos efeitos sociais e políticos perversos impulsionados pela construção de barragens, pelo avanço da fronteira agrícola e pecuária e pelos impactos da modernização rural sobre os pequenos agricultores. Assim, as ocupações de terras, como forma de ação e reivindicação pela posse e propriedade da terra, se multiplicaram pelo país. Na região sul, destacamos a emergência do “sem-terra”, categoria que agregou especialmente os trabalhadores afetados pela modernização da agricultura, membros de famílias de pequenos agricultores empobrecidos e produtores com acesso precário a terra (MEDEIROS, 2010; 2015).

Outros elementos, descritos por Medeiros (2015), também contribuíram para o delineamento de novas formas de luta por terra naquele contexto de redemocratização do país. A bandeira da reforma agrária se tornou um elo do campo com a cidade, ou melhor, se juntou a outras reivindicações e movimentos populares com pautas diversas culminando na campanha

³⁰ Juntamente ao IBRA, foi instituído o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), os quais foram fundidos, em 1970, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

pelas “Diretas Já”, em 1984, e a instauração da Nova República, em 1985 (BRUNO; CARVALHO, 2009; MEDEIROS, 2015). Dessa forma, a reforma agrária se tornou um dos temas prioritários naquele contexto político significando a conquista de direitos, o exercício da cidadania e a expressão da democracia política (BRUNO; CARVALHO, 2009).

Apesar do anúncio e da aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, Medeiros (2015) chama atenção para o número pífio de famílias assentadas e a extensão de áreas desapropriadas ao longo do governo Sarney (1985-1989) se mostrando muito aquém das metas estabelecidas no PNRA. Com reações contrárias por parte dos proprietários de terra, o descompromisso do governo Sarney a implementação do Plano, entre outros elementos detalhados no trabalho de Montes (2013), podemos considerar o fracasso do Plano em termos da democratização ao acesso à terra.

De qualquer modo, destacamos que a demanda por reforma agrária retornou a agenda política e econômica nacional, os movimentos sociais rurais ganharam visibilidade e a questão agrária ganhou relevância na discussão pública sobre os custos e os benefícios das transformações ocorridas no meio rural (DELGADO, 2010). Ainda Medeiros (2015) analisa que novos elementos foram incorporados ao debate sobre reforma agrária, nas últimas décadas, tanto pela emergência de novas identidades como pela politização das identidades locais. Assim, a redefinição do sentido da luta por terra passa pelo reconhecimento, legitimação e reprodução de determinadas formas de produzir e do direito à terra.

1.4 A mobilização dos “posseiros” pela terra em Camamu

A criação do Projeto de Assentamento Rápido³¹ de Camamu, mais conhecido como PAR – Camamu, ocorreu em 1981. Esse processo decorreu de uma situação de conflito em relação a 4.997 hectares de terra entre *posseiros* e “grileiros” surgidas desde o final da década de 1970. Os *posseiros* normalmente se instalam em terras públicas devolutas ou particulares, sem pagar pelo seu uso. Sem o título legítimo da área ocupada, os *posseiros* também não possuem nenhuma garantia da propriedade da terra. Já os “grileiros” são aqueles que se apossam de terras alheias por meio de fraude ou outro meio ilícito. Para isso, falsificam documento público ou particular, no todo ou em parte, ou realizam subornos a funcionários públicos, por exemplo, com o fim de obter a propriedade do imóvel (GERMANI, 1993).

Este embate entre posseiros e “grileiros”³² ocorreu frequentemente em diferentes áreas no Território Baixo Sul da Bahia³³. Conforme M., uma liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR): “A luta era para garantir a questão dos posseiros porque no início era muito essa questão, o pessoal queria tomar a terra, expulsar os posseiros. Tinha um pequeno lá e sempre chegava alguém dizendo que era dono da terra”.

³¹Esta modalidade de Projeto de Assentamento se referia, normalmente, à regularização e ocupação de áreas devolutas nas faixas de fronteira a fim de apaziguar os conflitos resultantes de disputa de terras. O processo ocorria de maneira rápida para que os ocupantes pudessem receber os títulos definitivos após a demarcação topográfica realizada com recursos da União. Contudo, o apoio se restringia somente à demarcação, uma vez que não existiam outros aportes para a implantação básica de infraestrutura (Louzada, 2011). Esta modalidade deixou de ser criada após os anos 1990, quando entrou em desuso.

³²O termo “grileiros” empregado nas referências bibliográficas não foi usado pelas pessoas entrevistadas ou aquelas que convivemos durante o trabalho de campo. Normalmente, as expressões mais utilizadas foram “estrangeiros”, “fazendeiros” e “os grandes”, com explicações complementares sobre a forma de posse da terra, ou seja, possuíam título de posse de uma área menor, mas demarcavam áreas maiores e se consideravam proprietários, ou “chegavam de repente” informando que compraram as terras que os posseiros ocupavam.

³³ Para mais informações sobre conflitos de terra entre posseiros e grileiros no Território Baixo Sul, consultar Silva (2015), DeVore (2014) e Germani (1993).

Como Germani explica (1993), o processo de ocupação das terras devolutas, sobretudo nas áreas de expansão de fronteiras, não exigia muitas “formalidades” inicialmente, já que era necessário construir uma casa simples, limpar a área, plantar uma roça e demarcar os limites ocupados. Para legitimar a posse, deveria ser solicitado o título de posse que se confirmaria com a emissão do título definitivo no decorrer do tempo. Contudo, os pequenos posseiros, em sua maioria analfabetos, com poucos recursos financeiros e sem orientações, não solicitavam o registro das terras e somente se instalavam e produziam.

A abertura de estradas facilitou a chegada de novas pessoas nas regiões mais distantes, incluindo tanto aquelas que buscavam uma pequena área para sua subsistência, como outras interessadas em ampliar seu controle territorial, como os *grandes fazendeiros*. Estes muitas vezes expulsavam os ocupantes antigos, uma vez que conseguiam legalizar estas áreas de posse já ocupadas anteriormente por aqueles que não possuíam nenhum título. Portanto, o antigo posseiro se tornava ocupante não mais de terras devolutas, mas de terras particulares, o que o submetia às expropriações, expulsões ou submissões como empregado nas suas próprias terras, ou ainda o transformava em agente de conflito quando resistia em abandonar a terra (GERMANI, 1993).

Um dos mais antigos participantes ativos do STR, Sr. S, recorda como ocorreu o processo de ocupação da área do PAR-Camamu:

A PAR Camamu, até 1956, era tudo terra de Estado. Em 1956 apareceu um grupo de estrangeiros dizendo que ia botar uma cooperativa na região, e foram medindo estas terras. Eram 4.997 hectares. Essas terras, como não podiam medir para tirar um título só, tiraram dez títulos de 500 hectares, com um título de 447 hectares e os outros com 500 hectares. Depois que mediram, titularam direitinho, eu não sei quem era o governo dessa época, eles foram embora. Deixaram os posseiros como se nada tivesse acontecido, os próprios posseiros ajudaram a cortar os rumos e os estrangeiros foram embora.

De acordo com as narrativas dos interlocutores do STR, os desentendimentos se iniciaram quando os “estrangeiros”³⁴ retornaram para vender estas terras para uma empresa brasileira e um “fazendeiro japonês” no final da década de 1970. Contudo,

(...) já tinha, nessa época, 208 famílias morando nestas terras aqui. No começo tinha pouca gente, era tudo mata fechada, mas como eles [estrangeiros] foram embora, as pessoas foram se locomovendo, veio filhos, netos, sobrinhos. Foi crescendo e ficando por ali, foi crescendo e alguém veio de fora, tinha gente de Ubatã [município adjacente a Camamu] (Entrevista com o Sr. S., liderança do STR).

Alguns destes *posseiros*, entretanto, não permitiram “reabrir os rumos” nas suas terras a fim de demarcar os novos limites. A partir deste momento, as ameaças, as perseguições, a destruição de casas e cultivos para a expulsão das famílias se intensificaram, já que “naquele tempo as coisas eram ruins, os caras matavam mesmo e ficava por isso” ou “mandavam prender agricultor de qualquer maneira, por qualquer bestagem”. Ou ainda “inventavam meio mundo de coisas, botava polícia, até dizia que iam fazer feitiço para o cara largar a terra. Em uma sociedade que não tem conhecimento acreditam em tudo que falavam. Os grileiros eram os grandes fazendeiros, as grandes empresas que inventavam essas histórias” (Entrevista com Sr. M, liderança do STR).

Com a violência instalada, um dos *posseiros* chamado Argemiro Mendes de Oliveira foi uma das principais lideranças na organização dos agricultores e na articulação com a Igreja Católica, visto que era próximo do pároco local por contribuir na organização de eventos

³⁴Tanto os “estrangeiros” como os interessados (fazendeiro japonês e empresas) pela compra das terras do atual PAR-Camamu são descritos pelos interlocutores de forma genérica, sem identificação ou informação mais precisa.

religiosos na sua comunidade Terra Seca (dentro da área do PAR-Camamu). Tornou-se um elo de comunicação entre o padre e os demais ocupantes, visto que parte da sua autoridade moral e religiosa decorria da liderança baseada no pertencimento religioso.

É importante recordar que a vertente da Igreja Católica, conhecida como “Igreja progressista” ou “Igreja da Libertação”, era uma das forças políticas ascendentes no trabalho organizativo e na sindicalização no campo na região Nordeste desde o início da década de 1960 (BASTOS, 1984; NOVAES, 1997; COLETTI, 1998). Contudo, Novaes (1997, p. 5) pondera que a Igreja Católica era composta por múltiplas e divergentes correntes internamente e que, ademais, foi em grande parte responsável historicamente pela sustentação da estrutura e legitimidade das desigualdades sociais e formas de dominação, uma vez que tanto os trabalhadores rurais como os latifundiários partilhavam de “elementos de fé, de valorização dos sacramentos e do reconhecimento da hierarquia eclesiástica” da Igreja Católica. Além disso, a participação da Igreja na articulação e no apoio explícito aos militares no Golpe de 1964 também reiterava a sua composição multifacetada daquele período.

Desse modo, outros contornos deste embate, em Camamu, se conformaram com o envolvimento direto do bispo Dom Valfredo Tepe da Diocese de Ilhéus e de freiras italianas, especialmente da freira Augusta. Ela também contribuiu na organização das 208 famílias e acompanhou o processo de regulação fundiária no decorrer do processo judicial. Assim, os posseiros não estavam mais isolados, uma vez que:

(...) foi a Igreja Católica quem comprou essa briga aqui no sul da Bahia. Foi, por isso, que o Bispo arrumou um bocado de encrenca; até ameaçado foi o Bispo Dom Tepe. Tinha os fazendeiros que deixaram de dar contribuição para a Igreja, mas foi a Igreja que levava os pobres, os trabalhadores rurais, fazia aqueles encontros em Ilhéus. As freiras vinham fazer encontro nos municípios, nas comunidades, lá na roça para incentivar o agricultor. E eu fui um dos agricultores que não sabia de nada, eu não entendi nada, porque o que aprendi nessa luta foi através da Igreja (Entrevista com Sr. M. liderança do STR).

Este trabalho da Igreja Católica, exercido sobretudo pela ala progressista, buscava despertar “uma nova consciência crítica sobre o mundo e sobre sua posição nele”, baseada na Teologia da Libertação e também organizar o povo a fim de “participar de sua própria salvação, assumindo tarefas religiosas várias, projetos de autoajuda da comunidade e lutas pelos seus direitos como cidadãos” (HOUTZAGER, 2004, p. 138). Conforme o autor, essas novas práticas permitiram uma organização inédita e uma expansão acentuada da presença da Igreja nas áreas rurais. Por outro lado, não podemos nos esquecer que o envolvimento da Igreja Católica na organização da população da área rural também decorreu do temor da “expansão comunista” e da possibilidade de perda de sua influência no campo buscando a “harmonia social”, como sugere Coletti (1998, p. 50).

De qualquer modo, a Igreja percebeu que o regulamento sindical, o qual estabelecia que nenhum outro sindicato da mesma categoria profissional podia ser organizado em determinada área geográfica como forma de representação, favorecia ainda mais sua posição dominante na zona rural. No momento em que o ativista católico, o padre ou mesmo o bispo obtivesse reconhecimento legal de algum sindicato, nenhum outro poderia ser reconhecido no local (HOUTZAGER, 2004). Assim, os “sindicatos do padre”, como Novaes (1997) denomina, foram compostos predominantemente por trabalhadores pertencentes à clientela clerical, os quais possuíam relações próximas com o vigário, além de presença e participação ativa nos serviços religiosos e atividades ligadas à Igreja.

Esta ala progressista se tornou uma “incubadora institucional” para o novo sindicalismo com capacidade de mobilizar grupos e recursos locais por meio das suas redes comunitárias e crenças religiosas. Ademais, ela conseguia acumular recursos fundamentais, informações e apoio político no exterior, ao mesmo tempo em que era um ator local representado pelo bispo,

padre paroquial ou até mesmo por agentes pastorais. Desse modo, foi uma das principais responsáveis na formação de lideranças comunitárias e movimentos sindicais opositivos com o objetivo de ganhar o controle dos sindicatos dos trabalhadores locais. Para o clero progressista, os sindicatos de trabalhadores rurais e a estrutura de relações trabalhistas sancionados e apoiados legalmente pelo Estado eram os legítimos canais de representação popular (HOUTZAGER, 2004).

Essa situação descrita pelo autor se tornou um dos desdobramentos que nos deparamos na trajetória do PAR-Camamu e do STR, fundado em 1967. O STR, naquele momento, não colaborou a favor dos *posseiros* no processo de regulamentação das terras do Assentamento, segundo os relatos dos entrevistados. Ao contrário,

(...) este sindicato ficou de fora, o presidente deste sindicato fez uma reunião no Assentamento e chegou lá e disse que a terra foi medida e titulada. A gente tinha que receber a indenização de plantas, caso eles [os *grileiros*] quisessem pagar, porque a gente não tinha direito a nada. O presidente disse que não ia dar o peito dele a bala não! (Entrevista com o Sr. M, liderança do STR).

Embora a direção do STR, como o presidente, fosse composta por trabalhadores rurais, estes eram apoiados ou coagidos pelos interesses dos grandes proprietários da região³⁵. Assim, os entrevistados avaliaram (em diferentes níveis) o STR e os dirigentes naquela ocasião como “pelegos”.

Na realidade, o presidente do sindicato, assim como o padre e o prefeito, era uma autoridade local, já que os sindicatos se tornaram importantes instituições locais. Houtzager (2004, p. 43) explica que as receitas dos sindicatos em pequenos municípios rurais podiam ser maiores e mais confiáveis do que aquelas do governo local, pois aqueles possuíam uma fonte de renda garantida, isto é, o imposto sindical, além de se constituir como um “braço distributivo do Estado” fornecendo serviços de previdência social e assistência médica.

Isso acarretou muitos desdobramentos, como observa Novaes (1997), tal como a intensificação das disputas pelo controle do sindicato entre facções políticas locais e a predisposição para a consolidação de um tipo particular de clientelismo, embora a autora não considere que podemos reduzir os dirigentes sindicais rurais à denominação de “pelegos”. De qualquer modo, os sindicatos apresentavam uma considerável importância política nas comunidades rurais e as elites locais buscaram influenciar a nova instituição com diferentes graus de sucesso dependendo da região. Ainda as diversas formas de clientelismo, sobrepostas a uma série de arranjos de uso e posse de terra, continuaram a predominar na maior parte do Brasil.

De qualquer modo, alguns membros do STR atual consideram que o trabalho de base do sindicato em Camamu começou realmente a partir de 1979, quando:

(...) a Pastoral Rural nos orientou a tomar os sindicatos para transformar os sindicatos pelegos, em sindicatos de instrumento de luta para os trabalhadores para valorizar, lutar por políticas que realmente venham valorizar o trabalhador, o pequeno agricultor e o assalariado. [Isso ocorreu em 1987-1988, quando tomamos a direção do sindicato [isto é, venceram as eleições]. (...) aí sim, foi que veio a construir essa política de reforma agrária, de valorização dos assalariados, dos pequenos agricultores (Entrevista com Sr. S, liderança do STR).

(...) hoje nosso sindicato tem um compromisso, não é um sindicato pelego fazendo conchavos com esses ricos para descer a ripa no trabalhador. (...) Agora hoje a luta está mais em prol do crédito para conseguir negociação de dívidas, a questão da

³⁵A partir de 1965, estabeleceu-se a criação de duas categorias de sindicatos no campo: os sindicatos dos trabalhadores rurais e os sindicatos rurais (patronais). O Sindicato Rural de Camamu foi criado em 1976.

agricultura familiar, a luta pelos projetos de Luz Para Todos, de Água Para Todos, de melhoria de estradas vicinais, a luta pela previdência social (Entrevista com Sr. M, liderança do STR).

Da mesma forma que ocorreu em Camamu, Houtzager (2004, p. 141) destaca que os movimentos oposicionistas em outras localidades do país também se esforçaram a fim de renovar a liderança dos sindicatos e a “reformular a esquerda e a conduzir uma transformação radical na sociedade brasileira a partir de baixo”. Assim, o sindicato se constituiu como “espaço institucional legalmente sancionado através do qual era possível contestar as elites locais e o Estado, bem como assegurar a presença política de trabalhadores rurais na transição democrática”, como ilustramos com a figura 4, extraída de um boletim informativo do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), de junho de 1989.



BAHIA

STR Camamu em defesa dos assalariados

Priorizar a organização dos trabalhadores assalariados tem sido o objetivo mais desenvolvido pelo STR de Camamu-BA. No início do ano, o sindicato apoiou duas importantes mobilizações destes assalariados: na Fazenda Brahma, produtora de gusano e outra na Fazenda Jure - produtora de seringa e cacau. Na Fazenda Brahma, 70 trabalhadores entraram em greve após tentativas do STR, a fim de negociar as reivindicações dos mesmos, porém sempre obtendo negativas. Após assembleia realizada, os trabalhadores decidiram permanecer na greve e, registrando vitória, conseguiram receber a indenização reivindicada. Contudo, na Fazenda Jure a situação foi diferente, tendo o proprietário - de nome Marcelo Havnick - reagido de forma repressora. O referido patrão, desce da Tchecoslováquia e de lá se exilou em função de suas divergências com o socialismo, demonstrando isto quando usou de meios ilícitos para conter o movimento. Mais revoltados ainda ficaram os trabalhadores com a ação da polícia, que atuou atendendo aos interesses burgueses. Decididamente, a polícia não tem ação solidária com a luta da classe operária no Brasil.

Região cacaujeira prepara-se para greve

O pólo sindical da região cacaujeira - BA - prepara campanha salarial dos trabalhadores do cacau. 16 sindicatos se organizam e o CENTRU e a CUT participam da mobilização.

Trabalhadores vitoriosos

Após intensa mobilização na campanha salarial, os 700 trabalhadores da Fazenda Cultivos-BA (uma das maiores do município) saíram vitoriosos: não decoreta dos dias parados, transporte para os que moram fora da fazenda, atendimento médico gratuito, livre acesso do STR à fazenda, estabilidade de 6 meses para o comércio de negociação, 30% de aumento salarial e antecipação salarial. Parabenizamos o STR da região.



Delegado é expulso da polícia em Camamu

Acusado de corrupção e perseguição aos trabalhadores em defesa dos fazendeiros, foi expulso o delegado de polícia de Camamu-BA, Antonio Neri. Esta ação, por iniciativa do STR da região, demonstrou mais uma vez o potencial de organização da classe.



Trabalhadores de Camamu registram seu apoio à campanha de Lula à presidência do Brasil e se preparam para a vitória

JUNHO 1989 - O MACHADO - 7

Figura 4: Notícia do jornal “O Machado” sobre a mobilização dos trabalhadores rurais em Camamu
Fonte: Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU, 1989)

Como observamos na figura, a atuação do STR se direcionava especialmente na defesa dos direitos trabalhistas ou até mesmo no respaldo contra as perseguições políticas e policiais contra a população rural naquele período. Todavia, outras causas dos trabalhadores rurais, posseiros, agricultores familiares, entre outros, foram pautadas na agenda do STR de Camamu no decorrer das últimas décadas, como a reforma agrária. A fazenda Brahma, por exemplo,

citada no boletim informativo, foi desapropriada, posteriormente, para fins de reforma agrária por intermédio do STR, formando o Assentamento Zumbi dos Palmares. E, recentemente, um dos principais dirigentes do Sindicato foi eleito vereador nas eleições municipais, em 2012, com o apoio político do STR.

Contudo, muitos desafios permanecem, já que uma grande parte das famílias do PAR - Camamu continua, até os dias atuais, sem acesso à energia elétrica, água e com precárias estradas, apesar do reconhecimento e da regularização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a fim de acessar as políticas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Esta situação não é exclusiva do PAR-Camamu, já que também as mesmas restrições são observadas em outros assentamentos do município e da região, o que reflete os descompassos do próprio processo de reforma agrária empreendido pelo governo estadual e federal. Como Medeiros e Leite (1999) ressaltam, muitos assentamentos dispersos espacialmente, sem planejamento prévio e mecanismos de apoio, enfrentam situações muito adversas em relação às condições estruturais refletindo nas condições produtivas, formas de sociabilidade e estabilidade.

1.5 Reforma agrária em Camamu

A partir do próprio trabalho do STR, outra organização de trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)³⁶, se formou e territorializou na região Sul da Bahia, a partir de 1989, quando ocorreu a primeira ocupação na Fazenda Mariana, no município de Camamu (FERNANDES, 1999). No entanto, esta informação se encontra em desacordo com as entrevistas realizadas com a antiga direção do STR, a qual afirma que a organização do processo de ocupação e desapropriação dos atuais Assentamentos Mariana e Limoeiro, atualmente liderados pelo MST, foi realizada pelo Sindicato.

De qualquer modo, a chegada do MST na região, onde já apresentavam muitos conflitos entre *posseiros* e “grileiros”, agravou ainda mais a situação. De acordo com Fernandes (1999), várias ocupações e reocupações se sucederam em propriedades consideradas latifúndios, terras devolutas e griladas, com episódios violentos ilustrados no trecho do jornal Tribuna da Bahia (1990 *apud* GERMANI, 1993) sobre a ocupação da fazenda Mariana.

Sessenta policiais e vinte pistoleiros invadem a fazenda Mariana, expropriada para fins de reforma agrária, há dois anos, e expulsam as oitenta famílias que viviam na área. Chegaram, fortemente armados, em um ônibus da Viação São Jorge, agredindo homens, mulheres, crianças e idosos. Cinco posseiros são presos; dois deles são líderes locais: Denise e Arnaldo. Os policiais e jagunços chegaram sem ordem policial, mas dizendo estar sob o comando do delegado de Camamu e do madeireiro Vagner Brandão. Várias casas são destruídas, pertences e alimentos são queimados e objetos roubados. As 80 famílias acamparam nas margens da BR 101 (tradução nossa).

Este retrato violento da ocupação em Camamu seguia uma tendência estadual, como Germani (1993) apontou no seu estudo, uma vez que a Bahia foi o estado nordestino com maior número de mortos por conflitos pela terra, principalmente na década de 1980, com destaque para a região sul do estado. A autora explica que os altos índices decorriam das atividades econômicas nesta área: o cultivo de cacau e a expansão do turismo. A primeira se baseava em relações de produção com fortes marcas do coronelismo e mantinha o estigma da exploração

³⁶A gênese do MST no estado da Bahia se sucedeu no extremo sul baiano, onde já existia uma articulação de lutas pela terra organizada pela CPT. Em 1987 o MST realiza sua primeira ocupação no estado, no atual município de Alcobaça. Maiores detalhes consultar Fernandes (1999).

do trabalho escravo. Já o desenvolvimento do turismo propiciava investimentos de importantes grupos do setor com subsídios do Estado, o que colaborava para desestruturar a forma de organização especialmente em relação à posse da terra.

Além do Assentamento Mariana, iniciaram-se outras batalhas envolvendo tanto a regularização das terras dos posseiros como a ocupação de fazendas com o propósito de assentar trabalhadores rurais “sem – terra” sob a organização do STR ou do MST. Para pressionar e acelerar a regularização de muitas áreas, foram necessárias ocupações da Superintendência do INCRA, em Salvador.

Desse modo, foram criados mais onze³⁷ assentamentos rurais de reforma agrária, em Camamu, além de dois pelo projeto Cédula da Terra (Fé em Deus e Trevo da Tapuia), como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1: Assentamentos rurais no município de Camamu

Assentamento	Área (hectares)	Nº de famílias (capacidade)	Famílias assentadas	Ano de Criação
Camamu ³⁸	4497	300	35	1981
Mariana	648,24	28	27	1993
Zumbi dos Palmares	1244,6	50	50	1997
Dandara dos Palmares	1452,24	70	63	1998
São José/Limoeiro	302,14	15	-	1998
Limoeiro	1303,47	55	54	1999
Paulo Jacson	891,45	90	55	1999
Paulo Freire	353,98	25	23	2001
Ernesto Che Guevara	391,24	19	19	2004
Argemiro Mendes de Oliveira	394,27	24	24	2004
Antônio Conselheiro III	337,93	35	35	2004
Fé em Deus	331,7	-	21	2002
Trevo da Tapuia	298,4	-	20	2002

Fonte: INCRA (2012) e PROJETO GeografAR (s/n)

A criação da maioria destes assentamentos ocorreu após a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA)³⁹, em 1986, pelo governo baiano e INCRA, os quais foram os principais responsáveis pelo processo de reforma agrária na Bahia. Como alude Germani

³⁷Os Assentamentos Mata do Sossego (antiga Fazenda da Rodotec) e Mirante foram criados quando essas áreas pertenciam ao Distrito de Igrapiúna em Camamu. Atualmente, estes Assentamentos se encontram em Igrapiúna, desmembrado e elevado à categoria de município em 1989.

³⁸ Não temos maiores informações sobre a diferença entre a capacidade das famílias assentadas e as famílias efetivamente cadastradas na base de dados do INCRA nos Assentamentos Camamu, Paulo Jacson e São José/Limoeiro. No caso específico do PAR-Camamu, nossos interlocutores nos informaram que a área de 4.497 hectares abrange diversas comunidades rurais, sendo que algumas se tornaram vilarejos no decorrer dos anos.

³⁹ O PRRA era a execução do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) a nível estadual sob coordenação do INCRA.

(1993), o INCRA desenvolveu as primeiras ações, visto que a articulação com o governo estadual era muito frágil e o programa de regularização fundiária para o Governo da Bahia era considerado mais prioritário do que a reforma agrária. Somente com a eleição do governador Waldir Pires, em 1986, e a criação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo e da Comissão Agrária do estado da Bahia foi possível agilizar o processo de reforma agrária proposto no PRRA.

A autora ressalta, no entanto, que os esforços não foram suficientes para articular eficientemente os diferentes órgãos estaduais devido à falta de recursos humanos necessários para atuar no campo, além dos divergentes interesses políticos e ideológicos dos atores sociais envolvidos. Estes, entre outras dificuldades, impossibilitaram a implantação do PRRA, ainda mais quando Waldir Pires deixou o governo sendo substituído pelo seu vice, Nilo Coelho. No entanto, o assentamento de 261.500 famílias proposto no PRRA, entre 1985 e 1989, não se cumpriu, e somente 28.228 famílias foram assentadas no estado.

De qualquer modo, Germani (1993) chama a atenção sobre a forte participação dos trabalhadores rurais no plano de reforma agrária na Bahia. Estes ocupavam não somente as áreas, mas também os órgãos estaduais, tais como a Secretaria de Reforma Agrária, o INCRA e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), em Salvador, quando as respostas e as soluções tardavam. Apesar do forte movimento reivindicativo, os trabalhadores não demonstraram a mesma capacidade ou disposição na organização da produção dos novos espaços. Para a autora, os assentamentos apoiados pelo MST no estado conseguiram desenvolver e organizar melhor sua produção e estrutura, apresentando indicadores qualitativos superiores em relação àqueles organizados por outras organizações representativas dos trabalhadores rurais.

Após este período, Freitas (2009) demonstrou a evolução da implementação dos projetos de assentamentos da reforma agrária, entre 1986 e 2009, no território Litoral Sul baiano, processo este que se acelera nos anos 1990. Em diferentes regiões do país, a política agrária no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) priorizou as áreas de grande pressão social exercida pelas organizações e movimentos sociais do campo, especialmente entre os anos de 1997 e 1998, quando a crise produtiva proporcionou o acirramento dos conflitos agrários.

No caso da região sul da Bahia, Leite *et al.* (2004) descrevem que a crise da lavoura cacaueteira, no início da década de 1990, causada tanto pela redução dos preços do cacau no mercado internacional como pela disseminação da vassoura de bruxa, arruinou a economia da região dependente fortemente deste produto. Os trabalhadores rurais não foram os únicos prejudicados com o colapso da economia cacaueteira, mas também os centros urbanos condicionados à performance econômica deste produto. Assim, o elevado número de desempregados e subempregados, a desvalorização das terras da região e a dificuldade na revitalização das fazendas com base em outros produtos, “favoreceu o crescimento do movimento de ocupação de terras e também tornou a desapropriação uma saída para os proprietários em situação difícil, abrindo caminho para a alta concentração de assentamentos de reforma agrária no Sul da Bahia na década de 90” (LEITE *et al.*, 2004, p. 54). Neste momento, a desapropriação das terras pelo Estado por interesse social se tornou também uma “estratégia de mercado para muitos proprietários que foram indenizados ‘em dinheiro’ pelas benfeitorias existentes nas fazendas” (FREITAS, 2009, p. 188).

A partir deste contexto nacional, juntamente a fatores mais locais já discutidos, inferimos as razões da criação do maior número de assentamentos entre 1997 e 2001 no município de Camamu. A partir do início dos anos 2000, notamos uma desaceleração na implantação da política de reforma agrária impulsionada pela aprovação da Medida Provisória nº 2.109, em 2001 e da Portaria nº 62, de 27/03/2001 (FREITAS, 2009). Estes atos proibiam a vistoria e a avaliação (por dois anos) dos imóveis rurais ocupados, além de excluir aqueles

assentados participantes “de esbulho ou invasão de terras de domínio público ou privado, bem como de prédios públicos” do Programa de Reforma Agrária (BRASIL, 2001).

Somente em 2003, no início do governo Lula, as organizações e os movimentos sociais do campo se mobilizaram e ocuparam massivamente áreas de grande visibilidade, tais como as margens das rodovias BR – 101 e BA – 001, o que pressionou a retomada do processo de reforma agrária pelo Estado (FREITAS, 2009). Apesar da pressão social e dos esforços empreendidos, constatamos que não ocorreu uma desconcentração da estrutura fundiária no território Baixo Sul entre 1920 a 2006. Ao contrário, a concentração de terra se acentuou nos municípios de Gandu, Cairu, Aratuípe, Igrapiúna, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Valença, Wenceslau Guimarães e Camamu (PROJETO GeografAR, s/n).

Como abordamos anteriormente, podemos inferir que a valorização das terras, devido aos empreendimentos turísticos, imobiliários e à expansão de *commodities* agrícolas, são elementos que resultam do aumento do Índice de Gini, em Camamu, conforme a tabela 2. Para ilustrar essa condição, podemos citar o político e empresário conhecido como *Compra-tudo*, em Camamu, que era prefeito de Itaquaquecetuba, no estado de São Paulo, mas originário de Ubatã, município do Baixo Sul. No decorrer do trabalho de campo, muitos interlocutores relatavam que o *Compra-tudo* retornou à região e adquiriu, nos últimos anos, diversas propriedades rurais no município para se dedicar especialmente à criação de gados. Contudo, investia, também, em imóveis nas áreas turísticas da região.

Tabela 2: Índice de Gini (1920- 2006)

Ano	Índice de Gini
1920	0,967
1940	0,502
1950	0,634
1960	0,697
1970	0,788
1975	0,766
1980	0,764
1985	0,767
1996	0,734
2006	0,813

Fonte: Projeto GeografAR, s/n

Desse modo, a criação dos assentamentos pode ter atenuado a concentração de terras, que tenderia a ser ainda mais intensa como em alguns municípios do Território. Entretanto, os projetos de reforma agrária que atenderam 380 famílias neste período, segundo o INCRA (BRASIL, 2011), não alteraram o padrão de redistribuição de terras no município. Resultado similar também foi demonstrado por Girardi (2008) em relação às políticas nacionais de reforma agrária sobre a concentração fundiária brasileira, entre 1992 e 2003. Se, por um lado, a política de reforma agrária não alterou o regime da propriedade da terra, persistindo a concentração fundiária até os dias atuais, por outro, as demandas da população rural

(trabalhadores rurais, “sem-terra”, parceiros, posseiros, meeiros, entre outros) emergiram e se tornaram visíveis no cenário nacional.

Na realidade, as mobilizações dos trabalhadores rurais sem-terra pela realização da reforma agrária em diferentes momentos políticos e históricos, como detalhou Montes (2013), revitalizaram constantemente o debate controverso sobre o tema como questão pública de interesse político, econômico e social, visto que não se tratava somente do acesso à terra, mas também da conquista de direitos, do exercício de cidadania e da expressão de democracia política. Da mesma forma, Carter (2010, p. 68-70) sintetiza que as discussões atuais sobre reforma agrária fornecem outros contornos que ultrapassaram a questão agrária e o desenvolvimento rural. Trata-se, portanto, de reparar “uma ‘dívida histórica’ para com a população pobre do campo, incluindo as comunidades quilombolas”, de promover “justiça social”, “igualdade de renda” e “direitos políticos”, de gerar empregos e renda, de reduzir “a decomposição social”, de “catalisar outras iniciativas de mudanças”, entre outros argumentos defendidos por diferentes sujeitos nas arenas públicas.

As diversas (re)significações e controvérsias a respeito da temática desde a promulgação da Constituinte, em 1988, também demandaram contínuas negociações com o poder público e a mobilização da opinião pública a respeito das situações problemáticas, transformando-as em questões coletivas que se configuraram sucessivamente sobre diferentes cenas públicas e ascenderam a escala da publicidade. Essa problematização da reforma agrária no espaço público, no entanto, não significou que os múltiplos assuntos e as situações problemáticas cotidianas dos “novos coletivos” ou “novos sujeitos de direitos”, embora visíveis e reconhecidos pelo Estado e suas instituições, fossem tratados e solucionados por ações públicas, principalmente após o acesso à terra. Ao contrário, grande parte dos desdobramentos da política de reforma agrária ou até mesmo problemas sociais enfrentados por essa população agora “assentada”, permanece como “experiências singulares”, conforme denomina Freire (2005). Em muitos casos, os próprios atores não percebem que estas experiências remetiam ao coletivo, à conquista de direitos básicos e ao acesso à cidadania, desse modo se inscrevendo como dramas pessoais buscando “ajudas” ou “dando um jeito” longe das arenas públicas ou dos debates sobre reforma agrária.

2 ASSENTAMENTO ARGEMIRO MENDES DE OLIVEIRA

Do alto da rodovia BA- 652, próximo ao povoado do Acarai, era possível visualizar as casas da agrovila do Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira, já que se localizava contíguo à *rodagem*, como os moradores denominavam a estrada. Por um percurso rápido na estrada de terra, chegávamos à agrovila, onde as casas estavam dispostas na única rua: de frente e ao lado das outras, totalizando 24 casas com estruturas simples e com acabamentos incompletos. Elas possuíam uma pequena varanda externa, uma sala, dois quartos, um banheiro e uma cozinha. Saindo da cozinha, havia uma área de serviço com o chão *batido* e o teto *improvisado*, como as assentadas falavam, mas queriam reformar esse espaço quando pudessem. Ali encontrávamos o tanque e o fogão a lenha, e às vezes, algumas plantas medicinais, temperos e árvores frutíferas na pequena área ao redor da casa.

Já na rua de terra, sempre havia muitas crianças circulando, quando não estavam na escola, e algumas mulheres conversando com suas vizinhas. Em diversas ocasiões, encontrávamos muitos vendedores, os *camelôs*, com carros ou picapes repletos de produtos: roupas pessoais, de cama, mesa e banho. Muitas assentadas compravam essas mercadorias a fim de revendê-las no povoado do Acarai ou para amigos e familiares. Ainda havia outros vendedores ambulantes, que vendiam móveis, eletrodomésticos e cestas básicas.

Ainda era possível observar algumas casas fechadas. Em outubro de 2012, por exemplo, existiam 20 famílias assentadas, ou melhor, oficialmente cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas somente 12 realmente moravam ali. Algumas famílias foram embora ou deixaram poucos objetos ou mobílias para garantirem suas casas, mas passavam as semanas na *rua*. Existiam várias situações: alguns possuíam uma residência na sede, em Camamu, uma assentada esperava o retorno do marido na casa de familiares, outro se encontrava *fora* devido à problema de saúde. Havia ainda aqueles que “conseguiram coisa melhor fora”, e outros, que precisaram abandonar o lote, como um morador que recebeu ameaças de traficantes por causa das dívidas do filho já assassinado⁴⁰.

No entanto, um movimento mais intenso de pessoas conversando e caminhando na rua e nas casas ocorria a partir das 17 horas, quando os assentados, que saíam muito cedo, retornavam da *roça dos outros*. Poucos eram aqueles que cultivavam o seu próprio lote de cinco hectares, já que a maioria dos homens trabalhava *fora* como “diaristas” ou na área urbana, como pedreiro ou ajudante de serviços gerais. Assim, a dinâmica do cotidiano dos assentados se conformava com as diferentes épocas das colheitas, especialmente dos cultivos de cravo e cacau, quando havia sempre trabalho nas outras propriedades, tanto familiares como nas grandes fazendas.

Desse modo, o que encontrávamos predominantemente na área produtiva do Assentamento eram os dendezeiros e as piaçaveiras situados, em grande parte, na área coletiva. A exploração extrativista dessas palmeiras consideradas *nativas* era (e continuava sendo) a principal atividade econômica da antiga Fazenda Catarina, que foi avaliada como propriedade improdutiva e, por isso, desapropriada para a criação do Assentamento em 2004.

A emergência do processo de reivindicação, ocupação e formação do Assentamento conduzido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) decorreu a partir do início da venda de partes daquelas terras e, conseqüentemente, da ameaça de expulsão de posseiros e de alguns trabalhadores da propriedade. Da mesma forma que ocorreu em outras áreas no município, o título de posse da Fazenda Catarina comprovava uma área menor daquela pleiteada pelo

⁴⁰Há um problema latente da presença do tráfico de drogas no Assentamento. Normalmente, são rapazes e familiares de alguns assentados, mas “não mexem com ninguém aqui”, conforme me alertaram. Entretanto, é nítido o temor que ronda as famílias, especialmente, quando a polícia procura por essas pessoas.

proprietário. A existência de *roças* nos arredores da Fazenda decorria da presença de posseiros, que se adentraram e trabalhavam nas terras, como o morador S⁴¹. nos contou:

A gente morava lá no rio da Capoeira⁴², a gente tinha uma arezinha. (...) um lugarzinho mesmo ali perto que chama Oliveiro, era ali perto, quer dizer, era uma posezinha de mamãe, no tempo que eu trabalhava mais mamãe, e a gente trabalhava aqui em dendê. Tudo era dendê. E nós plantava mandioca, essas coisas. (...) Aqui no assentamento, um bocado de gente que já mora aqui, tinha uma posezinha, mas só que quando ouviu que o dono ia vender toda a área, mas a posse era dentro do lugar.

Frente a esses acontecimentos, os dirigentes do Sindicato orientaram os posseiros a permanecerem e formarem um acampamento na beira da estrada a fim de exigir sua compra e garantir o direito à redistribuição das terras das Fazendas Catarina e São Gonçalo. Esta última Fazenda também foi desapropriada para a criação do Assentamento Ernesto Che Guevara no mesmo momento, já que as duas propriedades próximas pertenciam ao mesmo proprietário, segundo os relatos dos nossos interlocutores⁴³

Aí disseram que podia fazer um abaixo-assinado para mandar para o governo, porque já tinha um bocado de gente morando aqui, e podia o governo pagar esse pedaço, que ele [proprietário da Fazenda] queria vender para deixar para os posseiros. Aí, nós fiquemos aqui.

Quem foi o procurador dessas coisas foi Seu Paulo Vitor [um diretor do STR naquela época] que foi na casa da gente, disse que a gente tinha um bocado de filhos, que não podíamos deixar os meninos à toa, que o dono da roça ia vender a roça, a fazenda. Tinha muito morador aqui, um bocado de homens morando aqui. Eles podiam falar para o governo pagar para a gente ficar com essa posse que a gente já tinha aqui. E foi passando aquele abaixo-assinado, quando viu, veio o projeto para acampamento para o pessoal, para acampar aqui para poder requerer o terreno pro povo.

O pessoal vinha todo mês, toda semana vinha fazer a reunião que era do povo que queria o terreno. Este terreno é grande que vai para lá, para outro sem-terra de lá. Dividiu esse aqui, isso tudo era um [única área], e dividiu no meio, e ficou um sem-terra lá, e outro aqui. Fiquemos morando, e com isso o governo pagou. O governo pagou o pedaço para a gente ficar aqui mais o terreno para gente. Muita gente não quis ficar, quem já tinha área grande, diz que não queria, mesmo fazendo isso para ajudar o povo, enquanto ganhava o terreno, quando ganhasse não queria. Quando ganhou, veio gente que não era posseiro, e todo mundo se acampou aqui. Aqui, chama reforma agrária, aqui eles dizem que não é como se a gente fosse invasor, e com isso a gente estamos aqui (Entrevista com o morador L.)

As orientações e o apoio para a mobilização pelos dirigentes do STR foram fundamentais não somente para a instalação do acampamento e a criação do Assentamento, mas também para esclarecer e legitimar a ocupação da Fazenda Catarina. A ocupação materializava a reivindicação pelo direito de posse daquela terra, que não cumpria sua função social, e agilizava o processo de desapropriação da Fazenda, diferente da ideia de “invasão”, correntemente empregada para designar ações ilegais ou censuráveis contra a “propriedade

⁴¹ Para prevenir inconvenientes e manter a segurança dos moradores do Assentamento, as próprias letras iniciais dos seus nomes foram alteradas a fim de proteger o anonimato sem a possibilidade de identificá-los, uma vez que o número reduzido de famílias do Assentamento facilitaria a identificação dos nossos interlocutores.

⁴² Os nomes das localidades ou referências geográficas que pudessem identificar nossos interlocutores foram substituídos.

⁴³ É importante destacar que a reconstituição do processo de ocupação da Fazenda e o período do acampamento se mostraram sucintas nas lembranças da direção do STR como das poucas famílias, que permanecem no Assentamento desde o período do acampamento. Tanto que nenhum dos assentados soube nos informar a procedência do nome “Argemiro Mendes de Oliveira”. Apenas os dirigentes mais antigos ou envolvidos do STR nos contaram que Argemiro foi um posseiro e uma liderança no processo de regularização fundiária no Assentamento PAR Camamu, como já descrevemos anteriormente. A escolha ocorreu em homenagem póstuma.

privada”. Como o próprio interlocutor explica: “aqui, chama reforma agrária (...) não é como se a gente fosse invasor”, ou seja, o acesso à terra decorreu por meios legais-institucionais⁴⁴, com o reconhecimento do poder público, sendo que sua posse não se derivou de ações reprováveis, ao contrário, aquelas famílias tinham o direito de estarem ali.

Ao mesmo tempo, o morador recordava que nem todos os acampados eram posseiros ou empregados dessas fazendas. No entanto se transformaram em pretendentes a redistribuição de terras. Da mesma forma que Medeiros e Leite (1999) já indicaram, os demandantes de terra apresentavam uma diversidade de trajetórias: aqui, a maioria deles era procedente da área rural, sendo trabalhadores rurais de outras localidades adjacentes, conforme registramos os depoimentos no nosso diário de campo:

Eu trabalhava antigamente na Fazenda Donzela (...) depois que me casei, mudei para a Pedra do Onça que fazia divisa com a Fazenda [Catarina]. Na minha terrinha, tinha cacau, cravo, seringa, mas aqui na Fazenda já tinha dendê e piaçava. Sou uma das primeiras famílias que foram assentadas aqui (Registro do depoimento no diário de campo da moradora T).

Minha família é daqui [de Camamu]. Eu morava na Andaiá [outra fazenda, hoje Assentamento], fui para Salvador e tinha um marido muito ruim. Passei muita coisa ruim lá, e voltei com meus quatro filhos. Eu que já sou magra, voltei só osso. (...). Cheguei a ficar um tempo num acampamento, mas voltei para Salvador. Meu tio disse que tinha um lugar para mim num assentamento que estava saindo. Então, vim para o assentamento, fiquei pouco tempo na pista, porque logo falaram que ali iam puxar a energia elétrica. (Registro do depoimento no diário de campo da moradora J).

Morei muito tempo na Andaiá, meu ex-marido ainda está lá. Ele começou a beber muito e me maltratava. Sofri muito. (...) vim para Camamu e sempre trabalhei na fazenda dos outros (...). Estou no assentamento desde o acampamento. Vim para cá, porque estava para lá e para cá. (...) Estávamos numa casinha na cidade. Ele [o atual marido] conhecia [uma liderança do acampamento] e veio conversar aqui se havia vaga. Falaram que podíamos vir. Tínhamos um dinheiro [da colheita] do cravo e compramos prego, lona e fizemos uma feira, e viemos para cá (Registro do depoimento no diário de campo dos moradores A e D).

Eu me cadastrei na época do assentamento, porque era meu pai que estava acampado, mas já estava muito doente. Eu não gostava de trabalhar na roça, quando meu pai me acordava cedo, mas cadastrou a terra no meu nome. Ele disse que eu ainda iria agradecê-lo (Registro do depoimento no diário de campo da moradora G).

Outras moradoras já trabalharam em grandes centros, como São Paulo ou Salvador, ou mesmo nas localidades mais próximas e turísticas, como Itacaré e Barra Grande, mas retornaram para o município. Elas se sentiam exploradas pela *patroa*, quando eram empregadas domésticas, ou não conseguiam sustentar a família com a baixa remuneração nos empregos, como uma assentada desabafa “trabalhava muito em restaurantes, e no final do mês, não tinha dinheiro para comprar um nada para meus filhos” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora G). Se as mulheres recordavam dos empregos precários na área urbana, a maioria dos homens descreveu normalmente que “sempre trabalhou na roça”, isto é, nas propriedades da família, mas principalmente *dando dia* nas fazendas como trabalhadores temporários.

A partir de suas memórias, compilamos as experiências e os interesses particulares de pessoas com distintas trajetórias de vida que começaram a convergir em torno de objetivos comuns. Alguns acamparam após os convites de parentes, conhecidos ou dirigentes do

⁴⁴A própria Lei nº 4.504/1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, declara que a reforma agrária é “o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

Sindicato, enquanto outros já possuíam ou compartilhavam de uma *possezinha* da família, a qual era insuficiente para a continuidade e a sobrevivência de todos os membros familiares naquela terra.

Ainda outros procuravam maior estabilidade e garantia, o que não obtinham ao morar e trabalhar nas propriedades alheias ou nas casas de parentes. Morar na “fazenda dos outros” representava que poderiam ser expulsos em qualquer momento ou “quando chega o prazo, tem que sair”, além de se submeter às ordens do *patrão*. Em outros casos, mesmo morando com a família, precisavam acordar de madrugada para trabalhar *fora* (nas fazendas), independente das condições climáticas e do estado de saúde, já que era necessário gerar ou complementar a renda da família.

Eu já levantei 3 horas da madrugada por todo dia para quando for 4 horas, já estar com a latinha pronta para sair e para ir trabalhar longe, às vezes, debaixo de chuva, ou fazendo sol. Tem que ir para não passar do horário para pegar o trabalho no horário (...) para a fazenda dos outros, para dar dia diretamente para viver, vender dia. Isso é muito ruim, porque eu mesmo já trabalhei e sei. A gente está sem coragem de levantar da cama, mas é obrigado a ir, porque se não for não vai ganhar o dinheiro para ter, chegar no dia de sábado para comprar as coisas (Entrevista com a moradora T.).

Além disso, existiam outras razões que influenciaram na decisão de morar no Assentamento, especialmente no caso das mulheres que buscavam recomeçar suas vidas após crises conjugais ou violência doméstica: muitas se separaram dos maridos devido aos sofrimentos e aos maus-tratos sofridos. Há muitas histórias semelhantes sobre os problemas conjugais por causa do consumo intenso e constante de bebidas alcoólicas pelos ex-maridos nos depoimentos, tais como: “eu tinha um marido muito ruim” ou “meu marido era um bêbado, gastava todo dinheiro na bebida. Não podia esperar nada dele”. Isso não significava que esse problema não perpassasse suas vidas conjugais naquele momento. Todavia as assentadas recordavam e enfatizavam seu passado como mais *difícil*.

Assim, a permanência ou a instalação no acampamento a fim de pleitear terras frente ao Estado se tornou uma possibilidade “no horizonte dos possíveis” como Sigaud (2005) denomina, ou uma aposta para melhorar suas condições de vida, já que os assentados relatavam frequentemente as *dificuldades* vivenciadas antes do acampamento. O apoio e o incentivo dos sindicalistas já conhecidos e portadores de experiências acumuladas no processo de ocupação e desapropriação de outras propriedades no município, além da proximidade e a própria vivência dos ocupantes em outros assentamentos, contribuíram também na decisão de acampar com a expectativa de que poderiam ser contemplados, como Sigaud (2005) e Sigaud, Rosa e Macedo (2008) discutiram para outros contextos.

Ao mesmo tempo, a “linguagem da forma acampamento”⁴⁵, já compreendida e legitimada por diferentes interlocutores, inclusive o Estado brasileiro, representado pelo INCRA, permitia a existência oficial dos movimentos e dos acampados nos registros desse órgão. Isto porque a figura do “acampado, categoria sem amparo legal” aparece nos formulários destinados a cadastrar os futuros assentados e obter atenção do Estado, o que permite o acesso à terra e às políticas de crédito. Se não fosse esse processo, “muitos permaneceriam ignorados

⁴⁵A partir dos estudos de Sigaud (2000, p. 85) nos acampamentos da Zona da Mata de Pernambuco, a autora observou que o acampamento seguia um padrão com técnicas ritualizadas, organização espacial, normas para entrar no acampamento e se instalar, regras de convivência e afirmações simbólicas a fim de realizar a ocupação. Normalmente, um movimento ou uma organização era responsável em agrupar as pessoas para ocupar uma área, comandar a formação do acampamento e se apresentar perante o Estado como o representante autorizado a falar em nome dos acampados. Essa combinação de aspectos modelares constituía uma linguagem com o objetivo de fundar pretensões a legitimidade e “dizer” que aqueles que ocuparam desejam a desapropriação. Essa linguagem é compreendida pelo Estado brasileiro, pelos movimentos sociais, pelos proprietários das fazendas e pelos trabalhadores. Maiores detalhes, consultar Sigaud (2000), Sigaud (2005) e Sigaud, Rosa e Macedo (2008).

como boa parte da população, ou apenas seriam alvo de programas pontuais e emergenciais” (SIGAUD, 2005, p. 277)

Podemos inferir que esse reconhecimento não ocorreu somente em relação aos acampados frente ao “Estado brasileiro”, mas também que a própria interação entre estes e o poder público, representado inicialmente pelos servidores do INCRA, possibilitou que se tornassem visíveis uns para os outros. Agora, não estavam mais *ao léu*, visto que o envolvimento de diferentes atores a fim de estabilizar o problema e institucionalizar os meios de resposta contribuiu para a problematização e a “publicização” dos seus problemas nas arenas públicas. Naquele momento, os dirigentes do Sindicato e as lideranças de outros assentamentos mais antigos foram os principais mobilizadores e porta-vozes na constituição desses novos sujeitos de direitos.

Após quase três anos *debaixo da lona* ou nas *casas de plástico*, terminava o tempo de espera e iniciava uma nova fase para as famílias acampadas, que foram divididas e assentadas: dezenove famílias foram para o Assentamento Ernesto Che Guevara, e vinte quatro, para o Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira. Com a constituição desses novos coletivos, outras situações problemáticas se configuraram na vida cotidiana, não somente traçadas pelos próprios atores sociais, mas também pela intensa interação com o Estado e sua gestão institucional.

2.1 “Aqui não é dormitório”: os múltiplos sentidos e experiências de permanecer na terra

Após a criação oficial de um projeto de assentamento, uma nova configuração se constitui, permeada pelas experiências de vida e de luta das pessoas envolvidas, além das próprias particularidades sociais, econômicas, culturais e políticas do seu entorno. Assim, novos espaços e redes de sociabilidade para os atores emergem e reconstróem os antigos laços familiares e de parentesco, amizade e vizinhança, que possibilitam junto a ações dos mediadores e do Estado a organização na implementação do assentamento (LEITE *et. al.*, 2004). Essas mudanças significativas, mesmo naqueles projetos considerados simplesmente regularizações fundiárias, possibilitam a criação de territórios sob gestão do Estado e a emergência de uma nova categoria: os “assentados”, os quais não tinham acesso a diferentes políticas públicas anteriormente e “cujos efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas” (LEITE *et. al.*, 2004, p.21).

Esses atores sociais, portanto, passam a se relacionar não somente com a dinâmica social, política e cultural vigente da região, mas também a interagir com as exigências e normas de funcionamento estabelecidas pelo Estado. Isso decorre porque os “assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado”, o qual os instituiu e, por isso, estão “sujeitos à sua gestão e à sua ingerência. É essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses”. Dessa interação, no entanto, surgem muitas exigências e tensões recíprocas, visto que este regulamenta diversas situações da vida e do cotidiano: a relação com a terra, a divisão dos lotes, a distribuição dos novos moradores dentro do assentamento, o trabalho nos lotes e o uso dos espaços e equipamentos coletivos, entre outras (Leite *et. al.*, 2004, p. 111).

Schmitt (2014, p.12) ressalta que não podemos esquecer que essas relações com o poder público estão imersas em “um conjunto de necessidades a serem supridas e precariedades a serem enfrentadas” nos assentamentos pelo próprio Estado. Podemos encontrar no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), publicado em 2003, e ainda vigente, as diretrizes que determinam programas e ações visando a garantir a qualidade de vida nos assentamentos por meio de uma série de investimentos em infraestrutura, políticas de crédito, assistência técnica, apoio à comercialização e políticas direcionadas à universalização de direitos fundamentais.

Dentro desse universo que permeia a vida cotidiana nos assentamentos, uma das primeiras e principais normas com que os assentados se defrontam se refere à regulamentação do acesso e uso da terra. Como Schmitt (2014) explica, a área do assentamento é regulamentada por contratos de concessão de uso ou por meio de títulos de domínio pelo INCRA, principal órgão público executor da política nacional de reforma agrária. No contrato de concessão de uso, os assentados recebem uma concessão provisória a fim de explorar a parcela de terra, onde

(o)s trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando a mão de obra familiar e contando com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas.

(...) Os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar, e garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que até então se encontravam sob risco alimentar e social (INCRA, s/d).

Essa definição se ampara na legislação agrária brasileira, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária, a qual determina que

(...) os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou por meio de seu núcleo familiar, mesmo que por intermédio de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos (BRASIL, 2014).

Isso significa que os “beneficiários da reforma agrária” não podem alienar, hipotecar, arrendar ou vender os lotes ou as benfeitorias a terceiros. Ademais, o título de domínio definitivo do imóvel rural somente é emitido quando o assentado cumpre com as cláusulas do contrato de concessão de uso por pelo menos cinco anos, apresenta condições de cultivar a terra e paga o título de domínio em vinte parcelas anuais, ficando o imóvel inalienável por dez anos (SCHMITT, 2014). Já aqueles que evadiram sem apresentar justificativas frente ao INCRA ou cujas áreas foram retomadas devido a irregularidades são excluídos do cadastro do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) e não podem mais se inscrever no Programa de Reforma Agrária. Além disso, ficam inscritos como inadimplentes no Cadastro de Devedores da Dívida Ativa, se receberam recursos financeiros provenientes de qualquer modalidade de crédito, e permanecem como devedores (ALEIXO, 2007).

Por outro lado, alguns movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, argumentam que os assentados devem permanecer com o contrato de concessão de uso para que o Estado mantenha seu compromisso com a implementação de ações e políticas direcionadas aos assentamentos e para que a terra não se torne novamente apenas reserva de valor ou reserva patrimonial (SCHMITT, 2014). De acordo com as reflexões de Sauer (2005, p.69), a terra não representa somente um meio ou instrumento de trabalho ou de produção, mas também possui um significado real e simbólico, como lugar de trabalho, moradia e produção para as pessoas envolvidas nessa luta. A conquista da terra é uma “graça alcançada” mediada pelo trabalho que, junto com a fertilidade da terra, possibilita produzir, gerar fartura e liberdade.

Nesse processo, o trabalho se constitui como valor (real e simbólico) mais importante, visto que o direito ao trabalho se torna parte fundamental “do processo de luta e da construção de representações que explicam e justificam a realidade e as ações das pessoas sem terra”. Acessar a terra, portanto, concretiza o direito de trabalhar para si mesmo e produzir para o autoconsumo a fim de sustentar a família. Por isso, a conquista da terra significa mais do que um simples emprego ou ocupação (SAUER, 2005, p. 69).

Essa relação entre moradia, terra e trabalho, já estudada nos trabalhos sobre a lógica camponesa, tais como Heredia (1979), Brandão (1981), Garcia Junior (1983), Woortmann e Woortmann (1997), entre muitos outros, também poderia ser observada nos assentamentos,

visto que “morar” e “ter terra” indicam uma “não dissociação entre lugar de viver e lugar de trabalhar”, pois o morar é mais do que habitar, envolvendo o modo de viver, a convivência com o entorno e com a natureza (MARTINS, 2009, p.22). Segundo o autor, a morada e a instituição da morada se constituem como referencial de imaginário e formulações utópicas para acampados e assentados, visto que ali se encontram os mecanismos de reprodução da família, da sociabilidade familiar e dos laços afetivos com a terra. A decisão de aderir ao acampamento e, posteriormente, “ser assentado”, significa, a princípio, a busca por um lugar para se viver com a família e a expectativa de conquistar um *pedacinho* de terra, ou seja, constitui um lugar de referência, não se submetendo mais à instabilidade e à descontinuidade decorrentes dos vínculos precários com terras alheias.

Em resumo, as gramáticas públicas delineiam os atributos e as condições adequadas ou mais almeçadas dos assentamentos na exploração do lote com cultivos diversificados para o autoconsumo e a comercialização pelos próprios assentados, que precisam morar no local com o emprego da força de trabalho familiar. Tanto os movimentos sociais como os órgãos públicos incentivam de diferentes formas que a organização e as práticas no assentamento prossigam de maneira coletiva análoga à fase de acampamento. Assim, a geração de renda e emprego, a produção de alimentos, a diminuição da pobreza e a revitalização de pequenos municípios são argumentos favoráveis à reforma agrária disseminados na sociedade e na opinião pública brasileira.

Frente ao arcabouço normativo, e também simbólico, de acesso e uso da terra, esses atores sociais se submetem às gramáticas da vida pública de alguma forma, mesmo quando não atuam em cenas públicas, uma vez que são considerados “público-alvo” ou “beneficiários” nas avaliações, nas implementações de ações públicas, nas decisões políticas em diferentes momentos e lugares, onde se impõem obrigações ou deliberações direcionadas ao “interesse geral” ou “utilidade coletiva”. Isso não significa que as motivações e os objetivos desses indivíduos ao aderir ao contrato de “assentado” se balizam nas prerrogativas da “coisa pública”. Ao contrário, elas se amparam em diferentes moralidades a fim de justificar suas ações e atitudes frente ao outro, de construir discursos sobre seus sentimentos de justiça ou mesmo de guiar suas performances. Sob uma “geometria variável”, a própria identidade dos atores sociais não se estabelece de forma determinada, e sim, se configura dependendo dos problemas confrontados ou das alianças e rivalidades tecidas. Assim, “atores, causas e situações se configuram simultaneamente” (CEFAI, 2011, p. 70).

No nosso *locus* de pesquisa, o Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira, notamos, desde as primeiras visitas e conversas com os assentados e os profissionais da assistência técnica prestada pela EBDA⁴⁶, assimetrias e constrangimentos (nem sempre expostos publicamente) provenientes desses mecanismos institucionais, jurídico-legais e morais que guiavam a relação morada, terra e trabalho nos assentamentos. Como narramos anteriormente, o Assentamento era conhecido pela evasão, alta rotatividade dos moradores e como “não muito produtivo”, já que encontrávamos pouca produção agrícola nas áreas individuais e, sobretudo, dendezeiros e piaçaveiras na área coletiva. A baixa produtividade e o trabalho *fora* dos lotes engendravam justificações e argumentações por parte dos atores frente aos profissionais da EBDA e outras entidades, ou mesmo, visitantes ou pessoas externas, como a própria pesquisadora.

⁴⁶A EBDA é responsável pela assistência técnica e extensão rural nos assentamentos rurais na Bahia e pela comunicação com o escritório do INCRA em Salvador. Por meio de convênio entre governo do estado da Bahia, Incra e EBDA, esta última é a principal entidade governamental presente no Assentamento, já que o STR de Camamu não possui técnicos ou profissionais para o acompanhamento periódico e o atendimento das demandas relativas a infraestrutura, formação, crédito agrícola e outras políticas direcionadas para a agricultura familiar. Os técnicos atuantes no Assentamento foram contratados pelo Programa Pacto Federativo que iniciou a primeira etapa em 2010 e finalizou em 2012. Maiores informações, consultar: <<http://www.ebda.ba.gov.br/pactofederativo/index.php>>.

Esses pontos também constituíam uma forma comum de avaliação, muitas vezes velada, a fim de desqualificar o outro morador e sua conduta, ou seja, aquele que *não sabe nem o rumo do lote* era questionado e considerado menor perante os “assentados produtivos”. Esses julgamentos acentuavam-se ainda mais quando aqueles que trabalhavam na sua área reclamavam sobre a condição dos lotes adjacentes que permaneciam *largados*, o que acarretava problemas para sua produção por causa dos caimitus, que se escondiam no *mato*, nas áreas vizinhas, e destruíam as plantações, e das formigas, que “atacam muito as hortas e precisava ficar matando da minha área e dos outros”. Ademais, os moradores mais antigos com produção nos lotes relatavam as enormes *dificuldades* iniciais para *botar roça ali*, como a assentada recordou: “comi muito guaiamum nessa época. Botava a armadilha de manhã, ia trabalhar e voltava. Eu e D. (marido) suamos muito para botar roça, por isso não saio daqui. Já passei muita fome para ter isso aqui” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora M.).

Dessa forma, aqueles moradores com produção na área individual exaltavam seu trabalho e nos convidavam a conhecer suas *roças*. Mostrar as *roças* valorizava seu trabalho e de sua família, uma vez que a produção materializava uma condição de fartura diferente da realidade anterior de “sem terra, ‘sem valor e sem trabalho’”. Simbolicamente, a produção também permitia visibilizar e medir o sucesso do assentamento, ou mesmo do assentado, porque se tornava uma prova material do seu trabalho e o diferencia dos demais (SAUER, 2005, p. 72). Sabourin *et al.* (2006, p. 35) complementam que a quantidade e a qualidade da produção se tornam, muitas vezes, “os principais motivos de orgulho do agricultor pobre por serem os únicos sinais distintivos de identidade e dignidade que pode oferecer”. Apesar da ênfase simbólica na produção, os desafios enfrentados, tais como a ausência de investimentos e crédito, os baixos preços dos produtos agrícolas, a luta para permanecer na terra, a constante busca por renda e melhores condições de vida, persistem no decorrer do desenvolvimento do assentamento (SAUER, 2005).

Durante as visitas a dois lotes com cultivos, os moradores apontavam as áreas individuais em “que não tinha quase nada plantado, só mato grosso ou dendê por baixo”, ou seja, as áreas de assentados “improdutivos”. Em geral, nossos interlocutores indicavam explicitamente aqueles sem produção nas situações mais particulares, quando estavam sozinhos com a pesquisadora ou com outro morador que compartilhava da mesma opinião. Nesses momentos, eles descreviam o comportamento alheio e a má reputação dos vizinhos de modo a consolidar a imagem negativa destes, remetendo assim à fofoca.

No entanto, os moradores compreendiam que não existiam implicações jurídico-legais mais efetivas sobre o não trabalho nos lotes, embora alguns técnicos da EBDA *jogassem duro* em diversas circunstâncias, construindo gramáticas discursivas amparadas nas normas institucionais e jurídicas para coagir aqueles sem produção nas áreas individuais, como nos relatavam: “O [técnico da EBDA] já disse que aqui não é dormitório, que quem quer plantar, ir para roça, fica, mas quem quer ficar dentro de casa, é para sair do Assentamento. Muita gente ficou com medo no começo, mas o INCRA não tira ninguém mesmo” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora A.).

Embora não ocorressem medidas a fim de inibir essa situação, as justificativas a respeito do não trabalho nos lotes permeavam frequentemente as conversas, as ações e as argumentações dos moradores, que lançavam mão de diferentes moralidades para legitimar ou mesmo coordenar suas performances nas cenas públicas, se submetendo à avaliação ou ao “olhar de um Terceiro”, como Cardon, Heurtin e Lemieux (1995) denominam, o qual pode ser compreendido como um espectador imparcial ou uma consciência pública. Assim, as argumentações e as justificações sobre essa situação problemática permeavam recorrentemente outros assuntos nas conversas informais ou nas reuniões, mesmo quando não se discutia ou abordava diretamente essa questão.

Compilamos, de diversas situações e momentos, os sentidos e os significados expostos pela maioria das famílias que explicavam sobre a incompatibilidade entre a exploração do lote e a geração de renda no Assentamento ou mesmo os argumentos ou os dramas sobre o não cultivo das áreas individuais. Partimos, desse modo, do envolvimento das pessoas na esfera do próximo e do familiar a fim de evidenciar os interesses pessoais ou destinos locais, já que o enredamento em histórias e intrigas locais, como Cefai (2011) chama atenção, se torna um “trampolim” para formas de julgamentos, denúncia ou reivindicação sobre o que diz respeito ao público. Aqui, compartilhamos com o autor que o termo “próximo” ou “proximidade” se refere ao que é importante ou pertinente no cotidiano vivido pelos atores.

Assim, um dos argumentos mais recorrentes sobre o não cultivo das áreas individuais se relacionava com a baixa fertilidade do solo, especialmente nas áreas, onde se encontravam os dendezeiros. Segundo a moradora G., “a terra é muito ruim para plantar outros cultivos, há somente uma pequena parcela da terra que é melhor, mas não dá para todos”. Outro morador, D., esclareceu que a “terra é fraca, precisa de adubo, ureia, por isso os moradores do Assentamento vão trabalhar fora, no cacau, para conseguir manter a casa”. Já R. explicou que o marido “está trabalhando [como pedreiro] na construção [da casa] de uma velhinha no Acarai, porque precisa de dinheiro para ir ao médico e fazer os óculos. E não tinha como, porque Camamu não tem quase médico” (Entrevista com a moradora R.). Como não conseguiam produzir e obter renda suficiente para suprir suas necessidades básicas a partir do trabalho na sua própria terra, não encontravam outras soluções a curto prazo para essa situação. Um dos técnicos agrícolas da EBDA, quando questionado sobre a fertilidade dos solos, explicou que:

(...) embaixo dos dendezeiros não se produz nada, por causa da sombra e da própria terra, que não é boa para outros cultivos. Então, é difícil consorciar com qualquer outra coisa. Então, os agricultores vão trabalhar em outros locais para complementar a renda, pois somente com o dendê não é possível manter a família. Como eles não gastam muito tempo no próprio lote vão para outros lugares (Registro do depoimento no diário de campo com técnico da EBDA).

Essas decorrências dos cultivos de dendê, no entanto, dependiam do espaçamento entre as palmeiras, conforme o morador D. ilustrou: “os dendês precisam ser plantados espaçados, porque eles secam muito a terra, mas é possível plantar com outras coisas consorciadas, como feijão e cacau, mas depende da terra”. A consorciação com o dendê poderia ocorrer desde que existisse um espaçamento adequado entre os dendezeiros, uma vez que as próprias raízes das plantas impediam o plantio de outros cultivos. Isso se tornava praticamente inviável nas pequenas áreas das propriedades rurais. Ou nas palavras do presidente do STR: “na área que está tomada por dendê não tem como produzir mais quase nada (...) as coisas não dão. Ele faz um emaranhado no solo, com aquelas raízes dele, que não dá nada”.

A maioria dos dendezeiros, entretanto, se localizava na área coletiva, não nos lotes individuais. De qualquer modo, a baixa fertilidade das terras é um problema recorrente nas áreas de reforma agrária, como Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) destacam no seu trabalho sobre a situação dos assentamentos rurais com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006. Muitos assentamentos foram instalados em áreas de pior qualidade para a produção agrícola, já que as ações de desapropriação para fins de reforma agrária se concentram nas terras de pior qualidade, porque são mais baratas. Essa lógica, segundo Sauer (2005), propicia maior visibilidade às ações governamentais, no entanto, penaliza as famílias e impede avanços importantes para a democratização do acesso à terra.

A pesquisa realizada por Leite *et. al.* (2004) também demonstra que 79% dos projetos de assentamentos no sul da Bahia possuem restrições de fertilidade e textura dos solos. Segundo os autores, grande parte dos assentamentos dessa região se situa na faixa litorânea, onde os solos são arenosos e procedentes de restingas. Esse é o caso do Assentamento Argemiro

Mendes, localizado na região da *Beirada*, mais próxima do litoral, como já apontamos no capítulo anterior. Apesar desses indicativos, alguns moradores não concordavam que “a terra era fraca”, pois acreditavam que “dá de tudo lá sim. O problema é que as pessoas não cuidam. [O técnico da EBDA] disse que vai trazer o homem do INCRA para ver quem está cultivando o lote e fazer uma análise da terra. Quero ver se a terra der que é boa!” (Registro do depoimento no diário de campo do morador A.).

Na opinião da moradora N., a falta de dedicação nos lotes também se tornava o maior empecilho para a produção agrícola no Assentamento, visto que os moradores viviam um círculo vicioso, no qual precisavam trabalhar *fora* a fim de obter renda para manter a casa e, assim, não conseguiam cultivar suas áreas individuais. Sem reservas financeiras e garantias de bons resultados dos cultivos, o morador deveria passar por um período de penúria para obter êxito da sua área individual.

Se a pessoa nunca for para sua roça, bater pé aí, na semana que vem não vai comer, se não trabalhar para fora. Ele nunca sai de lá e nunca faz na roça, porque essa semana ele vai comprar, e vai de novo na outra, e fica tudo a vida nessa. Ele tinha que parar uma semana, duas semanas, fazendo o dele para poder ir e ver a produção que deu no terreno da pessoa para poder comer dali. Primeiro a pessoa vai passar fome para a pessoa poder ter. Quando tem a batata na terra da gente, a gente come aquela batata, e a gente tem de onde tirar, a não ser que os pés têm umas doenças e morra, né? Ou um lugar muito ruim ou ter formigas que acabe com tudo, mas tem que ter (entrevista com a moradora N.).

Para esses dois interlocutores, a baixa produtividade dos lotes não decorria principalmente da baixa fertilidade dos solos e no manejo dos plantios, e sim do pouco empenho pessoal de cada trabalhador na sua área, já que nosso primeiro interlocutor produzia diversos cultivos no seu lote, ainda que trabalhasse *fora* alguns dias para manter a casa. Contudo, a implantação e a viabilização de um Projeto de Assentamento Rural não deveriam se basear exclusivamente em esforços pessoais para alcançar minimamente resultados almejados, já que o aproveitamento do potencial produtivo da terra depende da criação de condições para isso. Além disso, a estruturação produtiva e social dos assentamentos se relaciona com o desempenho institucional do INCRA devido aos múltiplos condicionantes envolvidos na execução do processo e às disjunções de ordem sociopolítica, administrativa e político-econômica, como ressaltou Montes (2013).

Da mesma forma, alguns moradores do Assentamento destacavam que a maioria dos lotes se localizava distante da agrovila, o que exigia longas caminhadas, perda de tempo e dificuldade para transportar tanto a produção como as ferramentas e os utensílios empregados na *roça*. Segundo eles, “não pode deixar nada na roça, nem uma enxada, porque roubam tudo. Se deixar uma ferramenta, tem que deixar escondida no mato” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora G.). Além disso, morar na agrovila impedia a produção no *quintal* devido ao tamanho reduzido da área ao redor das casas, bem como a criação de pequenos animais, uma vez que esta causava aborrecimentos com os vizinhos por causa das *sujeiras* e dos *barulhos*. Isso comprometia a própria reprodução do grupo familiar e a possibilidade de comercializar a produção excedente, o que poderia complementar a renda da família, como Martins (2009) já apontou.

Algumas dessas famílias optaram em construir suas casas nos lotes após a criação do Assentamento. Contudo, não puderam permanecer lá. Conforme as informações dos técnicos do INCRA naquele momento, elas precisavam residir na agrovila para que a *energia fosse puxada*, ou seja, a implantação da agrovila era a única opção para que pudessem ter acesso à energia elétrica e água, por exemplo.

As casas foram construídas de acordo com os recursos disponíveis de cada família na época. Algumas eram de plásticos, barro ou madeira, já que a edificação das atuais *casas de*

blocos (alvenaria) demorou aproximadamente quatro anos para ser finalizada devido ao atraso na liberação dos recursos financeiros para a instalação. Apesar desse tempo de espera, eles não viviam mais “dentro da lama”, como descreviam o período de acampamento em razão das chuvas torrenciais e frequentes da região:

Nós não estamos mais dentro da lama, mas falta muito conserto para esta casa ainda. Mas dormir dentro da lama, a gente não dorme mais, igual a nós dormia. Nós dormia e que acordava, quando chovia, minha senhora, a cama, o lugar da gente dormir, tudo molhado, coberta, tudo molhada. (...) depois das casas de plásticos, nós arranjemos uns paus, e fizemos uma casa com umas telhas. Meu menino deu umas telhas, que ele tinha comprado, e fez com as telhas. Daqui a pouco os paus apodreceu e foi quando foi erguida essa casa aqui (Entrevista com a moradora N.).

Morar no Assentamento significava, para alguns, não estar mais sujeito às intempéries e às situações de penúria vivenciadas na época do acampamento ou nas *fazendas dos outros*. Para outros, denotava *ter uma casa*, especialmente para as mulheres titulares⁴⁷ do lote ou aquelas que passaram por crises conjugais ou violência doméstica com seus antigos companheiros. Ali, encontramos várias assentadas responsáveis pelo sustento da família, pois eram viúvas ou separadas dos cônjuges, ou ainda, já tinham pais falecidos, e por isso se tornaram titulares do lote, como registramos em alguns depoimentos:

Graças a Deus e a ele [seu tio], tenho uma casa minha, ainda mais que sou mãe solteira, não posso ficar por aí com os meninos. Nunca tive casa antes. [Entrevista com a moradora J.]

Nunca tive casa, essa é a primeira. Sempre vivi trabalhando de fazenda em fazenda com minhas meninas. Fazia tapioca e vendia tudo para um moço. Tenho as vistas cansadas, estragadas de tanto ficar nos fornos das casas de farinhas [Entrevista com a moradora V.]

Para essas mulheres assentadas, o acesso à terra representou não somente a conquista do direito à moradia, mas também a instituição da morada, como Martins (2009) discorreu, ou seja, um lugar de referência para viver e criar os filhos, onde possibilitasse a reprodução e a sociabilidade familiar. Algumas das moradoras, especialmente aquelas chefes de famílias, justificavam a pouca ou a inexistência de produção nos seus lotes devido à ausência de companhias para realizar o *trabalho pesado*, uma vez que eram viúvas, separadas ou herdaram o lote após a morte do pai.

Assim, elas não se dedicavam aos seus respectivos lotes, mas plantavam algumas *folhas* ao redor da casa ou na horta que estavam tentando criar próxima da agrovila, além de trabalhar na área coletiva uma vez por semana, no dia do *Coletivo*. A EBDA ofereceu um curso, nos anos anteriores, para a implantação de hortas no Assentamento. Todavia a instabilidade do fornecimento de água inviabiliza o desenvolvimento do trabalho. Mesmo assim, algumas retomaram o projeto por causa dos incentivos constantes dos técnicos para que pudessem

⁴⁷Após a promulgação da Instrução Normativa nº 38, em 13 de março de 2007, as trabalhadoras rurais passam a ser inscritas junto com o cônjuge no cadastro para a seleção dos projetos de reforma agrária, a família chefiada por mulheres terá preferência na classificação das famílias selecionadas para um projeto de assentamento rural, a permanência da mulher com a guarda dos filhos no lote nos casos de dissolução do casamento ou união é assegurada, entre outras disposições que efetivam os direitos das trabalhadoras rurais no Programa Nacional de Reforma Agrária.

fornecer hortaliças nas escolas do município pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴⁸, que estava sendo implantado.

Alguns filhos adultos, que não moravam mais com as mães, retornavam para ajudar na *roça*, como a moradora A. descreveu: “meu filho vai vir para me ajudar a bater Roundup aqui para poder plantar, porque eu não tenho condições de capinar tudo”. Outra chefe de família, explicou que seu lote

(...) não é tão longe, mas a dificuldade é de dinheiro, às vezes a pessoa não pode ir trabalhar só, precisa de uma pessoa para ajudar. E precisa de dinheiro para pagar uma pessoa para ajudar. O meu lote não é muito longe não, mas fica longe. Eu só vou trabalhar lá quando o menino vai, porque sozinha eu não vou não (Entrevista com a moradora T.).

Essa *ajuda*, no entanto, era esporádica, visto que os filhos já possuíam outras ocupações na área urbana ou mesmo em outras propriedades, e trabalhar sozinho nas áreas individuais não era considerado seguro para a maioria das mulheres. Havia casos em que os filhos eram ainda pequenos ou mesmo os jovens não *queriam saber de roça*. Em diversas conversas reservadas, as moradoras confidenciaram que os pais *não estão dando conta* dos filhos adolescentes e muitos *estão envolvidos com drogas*, como usuários ou traficantes. Apesar *deles não mexerem com ninguém* do Assentamento, nos aconselhavam a não perguntar ou comentar nada em relação aos jovens, à violência ou qualquer assunto relacionado por questão de segurança, visto que a polícia realizava buscas constantes na área do Assentamento para encontrar alguns desses jovens.

O temor com a criminalidade no município e no entorno do Assentamento⁴⁹ também se tornou uma razão para evitar as caminhadas sem companhia até os lotes considerados distantes da agrovila, ainda mais que não existiam muitas pessoas trabalhando por ali. As assentadas se preocupavam quando seus companheiros seguiam para os lotes sozinhos e, na medida do possível, mandavam seus filhos menores juntos, “porque do jeito que a coisa está braba aqui, vai deixar ele ir sozinho?”. Esse receio mais expresso pelas mulheres não impedia que algumas delas cuidassem dos lotes mesmo desacompanhadas, quando seus companheiros trabalhavam *fora*.

Outras moradoras já afirmavam que não possuíam nenhuma habilidade com a atividade agrícola. Dessa forma, elas exerciam diversas funções como manicure, vendedora de roupas e cosméticos, *catavam* caranguejo no mangue para vender, costuravam os artesanatos em fuxico e colhiam cravo nas safras. Ainda a renda mensal de duas chefes de famílias provinha, uma, da aposentadoria, e a outra, da pensão do marido falecido. Com exceção dessas moradoras, a renda mensal garantida para a maior parte das famílias procedia dos recursos recebidos pelo Programa Bolsa Família. Para uma moradora que residia com seus três filhos, o valor de R\$ 179,00, repassado pelo Programa mensalmente, já possibilitava a compra de uma cesta básica vendida pelos camelôs, que circulavam constantemente pelo Assentamento. Naquele momento, uma cesta básica comercializada pelos camelôs custava R\$ 140,00. Todavia, existia outra opção com mais itens no valor de R\$ 170,00.

⁴⁸ O Programa Nacional de Alimentação Escolar “consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar” (BRASIL, 2006).

⁴⁹ Durante alguns períodos do trabalho de campo, os moradores aconselhavam que ninguém, inclusive os camelôs, fossem ao Assentamento. Muitos vendedores ambulantes eram assaltados após a saída do Assentamento. Além dos inúmeros roubos descritos na sede do município, como na área rural, também ocorreram diversos homicídios, episódios estes que amedrontavam a população local. Durante a greve da Polícia Militar, em 2012, tanto o comércio local como a Prefeitura e suas Secretarias funcionavam em horários restritos com o temor da violência.

De qualquer modo, *ter casa* não significava simplesmente o lugar de uma morada, já que a junção da moradia e trabalho se encontrava no centro de motivações e aspirações de alguns moradores quando decidiram morar e permanecer no Assentamento, como mostra o extrato de uma entrevista: “Eu vim para cá porque tinha terra para trabalhar, lá [na propriedade da família] a gente não tinha terra para trabalhar. Não tinha espaço, só para morar. Não tinha terra para todo mundo trabalhar. Aqui a gente tem” (Entrevista com o morador A.). Para esse morador, o acesso à terra onde possibilitasse realmente produzir significou aquele referencial imaginário configurado por grande parte dos acampados e assentados, ou seja, a junção entre o lugar de viver e trabalhar, como Martins (2009) discorreu. Vale ressaltar que sua família já era posseira de uma área contígua a área demarcada do Assentamento, o que facilitou a extensão e a proximidade da produção agrícola e do trabalho.

Outro morador com a área completamente cultivada verbalizou a necessidade de mais terra para expandir sua produção, visto que não poderia avançar sobre a reserva legal e, por isso, questionava a existência de áreas disponíveis em outros lotes, conforme comentou:

(...) na minha área está tudo ocupada, e não posso plantar mais nada, enquanto tem um monte de gente que não planta nada. Deve ter apenas umas quatro pessoas que tocam o lote, enquanto as outras nem pisam lá. Algumas somente dormem aqui, outras têm casa na cidade ou no Acarai, e ainda ficam recebendo pela área coletiva (Registro do depoimento no diário de campo do morador N.).

Havia casos, no entanto, em que as famílias ainda não se encontravam cadastradas no SIPRA, apesar de morar no Assentamento por anos, o que proporcionava instabilidade em relação ao futuro e ao investimento na sua área individual. Assim, a posse do lote estava sob responsabilidade de outro indivíduo, que abandonou o Assentamento, mas que ainda não desistiu dele oficialmente. Em vista disso, o Incra não conseguia manter um acompanhamento sistemático e atualizado sobre a regularização de posse e uso das áreas. Também existiam alguns moradores cadastrados⁵⁰ no SIPRA com alguns móveis no interior da casa que desapareciam do Assentamento por semanas, já que moravam na sede do município, no povoado do Acarai ou nas fazendas, onde trabalhavam. De acordo com nossos interlocutores, eles queriam garantir a posse da área e/ou da casa e, por isso, não registravam a desistência junto ao INCRA.

Como exemplo, temos um casal com uma filha que morava havia três anos no Assentamento, mas não possuíam cadastro no SIPRA, apesar de afirmarem que já haviam fornecido por três vezes os dados necessários a fim de regularizar sua condição de novos ocupantes, o que não se sucedeu até aquele momento. Como decorrência, o casal não acessou nenhum financiamento ou recursos do Programa Bolsa Verde⁵¹, por exemplo. Além disso, outros transtornos derivavam dessa condição incerta, tais como a falta de energia na residência por causa das dívidas do antigo morador com a Companhia de Eletricidade do estado da Bahia (Coelba), o que acarretou o corte de energia, ou mesmo, a instabilidade de permanecer no próprio Assentamento, já que o antigo morador tentou recuperar a casa e o lote. Contudo, os outros moradores não permitiram e defenderam o casal.

Assim, eles narravam os próprios dilemas vivenciados no cotidiano:

⁵⁰ Não conseguimos entrar em contato com nenhum destes assentados, que não permaneciam normalmente no Assentamento, portanto, nossos interlocutores eram aqueles que moravam ou retornavam as suas casas diariamente ou frequentemente.

⁵¹ O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, ou Bolsa Verde, lançado, em 2011, objetiva “o incentivo à conservação dos ecossistemas através do compromisso das famílias beneficiadas do Programa com a manutenção da cobertura vegetal e do uso sustentável dos recursos naturais; a promoção da cidadania, da melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população que vive em áreas de relevância ambiental; o estímulo à participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional”. Para isso, “concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental” (MMA, S.d).

Eu ainda não tenho cadastro no Inca. A casa tem uma dívida gigante de luz, de R\$ 1300,00, do antigo dono. Ele não quer pagar e já disse que não vai dar baixa no cadastro. Nessas horas, desanimo e tenho vontade de sair, não tenho vontade de plantar nada, mas meus filhos dão força para continuar, mesmo eles não estando mais aqui (Registro do depoimento no diário de campo da moradora J.)

Eu queria mesmo comprar um pedaço de terra pra mim, mesmo que fossem dois hectares. Um hectare em Camamu custa R\$ 2.700,00. Acho que essa coisa de assentamento não dá certo, essas coisas de governo. Quero comprar um pedaço para mim, que fosse meu mesmo. Um colega perguntou se não queria entrar em uma associação para comprar um pedaço de terra. Eu queria, mas tenho que arrumar o dinheiro. Quando comprar, eu vou embora. Se ela (esposa) quiser ficar aqui, que fique (Registro do depoimento no diário de campo do morador A.).

Devido à falta de garantias, o casal, especialmente o marido, argumentava: “não cultivo planta de raiz, porque não quero ter nada permanente, pois se sair daqui, não quero deixar nada para os outros”. Explicavam-me que “quando um sai do Assentamento e deixa uns pés de seringa no lote, já tem gente que troca de lote para poder aproveitar o que está plantado”. Apesar dessa condição incerta, e de o morador trabalhar constantemente *nas roças dos outros*, o casal ainda produzia e cuidava com frequência do lote. Ali havia alguns pés de cacau, seringa, e dendê, e para o autoconsumo, plantavam mandioca, algumas leguminosas e verduras, além de vender “os temperos e as folhas no Acarai, conseguindo fazer, às vezes, R\$ 30,00”, como a esposa contabilizou.

Dessa forma, os atores problematizavam essas situações perturbadoras, denunciando os descompassos da política de reforma agrária e os equívocos dos seus executores. O escasso apoio ao Assentamento, a negligência por parte do Estado no provimento de recursos para a permanência na terra e o incentivo para a produção não permitiam que o Assentamento fosse considerado um “ponto de partida”⁵² para aqueles que evadiram, ou como um projeto de assentamento “produtivo” – pelo menos na lógica da intervenção governamental, como sugere Montes (2013). Segundo o autor, a concepção e as ações direcionadas e planejadas pelo poder público envolvendo os projetos de assentamentos buscam transformá-los em “unidades capitalistas de base familiar” independentes dos programas governamentais e do INCRA, com uma produção agropecuária para a subsistência familiar e ainda almejando um nível de competitividade para abastecer o mercado interno.

Longe desse horizonte traçado de “empreendedor rural”, outras motivações e argumentações não pautadas na legislação agrária e nas gramáticas referentes à função social da terra e ao bem-estar da coletividade eram acionadas pelos moradores do Assentamento a fim de fundamentar, e até mesmo denunciar, a fragilidade do tecido social em que estavam imersos. Para enfrentar as exigências da identidade “assentado”, se deslocavam, entre diversas representações, “mulheres sozinhas”, “pobres” ou “vítimas de violência”, por exemplo, a fim de demonstrar que, antes do cultivo da terra, a sobrevivência e a satisfação de necessidades consideradas básicas se tornavam o mais justo e urgente. Como discutiremos no decorrer deste capítulo, nos deparamos com movimentos muito tênues por parte dos atores, ora se direcionado para a busca da justiça, ora imersos no sofrimento e na piedade, a fim de confrontar suas lógicas

⁵²Segundo a discussão de Medeiros e Leite (2004, p. 23-24), podemos pensar nos assentamentos rurais como “‘ponto de partida’: ou seja, situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos técnico-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado), fortalecendo a possibilidade de gerar ‘efeitos multiplicadores’ dessa experiência singular, com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua”.

e ações frente às disposições legais brasileiras que condicionam a propriedade da terra à sua função social, especialmente no que diz respeito à reforma agrária.

Esses argumentos podem não se ajustar perfeitamente as gramáticas legais e institucionais, de onde partem as cobranças e os constrangimentos expressos, por exemplo, na assertiva “aqui não é dormitório”. Todavia, remetem a problemas sociais que também poderiam (ou deveriam) estar no alcance de ações públicas. De qualquer modo, isso não significa que essas lógicas vão ao encontro das discussões de Graziano Silva (1996;1998; 2013), onde considera que a reforma agrária não precisa ser “essencialmente agrícola”, podendo ser pensada como uma política social para o campo, ou melhor, “terra para quem nela não mais trabalha”, garantindo “casa e comida à população que não tem mais possibilidades de ser absorvida produtivamente no novo padrão tecnológico” (GRAZIANO SILVA, 1998, p. 149).

Ao contrário, não podemos nos esquecer que, mesmo em condições precárias, esses sujeitos são agricultores ou “tem uma parte de agricultor”, que “é a parte mais fácil da gente esquecer”, conforme observado por Wanderley (2014) em palestra realizada no “Seminário Internacional de Políticas Territoriais e Pobreza no Campo e na Cidade”⁵³. Aqui, eles possuem não somente “um pé de agricultor”, mas decidiram participar da ocupação da Fazenda (ou mesmo aqueles moradores que foram assentados após a criação do Assentamento) e viver ali pela sua identificação com a área rural, bem como pela sua trajetória nesta, uma vez que poderiam ter participado, por exemplo das ocupações de áreas urbanas promovidas pelo Movimento dos Sem Teto de Camamu (MSTC)⁵⁴. Ademais, Wanderley (2014) explica que o trabalho “dentro” e “fora” dos estabelecimentos agropecuários, ou melhor, nas propriedades rurais das famílias ou nos lotes dos assentamentos, não se traduz em alternativas excludentes, visto que conformam a estratégia de reprodução do sistema de atividades centrada na unidade familiar, independente se a porcentagem maior da renda familiar provém de “dentro” ou de “fora”.

Ainda não podemos corroborar com o silenciamento das “potencialidades da reforma agrária como caminho estruturante de um padrão distinto de organização econômica, social e política do campo brasileiro” (MEDEIROS, 2015, p. 357). Além disso, destacamos a dinamicidade trazida pelos assentamentos nas localidades onde foram implementados, em diferentes âmbitos da vida social, além das mudanças positivas nas trajetórias individuais e familiares daqueles que tiveram acesso à terra. Assim, a autora pondera que “(n)um contexto de expropriação da terra, de trabalho assalariado precário, a possibilidade de buscar um lote de terra coloca-se como uma alternativa, não só de moradia e obtenção de renda, mas também de manutenção ou mesmo recomposição dos laços familiares e de sociabilidade” (MEDEIROS, 2015, p. 350).

O acesso à terra, portanto, representou não somente “casa” e “comida” para muitos moradores do Assentamento Argemiro Mendes, mas também a conquista, em parte, de direitos, bens e serviços fundamentais, além de um ponto de referência, ou melhor, “ponto de chegada”⁵⁵, como Medeiros e Leite (2004) aludem. Essa estabilidade e garantia após o acesso à terra eram aspectos subjetivos das condições de vida não menos importantes apontados pelos moradores, demonstrando um sentimento de melhora em relação ao passado.

⁵³ Consulta on-line da palestra disponível no sítio eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=8IoJEJag9D4>

⁵⁴ Em Camamu, o Bairro Nova Conquista, com mais de 400 famílias, mais antigo e consolidado, passou a integrar o Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), em 2007, quando o comerciante conhecido por Fernando do Ypiranguinha entrou com um pedido de reintegração de posse reivindicando as terras do bairro. Outra ocupação mais recente, a Pinheira, localizada na entrada da sede do município e às margens da rodovia BA-650, ocorreu entre 2011 e 2012 com aproximadamente “140 famílias de povoados e fazendas distantes da sede do município” (PASSA PALAVRA, 2013).

⁵⁵ Os autores sugerem que a formação dos assentamentos rurais também pode ser compreendida como “ponto de chegada”, ou seja, como uma, entre outras possibilidades de mobilidade e integração social à qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra.

Destacamos ainda que, se os atores não se comportavam de maneira permanente ou obediente às regras do “ser assentado”, já que demonstravam uma diversidade de perspectivas perante as situações de incerteza de permanência na terra, também não podemos considerar que o Estado, assim como suas instituições, ocupe e desempenhe os mesmos papéis frente às disputas. Cefai (2011) nos fala que o Estado não pode ser analisado unicamente como um juiz ou um adversário, visto que pode assumir um papel de inimigo ou aliado, de investigador ou mediador dependendo da situação. O conflito aberto pode se combinar com procedimentos acessíveis ao núcleo do Estado por meio da participação política em diferentes arenas públicas. Esse tipo de institucionalização é em si o resultado de mobilizações coletivas e responde a reivindicações do direito de participar em assuntos públicos mesmo quando nos deparamos com assimetrias e fragilidades nas formas de participação ou nas arenas públicas.

2.2 A associação como “produto instável”

No processo da luta pela terra, podemos observar a emergência de muitas lideranças e formas de representação, a consolidação de dinâmicas mais coletivas, o aprendizado sobre a importância de formas organizativas, além da capacidade de engendrar demandas. Por isso, Leite *et al.* (2004) consideram que a criação de um assentamento não significa um ponto final desse processo de luta, mas sim um ponto de partida para novas demandas desses atores que buscam sua viabilização econômica e social na terra conquistada. Assim, se organizam e procuram os poderes públicos para demandar, pressionar, negociar, intensificando tanto seu exercício de participação política, como sua experiência com organizações representativas, impondo-se como interlocutores em diferentes circunstâncias.

Desse modo, diversas mediações entre assentados e poder público são tecidas, ainda mais que encontramos organizações e representações políticas desde a formação dos assentamentos rurais, ou seja, no período de acampamento. Com dinâmicas diferenciadas, muitas organizações dos trabalhadores rurais (MST, outros movimentos de luta pela terra, sindicatos, associações) se constituíram, ao mesmo tempo em que se tornaram elementos fundamentais na orientação dos assentados, mediação de demandas, expressão de interesse, condução de negociações e conflitos (LEITE *et al.*, 2004).

Como apontamos, anteriormente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi a principal organização social responsável pela coordenação e representação no período do acampamento. Contudo, a presença e o acompanhamento do STR se tornou mais intermitente nos anos seguintes após a formação do assentamento e, praticamente raros nos últimos anos, segundo nossos interlocutores. Embora, o STR fosse procurado pelos moradores do Assentamento para resolver questões individuais, não existia outra organização ou entidade realmente ativa e envolvida para lidar e participar nas arenas públicas ou mesmo no encaminhamento de demandas coletivas frente ao poder público.

Assim, a Associação do Assentamento era a única entidade de representação dos assentados fundada no mesmo ano da criação do Assentamento. Na realidade, as associações foram a forma organizativa predominante encontrada nos assentamentos rurais brasileiros, de acordo com a pesquisa realizada por Leite *et al.* (2004, p. 113), visto que se tornaram “uma espécie de ‘exigência’ do Estado: elas são a ‘personalidade jurídica’ do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse de créditos”⁵⁶. Ademais, a associação pode ser identificada nas arenas públicas ao adquirir *status* jurídico e, conseqüentemente, participar de

⁵⁶A partir da Medida Provisória nº 636/2013 (convertida em Lei nº 13.001/2014), criou-se uma “nova rota” de financiamento da reforma agrária, segundo a qual os recursos financeiros destinados para a instalação dos assentados de reforma agrária (Crédito Instalação) serão operacionalizados individualmente por meio de cartão magnético (INCRA, S.d).

negociações e acessar mercados com mais facilidade, por exemplo.

Já Germani (1993) discute, no seu estudo sobre os projetos de assentamentos rurais no estado da Bahia, que esse grande número de associações nos assentamentos criadas artificialmente devido às exigências dos órgãos financiadores para a transferência de recursos públicos contribuiu para a criação, em muitos casos, de organizações frágeis com atuação limitada. Ao invés de pensar o planejamento e a gestão dos projetos de assentamentos visando à organização de suas condições concretas, essas associações foram instituídas a fim de atender determinações externas. Por outro lado, Gaille (2000) infere que as associações, para o principal órgão público executor da política de reforma agrária, representariam “fórum de decisão coletiva” de diversas questões, desde projetos agrícolas até outros aspectos da vida, como construção de escolas e moradias, sendo o “motor essencial de mudanças sociais”. Desse modo, o presidente das associações se tornaria o “interlocutor privilegiado” responsável pelo acompanhamento de demandas coletivas nos projetos de assentamentos rurais.

Apesar dessas ponderações, é importante pensarmos que as associações, em geral, não estão imunes às limitações do campo econômico, social ou político. Ao mesmo tempo, não possibilitam, necessariamente, formas de liberdade e de reciprocidade não encontradas em outros domínios da sociedade. Sempre em transformação, elas são “produtos instáveis” conectando ações e interações imersas em ordens locais. Assim, são arenas de trocas e de conflitos, de cooperação e de competição, de desenlaces a problemas, de conciliação a acordos coletivos. Combinando transações de todos os tipos nos bastidores e atividades de debate, de negociação e de deliberação em público, as associações são atravessadas por ambiguidades e, muitas vezes, por contradições. Por isso, não possuem um único objetivo, única estratégia ou uma ideologia. Ao contrário, podem perseguir diversas finalidades conflitantes entre si e ser confrontadas com os dilemas da escolha dos meios em relação aos fins. Desse modo, a unidade e a continuidade são problemas práticos enfrentados incessantemente (CEFAI, 2011).

O caso da Associação do Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira reflete, em boa medida, as tensões acima descritas. A Associação foi criada inicialmente para operacionalizar os recursos financeiros para instalação⁵⁷, repassando os créditos aos assentados. No entanto, não teve um acompanhamento sistemático ou orientações adequadas para seu funcionamento e manutenção no decorrer dos anos. Concomitantemente, a alta rotatividade dos moradores do Assentamento colaborou, em diferentes momentos da história da associação, para intensificar o desafio de coordenar pessoas e reunir diferentes contextos de experiências e de interesses ao redor de convenções e acordos comuns. Na realidade, antes da adesão à associação ou da convivência com dinâmicas mais coletivas, a constituição de um coletivo se ampara na sociabilidade entre seus membros em um ambiente de interconhecimento, prolongado em estima e amizade, segundo suas afinidades (CEFAI, 2011). *Acostumar-se* com a dinâmica interna do Assentamento ou mesmo com os *novatos* se tornava um problema prático vivido constantemente, como uma moradora do Assentamento descreve:

Todo ano sai um tanto e depois vem outros. Eu digo que não dá para fazer isso, porque quem já veio, já cadastrou, tá trabalhando, tá com um ano, às vezes, tá com dois anos, e tá danado para sair. Aí vem outra pessoa que não conhece, não está acostumado com nada, vem, fica ali, vem para se cadastrar. Faz aquele sacrifício, aquela coisa toda, aquela reunião para se cadastrar. Cadastra. Quando passa um ano, às vezes diz que não quer mais ficar, sem necessidade, minha senhora. Nem tem necessidade de ficar saindo, às vezes não gostou mais do lugar e encontrou uma coisa melhor. Não pode.

⁵⁷ Após 2013, o “novo crédito instalação” corresponde aos primeiros recursos financeiros recebidos pelas famílias após a criação do assentamento rural e seu ingresso, a fim de se estabelecerem no assentamento e adquirirem itens de primeiras necessidades, bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Ainda são disponibilizados créditos para viabilização de projetos produtivos direcionados para promover a segurança alimentar e nutricional das famílias, gerar trabalho e renda (INCRA, S. d).

Esse negócio não está certo não. Se quer ficar, fica, se não quer, não cadastra, fica sem cadastrar. Faz um cadastro, a pessoa pensa que já está completado o povo das vagas, daqui a pouco quando sai, sai aquele bocado. As pessoas saem porque elas querem, porque elas acham que não têm o dinheiro, tudo é dificultoso. Aí dá aquela pressão para trabalhar, tem que trabalhar, mas se tem que trabalhar mesmo. Mas se a gente procura isso aqui não é para trabalhar mesmo? Pensa que é brincadeira, aí o pessoal só saindo (Entrevista com a moradora N.).

A *saída dos lotes* pelos moradores do Assentamento não permitia que laços fortes de confiança e de simpatia fossem fortalecidos, gerando um sentimento de incompletude daqueles que permaneciam, além de expectativas e incertezas sobre os *novatos*, que normalmente não possuíam afinidades ou relações de parentesco ou vizinhança com os moradores do Assentamento. Por outro lado, os novos moradores do Assentamento precisavam não somente lidar com a complexa relação regulamentada pelo Estado, mas também se ajustar na dinâmica local e, conseqüentemente, nas atividades coletivas e na Associação, com suas regras e compromissos já instituídos, além das situações problemáticas compartilhadas coletivamente. Isso não significa que uma associação conecta somente redes de sociabilidade preexistentes. Entretanto, o envolvimento nas ações pode se dar mais facilmente “quando se sabe mais ou menos onde [se] coloca os pés; quando se confia minimamente nos representantes a quem delegam poderes, quando se compartilha a mesma sensibilidade, quando o alinhamento nas mesmas interpretações se faz quase automaticamente” (CEFAI, 2011, p. 81).

No entanto, esses dilemas envolvendo a Associação do Assentamento não se restringiam, como observamos durante o trabalho de campo, apenas aos *novatos*. Ao contrário, se refletiam no envolvimento e na participação dos moradores mais antigos. A presidente da Associação avaliava que os outros assentados nunca se dispunham em ajudar ou acompanhá-la para resolver qualquer problema. Como exemplo, ela relatou que, naquele momento, as estradas internas do Assentamento estavam sendo recuperadas e

(...) fico sozinha por conta da estrada, ninguém vai comigo para verificar se está sendo feito certo, porque eu não entendo nada, mas ninguém nunca quer ir junto. Tiveram a coragem de falar que por eles só se importariam quando fossem abrir caminho perto dos seus lotes, mas vieram reclamar que a estrada estava estreita. Eu soltei os cachorros, falei que eles que deveriam olhar. A roça deles é ali do lado, e não têm coragem de ir lá e falar sobre a estrada (Registro do depoimento no diário de campo da presidente da Associação).

Seu desabafo não envolvia somente o acompanhamento das ações de infraestrutura executadas no Assentamento, mas também as próprias atividades operacionais da Associação, sendo ela a responsável por todos os procedimentos, desde a elaboração da ata até a prestação de contas, já que a maioria dos assentados, inclusive da diretoria, não possuía domínio da escrita. Assim, buscava resolver questões mais urgentes e pontuais dentro de suas possibilidades pessoais e financeiras. Além disso, criticava a própria diretoria, pois “os diretores não querem se envolver, não querem deixar de trabalhar para si, para ir atrás das coisas. Eu que sou uma desocupada que faço estas coisas”. Como os assentados trabalhavam *fora* nas propriedades alheias, não se dispunham em *perder o dia* para participar de reuniões ou resolver alguma pendência em relação à Associação e, por isso, ela que se retratava como “desocupada” por exercer atividades produtivas esporadicamente, se incumbia dessas tarefas. De alguma forma, suas próprias críticas também corroboravam com as justificativas do pouco envolvimento por parte dos moradores nas atividades da Associação ou do Assentamento, ou seja, aqueles que trabalhavam não possuíam tempo para participar, conduzir negociações ou encaminhar demandas. Para ela,

(...) precisavam se unir mais, mas é difícil juntar as pessoas aqui. As pessoas só vão

no Coletivo, porque é obrigatório. Cada um trabalha para si, para tudo pensam em dinheiro (...). Quando precisa reclamar alguma coisa, junta somente quatro ou cinco mulheres e as outras não vão. Ai, fica difícil pressionar para conseguir algo.

Embora constatando um comportamento de “desunião” e “individualismo” dos outros moradores, ela ainda acreditava que “só é possível fazer as coisas juntas, que sozinho não se vai a lugar nenhum” e, por isso, continuaria “lutando para manter o mínimo de organização e união ali”. Para sustentar seu argumento, citou o exemplo do Assentamento Che Guevara, criado no mesmo período que o Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira, no qual parte das famílias acampadas na mesma área da Fazenda Catarina foi assentada. Lá, “tudo é individual, e não conseguiram nada. Pelo menos aqui, conseguimos um trator, um *roldão*”.

Contudo, a maioria dos moradores do Assentamento não concordava com essa posição e defendia “dividir tudo”, ou seja, repartir a área coletiva, onde se encontrava a maior parte do dendê e da piaçava. Se ocorresse a partilha dessa terra, somente algumas famílias ficariam com estes cultivos e “aí, o negócio desanda”, segundo a presidente. Por outro lado, os moradores contra a área coletiva argumentavam que

(...) algumas pessoas somente dormem aqui, outras têm casa na cidade ou no Acarai, e ficam recebendo pela área coletiva. (...) seria muito bom que dividisse. Era melhor que associação, porque o que acontece se aqui tem vinte assentados, no dia do Coletivo, se for dez, é muito. A maioria não vai, aí falta, aí vai eu fazer para outros que não vão. Então, se dividisse, quem quisesse trabalhar na sua área, trabalhasse. Não era melhor? Eu acho que seria melhor (Entrevista com o morador A.).

Cada um ficava com seu lote, quem não quisesse trabalhar com o dendê, ia fazer pastaria. Eu mesmo, no meu caso, se dividisse vinte e cinco hectares, eu não queria dendê, de maneira alguma, eu ia fazer pastaria. Eu tenho crédito no Banco do Nordeste, já fiz empréstimo duas vezes. Paguei tudo certinho. Ia comprar um bezerrinho, fazer minha pastagem. (...) Nós só temos cinco hectares, são 25. Temos mais 20 para receber. Nesses 20 hectares, eu ia plantar capim, não ia plantar dendê. Se é capoeirão, tem como a pessoa trabalhar, mas se pegar uma parte de mato grosso? Nossa parte já tem uma parte de mato grosso (...) porque não pode entrar no mato grosso por causa da madeira (entrevista com o morador D.)

Na opinião desses moradores, o trabalho realizado na área coletiva seria injusto, já que muitos assentados não participavam semanalmente no dia do Coletivo (todas as segundas-feiras), ainda que essa participação fosse obrigatória. Não existia uma organização e um controle sistemático sobre a participação e a divisão dos rendimentos obtidos por meio da comercialização dos produtos agrícolas dali e, conseqüentemente, aqueles que não trabalhavam regularmente recebiam o mesmo valor que os outros mais assíduos.

Outro ponto, que abordaremos mais adiante, criticado especialmente pelos homens que participavam do Coletivo, era a presença majoritária de mulheres, já que seus maridos trabalhavam *fora* e mandavam suas esposas no seu lugar. A maioria das mulheres assentadas não trabalhava *fora* (nas fazendas), e isso, portanto, garantia um ingresso efetivo na renda familiar. Os moradores do Assentamento explicavam que o trabalho mais *pesado* precisava ser executado por homens para que pudesse *render*. Porém, cada família recebia o mesmo valor na venda do dendê coletivo, por exemplo, independente se era o marido ou a esposa que se dedicava à área coletiva. Essa diferenciação no rendimento do trabalho realizado pelo homem ou pela mulher se concretizava nos valores pagos aos trabalhadores rurais nas fazendas da região, ou seja, o trabalhador recebia, em média, por dia, R\$ 30,00 a R\$ 35,00, enquanto que a trabalhadora ganhava de R\$ 25,00 a R\$ 30,00.

Além disso, a divisão da área coletiva significava para muitos ter mais “liberdade” de escolha para decidir o que plantar ou o que criar no seu lote, como observamos no trecho da

entrevista no qual o morador preferia criar um *bezerrinho* ao invés de plantar dendê, o que não era possível com a extensão do seu lote atual. Alguns moradores possuíam suas áreas individuais totalmente cultivadas, portanto, a ampliação do lote possibilitaria expandir sua produção agrícola. Desse modo, eles não avaliavam que a aquisição de máquinas e implementos agrícolas coletivos, por exemplo, era um benefício maior do que o aumento da sua área individual, ainda mais que os bens coletivos eram empregados normalmente na área coletiva. Como exemplo, uma moradora explicou que a Associação possui um *jerico* (jumento) usado para o transporte de produtos. Todavia, não podia ser usado para as atividades individuais.

Não entendo porque eu, como associada, não posso usar o animal e somente a Associação pode. Eu levei o animal para a casa de farinha [em outra localidade] para fazer a farinha, e deu o maior problema. Não entendo, se cada associado paga para comprar um sofá, mas depois não pode sentar, porque o sofá é da associação? (Registro do depoimento no diário de campo da moradora V.).

Dessa forma, as ponderações dos moradores a respeito da área coletiva e da Associação não se ancoravam somente nas dimensões econômica e produtiva, mas problematizavam algumas situações e revelavam o entrelaçamento de diferentes lógicas: a realização pessoal com a possibilidade de expandir seus horizontes de autonomia, e a satisfação de executar suas habilidades; os princípios da eficiência e da organização com o estabelecimento de controles e parâmetros mais precisos sobre a divisão do trabalho e dos rendimentos obtidos coletivamente; a disposição para reativar um senso de “cidadania social”, onde os indivíduos possuíam obrigações mútuas com seus pares e responsabilidades em face à coletividade; e, finalmente, até a realização de uma “democracia local”, na qual a deliberação e a decisão fossem processos acessíveis de debates entre indivíduos, buscando um acordo ou um consenso em comum (CEFAI, 2011).

Se internamente, essas situações permaneciam em suspenso, sem desfechos e consensos entre os membros da Associação, a própria administração da Associação do Assentamento também representava um transtorno por causa da falta de orientações para seu funcionamento adequado. Naquele momento, a Associação se encontrava inadimplente tanto com a Receita Federal quanto com a Companhia de Eletricidade do estado da Bahia (COELBA), por exemplo. A ausência ou desatualização das declarações e demonstrativos resultava em uma multa no valor de R\$ 1.200,00 com a Receita Federal. Já a dívida com a COELBA, referentes às contas atrasadas, tinha como consequência a suspensão constante do fornecimento de energia elétrica especialmente para os equipamentos de abastecimento de água do Assentamento. Todavia, a Associação não possuía recursos financeiros para quitar seus débitos, “porque ninguém paga mensalidade, então a Associação não tem dinheiro para nada. Às vezes, preciso pagar do bolso muitas coisas e ainda acham que a presidente sempre quer dinheiro”, conforme nos relatou a própria presidente da Associação.

Sem os pagamentos periódicos da mensalidade dos membros da Associação, esta tinha como fonte de recursos a comercialização do dendê ou da piaçava da área coletiva, apesar disso “quando cortamos dendê, mesmo que faça R\$ 1000,00, 10% é da associação, mas R\$ 100,00 não dá para nada. Se precisa pagar o contador, já são R\$ 150,00. Então, a Associação sempre está no vermelho”. Para limitar ainda mais a atuação recente da Associação, a conta corrente da Associação no Banco do Brasil se tornou inativa. No entanto, a presidente somente tomou conhecimento desse fato após realizar um depósito no valor de quase R\$ 5 mil, procedente da comercialização de piaçava da área coletiva pelo Programa de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM- Bio).

O gerente do Banco do Brasil de Camamu informou que esse dinheiro não poderia ser retirado sem o intermédio do INCRA, e que deveria abrir uma nova conta para que ocorresse a transferência do valor. Contudo, ela não conseguia abrir esta nova conta,

(...) porque o gerente fala que, como tivemos uma conta cancelada, não é fácil abrir outra. Estou indo toda semana no banco e não consigo abrir outra conta. Eu fiz uma burrada e estou tentando arrumar, mas as pessoas ficam falando que eu peguei o dinheiro. Já fiz o depósito na conta da Associação para não ter problema, pois poderia ter depositado na minha poupança. E agora, está essa confusão (Entrevista com a presidente da Associação).

Sem competências específicas sobre processos administrativos e financeiros, a presidente da Associação contava apenas com as rígidas informações repassadas pelo gerente do banco para reaver o dinheiro que deveria ser dividido entre todos os assentados. Ainda permanecia sob pressão interna a fim de esclarecer os procedimentos e o destino desse recurso, gerando sentimentos de desconfiança e ressentimento. Como aponta Cefai (2011, p. 34), “a relação de confiança e de simpatia, às vezes de rancor e de reprovação”, existente entre os membros de uma associação não se constitui de forma impessoal sob uma lógica econômica ou burocrática. Ao contrário, “ela é própria de vizinhos e tem seu lugar por meio de provas compartilhadas”. Assim, a Associação, como única organização coletiva formal ali, também enfrentava diversas restrições para desempenhar seu papel instituído, ou seja, acessar recursos financeiros de programas governamentais e participar de outros projetos e ações públicas direcionadas para a reforma agrária.

Sem outras ações e atividades coletivas partilhadas entre aquelas pessoas, ao mesmo tempo em que a rotatividade dos moradores e a incerteza daqueles que não possuíam ainda o cadastro no SIPRA persistia, o sentimento de pertença ao grupo se fragilizava face a qualquer *chateação* do cotidiano. Essas situações arrefeciam substancialmente a coesão do grupo, o que influenciaria também na própria mobilização para ações coletivas mais coordenadas ou na capacidade de agir coletivamente (OBERSCHALL, 1973). Isso não significava que os moradores não se mostrassem solidários uns com os outros, mesmo aqueles com sérias divergências. Nas circunstâncias emergenciais ou no cotidiano, os moradores muitas vezes *esqueciam as diferenças* e amparavam seus vizinhos.

Na realidade, o que consideramos são os sentimentos de insatisfação engendrados diante de demandas desconsideradas ou mesmo sem visibilidade pela ausência de porta-vozes frente às autoridades, produzindo sentimentos de isolamento, abandono ou mesmo déficit de representação coletiva. Por isso, o adensamento dos laços sociais e a inclusão ao processo político poderia permitir, eventualmente, que os atores superassem suas divisões e desacordos a fim de gerar alianças, convergindo e compartilhando interesses sobre certos temas, constituindo uma força capaz de visibilizar e, talvez, ganhar um reconhecimento legal e político. Por outro lado, a densidade dos laços horizontais também possibilitaria que os governantes tivessem interlocutores, facilitando a retransmissão de informações de cima para baixo e de baixo para cima, além de “melhor controlar e, às vezes, domesticar ou teleguiar as atividades coletivas, ou ainda abrir canais de representação oficial, de transação clientelista ou de conciliação corporativista” (CEFAI, 2011, p. 49).

Como o papel da presidente da Associação, como porta-voz daquele coletivo, era frágil ou contestável entre os próprios moradores, a presença dos profissionais da EBDA se tornava fundamental para que existisse esse reconhecimento legal e político, ou mesmo para que estabelecesse um canal de comunicação mínimo com o poder público a fim de buscar uma solução para os problemas. Por mais que os moradores do Assentamento, em geral, avaliassem de forma positiva a presença da EBDA, Kant de Lima (2005) chama atenção que a existência indispensável de um intermediário com conhecimento formal para a elaboração e justificação de um projeto ou uma demanda de um coletivo torna o acesso a um direito, em primeiro momento igualitário, dependente de conhecimento externo. Mota (2011) também pondera que

essa prática cria ou reforça uma tutela por parte das organizações sobre esses grupos. De qualquer modo, observamos que, além do papel desses mediadores frente ao poder público, as próprias ações públicas direcionadas para os assentamentos rurais também proporcionavam diversos questionamentos sobre as definições das causas, os modos e os encaminhamentos dos problemas públicos.

2.3 As discontinuidades e as tensões nas ações públicas

Após a criação e a implantação de um Projeto de Assentamento e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), diversas “ações e programas” coordenadas pelo INCRA ou em parceria com outros entes da federação estão previstas para a implementação da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), desde a infraestrutura básica e a universalização do acesso a direitos fundamentais até o fomento para a geração de renda. No entanto, as ações públicas não se direcionam somente aos âmbitos estruturais, econômicos e produtivos. De acordo com o II PNRA (MDA/INCRA, 2004, p. 7), o “novo modelo de reforma agrária” prevê a “ocupação soberana e equilibrada do território, garante a segurança alimentar, promove e preserva tradições culturais e o meio ambiente, impulsiona a economia local e o desenvolvimento regional”, além de promover a igualdade de gênero. Este mesmo documento projeta que os assentamentos rurais, juntamente a agricultura familiar, serão responsáveis pelo fornecimento de alimentos e produtos agrícolas frente ao aumento da demanda provocado pela expansão das exportações agrícolas, crescimento econômico e o Programa Fome Zero, representando “uma importante alternativa de emprego” (MDA/INCRA, 2004, p.9).

Apesar desse entendimento amplo a respeito do “novo modelo de reforma agrária” preconizado no II PNRA pudesse ser considerado como um avanço político, Montes (2013) avalia que seu alcance em relação às proposições, os objetivos e as metas ficou bem aquém das expectativas geradas como um instrumento de um “processo amplo e massivo de reforma agrária” como indicava. O autor avalia que não ocorreram mudanças significativas no quadro fundiário nem na qualificação das áreas reformadas “como unidades autônomas e sustentáveis capazes de responder aos propósitos esboçados” no início do governo Lula, quando o II PNRA foi elaborado (MONTES, 2013, p. 57). Contudo, houve um aumento substancial no apoio orçamentário e financeiro em relação às ações visando à recuperação da capacidade produtiva e à viabilidade econômica dos atuais assentamentos, o que garantiu assistência técnica, crédito, programas de educação, política de comercialização e capacitação.

Nesse contexto, foi elaborado o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), baseado nas diretrizes do Programa Vida Digna no Campo⁵⁸ e do II PNRA, sob coordenação do INCRA. Além de “assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária”, o objetivo principal da ATES consiste em tornar esses Projetos em “unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida. Os projetos são inseridos de forma competitiva no processo de produção, voltados ao mercado e integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal, regional e territorial, de forma ambientalmente sustentável” (MDA/INCRA, 2008, p.10).

A concepção da ATES busca desenvolver uma metodologia com “caráter educativo” e “participativa”, partindo de cada realidade e dos conhecimentos locais, tendo um enfoque multidisciplinar da equipe técnica. Para a execução dos serviços da ATES, o INCRA estabelece parcerias com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores

⁵⁸“O Programa Vida Digna no Campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e segurança alimentar” foi o programa de governo apresentado, em 2002, pelo candidato à presidência Lula

rurais e organizações não governamentais ligadas à reforma agrária. No município de Camamu, a EBDA era a entidade responsável pela prestação de assistência técnica nos assentamentos rurais criados ou reconhecidos pelo INCRA naquele momento, como já mencionamos anteriormente.

Os profissionais da EBDA, portanto, eram os responsáveis pela execução da ATES com diversas atribuições detalhadas no “Manual Operacional de ATES” (MDA/INCRA, 2008) e outras atividades decorrentes do convívio e da proximidade com os assentados. No entanto, a elaboração ou a tentativa de implementação de projetos direcionados para as atividades produtivas ou a geração de renda representavam as principais atividades desempenhadas pelos técnicos, conforme a avaliação dos assentados. Isso não era somente uma demanda ou justificativa constante emanada pelos assentados devido à ausência de alternativas produtivas ou econômicas para as famílias, mas também pelos papéis instituídos pelo próprio arcabouço legal institucional ou mesmo pelos poderes públicos, os quais deveriam ser desempenhados pelos assentamentos rurais, ou seja, produzir alimentos e produtos agrícolas de forma sustentável para o autoconsumo e o abastecimento do mercado interno, além de outras funções já descritas.

Os moradores recordavam os inúmeros projetos iniciados com essa finalidade, mas sem sucesso até aquele momento. Um dos mais lembrados foi o projeto de fomento para a criação de galinhas, sem conclusão por falta de recursos financeiros para a construção dos galinheiros, conforme uma interlocutora detalhou: “só veio material para construir parte dos galinheiros. A mulher que deu o curso de criação disse que os galinheiros poderiam ser feitos de madeira mesmo. Mas começaram a levantar os galinheiros de bloco, enquanto as cozinhas e as áreas estavam caindo” (Entrevista com a moradora T.). Já outra moradora A. contou que “faltou dinheiro para telar, mas ela agora resolveu terminar com madeira mesmo, mas faltavam os pregos”.

A estrutura semiacabada permanecia no pequeno espaço atrás das casas. No entanto, este não foi o maior inconveniente, como o morador recorda: “Depois que fizemos o curso de criação de galinhas, uns pintos foram deixados aqui. Deixaram com o vizinho, mas ele não estava dando conta de dar comida para eles, pois precisavam de muita ração. Eu acabei pegando os pintos tudo magro, e que às vezes não tinha nem açúcar dentro de casa para poder comprar ração para os bichos” (Entrevista com a moradora T.). Na realidade, diversos moradores solicitaram ou foram encorajados a iniciar a criação de galinhas após o curso. Todavia, os animais não podiam sobreviver ou se desenvolver somente com uma alimentação a base de *folhas*, ou seja, os moradores precisavam comprar ração, mas muitos não conseguiram arcar com as despesas e, por isso, distribuíram os animais para os vizinhos. Após os moradores reclamarem para a assistência técnica sobre esses acontecimentos, os técnicos não contribuíram para encontrar uma solução plausível. Ao contrário, criticaram os moradores que pediram ou aceitaram os animais sem apresentar condições para criá-los, o que aumentou a indignação de muitos, como a moradora V. nos explicou:

Das galinhas foi assim. Eles fizeram aqui, investigaram sei lá o quê, tinha que aceitar, aceitar. Uns pediram cinquenta pintos, outros pediram cento e cinquenta pintos, outros pediram cem, eu por muito pedi trinta, porque eles me forçaram a valorar isso. E quando foi depois, ainda veio dizer que a gente foi burro e pedir esses negócios. Tá vendo, que foi aceitar. Eu, hein? Eu disse: vou ficar num beco sem saída sem dar opinião. Depois fala que quem cala, consente, eu não sei entender (Entrevista com a moradora V.).

Como não possuíam uma ata ou um registro escrito sobre a discussão do projeto, não podiam comprovar ou cotejar com as informações repassadas e as decisões tomadas frente à sua execução. Desse modo, a “palavra” dos técnicos contrapunha-se à dos moradores. De um

lado, os técnicos argumentavam que os moradores deveriam ter se pronunciado sobre não ter condições financeiras para criar os animais. Por outro lado, os moradores alegavam que foram constrangidos a concordar, e mesmo se não falassem nada, ainda seriam responsáveis, “porque quem cala, consente”. De qualquer modo, os moradores resolveram abater os animais antes do tamanho e do peso adequados a fim de resolver esse problema.

Ainda houve o “projeto das hortas”, que foi retomado recentemente. A EBDA promoveu um curso para a implantação de hortas domésticas nos anos anteriores. Contudo, as hortas *dão muito trabalho e, sem água*, o trabalho se torna muito penoso. Os técnicos, todavia, incentivavam constantemente a recuperação do espaço para as hortas, ainda mais com a possibilidade de comercialização dos produtos para a alimentação escolar do município pelo PNAE. Assim, as mulheres decidiram implantar a *horta coletiva* em uma área próxima da agrovila, sendo que cada *leira* era responsabilidade de uma assentada, e aquelas que tinham mais experiência com roça compartilhavam seus conhecimentos com as outras. Ali, encontramos cebolinha, salsa, *coentrinho*, alfavaca, pimenta, couve, hortelã, rabanete, cenoura e tomate. Elas reclamavam, entretanto, que tinha “gente que pegava coisas ali, mas não tinha coragem de plantar um nada, nem no quintal”. Ademais, o processo de cassação do mandato da prefeita I.⁵⁹ interrompeu a organização e o encaminhamento para a entrega de produtos da agricultura familiar para as escolas do município pelo PNAE, o que não se resolveu até o final do trabalho de campo.

Outros projetos também foram citados como o da mamona⁶⁰, conforme a moradora sintetiza: as famílias foram cadastradas para receber as sementes, que nunca foram entregues. Ela não se interessava pelo cultivo, mas afirmou que foi *pressionada para pegar*, circunstância análoga ao projeto das galinhas, e que aceitou para que as pessoas não a chamassem de preguiçosa. Por isso, temia que cobrassem sobre o destino dessas sementes. A maioria dos moradores do Assentamento não citou ou não se recordou desse projeto, dentre tantas intervenções e ações públicas que permeavam seu cotidiano.

Contudo, acompanhamos a tentativa de implantação de outro projeto mais amplo. Este tinha como fim fornecer dendê para a produção de biodiesel, por meio de uma cooperativa do município, para as usinas de beneficiamento da Petrobrás Biocombustível. No início do trabalho de campo, em 2011, alguns técnicos da EBDA me confidenciaram que estavam elaborando esse projeto para inserir os assentados na cadeia do biodiesel. No entanto, não tinham comentado ainda com os moradores para não lhes gerar expectativas, uma vez que poderia não dar certo.

Na realidade, o dendê se tornou alvo de políticas públicas tanto a nível federal como no estado da Bahia desde as décadas de 1980 e 1990, respectivamente. Elas visavam promover a mistura de óleo de dendê ao óleo diesel, como foi o caso do Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (PROOLEO), ou mesmo expandir a área e a produção de dendê na Bahia com o Programa de Desenvolvimento da Dendeicultura Baiana, por exemplo (MESQUITA, 2002). Contudo, destacamos as ações mais recentes, tais como o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, em 2010, desenvolvido pelo Governo Federal para a produção de biocombustível. O objetivo desse Programa “é disciplinar a expansão da produção do óleo e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais

⁵⁹ Em 2009, a candidata I. foi eleita prefeita de Camamu pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No ano seguinte, seu mandato foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia sob a acusação de abuso de poder econômico e compra de votos na campanha de 2008, quando distribuiu refeições aos eleitores na antevéspera das eleições. Contudo, permanecia no cargo devido à liminar submetida ao Tribunal Superior Eleitoral, que decidiu cassar o mandato da prefeita em 2012.

⁶⁰O “projeto da mamona”, citado pela moradora, se refere ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), criado em 2004, pelo Governo Federal a fim de promover a produção e o uso de biodiesel, sendo que a produção de matéria-prima pela agricultura familiar foi incentivada para que pudesse participar dessa cadeia produtiva. A mamona se tornou um dos principais cultivos, disseminados especialmente na região Nordeste, com o propósito de abastecer as usinas de beneficiamento de biodiesel.

sustentáveis”, tendo como diretrizes a “expansão da produção integrada com a agricultura familiar” e “preservação da floresta e da vegetação nativa” (MAPA/2010).

Ao mesmo tempo, o MDA, em parceria com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e outras entidades, executava, no momento em que realizamos o trabalho de campo, um projeto para a produção de mudas de dendê a fim de melhorar a renda dos agricultores, segundo a notícia disponível no sítio eletrônico do MDA: “Agricultores do Território Baixo Sul da Bahia recebem 14 mil mudas de dendê”. De acordo com essas informações, 70 mil mudas seriam entregues até o final do ano de 2011, beneficiando 580 agricultores familiares do Território. O coordenador de biocombustíveis do MDA explicou que já existiam a produção e a comercialização de dendê espontâneo por agricultores para o Programa de Biodiesel, no entanto buscava potencializar a produção de dendê com mais tecnologia por meio da variedade tenera, que permitia triplicar a produção em relação às palmeiras espontâneas. A safra dessa nova variedade seria colhida e comercializada no prazo de três anos. As cooperativas parceiras do projeto eram responsáveis pela entrega e pelo plantio das mudas junto com os agricultores familiares, além de fornecer assistência técnica sob orientação da EBDA e Ceplac (MDA, 2011).

Já o sítio eletrônico da Ceplac descreve que a produção dessas mudas integra o Plano de Aceleração do Desenvolvimento do Agronegócio na região cacaueira do estado da Bahia (PAC do Cacau) com o objetivo de “reduzir o déficit existente no mercado brasileiro” e aumentar a produção de biocombustível a partir de óleos vegetais. Essas mudas substituiriam o dendê espontâneo no Território Baixo Sul, que apresenta baixo rendimento sendo explorado “de forma extrativista e processada artesanalmente” (CEPLAC, 2009).

Neste contexto, o Assentamento Argemiro Mendes foi inserido nesse projeto por meio da EBDA para receber as mudas de dendê da variedade tenera a fim de substituir o dendê espontâneo ou *nativo*, como os moradores denominavam, já que o dendê *cultivado* ou o tenera, apresenta uma altura menor, o que possibilita colher os cachos com uma foice, sem a necessidade de escalar a palmeira. O dendê *cultivado*, entretanto, requer manejo e adubação do solo para uma produtividade satisfatória o que difere do dendê *nativo*, o que predomina no Assentamento.

O dendê *nativo*, por outro lado, pode começar a produzir a partir de quatro anos, e perdurar até noventa anos. Contudo, as palmeiras são muito altas e, como consequência, os agricultores precisam *subir no pé* para cortar os cachos⁶¹. No entanto, não é qualquer pessoa, ou melhor, qualquer homem que realiza esse trabalho. O cortador de dendê precisa *subir* e saber realizar o corte. Por isso é considerada uma atividade “perigosa e trabalhosa. Às vezes os homens têm tonturas ou problemas na coluna e não conseguem mais subir” (Registro do depoimento no diário de campo do morador A.). O cortador recebia metade da colheita, ou até R\$50,00 por dia, e normalmente trabalhava em diversas propriedades, visto que existiam cada vez menos cortadores de dendê. De acordo com as explicações do técnico agrícola da EBDA, “os produtores de dendê nativo normalmente não cuidam direito [dos dendezeiros], pois trabalham como extrativistas. Eles têm a ideia de que não precisa adubar nem limpar o terreno. Se fizessem esse manejo, poderiam aumentar a produção, mas acham que não precisam” (Registro do depoimento no diário de campo do técnico da EBDA).

Assim, as mudas de dendê foram entregues, e a expectativa era de que seriam plantadas no início de 2012. Todavia, a maioria não tinha sido plantada até o final do trabalho de campo,

⁶¹Conforme informações do técnico da EBDA, os cachos podem ser colhidos a cada quinze dias, mesmo no período entressafra, o que possibilitava ao agricultor vender de 200 a 300 quilos por semana e “fazer um dinheirinho durante o mês”. Para buscar o produto na propriedade, o valor da tonelada de dendê era de R\$180,00 naquele momento.

isto é, mais de um ano após o recebimento. Elas permaneciam ao ar livre e se deterioravam gradativamente. Na realidade, uma série de eventos atrapalhou a realização desse projeto, impedindo seu progresso, conforme nossos interlocutores relataram. Inicialmente, o projeto previa o plantio das mudas de dendê *cultivado* nas áreas individuais, já que a colheita poderia ser realizada pelos próprios assentados sem a presença de um cortador. A primeira parte do projeto foi aprovada e 4 mil mudas de dendê foram entregues. Essa quantidade, contudo, era muito superior à esperada e ultrapassava em muito a capacidade de cultivo dos assentados, conforme os assentados nos detalharam:

(...) [o técnico] perguntou a quantidade que a gente podia plantar. Eu disse que só podia plantar meia tarefa. Eu não queria de jeito nenhum, mas para não ficar de fora, é obrigado a aceitar. Porque um fala que tem preguiça e com tanta terra, e não sei o quê. Eu não queria de jeito nenhum, mas eles ficaram incentivando que eu estava com preguiça. Então, traz só cinquenta mudas. Uns pediram 200, outros pediram 300. Estes que pediram 300 foram embora, nem moram mais aqui.

Quando foi depois, a [presidente da Associação] disse que aquelas mudas não vêm mais assim, cada um para si, agora vai vir para plantar no coletivo. [O técnico da EBDA] disse que era para plantar no coletivo, para todo mundo plantar, que aumentava mais. E eu pedi uma muda para plantar no meu lote, e falaram que agora não pode dar, porque vai plantar no coletivo. Quando foi agora, [outro técnico da EBDA] chegou na reunião esses dias: quem foi de vocês que aceitou essas mudas tudo? [A presidente da Associação] não se lembra mais como começou, deveria ter uma ata, ter assinado aquilo tudo, anotado tudo, só que não incentivou a gente. (...). Quando teve essa conversa, tem muitos que ficaram quietos, na hora que ficou quieto, é porque aceitou. Por que aceitou? Porque a gente ficou quieto, porque se a gente dizia que não queria, ficavam falando que era preguiça minha, e acabou nisso aí. (...)

É nove metros de cada pé, eu não tenho terra para isso. Cinquenta mudas é a terra que eu tenho lá pode se dizer, porque nove metros, porque não pode plantar mais tudo junto. (...) E eu vou viver de quê? (Entrevista com o morador C.).

Vocês que pediram, porque não planta no lote de vocês? [assentado reproduz a indagação proferida pelo técnico da EBDA]. Porque disseram que era para o coletivo, ainda falaram que era para roçar lá na beira da maré, lá debaixo dos dendês, na área do dendê, roçar e plantar as mudas. Quando os dendês estivessem grandes, os debaixo estivessem safreiros, ia derrubar aqueles altos, porque os dendês lá são altos. É muito alto, é quinze metros de altura, vinte metros. Foi assim o acerto (Entrevista com o morador A.).

Como que eu vou viver só de dendê?, uma coisa difícil da pessoa trabalhar com aquilo. Aí, falaram “porque não pediu outra coisa? Foram pedir dendê!” Aí chegam dizendo que vem um projeto, que vem tantas mudas de dendê. Uns aceitam, outros não. Tudo bem, quando viu não era aquilo não, eram 4 mil mudas (Entrevista com o morador T.).

Quando decidiram que as mudas deveriam ser plantadas na área comum, outro fator agravou essa situação: o *Coletivo*. Toda segunda-feira, era dia do *Coletivo*, ou seja, uma pessoa de cada família deveria trabalhar na área comum do Assentamento, podendo ser dispensada se estivesse doente. As atividades escolhidas dependiam daquilo de que se tinha mais necessidade, como explica nosso interlocutor: “Se é para roçar, nós vamos roçar, se é para plantar dendê, a gente vai plantar, se for para limpar a ponta de cavaco, a gente vai, é assim” (Entrevista com o morador A.).

No entanto, a participação no Coletivo diminuía cada vez mais, o que causava desânimo naqueles que participavam, visto que essa situação acarretava mais trabalho, menor produtividade e, o que é pior, a insatisfação de ter de dividir o resultado com aqueles que não

contribuíram. Além do pouco número de pessoas, a maioria era mulher, o que era um problema para eles, especialmente no que se refere ao plantio do dendê, como os moradores explicavam:

As pessoas precisam trabalhar para se manter, para plantar esse dendê fica difícil. Só no Coletivo mesmo, não são todos que vão no dia de segunda-feira. O cara não quer perder o dia de serviço, manda a mulher para lá. A mulher não resolve quase nada. Cada muda daquela é quase 30 quilos, para uma mulher pegar é uma dificuldade (Entrevista com o morador A.).

Agora mesmo para plantar este dendê, é uma dificuldade danada. Bem poucas pessoas vão [no Coletivo], só vão mais as mulheres, porque os homens não querem ir. E é serviço para homem, os homens não querem ir, vão as mulheres. As mulheres não aguentam (...) eles não querem se envolver (Entrevista com o morador D.).

A realização de tarefas, que exigiam maior força física, se tornava muito penosa para as mulheres, causando danos à saúde, o que presenciávamos nos dias seguintes do *Coletivo*. Muitas mulheres se queixavam das dores no corpo devido ao peso das mudas de dendê, ficando impossibilitadas de exercer outros afazeres nas suas *roças* ou mesmo nas suas casas. Por isso, elas estavam apreensivas, perguntando em relação à maneira com que aquelas mudas seriam plantadas, pois tinham mais de 3 mil mudas deteriorando e não tinham condições de plantá-las. Como comentou uma delas: “a gente ficou tudo doente, eu fiquei um bocado de dias que nem podia tomar banho. Um peso brabo! Estava vendo na hora das nossas tripas sair, quando pega aquilo, parece que vai enterrar”, como a moradora R. desabafou. Para agravar ainda mais a situação, a assistência técnica da EBDA, após um ano sem o plantio da maioria das mudas, estava pressionado os moradores para realizar a tarefa:

E agora o [técnico] está em cima dizendo que as mudas vão perder, que a gente é responsável, não sei o quê. (...). Ele botou que daqui para o meio de junho tem que ter mil mudas plantadas, então no mês de junho, se tiver plantada mil, eles vão botar mais outro prazo para plantar mais mil. E quando vê as mudas estão plantadas mesmo. E é tanta coisa que a gente fica doida (Entrevista com a moradora J.).

Assinaram lá o compromisso, pediram a opinião, eu tenho que estar no meio, tive que entrar no meio desse negócio. Porque se a gente fica de fora, que nem ele falou, quem ficou de fora, as mudas que apodreceu, vai ser responsável. Acho que foram treze pessoas que entrou nesse meio, e o resto ficou de fora. Disse que as mudas que perder vai ser responsável aqueles que ficou de fora. É assim, um ameaça, é um negócio (Entrevista com o morador A.).

Mesmo com o compromisso de plantar estas mil mudas, outros moradores avaliavam que seria impossível cumprir com o acordo, já que “desde o dia que marcou até agora não plantou nada, porque sempre tem um acidente, tem uma morte, tem uma coisa, que tem três coletivos que não foi” (entrevista com a moradora V.). Na opinião de outro morador, não existia terra suficiente na área coletiva para que todas as mudas fossem plantadas:

Precisa de muita terra para plantar tudo, não vai ser plantado tudo. Fez uma ata aí que daqui até o mês de junho tem que plantar mil mudas. Só que mil mudas de dendê é muita terra (...) a gente está no mês de fevereiro, março já começa as águas, já estamos preparando um pedaço de terra, queimamos, estamos goivando para plantar esse dendê, depois fazer o roço do outro lado da mangueira, além daquele. Aí chega [o técnico] e falamos: não tem essa terra toda para plantar mil mudas de dendê (Entrevista com o morador D.).

Outra preocupação manifesta pelos moradores, dizia respeito ao tempo despendido para a realização dessa atividade, já que plantar as mudas de dendê significava que os assentados não iriam *trabalhar fora* e, conseqüentemente, não receberiam nenhum pagamento pelo serviço. “Então, vamu vive de quê?” Essa interrogação se encontrava presente nas justificativas para não executar a tarefa e nas inquietações devido à ausência de geração de renda nas famílias. Muitos assentados *davam dia* em diferentes propriedades no decorrer da semana, dependendo do período ou da safra, uma vez que a existência de trabalho dependia da quantidade ou do tipo de afazeres ou do tamanho da propriedade, ou seja, eles não tinham trabalho assegurado todos os dias. Se não fossem trabalhar em uma segunda-feira com trabalho garantido, eles poderiam não conseguir nenhum dia no decorrer da semana.

Até aquele momento, os assentados buscavam alternativas para resolver o impasse das mudas, mas sem sucesso. Alguns sugeriam que as mudas fossem doadas para agricultores familiares ou mesmo fazendeiros com interesse no plantio, já que a Petrobras tinha doado as mudas, e, por isso, não podiam vendê-las. Outros assentados asseguravam que, inicialmente, o projeto previa uma remuneração semanal para aqueles que se dedicassem à tarefa. Esse recurso financeiro, contudo, foi destinado para o pagamento do transporte das mudas entre os municípios de Valença, onde se encontravam, e Camamu, e o restante do recurso estava bloqueado na conta corrente da Associação, a qual estava inativa e inadimplente. Se houvesse uma remuneração pelo serviço, estaria “quase tudo plantado, porque as pessoas não iam sair para trabalhar fora, sabiam que ia trabalhar a semana e, no final de semana, tinha um dinheirinho para comprar as coisinhas dele” (Registro do depoimento no diário de campo do morador D.). Outra opção também apresentada e rejeitada foi a comercialização da madeira proveniente das áreas limpas para o plantio:

A gente roçou lá, dois meses a gente cortando mato lá, tudo bem, tocou fogo. Falaram que era para pegar aquela lenha e vender para arranjar um dinheiro para comer, para a gente comer para a gente trabalhar. Eles não aceitaram vender a lenha, que é do IBAMA, que aqui de dentro não é para tirar uma madeira. Mas uma madeira que está cobrindo a lavoura, descobrindo para poder cultivar, e não pode vender essa madeira, que vai pro chão, vai apodrecer. Não digo que é para entrar no mato grosso, tirar para vender. É errado. Mas descobrir a lavoura, cada madeira braba para derrubar de machado, deixar perder aquilo no chão? E todo mundo precisando para comprar um quilo de sal, um quilo de açúcar? (Entrevista com o morador A.)

Considerando que o Assentamento se encontrava situado no bioma Mata Atlântica sem um Plano de Manejo Florestal e com o processo de licenciamento ambiental sendo revisto e estudado pela assistência técnica da EBDA naquele momento, a retirada da madeira com fins comerciais não era permitida pela legislação ambiental. Como não ocorreu um planejamento preliminar das tarefas, como o próprio assentado reconhece no trecho abaixo, a madeira da vegetação derrubada para o plantio do dendê iria *apodrecer no chão*, podendo somente ser utilizada pelas famílias para consumo próprio.

(...) tinha que planejar antes, calcular antes de vir esse dendê. Bom, gente, vão vir mil mudas de dendê, o que a gente vai fazer primeiro? Preparar a terra, nós baliza e nós pede as mudas. Mas sem nenhum palmo de terra pronto para plantar, e chegou 4 mil mudas, como que é que planta? Não podia primeiro preparar a terra, não era? Limpava a terra para plantar o dendê (Entrevista com o morador A.)

Os dilemas entre a falta de planejamento prévio, a ausência de mecanismos de apoio e de geração de renda para o Assentamento não eram os únicos descompassos da execução das diversas fases do projeto, já que muitas famílias ali recebiam recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, ou mais conhecido como Bolsa Verde, a fim de conservar o *mato grosso* nas suas áreas individuais, se tornando os “guardiões da floresta”, denominação

empregada em diversos eventos públicos pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O Programa Bolsa Verde concede R\$ 300,00, a cada trimestre, às famílias consideradas extremamente pobres vivendo em áreas prioritárias para conservação ambiental, visando ao aumento de renda com a preservação de ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais (MMA, 2011).

Se as famílias recebiam o Bolsa Verde para usar de forma sustentável os recursos naturais e manter a cobertura vegetal dos seus lotes, o que significava para muitos não cultivar suas áreas, por outro lado, existia o incentivo ou mesmo a pressão para que os moradores desempenhassem seu papel como produtores rurais, mesmo que isso significasse converter essas áreas em cultivos agrícolas. Apesar do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo visar à “preservação da floresta e da vegetação nativa”, a grande quantidade de mudas de dendê, no caso do Assentamento, exigia mais espaço do que aquele ocupado pelos dendezeiros *nativos*, ainda mais que era necessário um espaçamento de nove metros entre cada muda, como os moradores explicaram, o que representava uma área extensa de terra.

Seguindo em parte as diretrizes da assistência técnica da EBDA, os moradores conviviam com as contradições entre a implementação das distintas políticas públicas direcionadas para os assentamentos rurais ou mesmo a sobreposição dos papéis pré-determinados que deveriam desempenhar, isto é, produtor de alimentos, “guardião da natureza” e “empreendedor” rural. Sem conseguir arregimentar outros atores sociais e objetos, ou mesmo acessar outras arenas a fim de buscar possíveis soluções ou acordos, os moradores lidavam com as responsabilidades e os efeitos da gestão institucional deficiente sem alcançar plenamente a universalização de direitos fundamentais, o apoio e a melhoria das condições de vida almejados no PNRA.

Por outro lado, a assistência técnica procurava não detalhar publicamente os equívocos da execução desse projeto. Somente comentários pontuais eram tecidos em conversas mais reservadas, o que não significava que essa situação não gerasse preocupação e indignação contidas. Durante o retorno de uma visita ao Assentamento, um técnico da EBDA desabafou que estava “cansado das coisas que vinham de cima para baixo”, uma vez que a proposta inicial do projeto solicitava mil mudas de dendê para o Assentamento. Quando o pedido foi aprovado, informaram que enviariam 4 mil mudas. “Era tudo ou nada”, isto é, somente receberiam as mudas se aceitassem as 4 mil. Se quisessem menos, não seria entregue nenhuma muda. Dessa forma, a quantidade excedente foi aceita para garantir o envio das mudas. Sem citar nomes ou instituições, o técnico concluiu que a perda das mudas seria um *grande problema*, ainda mais que as estradas internas do Assentamento estavam sendo abertas e recuperadas naquele momento.

Após oito anos de espera, a antiga demanda dos moradores em relação à abertura e a recuperação das estradas vicinais dentro do Assentamento a fim de escoar especialmente a produção de dendê foi atendida, e isso proporcionou um novo ânimo para as famílias. Na realidade, a contratação das empresas responsáveis por essas obras de infraestrutura foi aprovada em novembro de 2011, quando o Assentamento Argemiro Mendes foi um dos 19 assentamentos baianos atendidos (MDA, 2011b).

Apesar da chegada das *máquinas* ter ocorrido somente no início de 2013, a concretização das promessas da assistência técnica da EBDA satisfazia ambas as partes e possibilitava que os moradores pudessem almejar uma melhoria no trabalho e nas suas vidas, conforme observamos em um depoimento do assentado A.:

Isso vai ajudar muito, a piaçava e o dendê lá fora. Para trazer de lá para cá tem que ter estrada. Então, do jeito que estava, a máquina do trator não vai buscar, toda vez que vai, rebenta o trator. E a estrada estando pronta, facilita mais para a gente. Aumenta mais o trabalho, desenvolve mais, porque a gente vai com a máquina, cortou, de tarde o dendê está todo no roldão. Antes tinha de ficar lá, espera enxugar a estrada para a

máquina ir buscar, enfraquecia o dendê. Agora estando cascalhadinho, pode ir chovendo, cortou, joga em cima e vem embora. Não tem atrapalhão. Aí adianta mais o trabalho.

A recuperação das estradas, na realidade, representava não somente o escoamento da produção agrícola e a facilidade de circulação das pessoas e veículos dentro do Assentamento, mas também o fim de uma relação em que a promessa dessa recuperação era utilizada como “moeda de troca” com os políticos locais no período eleitoral ou no “tempo da política”, conforme a expressão utilizada por Palmeira (2010). Na realidade, as ações políticas (ações próprias do tempo da política) são capazes de gerar compromissos mesmo quando não há compromissos preexistentes. “O recebimento de um bem material, no tempo da política, tanto quanto um serviço pensando como ajuda ou favor, fora do tempo da política, faz o eleitor sentir-se comprometido com o candidato que o doou” (PALMEIRA, 2010, p. 20).

Isso é ainda mais acentuado no período eleitoral municipal, em que a distância e a escala tornam indispensável que as ações dos prefeitos se concretizem em obras. A obra possibilita que o favor beneficie toda uma coletividade, o que singulariza o político frente ao grande doador não político, além da obra ser a “face pública da política”, ou seja, representa a materialização do uso dos recursos públicos e a presença da política para qualquer entendedor (PALMEIRA, 2010, p. 128). Assim, as estradas tanto internas como aquelas que ligavam o Assentamento à *pista*, eram recorrentemente “negociadas” com candidatos, especialmente à prefeitura municipal, em troca de votos ou apoio político na época de eleições municipais, como registramos:

As pessoas reclamam de [o candidato à Prefeitura Municipal e prefeito], que ele roubou, mas ele fez muita coisa. Essa estrada aqui para entrar no assentamento, foi ele [que fez]. Foi um conchavo político, mas não entrava carro aqui. Se alguém ficasse doente, tinha que levar a pessoa no colo até a BR. Agora não, é só ligar que o carro vem aqui. A esposa [do prefeito], que eu conheço, veio aqui e perguntou para mim o que eles podiam nos ajudar. Falei que precisávamos da estrada. Depois vieram as máquinas e resolveram o problema. Aqui era um lamaçal, minha senhora, que ninguém entrava quando chovia (Entrevista com o morador A.).

(...) a estrada foi um acordo com o [candidato e atual prefeito]. Ele passou a máquina na estrada, da entrada até a agrovila, mas não passou na estrada até as roças. O acordo era que se ele passasse a máquina, eu fecharia os votos do Assentamento para ele. O povo ficou bravo comigo, porque ele não passou a máquina em tudo e tinha esse compromisso. [Ele] disse que passaria a máquina no resto depois das eleições, porque agora não tinha mais jeito. Só que, na última semana, quando vi que não passaria a máquina até as roças, comecei a fazer campanha para o PT. As pessoas começaram a falar que eu tinha ganhado R\$ 5000,00 para mudar a casaca. Eu sempre fui 13 de coração, por mais que tivesse o acordo e votaria até no [candidato], e quem dera se eu tivesse ganhado esse dinheiro mesmo. No fim, não ganhei e ainda as pessoas ficaram falando de mim (Registro do depoimento no diário de campo da presidente da Associação).

A proximidade pessoal e o “acordo” político resultaram na recuperação da estrada que liga o Assentamento à rodovia, o que facilitou a entrada e saída da agrovila. No entanto, a promessa de restauração das estradas internas não foi cumprida pelo Prefeito e candidato, o que provocou o rompimento do “acordo” pela presidente da Associação. Nessa situação, o empenho da palavra de ambas as partes permite analisar que não se trata simplesmente de um caso clássico de patronagem e clientelismo, como Palmeira (2010) também observou nos seus estudos. São casos um pouco mais complexos, onde as pessoas se relacionam por meio de múltiplos fluxos de trocas dentro e fora do “tempo da política”, fluxos esses que vão vinculando

os indivíduos uns aos outros, independentemente se são parentes ou não. Por conseguinte, favores ou ajudas supõem um pedido, de um lado, e uma promessa, do outro, ou melhor, promessas recíprocas pressupõem o empenho da palavra das duas partes diferentemente de outras formas de reciprocidade. Assim, a “reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros” (PALMEIRA, 2010, p. 20).

Desse modo, o rompimento da palavra dada por uma parte, no caso do prefeito, também isentou a presidente da Associação de cumprir com o “acordo”, o que lhe permitiu aderir à campanha da candidata ligada ao seu partido do *coração*, considerado politicamente de esquerda. Para Palmeira (2010), o que está em jogo, na disputa eleitoral, é mais que escolher representantes, mas se situar de um “lado da sociedade”, sendo que as eleições são o pretexto a fim de redefinir pertencimentos e definir fidelidades. Esse foi o caso do assentado A., que informou que votaria no Prefeito e candidato. Embora este não tenha cumprido a promessa de recuperar todas as estradas do Assentamento, A. não somente avaliava sua gestão de forma positiva em comparação aos principais candidatos (que também já tinham sido eleitos prefeitos anteriormente), especialmente no que dizia respeito à redução da violência no município, mas também levava em consideração os favores e a proximidade com a primeira-dama, sua conhecida desde a infância.

Não dispomos de elementos para analisar o “tempo da política” no Assentamento ou mesmo no município. Contudo, podemos inferir que as estradas⁶², assim como outros bens públicos, permanecerão como objeto de transações nesse período, ainda mais que não encontramos investimentos necessários e mudanças qualitativas nos assentamentos rurais. Dessa forma, não falta plasticidade às populações e aos coletivos para lidar com suas situações problemáticas, especialmente onde verificamos a fragilidade de acesso à arenas públicas. Compartilhamos com Palmeira (2010, p. 133) que a “ideia de política como ‘ação do Estado’ ou como ação impessoal dos poderes públicos para atingir um determinado fim, associado ao bem-estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento”, especialmente em pequenos municípios, onde a prefeitura e o prefeito não implementam a “política *a* ou *b*”, mas simplesmente fazem política.

2.4 Cenas e bastidores das reuniões

Um aspecto marcante das organizações de trabalhadores rurais, tais como sindicatos, movimentos sociais e associações, é a importância de atividades genericamente denominadas reuniões, que apresentam mais do que uma dimensão instrumental de tomada de decisões ou de discussão de assuntos de interesses dos membros das organizações, como considera Comerford (1999, p. 47). Para o autor, as reuniões podem ser percebidas como elementos na constituição desse universo social, visto que criam um espaço de sociabilidade, colaborando na consolidação de redes de relações, que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder interno, “possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos” e acionam múltiplas concepções ou representações concernentes ao cerne das organizações e da própria categoria representada.

No seu trabalho, Comerford (1999) analisa as reuniões realizadas pelas organizações de

⁶² A partir de 2013, as novas obras de recuperação de estradas serão articuladas através de parcerias com prefeituras beneficiadas com equipamentos do PAC-2 infraestrutura (restroescavadeira ou motoniveladoras), do governo federal, que favorecem municípios com até 50 mil habitantes. Nesses casos, o Inbra abastecerá as máquinas que darão manutenção em estradas para assentamentos. Em contrapartida, as prefeituras participarão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

trabalhadores rurais, especialmente aquelas pensadas e promovidas por assessores e dirigentes. Aqui, destacamos as reuniões propostas pelos técnicos da EBDA como espaços e momentos “democráticos e participativos”, ou seja, os moradores tinham os direitos de: emitir suas opiniões, dúvidas e propostas; decidir coletivamente por meio do consenso ou da votação por questões que os envolviam; e tornar públicos os problemas e os dilemas do Assentamento ou mesmo dos seus membros.

Diferenciando da caracterização das reuniões descritas por Comerford (1999), as *reuniões* do Assentamento ocorriam de maneira mais concisa e fluida em uma das casas vazias do Assentamento ou mesmo na rua de terra em frente a alguma casa, onde houvesse sombra disponível, muitas vezes, sem uma pauta definida ou mesmo assuntos sendo incluídos na pauta no início ou mesmo no final do evento. Assim, as pautas das reuniões abrangiam desde a realização de “cursos de capacitação e novos projetos” até a mediação de contendas particulares envolvendo relatos ou discussões a respeito da baixa produtividade nos lotes, o trabalho *fora* ou a ausência dos cadastrados no SIPRA no Assentamento.

Nesses pontos, os técnicos da EBDA se limitavam a constranger ou intimidar indiretamente os moradores ou os cadastrados do SIPRA, que estariam distorcendo os objetivos do Programa de Reforma Agrária, visto que buscavam manter uma boa convivência com os moradores e a incumbência desta função com caráter mais fiscalizador e regulador pertencia ao INCRA. É importante destacar que, em sua maioria, esses profissionais eram contratados temporariamente pela EBDA por um período de doze meses, podendo seu contrato ser renovado por um período igual uma única vez, ou seja, eles podiam permanecer somente por dois anos consecutivos no órgão acompanhando os assentamentos rurais no município. Existia, portanto, uma rotatividade dos membros da equipe técnica, que procuravam outras oportunidades de trabalho mais estáveis durante o próprio período de contrato. Dessa forma, diversos problemas singulares incubados, às vezes, por anos, não eram acompanhados pelos mesmos profissionais, o que acarretava muitas interrupções, reelaborações ou inconclusões das discussões e dos encaminhamentos para as esferas institucionais.

Os técnicos, portanto, buscavam resultados mais concretos e objetivos da reunião, ou seja, decisões coletivas e encaminhamentos para questões imediatas, enquanto que outras situações relatadas, tais como os temores de trabalhar sozinho nos lotes devido à violência que rondava o Assentamento, a ausência de homens no *dia do Coletivo*, a partilha entre todos os moradores da receita proveniente da comercialização do dendê e da piaçava da área coletiva, por exemplo, não eram assuntos aprofundados nas discussões. De qualquer modo, a assistência técnica tentava realizar essas reuniões com certa frequência, o que não era sempre possível, uma vez que existiam somente dois veículos disponíveis para uma equipe de 17 técnicos que atendiam os assentamentos e outras comunidades rurais no município.

A maior parte dos participantes das reuniões era mulheres, jovens e crianças que permaneciam no Assentamento durante o dia, visto que a maioria dos homens residentes no Assentamento, assim como algumas mulheres, trabalhavam frequentemente *fora*, ou seja, realizavam trabalhos para terceiros – seja nas terras da família, seja na área urbana, sendo alguns temporários, outros permanentes. Nas épocas de colheitas de cacau e cravo, quando a demanda por mão-de-obra aumentava, o quórum se reduzia significativamente, pois quase todos conseguiam uma oportunidade de trabalho temporário nas propriedades durante o dia. Embora *a reunião* ou *a conversa* se sucedesse somente com aqueles presentes, sempre havia um “público virtual” (Comerford, 1999) mais amplo, ou seja, um conjunto de pessoas que saberia por meio de terceiros o que se passou ou se decidiu na reunião.

Assim, a reunião normalmente era agendada anteriormente, e a *conversa* ocorria de maneira mais informal e inesperada, quando a assistência técnica precisava repassar algum informe ou resolver assuntos mais urgentes. De qualquer modo, reunião e *conversa* eram termos empregados frequentemente como sinônimos. Essa casualidade das reuniões também

contribuía para que as discussões ou as decisões não fossem registradas de forma escrita em uma ata ou um documento, o que acarretava, às vezes, alguns aborrecimentos, como vimos anteriormente. Além disso, uma jovem assentada, que era a secretária da Associação naquele momento, apresentava alguns problemas de saúde, e a presidente acumulava as duas funções, já que poucos assentados dominavam a escrita, o que dificultava as anotações e os registros sistematizados e atualizados em uma ata. Dessa forma, nunca conseguimos encontrar e examinar a ata da Associação do Assentamento, já que esta se encontrava normalmente com pessoas diferentes, encarregadas de *passar a limpo* as anotações das reuniões.

As reuniões agendadas ou as *conversas* agrupavam os moradores presentes naquele momento, quando os técnicos ou a presidente da Associação os chamavam de modo informal para a reunião. Algumas pessoas se aproximavam e ficavam. Outras, logo iam embora. Havia aqueles que passavam, somente olhavam e seguiam para suas casas. Dessa maneira, a reunião, que acompanhamos, se iniciou na rua da Agrovila, embaixo da sombra de uma casa de uma moradora, que também se encostou na sua varanda para ouvir. O objetivo era levantar demandas para apresentá-las na reunião com o INCRA, em Salvador, na semana seguinte, onde ressaltaria a *necessidade* de infraestrutura, principalmente a construção da estrada⁶³ dentro do Assentamento, uma vez que “não bastava colocá-los na terra”. Por sua vez, a presidente da Associação também participaria para encaminhar pessoalmente as demandas do Assentamento.

Naquela ocasião, poucos encontros com os servidores do INCRA ocorriam pessoalmente, visto que as resoluções, os litígios e as reivindicações eram intermediadas pela assistência técnica da EBDA, que se tornou o principal porta-voz do Assentamento com outras esferas institucionais, pois não havia a presença e o acompanhamento ativo de outras entidades representativas, como o STR. A própria presidente da Associação, responsável pela resolução e encaminhamento de muitas questões coletivas, também apresentava uma atuação limitada devido às condições financeiras e de saúde e às desavenças pessoais com outros moradores, como descrevemos anteriormente. Assim, as reuniões com os técnicos da EBDA, além das reuniões internas da Associação, se constituíam como as principais cenas públicas, nas quais os atores se apropriavam, discutiam e deliberavam de alguma forma sobre questões do “viver juntos” ou sobre *dificuldades* daquele coletivo, mesmo com desdobramentos posteriores em momentos e lugares distintos, onde os moradores estavam ausentes.

Naquela reunião, o técnico da EBDA propôs um projeto para aquisição de máquinas de costura para um grupo informal de quatro mulheres artesãs que produziam fuxico em tecido para a confecção de bolsas, toalhas de mesa e almofadas, já que a maioria não as possuía desenvolvendo seus trabalhos de forma manual. Além disso, propôs a realização de cursos de capacitação para fabricar outros tipos de artesanatos direcionados, principalmente, para os jovens. Sua proposição se baseou na abertura de um edital da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) do estado da Bahia para apoiar e dinamizar projetos produtivos direcionados às mulheres nas áreas rurais baianas, sendo que o artesanato se constituía como uma das atividades produtivas estabelecidas no edital.

O técnico gostaria de saber, no entanto, o que achavam da ideia, já que seu envolvimento era fundamental *para dar certo*. As mulheres se mostraram muito animadas, concordaram sobre a importância das máquinas para facilitar e agilizar seu trabalho e foram receptivas ao aprendizado de outras técnicas. Comentaram também sobre outros cursos de artesanato já realizados. No entanto, não possuíam condições financeiras de comprar a matéria-prima para confeccionar os trabalhos. Os homens não apresentaram oposição, apenas balançaram suas cabeças afirmativamente. Na realidade, o artesanato produzido pelas mulheres complementava a renda familiar e despertava o interesse de algumas filhas pela atividade. Elas vendiam seus produtos no comércio local ou por meio de encomenda direta pelos compradores. Buscavam

⁶³ Nesse momento, não havia nenhuma previsão para recuperar as estradas internas do Assentamento, que era uma demanda antiga.

um lugar exclusivo para que pudessem montar um ateliê de costura, já que trabalhavam em suas próprias casas, onde não havia espaço suficiente para organizar o material e trabalhar juntas.

Quando o técnico perguntou sobre outras solicitações, a construção da casa de farinha foi a mais destacada. As mulheres, sobretudo, falaram da importância da casa de farinha, visto que precisavam comprar *fora* ou seguir para outra localidade para produzi-la, o que se tornava inviável tanto em termos econômicos como logísticos. Naquele momento, o quilo da farinha de mandioca custava R\$ 6,00 nos mercados do município, o que era considerado muito oneroso nos orçamentos domésticos. É importante ressaltar que esse produto é um alimento básico presente diariamente nas principais refeições das famílias da região,

Quando utilizavam a casa de farinha de outro proprietário, precisavam deixar 25% da produção como pagamento pelo uso das instalações, ou melhor, “de cada quatro latas de farinha, uma é deixada [para o proprietário], o que não compensa”, segundo as moradoras. Além disso, a dificuldade era transportar a mandioca até a casa de farinha em outra localidade. A Associação do Assentamento possuía um animal de carga, porém, ele apenas poderia ser empregado para atividades da associação ou do *Coletivo*.

No entanto, o técnico explicou que não apresentaria essa proposta, pois não havia produção regular e satisfatória de mandioca no Assentamento, ou seja, a quantidade insuficiente de matéria-prima indicava a inviabilização do projeto. Elas não concordaram. Argumentaram que poderiam cultivar mais mandioca, visto que produziam pouca quantidade devido à perda do produto no próprio campo, pois não conseguiam fabricar a farinha. Ao meu lado, a assentada A. cochichou sua opinião: “se cada um tivesse meia tarefa de mandioca, era possível ter essa casa de farinha”, aludindo aos lotes sem produção. Na realidade, a casa de farinha interessava diretamente umas seis famílias com plantio de mandioca nas suas áreas, as quais buscavam solucionar uma dificuldade que afetava diretamente sua alimentação e renda.

Já a assentada V. afirmou que havia muita mandioca no seu lote, que ele poderia *visitar sua roça* para averiguar. Apesar da existência do plantio de mandioca no seu lote, ela também sabia que os técnicos raramente realizavam vistorias nos lotes e não poderiam comprovar a quantidade informada. Contou ainda que seu vizinho estava montando uma casa de farinha improvisada no próprio quintal com um “quadro de bicicleta para ralar a mandioca, umas madeiras para espremer e tirar a água, e uma chapa para torrar”. Contudo, essa casa de farinha improvisada produzia uma quantidade pequena que era consumida rapidamente pela família, já que era distribuída também para os filhos que residiam na cidade.

Eu fiz uma lata de farinha tem uns 15 dias no senhor A. Dei aos meus filhos que estavam precisando também, porque eles me ajudam, vem cascar, vem ralar, vem derrubar o mato. Então quando eu faço, tenho que dar para eles. Mas que nem agora tem aquilo ali, se tivesse desde o início, a gente tinha mais influência, mas ali cansa muito a gente (Entrevista com a moradora V.).

Como os objetos foram adaptados para essa finalidade, a fabricação de farinha exigia um grande esforço físico e dispêndio de tempo, e ainda apresentavam baixo rendimento, além de demandar maiores cuidados no manuseio dos apetrechos modificados, visto que as mãos da filha de uma assentada foram feridas durante a utilização da instalação, conforme ela nos relatou:

O senhor tem ali um negócio para ralar a mandioca, mas é super devagarzinho. Mas a gente quando tem precisão, a gente vai ali e faz, mas com muito sacrifício. (...) a menina foi ali, tirou uma mandioca na roça. Só que a menina foi ralar, pegando no meio da roda, feriu tudo aqui essa parte da mão. É um perigo. (...) isso aqui da menina largou tudo, saiu sangue na mesma hora. Ele botou uma borracha, quando você pega aqui, ela esquenta e solta logo a pele. Então, tem que enrolar um pano naquilo ali (Entrevista com a moradora N.)

Apesar desses contratempos, esta “engenhoca” auxiliava no processamento da mandioca, que se perdia em vários lotes dos assentados, o que representava uma boa solução frente à imprevisibilidade da construção de uma casa de farinha adequada, como a assentada V. explicou:

(...) esta casa de farinha foi uma benção, porque tem mandioca nos lotes e não tem onde fabricar. Precisamos mesmo de uma casa de farinha pequena, simples, não precisa ser essas arrumadas. Se tivesse uma casa de farinha, eu podia fazer tapioca para vender, porque sei fazer e poderia conseguir um bom dinheiro.

Frente a essas argumentações, o técnico não prolongou a discussão e concordou em apresentar o pedido na próxima reunião com os servidores do INCRA, mas não garantiu que o aprovariam. Nesse acordo momentâneo, as justificativas respaldadas no beneficiamento da produção, na geração de renda e na segurança alimentar das famílias se ajustavam às regras de aceitabilidade e legitimavam sua demanda frente ao regime tecido pela assistência técnica. Ao mesmo tempo, as moradoras descreviam as condições a que se submetiam para conseguir produzir a farinha para o autoconsumo, citando a precariedade do processamento, a distância percorrida para realizá-lo, e a impossibilidade de comprar a quantidade necessária para o provimento familiar, em função das limitações de renda. Esses argumentos buscavam sensibilizar os técnicos, que possuíam uma relação de proximidade com aquelas famílias, a fim de reforçar sua demanda e persuadir seus interlocutores sobre a sua importância.

Longe daquela cena, outro argumento relevante foi acionado nos bastidores, especialmente pelas mulheres, sobre a produção de farinha de mandioca. Para algumas famílias do Assentamento, a farinha significava a existência de alimento dentro de suas casas, pois muitas *passavam necessidade*, apesar de que “morrer de fome, ninguém morre, porque tem mandioca aqui, rio e mangue, mas não temos dinheiro”, como uma moradora nos explicou. Mesmo assim, em diversos momentos presenciamos o desabafo sobre essa condição precária durante o trabalho de campo:

Elas falaram que às vezes não têm o que comer, e pelo menos, teriam farinha. M. disse que comeu somente arroz nesses dias, porque não tinha outra coisa, mas não gostava de arroz. V. também comentou que esses dias só tinha pão e café, que o marido não conseguiu nenhum trabalho, nenhum dia, e não tinham dinheiro nenhum. Foi para o Travessão, e mesmo assim estava difícil (Registro dos depoimentos no diário de campo das conversas entre as moradoras).

(...) uma senhora trouxe um cacho de bananas colhido no seu lote, naquela manhã, para oferecer a todos os presentes, pois ela contou que não tinha nada para comer na noite anterior, somente fruta-pão (Registro dos depoimentos no diário de campo das conversas entre as moradoras).

Agora se aqui tivesse uma casa de farinha dentro desse lugar aqui, muita gente toda semana tinha seu punhado de farinha para vender e para comer. Logo todo mundo ia caçar suas mandibas para plantar porque sabia que fazer uma farinha era mais perto. E uma bobagem de mandioca que tem por aqui, todo mundo um negocinho na roça, porque a pessoa não vai lá fora buscar e não tem animal para levar, não tem nada, e a gente fica nessa dificuldade braba. Eu mesmo já plantei uma mandioca, ali no lugar da minha mãe, e a mandioca ficou toda na roça, e acabou a minha vontade de trabalhar de tanto eu ver minhas coisas levando fim, sem eu poder fazer (Entrevista com a moradora N.)

Assim, a construção de uma casa de farinha garantiria que farinha de mandioca não faltasse dentro de suas casas nos momentos de escassez alimentar. Além disso, os moradores

poderiam comprar outros alimentos para complementar sua alimentação. Muitas das escolhas e ações dos moradores eram justificadas – em especial, nos relatos das mulheres – pela precariedade alimentar implícita em seu cotidiano, embora ela nem sempre fosse exposta à assistência técnica da EBDA. Apesar do grande apelo moral e emocional que a fome e a extrema pobreza acionam, não podemos nos esquecer que a restrição alimentar pode ser acompanhada por sentimentos de constrangimento, vergonha e velamento das pessoas que vivenciam essa situação, como os estudos de Sarti (1996), Freitas (2003) e Delavigne e Montagne (2008) já demonstraram.

A alimentação precária de algumas famílias não era ignorada pelos técnicos da EBDA, já que conviviam com as famílias do Assentamento e sabiam que muitas participavam do Programa Nossa Sopa⁶⁴, o qual visava o combate à fome e a desnutrição da população baiana. No entanto, a maioria dos moradores cadastrados no SIPRA já tinha acessado o (atual) crédito fomento disponibilizado nos primeiros anos a fim de viabilizar a instalação e os projetos produtivos iniciais. Sob um raciocínio econômico e estrutural, os financiamentos ou os novos projetos, na fase do Assentamento (após quase oito anos), se direcionavam para a inclusão de novas atividades ou para a expansão das estruturas produtivas.

Corroborando essa ideia, um dos técnicos da EBDA confidenciou-nos que os editais dos órgãos de fomento ou financiamento do estado da Bahia – direcionados para atividades econômicas e produtivas ou para a edificação de estruturas físicas destinadas ao processamento de matéria-prima – eram direcionados para o fortalecimento de cadeias produtivas. Isso significa que não se poderia enquadrar o pedido para a construção de uma “casa de farinha pequena, simples” em um edital para o fortalecimento da mandiocultura, no qual previa a construção de agroindústrias familiares com grande capacidade produtiva comparada com a produção de mandioca do Assentamento. Ele descreveu que o croqui pré-definido destas agroindústrias dos editais, por exemplo, “parecia um *shopping center*”, pela estrutura e pelo tamanho, com diversas áreas para a comercialização, a administração, a produção e até o lazer, ou seja, não existiam justificativas ou elementos a fim de consubstanciar essa demanda frente aos parâmetros destes processos seletivos.

Assim, a atividade produtiva mais condizente com os preceitos de inclusão de novas atividades ou com a expansão das estruturas produtivas era o dendê. A instalação do *roldão* (local com equipamentos de pequeno porte para a extração do azeite de dendê) se enquadrava exatamente nas condicionalidades para a “inclusão produtiva” do Assentamento. Os moradores possuíam matéria-prima abundante, uma infraestrutura mínima e a possibilidade de inserção nos mercados como fornecedores de azeite de dendê para a produção de biodiesel pela Petrobrás Biocombustível, mesmo o *dendê não compensando*, na opinião da maioria dos assentados. Por isso, a instalação e o funcionamento do *roldão* eram considerados como prioridade, como nos informou a presidente da Associação.

No Assentamento, não existia nenhuma estrutura física funcionando adequadamente para o beneficiamento de matéria-prima, somente uma estrutura de *roldão* precária, que necessitava de reparos e equipamentos. Tanto que a extração de azeite de dendê se tornou esporádica, e a última produção ocorreu quando o *novato* (designação empregada para descrever um novo trabalhador rural assentado ali) emprestou um motor de *roldão* dos seus irmãos a fim de processar o dendê proveniente da área coletiva.

A presidente da Associação nos explicou, nos bastidores, que o funcionamento do *roldão* possibilitaria mais uma opção para a comercialização do dendê da área coletiva com os atravessadores, além de o azeite ser consumido pelas próprias famílias. De qualquer modo,

⁶⁴ O Programa Nossa Sopa no estado da Bahia, coordenado pelas Voluntárias Sociais da Bahia, objetiva “contribuir para a redução da fome e da desnutrição da população em vulnerabilidade social e alimentar, garantindo a aquisição de um alimento nutritivo e de qualidade. A sopa é preparada com produtos desidratados e embalada em pacotes” para distribuição nas “entidades beneficiadas” ou prefeituras municipais (VSBA, 2015).

“sempre é difícil ter vendedor certo, pois agora tem dendê no pé, e está perdendo, não tem comprador. Vender o dendê em cachos agora dá mais do que a lata [de azeite]”, conforme nos relatou. Mesmo assim, a comercialização do dendê em cachos ou em azeite não rendia mais do que R\$ 140,00 por família, o que *não compensava*, segundo os moradores. Uma delas explicou que “trabalhavam quase duas semanas com o dendê para ganhar R\$ 140,00, enquanto que na rua ganhavam R\$ 125,00 por semana” (registro do depoimento no diário de campo da moradora V.)

A presidente da Associação também comentou que a retirada dos “cachos da roça era [outro] problema”. O animal da Associação não aguentava trazer os cachos até a agrovila por causa das estradas, que estavam em péssimas condições, e por isso, “o animal não subia, precisavam ir tapando os buracos”. Escoavam a produção, às vezes, por meio de barco, pelo rio próximo do Assentamento, enquanto aguardavam a recuperação das estradas vicinais. O funcionamento de um *roldão*, portanto, resolveria parte do problema. Ainda uma casa de farinha seria construída pelo morador D. no seu quintal.

Ele recebeu como pagamento pelo trabalho realizado em uma fazenda alguns equipamentos de uma casa de farinha desativada. “E, agora, a casa de farinha de D. será suficiente para o Assentamento, porque ela será maior do que a do senhor A. A casa de farinha não será coletiva, mas não precisamos sair para longe para fazer farinha”, segundo a avaliação da presidente. Ela informou, portanto, ao técnico da EBDA, que a prioridade não era a casa de farinha, e sim o *roldão*. Até o final do trabalho de campo, não havia previsão de construção nem da casa de farinha, nem da reforma do *roldão*.

Dessa forma, as reuniões e as interlocuções com a assistência técnica da EBDA eram praticamente os principais espaços e formas que os assentados possuíam para se manifestar, discutir e buscar possíveis soluções para tratar das situações consideradas problemáticas pela ação pública sem se submeter às relações pessoais e de favores, especialmente com a municipalidade. Mesmo todos os participantes tendo, a princípio, o direito de partilhar sua opinião, reclamar e julgar algo referente ao Assentamento, muitos não se manifestavam espontaneamente naquele momento e lugar, já que, destes, alguns acreditavam que não “davam ouvido para suas opiniões”, e outros se sentiam constrangidos pelos assentados mais antigos por serem *novatos* e, por isso, não se sentiam à vontade para *dar palpites*. Alguns moradores, ainda, se mantinham distantes por apatia ou opção de evitar compromissos ou atritos com a vizinhança.

Como Comerford (1999, p. 69) também destacou, as discussões nas reuniões dos trabalhadores rurais se configuravam menos igualitárias, apesar dos esforços e das intenções dos organizadores. Entre os diversos motivos apresentados, muitos participantes se mostravam “reticentes” em relação às discussões polêmicas e se sentiam desconfortáveis frente àquela situação, onde não esperavam encontrar divergências públicas. Segundo o autor,

(...) essas reticências com relação às *discussões* e ao seu caráter polêmico, valorizado pelo “modelo” participativo e igualitário de reunião, parecem apontar não só para a expectativa de eventos mais “ordenados” e hierarquizados, como também para a dificuldade de deixar de interpretar divergências públicas como “ofensas pessoais”, ou seja, a dificuldade de evitar que as “regras do jogo” da convivência cotidiana se imponham sobre as regras provisórias adotadas nas reuniões, especialmente no que diz respeito aos momentos de *discussão*.

Da mesma forma descrita pelo autor, a maioria dos assentados não percebia claramente essa separação entre o cotidiano e o momento da reunião, quando as divergências mais acirradas surgidas nas discussões acabavam afetando o convívio diário, já que eram percebidas como troca de ofensas ou desrespeito. No Assentamento, a existência de muitos conflitos pessoais, a rotatividade intensa de famílias (muitas vezes sem laços consanguíneos ou de afinidade com

outros assentados) e a adequação às regras e ações coletivas contribuíam para acirrar qualquer desentendimento gerado entre os participantes nas reuniões. Assim, manter um bom convívio, mesmo aparente, com a vizinhança significava não iniciar discussões ou *bate-bocas* para muitos assentados.

O fato de não apresentarem performances públicas não significava que os assentados se tornassem simplesmente espectadores de seus próprios problemas. Ao contrário, a crítica se tecia por formas distintas, mais discretas, com cochichos e comentários irônicos ou com conversas reservadas nos bastidores, como a realizada pela presidente da Associação com os técnicos da EBDA. Naquela cena pública, ela não se manifestou contrária à casa de farinha coletiva, uma vez que uma das principais críticas dos “assentados produtivos” era a inexistência de produção agrícola no seu lote e, conseqüentemente, a ausência de mandioca na sua área individual.

Contudo, ela mobilizou argumentos em defesa da instalação do roldão para o benefício de todos os assentados, uma vez que a renda obtida com a comercialização do azeite de dendê retornaria para todas as famílias. Além da geração de renda, o escoamento, o beneficiamento da produção e a possibilidade de fornecer matéria-prima para a produção de biodiesel da Petrobras se tornavam justificativas pertinentes na avaliação dos técnicos da EBDA. Ao mesmo tempo, ela ponderou que a casa de farinha construída pelo senhor D. atenderia às famílias interessadas na produção de farinha, embora isso dependesse da boa convivência com o proprietário.

Em outra conversa realizada na casa do assentado A., onde o técnico da EBDA se reuniu com várias famílias a fim de preencher os formulários para o cadastramento do SIPRA, outro assunto embaraçoso surgiu: a suspensão do fornecimento de energia elétrica devido à falta de pagamento. Embora o Assentamento contasse com o fornecimento de água e energia elétrica, a maioria das casas estava com a *energia cortada* e o abastecimento de água intermitente. Em alguns casos, existiam dívidas pertencentes aos antigos moradores com a COELBA (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia). Já outros assentados não possuíam recursos financeiros para quitar suas próprias contas por causa do seu valor elevado. Apesar da suspensão do fornecimento do serviço, as faturas continuavam chegando mensalmente, além da tarifa referente ao Assentamento não ser classificada como rural conforme a presidente da Associação nos informou.

O técnico ouviu atentamente os relatos e se dispôs a acompanhar os moradores no escritório local da COELBA com o propósito de averiguar os valores elevados e reclassificar a tarifa para área rural a fim de obter um desconto nas próximas faturas. Entretanto, ele frisou que elas deveriam ser pagas, já que fizeram uso daquele serviço. Isso gerou indignações: “Como pagar? Ou pagar com o quê? ”, além de argumentações sobre a baixa renda familiar, a estagnação produtiva e econômica do Assentamento e a ausência de alternativas para a geração de renda das famílias, que precisavam buscar “trabalho fora do Assentamento para não passar necessidade”. O pagamento recebido dos *trabalhos fora* se direcionava para a compra de alimentos e itens básicos para suas casas, e não era suficiente para saldar aquelas contas. Os moradores ainda afirmavam que aqueles valores eram abusivos e injustos pelo serviço prestado, e que se sentiam lesados, visto que não tinham mais energia elétrica, e a dívida continuava a aumentar.

Nesse momento, a filha da moradora G. me chamou na cozinha para mostrar as bolsas em fuxico a fim de vendê-las. Logo em seguida, outras mulheres se juntaram a nós. A agricultora G. contou que não compreendia as razões daquele valor das faturas, já que não possuía muitos eletrodomésticos dentro de casa, somente uma geladeira, um rádio e uma televisão, e desabafou sobre sua *situação muito difícil*. “Se eu pagar uma conta de R\$50,00, eu não vou ter o que comer. Não tenho condições nem de pagar um botijão de gás. Este aqui foi meu irmão que veio e me ajudou”. Ela normalmente cozinha na área externa da casa com um

fogão a lenha improvisado, visto que utilizar o fogão a gás todos os dias representa uma despesa a mais no orçamento doméstico.

Além do trabalho na *roça*, descreveu as várias atividades desempenhadas para conseguir dinheiro, *pegava encomendas de fuxico e catado*. Mostrou o pacote de *catado*, feito com os caranguejos capturados no mangue para entregar aos restaurantes na cidade. Ainda vendia balas e doces na janela de sua sala para as crianças do Assentamento a fim de conseguir *uns trocados*, “só não tinha coragem de trabalhar *fora* [nas propriedades rurais]”. As outras mulheres ouviam e também concordavam com as dificuldades enfrentadas. Vale lembrar que todas se encontravam em condições financeiras muito parecidas. Após um silêncio momentâneo, o técnico a chamou na sala para assinar os formulários de recadastramento. Quando retornou à cozinha, mostrou seus primeiros trabalhos em fuxico, rindo dos arremates frouxos das costuras.

Sem um acordo prévio, os técnicos da EBDA não prolongaram a discussão. Entretanto, não intervieram também na possibilidade de resolução dessa situação. De qualquer modo, esse assunto somente foi retomado em outros momentos longe da presença dos técnicos para relatar as alternativas encontradas para o problema, que não foi resolvido formalmente no escritório da Coelba. A renegociação da dívida, a alteração da classificação da tarifa e as cobranças mensais permaneceram sem um encaminhamento, já que existia um receio de lidar com estas questões burocráticas diretamente com a Coelba, sem um porta-voz, além da impossibilidade de saldar parte ou totalmente as dívidas naquele momento.

A inadimplência dos pagamentos das faturas de energia elétrica, contudo, não afetava somente os assentados individualmente, mas a própria Associação, que se encontrava sem recursos financeiros para quitar as contas com a Coelba, o que acarretou o cancelamento do fornecimento de energia para o tratamento da água distribuída no Assentamento. Conforme nos informaram, “a água está caindo, mas não está sendo tratada, porque não tem dinheiro para pagar a energia”. Outro morador comentou que:

(...) essa água dá para o gasto, para lavar roupa, pro consumo dentro de casa, não para beber. (...) [a Coelba] cortou a energia, a energia de ligar o compressor para jogar o medicamento para tratar, a energia está cortada. Está com um débito grande aí. A bomba da água funciona, agora do compressor que é para jogar o medicamento para caixa, não. Então está vindo a água direto da fonte para a torneira (Entrevista com o morador T.).

Embora a água sem tratamento não fosse considerada de boa qualidade, ainda o fornecimento, às vezes, era interrompido, o que causava mais transtornos, pois os moradores precisavam buscar água para o consumo doméstico em *bicas* ou fontes ou utilizar somente a água armazenada proveniente de chuvas. Esse problema afetava diretamente também a possibilidade de cultivos das hortas, que exigem um fornecimento de água abundante e constante, apesar da região contar com precipitações frequentes no decorrer do ano. De qualquer modo, o Assentamento era considerado “atendido” em relação aos serviços de água e luz, apesar da precariedade, ou mesmo da interrupção, no abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica.

Para o técnico da EBDA, os moradores precisavam pagar “o que deviam para Coelba”, ainda que não tivessem condições financeiras naquele momento, remetendo para um plano do “dever cívico”. Já para os moradores, o que estava em jogo era uma escolha entre o direito ao acesso à água e energia elétrica ou a alimentação e bens básicos, por isso, se amparavam em outras moralidades, que remetiam à dimensão da sobrevivência ou da insegurança alimentar. Contudo, evidenciavam que eram “trabalhadores” exercendo diversas atividades para obter renda. Mesmo assim não tinham recursos financeiros suficientes para pagar aqueles serviços fornecidos. Em nenhum momento, no entanto, alguém se referiu à possibilidade de contestar

judicialmente a classificação da tarifa ou mesmo pleitear a tarifa social de energia elétrica, por exemplo.

Embora possamos considerar que essas reuniões não se apresentassem como plenamente participativas e democráticas, pelos desdobramentos nos seus bastidores ou na forma de condução e participação dos moradores, não podemos negar que eram momentos e lugares não somente para decidir (em parte) ou debater temas relacionados ao grupo, mas também demonstrar as alianças e as disputas internas, os interesses e os dramas coletivos, além de evidenciar as múltiplas lógicas dos atores. Ali, retratavam suas vidas cotidianas e seus interesses, mesmo pessoalizados, para que os técnicos da EBDA pudessem ecoar de alguma forma em outras instâncias suas demandas, suas *necessidades* e seus direitos, não sendo mais totalmente invisíveis frente ao Estado.

Ser reconhecido como “assentado”, portanto, representou também alçar ou pleitear a condição de “cidadão” ou estabelecer, ainda que minimamente, um diálogo ou um contato com o Estado e suas instâncias para que pudessem buscar ações públicas para situações problemáticas vividas, embora o longo tempo de espera os levassem, muitas vezes, a buscar soluções distante dessas arenas. Desse modo, podemos extrapolar e refletir se nos deparamos com uma espécie de “cidadania regulada”, como Santos (1979, p. 75) ressaltou em relação aos direitos e benefícios obtidos pelos trabalhadores brasileiros após 1930, no governo de Getúlio Vargas, onde eram considerados “cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas em lei*”. Além do acesso ao direito previdenciário, as reclamações trabalhistas apenas poderiam ser apresentadas às Juntas de Conciliação e Julgamento pelos empregados sindicalizados, ou seja, somente esses trabalhadores regulamentados poderiam ser associados a sindicatos, que deveriam ser reconhecidos pelo Estado. Logo, a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público constituíram os três parâmetros da definição de cidadania, que não se amparou “em um código de valores políticos” universalistas, mas sim em um “sistema de estratificação ocupacional” definido por normas legais, como esclarece o autor.

Agora, podemos pensar que o acesso aos direitos, o reconhecimento legal e político, a visibilidade de suas demandas e das situações problemáticas enfrentadas ou a existência de intermediários ou porta-vozes (mesmo externos) não se baseiam tanto em uma hierarquia entre as ocupações e as profissões regulamentadas, distinguindo o acesso aos direitos e serviços básicos segundo a posição de cada um, mas sim no fato de “ser associado a uma nova modalidade de identidades públicas reconhecidas como legítimas pelos olhos do Estado e seus intermediários”, conforme pondera Mota (2011, p. 258). Em outras palavras, uma identidade que acentua as particularidades pode legitimar novos argumentos ligados a costumes, sociabilidades e especificidades, como aponta Medeiros (2015).

Os moradores do Assentado Argemiro Mendes de Oliveira, agora, assentados da reforma agrária, não eram mais conhecidos somente como “trabalhadores rurais” ou “agricultores familiares”, como a maioria da população rural nas mais de 50 comunidades rurais do município, das quais conhecemos algumas no decorrer do trabalho de campo. Estes agricultores familiares e/ou trabalhadores rurais vivendo, muitas vezes, em condições muito precárias, enfrentando também situações problemáticas e problemas sociais, permaneciam ignorados e invisíveis nas arenas públicas, sendo que sua interface com o poder público ou ações públicas se restringiam ao acesso a algumas políticas sociais de combate à pobreza e à fome ou à “ajuda” de políticos locais.

Assim, “ser assentado” possibilitava que se tornasse “público prioritário” da categoria agricultura familiar e, por isso, ampliava a incidência de políticas públicas específicas ou a existência de órgãos públicos que lidavam (mesmo com limitações) com suas demandas de forma particularizada. Como tratamos no decorrer do capítulo, isso não significa que os assentados tivessem seus pleitos e suas denúncias simplesmente acatadas e resolvidas por ações

públicas, contassem com acesso e incentivo a fim de participar e se envolver ativamente nas arenas públicas, ou não tivessem que lidar com relações pessoalizadas, dependendo de favores especialmente com a municipalidade e as “promessas” de políticos locais. Ao contrário, defrontavam-se com enormes dificuldades de efetivação dos dispositivos legais e das políticas públicas direcionadas às suas particularidades, porém existia um canal de interlocução ou uma conexão “a mais”, apesar dos custos envolvidos no reconhecimento como “sujeito de direito”.

3 COMUNIDADE QUILOMBOLA BARROSO

Entrando pelo Povoado do Orojó, seguíamos pela rua principal de paralelepípedos até a estrada de terra que nos levava à Comunidade Quilombola Barroso, ou mais conhecida como Barroso. Com relevo íngreme e 11 km de estrada em péssimas condições de tráfego, especialmente nos períodos de chuva, observamos, nos pontos mais elevados, uma cobertura vegetal extensa, onde havia ainda pontos de *mata* preservada, segundo nossos interlocutores. Pelo caminho, ainda existiam diversas fazendas com seus nomes em destaque nas porteiras e logo, as *roças* de cacau se tornavam a paisagem predominante.

O Barroso está localizado na região mais distante da sede do município e do litoral, denominada Varjão⁶⁵, onde predominavam grandes fazendas produtoras de cacau (SASOP, 2003). O trajeto da sede do município até a Comunidade levava, em média, de quarenta minutos até uma hora ou mais, dependendo das condições da estrada e dos meios de transporte utilizados. As motocicletas eram o transporte mais frequente, no entanto muitos caminhavam até o Povoado do Orojó a fim de pegar ônibus ou vans que seguiam para a sede de Camamu, quando precisavam *ir à cidade*. Conseguir uma carona nos automóveis que circulavam ali também era uma prática muito comum para se percorrer a longa estrada.

Ao chegar próximo à Comunidade, logo os acenos de cumprimentos de moradores se tornavam frequentes principalmente quando acompanhávamos a equipe técnica do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), responsável pela assistência técnica na localidade. Dessa forma, encontrávamos casas contíguas à estrada de terra, tendo ao redor pequenas hortas, plantas medicinais, uma diversidade de árvores frutíferas. Recentemente, alguns moradores começaram a criar galinhas para o consumo e, eventualmente, comercializavam.

Apesar da “crise do cacau”, o cacau permanecia como o principal produto agrícola para a comercialização, seguido pelo cravo e pela mandioca. Dependendo do tamanho da propriedade, a *roça* de cacau poderia estar adjacente à residência ou localizada em outra área pertencente à família, mais distante. Além disso, a Comunidade contava com uma escola de ensino fundamental (até a quarta série), uma capela da Igreja Católica, uma casa de farinha mecanizada e uma pequena *venda*.

A Comunidade do Barroso é constituída por trinta e cinco famílias, das quais a maioria possui laços de parentesco, ou seja, “aqui todo mundo é meio parente”, como a moradora A1 nos explica. O acesso à terra decorre, principalmente, destas relações fortalecidas por casamentos e afinidades, o que colaborava também para a subdivisão do tamanho da propriedade e, portanto, da redução da área cultivável. As famílias extensas eram uma composição comum, mas mesmo as famílias que se organizavam, no seu dia a dia, como um núcleo familiar (pai, mãe, filhos) residiam em casas próximas aos pais ou irmãos. Devido à impossibilidade de ampliar as áreas de cultivos e à “crise do cacau” da década de 1990, a maioria das famílias tinham irmãos, filhos, sobrinhos e tios, oriundos dali, que haviam se deslocado em busca de trabalho para os grandes centros urbanos, como São Paulo e Salvador, ou que residiam em localidades próximas (rurais ou urbanas) e na sede do município de Camamu. De qualquer modo, suas trajetórias pessoais eram interligadas fortemente com o cultivo do cacau e à localidade do Varjão.

⁶⁵ A região do Varjão delimitada no documento “Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar em Camamu” elaborado pelo SASOP (2003), como já indicado no capítulo 2, abarca diversas comunidades, inclusive o Barroso e uma com o próprio nome “Varjão”. Quando nossos interlocutores se referirem a “Varjão” trata-se da localidade atual e não da região como todo.

3.1 “Esse Barroso era feio e o Varjão parecia uma cidade”

A partir do documento elaborado pelo SASOP (2003b) “Diagnóstico Rápido Participativo em Agroecossistemas na Região do Varjão” e das entrevistas realizadas com alguns dos moradores mais antigos, recompomos, aqui, a história e a trajetória compartilhada pela maioria das famílias da Comunidade do Barroso. Compartindo a mesma memória coletiva, suas lembranças remontavam a períodos sem datas específicas, identificados pela referência a determinados marcadores temporais, como por exemplo, “antes da vassoura, muito antes da vassoura” [crise da vassoura de bruxa] e reproduziam lembranças e histórias narradas pelos seus pais, avós e familiares próximos, ou melhor, “o que o povo contava, porque eu era muito pequena”, como nos alertou uma das antigas moradoras dali.

De qualquer modo, a história dos seus ancestrais com aquele território, que nos foi sendo transmitida, aos poucos, pelos moradores do Barroso, não pode ser interpretada somente como parte de um esforço de atualização de seus próprios vínculos e pertencimentos pessoais e coletivos, estando associada também a todo um conjunto de narrativas e de justificações que buscavam significar e amparar suas reivindicações e seu reconhecimento como comunidade quilombola. Ressaltamos, da mesma forma que D’Odwyer (2002, p. 17), que essa referência a uma “origem comum” pode parecer, a princípio, uma recuperação da noção de quilombo tal como definida pela histografia. Contudo esse passado, ao qual os membros deste coletivo se referiam, significava muito mais do que uma memória coletiva, no sentido da ciência histórica, figurando, “portanto, [como]uma história que pode ser igualmente lendária e mítica”.

Acompanhamos, dessa forma, os percursos traçados por alguns dos moradores mais antigos do Barroso, que nos contaram que “todo o movimento dali era [na localidade] do Varjão”, onde as terras “com fama de boas e férteis” atraíram a população do município e do entorno, inclusive “escravos fugidos” ou mesmo aqueles “que aguentaram ainda trabalhar, quando acabou a escravatura” (Entrevista com o morador A2). A produção agrícola e a economia da região antes do cultivo intensivo do cacau eram baseadas nas lavouras de cana de açúcar, café e mandioca, como retratamos no capítulo 2, tanto que havia um local próximo do Barroso denominado Pedras⁶⁶, “onde tinha um engenho, hoje não tem mais, tem um tanque que diz que foi do período da escravatura”. Além deste, era possível encontrar as ruínas de outro tanque antigo e imenso localizado em uma área próxima do Barroso, denominada Olho Roxo, onde existia uma casa de farinha.

O pessoal botava na cabeça que tinha muito peixe. Eles iam abriam aqueles tanques, que era para aquela água secar e pegar os peixes, mas eu mesmo fui visitar aquele local. Estive até no local onde era a casa de farinha, mas hoje está aquele matão medonho, não é mato fino não, já virou aquele capoeirão. Só sabe mesmo as pessoas que passou por lá, esse lugar é chamado Olho Roxo, onde teve, não tem, mas o tanque não está mais perfeito, mas tem aquele tanque, e o mato já cobriu. Agora é mato de derrubar de motosserra, porque hoje ninguém mais usa machado (Entrevista com o morador A2).

Afora estas indicações de ocupação remota daquelas terras, nosso interlocutor A2. descreveu que os próprios antepassados da esposa, com 76 anos no período em que realizamos a pesquisa de campo, eram uma das famílias mais antigas da região e do próprio Barroso e descendiam de escravos, conforme nos relatou:

Os parentes dela por parte de mãe era tudo descendente de escravo. Ela teve parente mesmo. A mãe dela teve parente chegado que era escrava. Trabalhava nesse engenho, que tinha aqui na região, era tataravó dela que foi escrava. Quando veio a

66 Aqui, mantemos os nomes originais para condizer com a história da localidade.

alforria se libertou. Um tio da minha esposa tinha aquele negócio, tinha o feitor, aqueles negros que eram livres, mas eles ficavam ali na fazenda. Então, eram os feitor, quando os negros fugia, eles saiam atrás para capturar aqueles negros para levar de volta. Aqui, próximo passa o rio do Orojó, então diz que aqueles negros fugiam de lá do Acaraí e vinha se embrenhar aqui nessas matas para se esconder, para ver se eles se livravam. O rio Orojó era um rio grande e tinha muito peixe naquela época. Eles ficavam na beira do rio, fazia o fogo, ficavam pescando e matando caça, mas quando pensava que não, eles eram capturados. Então esse tio mesmo que parece ser segundo da minha mulher, era o feitor. Ele já era um preto de certa idade, ele veio capturar aqueles negros, e quando ele chegou aí, os negros conseguiu dominar ele. Mataram ele e jogaram ele dentro de um rio, de uma cachoeira de nome Isabel, onde hoje é o assentamento da Dandara (entrevista com o morador A2).

É importante destacar que muitos dos fatos narrados por esse morador não se baseavam somente nas histórias e lembranças contadas e repassadas pelas gerações, mas também nos registros pessoais de sua sogra, já falecida. Ela possuía “um arquivo de tudo o que se passou nessa região, está lá anotado. A velha morreu, a filha [sua esposa] continua: em tal ano aconteceu isso, isso, isso. (...) É uma grossura assim. Toda história daqui está anotada naquele livro”. Além deste *arquivo*, sua esposa ainda guardava muitas relíquias familiares, como uma

(...) cadeira que era dos escravos carregar as senhoras. Os escravos em Camamu carregavam elas para a igreja, levava elas para visitar as amigas, tudo, ela sentada naquela cadeira. A minha sogra conseguiu aquela cadeira, ela está boa ainda, só que L. disse que ela tinha as gavetas e tudo, mas aquilo tudo, as gavetas se destruiu (Entrevista com A2)

Tanto esta cadeira como outras peças históricas despertaram o interesse de algumas pessoas, quando sua existência foi divulgada. Segundo o morador, ofereceram R\$ 1500,00 por uma espora antiga, no entanto “não é de vender não”. Todos estes objetos serão doados para o “Museu Quilombola”⁶⁷ do Barroso, que estava sendo planejado para abrigar todos os objetos desta família e outros pertences antigos das famílias da Comunidade ainda guardados, contribuindo para recompor as memórias e a trajetória da localidade. Estes artefatos remetiam às histórias transmitidas ao longo das gerações a respeito da ocupação daquelas terras e da herança da escravidão, tendo como função também fundamentar e reivindicar seus direitos sobre aquele território.

Todavia, ressaltamos que embora o termo quilombo contenha um conteúdo histórico, não estamos buscando aqui “resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica” (ABA, 1994, *apud* O’Dwyer, 2002, p. 18). Isso significa que percorrer essa trajetória de ocupação não objetiva encontrar indícios materiais ou ruínas antigas de ocupação daquele território, como uma escavação arqueológica. Como nos alerta Almeida (2002, p. 63) devemos nos libertar das definições “frigorificadas” que remetem a ideia de quilombo aos períodos colonial e imperial ou mesmo da legislação republicana, que ignorou o termo acreditando que o problema tinha sido encerrado com a abolição da escravatura.

O importante, como iremos abordar no decorrer do capítulo, é resgatar um conjunto de práticas que se apoiam em laços duradouros de solidariedade e reciprocidade criando um sentimento de identidade étnica e participação comunitária. O pertencimento ao grupo emana da “construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos” (ALMEIDA, 2002, p. 74). Assim, o documento⁶⁸ elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1994,

⁶⁷ A ideia de instalação de um “Museu quilombola” surgiu a partir de uma viagem promovida pela Koinonia a outras comunidades remanescentes de quilombo, onde conheceram um museu em uma delas.

⁶⁸ Para algumas ponderações sobre essa definição elaborada neste documento, consultar Arruti (2008).

considera, ao discutir conceitualmente a categoria quilombo que

(...) não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (ABA, 1994, *apud* O'Dwyer, 2002, p. 18).

Assim, o termo quilombo⁶⁹ vem sendo “ressemantizado” pela literatura especializada e pelos próprios grupos e indivíduos a fim de abarcar as diversas situações dos “segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil” (ABA, 1994, *apud* O'Dwyer, 2002, p. 18). Por isso, o termo configura disputas e controvérsias públicas, como toda definição “com pretensão classificatória”, dispondo de uma multiplicidade de sentidos, entendimentos e interesses nos mais diversos níveis e interações sociais (ALMEIDA, 2002).

Frente às múltiplas abordagens e interpretações, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)⁷⁰, da Constituição Federal de 1988, evoca uma “identidade histórica que pode ser assumida e acionada na forma da lei” (O'DWYER, 2002, p.14). É isso que o torna “um dispositivo mais voltado para o passado e para o que teria ‘sobrevivido’ sob a designação formal de ‘remanescentes das comunidades de quilombo’”, conforme alude Almeida (2002, p. 46). O adjetivo “remanescente” do artigo 68, portanto, deve ser problematizado por permitir algumas interpretações aludindo à ideia de resíduo, aquilo que sobreviveu ou sobrou do passado. Apesar dessas ponderações, a emergência do termo “quilombo” como categoria legal, a partir da promulgação da Constituição e a retomada das mobilizações do campo após 1988, “nas quais o fator étnico foi publicizado e tornado um componente dos critérios político-organizativos” (ALMEIDA, 2002, p. 46).

Da mesma forma que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de junho de 1989, ratificada pelo Brasil em 2002, se baseia na autodefinição ou autoatribuição dos atores sociais contemplando diversas trajetórias e situações sociais, devemos levar em conta como os grupos elaboram sua própria noção de quilombo, que repousa em uma experiência histórica específica e critérios de legitimidade próprios do grupo (ALMEIDA, 2002; O'DWYER, 2002). Portanto, “a categoria quilombo como objeto simbólico representa um interesse diferenciado para os diversos sujeitos históricos, ‘de acordo com sua posição em seus esquemas de vida’” (O'DWYER, 2002, p. 21).

Sob essa perspectiva, muitos moradores do Barroso se autodefiniam e autorepresentavam como *quilombola* com base na “história de vida que a gente teve, trabalhando em fazenda [de cacau]. (...) porque, hoje, a gente se identifica como quilombola, porque a gente era escravizado”. Procedendo de outro município da região, a moradora A1 explica que chegou no Barroso há mais de trinta anos, sendo que sua história e trajetória familiar eram semelhantes com as daquele *povo* e assim, a “gente se identificou com o povo daqui. Esse povo estava sofrendo, já tinha fugido lá do Varjão, não queriam mais trabalhar para os fazendeiros [de cacau]”.

Desse modo, “sinais e emblemas considerados socialmente significativos pelo grupo” vão sendo tecidos na configuração de uma identidade coletiva, que será mobilizada frente às interlocuções e as lutas com outros atores sociais com os quais interagem (O'DWYER, 2002). Por isso, a maioria dos moradores do Barroso consideravam que “o início de tudo foi o cacau, pois o cacau é a nossa origem” (SASOP, 2003b) ou citavam a Comunidade do Varjão como

⁶⁹ O termo quilombo, como conceito jurídico-formal, foi definido, em 1740, como uma resposta ao rei de Portugal em virtude de uma consulta feita ao conselho Ultramarino. Para maiores detalhes, consultar Almeida (2002).

⁷⁰ Este artigo estabelece que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”

local de suas *origens*, já que a ocupação mais intensa da área atual da Comunidade do Barroso ocorreu no período posterior à década de 1970. Como agricultores, o cultivo do cacau estruturou e representou um marco em suas vidas, assim se recordavam “da chegada do cacau”.

(...) o pessoal foi abandonando a cana, foram morrendo os mais velhos, e os mais novos foram abandonando a cultura da cana. A mandioca permaneceu, permanecia direto, ela era direto. A cana de açúcar foi diminuindo aqui, até que foi extinta. Ficou o café, mas foi implantando a cultura do cacau e também foi abandonando o café. Ficou no quintal o café (Registro do depoimento no diário de campo da moradora D.).

Outra antiga moradora L. também rememorava que já tinha “catado muito café” nas propriedades vizinhas, todavia “foi acabando, acabando e foi só ficando o cacau”. Nosso entrevistado A2. nos relatou que foi “uma pessoa de fora, da região do Arraial (...) que trouxe a primeira semente de cacau”, sendo que “no Varjão, tem roça de cacau com mais de 100 anos” como afirmaram os participantes do Diagnóstico realizado pelo SASOP (2003b).

Em 1976, eu cheguei para aqui, só que aqui, em 1976, era um lugar que nem falado era. Isso aqui tinha sido dos pais dela [da sua esposa], então se o pai dela estivesse vivo hoje estaria com 116 anos. (...) Só que esse Barroso, poucas pessoas, pouquíssimas pessoas habitavam aqui. Nesse caso, eu conto os moradores que tinha aqui. Tinha aqui a minha sogra, que morava aqui, ali na saída tinha outra pessoa quer era compadre da minha sogra. (...) Era aqui, N., C., G., pronto. Era uma, duas, três, quatro casas que tinha aqui. Os outros foram chegando depois (Entrevista com o morador A2).

Na realidade, as terras do Barroso eram consideradas poucos férteis em relação às do Varjão, ou seja, “diziam que não prestavam para o cacau”, por isso, eram baratas e muitos trabalhadores conseguiram comprar um *pedacinho*, porque “aqui era só mata, não tinha nada. Esse Barroso era feio e o Varjão era uma cidade” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora L.). Outra moradora A1 nos narrou que havia “fazendeiro que tinha muita terra, chegava até dar” para aqueles que eram “compadres para ir morando e ali ficou”. Ainda explicou que a denominação Varjão deriva de “vargem ou várzea, um lugar baixo [que] quando chega a época de inverno, alaga e fica tudo cheio de água, então era uma terra muito fértil”.

Já no Diagnóstico elaborado pelo SASOP (2003b), encontramos várias descrições dos participantes sobre a fertilidade dos solos: “naquela época as terras eram úmidas. Hoje é tudo seco”, ou “Antigamente o terreno era muito fértil mesmo, pois existia a floresta. Com dois, três anos o cacau já estava produzindo” ou “antes, cacau dava até na raiz. Quando se fazia uma ruma de cacau, ninguém via quem tava no outro lado. Fazia aquela pilha brava. Trinta, quarenta caixas”. Com boas condições para o plantio,

(...) não se plantava cacau no alto. Era só nas baixas e nos boqueirões. Com o financiamento foi que expandiu, foi plantado no seco. Antes, alguns agricultores jogavam o feijão junto com o cacau, e nascia os bolos. Macaco também era dono de roça. Era quem plantava. O agricultor só fazia zelar (SASOP, 2003b).

Na realidade, a moradora A1., nos relata que, muitos posseiros daquela área do Varjão se tornaram empregados nas fazendas ou foram expulsos pelas famílias mais ricas e poderosas do município, as quais se apoderaram daquelas terras. Outro morador explica que “terra naquela época era comprada de boca. Os fazendeiros chegavam e iam colocando a cerca”. Desse modo, os proprietários atuais destas áreas no Varjão “vieram de Camamu, todos eles moram em Camamu. D. S., a família Q., essa parte boa, que começa daqui até no Lameiro e vai até o Varjão. (...) A. N., que a mulher dele é prima dos Q. É tudo desse povo, pertence a eles essas fazendas”. Os relatos registrados no diagnóstico do SASOP (2003b) também ilustraram outras

situações de usurpação das terras:

Muitos dos que estão aqui hoje são herdeiros de A. S., grande fazendeiro que tinha comercio em Acarai. O trabalhador começava a fazer as compras fiado e seu A. sempre estimulando a levar mais. Não tinha banco. Os comerciantes era quem fornecia empréstimo. Quando sabia que um agricultor, tinha uma roça boa. O dono desta roça era o seu freguês favorito. Ele comprava os fardos de 60kg. A dívida crescia e muitas vezes, na roça não produzia. O Seu A. dizia que estava acochado, e cobrava o agricultor que pagava com o seu único bem: a sua terra. Foi assim que ele fez fortuna. Vendendo fiado a todo povo da zona cacauera. Hoje os filhos, D. de S., e mais outros são os grandes que estão aí (Entrevista com a moradora A1).

Como Demeter (1997, p. 175) chama atenção, o aumento da produção cacauera decorria mais da incorporação de novas áreas do que pela “evolução tecnológica ou gerencial” principalmente na década de 1970, o que representava a exclusão de grande parte da população e o aumento da concentração de terras na região. Desse modo, estruturou-se uma elite dominante constituída por fazendeiros (empresários e grandes proprietários rurais) e grandes comerciantes. Os trabalhadores rurais e seus descendentes, que forneciam mão de obra para as fazendas, eram impedidos, na maioria dos casos, do acesso à terra. Ainda nessa estrutura, existiam “os detentores de pequenas posses de terras que eram destinadas à subsistência, sendo constantemente vitimados às ações expropriatórias por parte da oligarquia rural”. Com a hegemonia sobre a política e a econômica na região, além de influências nas estruturas do Estado, observamos que a legitimidade da propriedade da terra permaneceu inalterada (FREITAS, 2009, p. 109).

Assim, outros cultivos, tais como o feijão, o milho e a mandioca, se direcionavam somente para o consumo doméstico. Já algumas famílias se dedicavam e viviam do cultivo da mandioca para a produção de farinha na região do Varjão. A moradora L. nos relatou que conseguiu comprar seu *pedacinho de terra* ali na Comunidade “com dinheiro de farinha”, ou seja, produzia e vendia *na rua*. Já no diagnóstico realizado pelo SASOP (2003b), os participantes afirmaram que era “a mandioca quem sustenta(va) o paradeiro do cacau (...) E as mulheres, algum tempo atrás, eram as enfrentantes desse trabalho”. Contudo, os cultivos para subsistência não necessitavam de maiores cuidados tanto que “não se plantava feijão”, simplesmente “era jogado em pedacinhos de capoeira fina, e pegava”. Depois “semeavam o milho”,

(...) cortava aquele mato como um todo, cortava, pipinava e deixava. Quando o feijão nascia, a gente ia arrancar. Tinha muito feijão mesmo. Hoje que é plantado, tudo adubado, e não tinha adubo não, ninguém nem falava em adubo, nem sabia o que era adubo. Milho, feijão, essas coisas, mandioca, mandioca era pouca. Eles não vivam de mandioca, porque eles tinham o cacau. Mas, às vezes, quando tinha uma terrazinha, plantava para comer, fazia farinha para comer, mas não vivia de mandioca (Registro do depoimento no diário de campo da moradora L.).

Se não despendiam de tempo com estes cultivos, a produção, a colheita, a secagem e o transporte do cacau demandavam de muito trabalho e dedicação. Para a secagem do cacau era construído um “extrato de taboas [estrado de tábuas] e estufa de esteira [de bambu]” ou se “fazia uma vala, colocava um flande [folha de flandres] em cima, onde botava o cacau, e abria um buraco na frente, onde tocava o fogo”⁷¹ (SASOP, 2003b). Já o transporte para a comercialização do cacau era realizado por burros, ou melhor, pelas tropas de burros que seguiam para o Acarai, um dos principais pontos de comercialização de produtos da região, onde se encontravam

⁷¹ Quando as amêndoas do cacau não eram secadas no terreiro no período do inverno, por exemplo, se construíam estes artefatos com a mesma função de uma estufa.

vendas grandes, negociava-se o cacau e comprava-se outras mercadorias, tais como carne, açúcar, café e sal.

Naquele tempo para ir para Camamu, era um sufoco. Tem uma serra aqui que chama Serra do Cavaco. É a serra mais alta que tem aqui na região. Uma serra medonha, leva quase uma hora subindo aquela serra. Naquele tempo era cavalo, era burro, naquele tempo aqui, meu sogro mesmo tinha quatorze burros, que tinha que ter muito animal. Isso que ele era um pequeno fazendeiro, e os grandes fazendeiros era trinta, quarenta, cinquenta animal para se conduzir os produtos do cacau (Entrevista com o morador A2).

Assim, era preciso sair às quatro ou cinco horas da manhã a fim de chegar ao meio dia no Acarai e “muitos iam para dormir, porque era mata pura, ninguém ia andar de noite. Ninguém era doido de andar de noite. Dormia no Acarai. Outro dia vinha embora. Tinha lugar que tinha pasto para alugar para as pessoas, as pastarias” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora L.). Apesar dos dispêndios decorrentes deste transporte, às vezes, os valores pagos para as arrobas de cacau eram irrisórios ou os próprios comerciantes não queriam comprar frente à grande oferta. Como consequência, o cacau era jogado dentro do rio Acarai, visto que não era usual retornar com as cargas de cacau para as fazendas.

Apesar disso, nessas lembranças, a opulência e o poder dos fazendeiros do cacau cresciam cada vez mais, gerando abusos, violações e desmandos sobre os trabalhadores rurais e a população do entorno. Os relatos sobre episódios de violência, desaparecimentos e mortes de trabalhadores da região cacaueira que cometessem qualquer ato contrário às ordens e interesses dos *patrões* eram recordados por diversos moradores. As narrativas mais reiteradas se referem a humilhações sofridas, uma vez que “os fazendeiros pisavam mesmo nos pobres”. Muitos ressaltaram também o pagamento injusto pelos serviços prestados, muitas vezes, dos quais recebiam somente “comida ou alguma besteirinha” como forma de pagamento. Uma das nossas entrevistadas pondera que existiam “fazendeiros bons, mas tinham muito ruins”,

(...) muitos tinham aquele rancor, assim, de rico. Os pobres, eles faltavam pisar, inclusive tinha muitos aí, que (...) quando via as pessoas, aqui, tinha um degrau, tinha um bocado de lama, as poças, ele ia com o burro e você não podia passar aqui. Você arredava logo, porque sabia que você ia se molhar todo. Assim mesmo, [ele] esporava com o burro, pê, pê, pê e andava contínuo (Registro do depoimento no diário de campo da moradora L.).

Se dar passagem aos fazendeiros nas estradas era uma atitude quase obrigatória para os “pobres”, os trabalhadores se sujeitavam a condições piores dentro das fazendas, já que “não tinham direito a nada”. Muitos dedicavam toda sua vida ao trabalho nas fazendas, “quando chegava a idade, não aguentava mais trabalhar, saía da fazenda para pedir esmola na cidade” (Registro do depoimento no diário de campo do morador D.). Por isso, uma afirmação recorrente dos nossos interlocutores sobre este período era que “acabou a escravidão, mas continuava sendo escravizado nas fazendas de cacau”. Como as *autoridades* do município, ou seja, os prefeitos e os delegados se omitiam ou consentiam com as atitudes dos grandes fazendeiros, sendo que muitos também eram proprietários dessas áreas, “os trabalhadores rurais não tinham nenhuma vez” (Entrevista com o morador A2).

Naquele momento, o contingente de trabalhadores rurais provinha da região de Camamu e também do *Norte*, os *nortistas*, referindo-se nesse caso as pessoas que procediam de outros estados da região Nordeste, muitas fugindo da seca ou simplesmente buscando trabalho. Como a lavoura de cacau exigia uma grande demanda por mão de obra, por pelo menos oito a nove meses ao ano, houve um intenso crescimento demográfico na região cacaueira (DEMETER, 1997). De qualquer modo, as narrativas sobre as histórias das brutalidades cometidas contra

estes trabalhadores rurais eram difundidas em toda região cacauzeira, como pude registrar através de relatos colhidos junto aos moradores do Barroso:

E muitos deles [os trabalhadores das fazendas] que deixavam as famílias na cidade deles de origem, na hora de ir embora não tinha como sair da fazenda. O dinheiro muitas vezes era botado na boca da repetição [tipo de espingarda]. O fazendeiro fazia a conta dele, terminava, pegava o dinheiro e botava na boca da repetição e mandava ele pegar o dinheiro. Ele não ia perder a vida, saía e não recebia nada por aquele trabalho. Outros que pagavam, o jagunço já estava lá na frente esperando. Quando aquela pessoa saía da fazenda, quando chegava lá na frente, já estava o jagunço esperando, matava, pegava o dinheiro, arrastava e jogava dentro do córrego. Os urubus comiam, e ninguém se manifestava nada, porque não podia se manifestar, porque era uma elite apoiada pelo governo (Entrevista com o morador D.).

(...) um grande fazendeiro e o cara era delegado, daqueles delegados calça curta. Ele mandava prender as pessoas nas estufas. Botava na estufa quente, a estufa estava com cacau. Qualquer pessoa que ele odiasse, pegava, botava na estufa e trancava. Quando o cara estava molhado de suor, o rio passava aqui na beira da estufa, ele pegava o sujeito e jogava dentro da água e obrigava o sujeito a cair dentro daquela água gelada. Quer dizer, o cara estava ali, naquele calor brabo, então muitos deles morreram e ficava por isso mesmo. Nada ia contra ele [o fazendeiro] (Entrevista com o morador A2).

Mesmo aqueles trabalhadores rurais e suas famílias, que não sofreram diretamente as truculências ou as represálias dos patrões, avaliam que forneceram mão de obra para construir *impérios* e que, no entanto, sua dedicação nunca se reverteu em nenhum benefício ou conforto para suas famílias. Ao contrário, passaram-se as gerações e permaneceram sem obter nenhum patrimônio.

(...) os meus avós, tanto os pais da minha mãe, como os pais do meu pai, a gente nasceu em fazendas. Eles nunca tiveram terras, sempre assim. Meu avô me contou (...) que eles nunca tiveram nada. Ele nasceu, os pais dele nasceram, e se criaram nessa vida, trabalhando para os outros. Quando ele estava bem doentinho, ele dizia que trabalhou tanto e nunca teve nada. Não ia deixar nada para a mulher dele, não ia deixar nada para os filhos dele. Eu sempre converso com o meu pai, que parece que vai morrer na mesma situação, não tem uma casa, não tem nada. Ele diz quem trabalha para os outros, não tem nada (Entrevista com a moradora A1).

Dessa forma, a trajetória familiar da maioria dos moradores da Comunidade do Barroso, conforme evocada nessas narrativas, apresenta uma série de pontos convergentes. Seus pais ou seus avós, ou eles próprios, procederam das fazendas de cacau do Varjão ou da região cacauzeira. Com muita *luta*, conseguiram comprar um *pedacinho* de terra naquela localidade. Alguns receberam a terra de parentes ou compadres, já outros vieram morar junto aos familiares. No entanto, todos descreveram as *dificuldades* enfrentadas nas fazendas e também, nos primeiros anos, morando no Barroso, quando eles ou seus pais *botaram* as primeiras *roças* de cacau, “passaram fome”, sendo que alguns comeram “até cacau verde”. Naquele momento, sua alimentação se baseava especialmente na caça e na pesca, ou melhor, “tinham pessoas que viviam do mato”, visto que havia uma abundância de animais e peixes nas matas e nos rios e, “antigamente, não tinha esse negócio de proibição”. Outra *dificuldade* inicial, que permanecia de alguma forma até os dias atuais, era o acesso a água. Nem todas as propriedades, tinham fontes ou nascentes de água na sua área para o abastecimento doméstico ou mesmo para o cultivo de hortas, por exemplo.

Com o passar do tempo, “foi chegando as pessoas, foram fazendo as casas” e “as coisas foram desenvolvendo mais, as coisas foram clareando”. “E aqui [no Barroso] está quase um povoado! Agora, o Varjão está feio, abandonado, aquelas roças tudo abandonadas” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora L.). Assim, os moradores mais antigos, observavam a ocupação daquela área e a expansão do cacau naquelas terras que eram consideradas *fracas*. No entanto, os moradores e o próprio agricultor A3, que encontrou a “primeira vassoura de bruxa na plantação de cacau do sogro” no Barroso, não imaginavam que acompanhariam e enfrentariam a maior crise vivida por *ricos* e *pobres* da região: a vassoura de bruxa⁷².

3.2 “Quando veio a vassoura, arrasou tudo!”

Desde a década de 1980, a tendência declinante dos preços do cacau no mercado mundial devido ao aumento dos estoques internacionais indicava que a crise enfrentada poderia ser conjuntural e cíclica, como se presenciou em 1930 e 1957, uma vez que o aumento de 235% da produção na região cacauzeira naquela década mais a concorrência acirrada com outros polos produtores, como Malásia e Costa do Marfim, gerou um descompasso entre o ritmo da produção e do consumo (FREITAS, 2009).

No entanto, as estiagens nos anos de 1987 e 1988, aliadas à proliferação da vassoura de bruxa levaram à destruição das lavouras de cacau, ao intenso endividamento e, conseqüentemente, à falência dos seus produtores. Isso decorreu por meio da extinção do “penhor agrícola” no Governo Collor que não renegociou os prazos a fim de adiar os pagamentos atrasados das dívidas junto ao Banco do Brasil e pela exigência da hipoteca dos imóveis aliada à indicação de avalistas para a concessão de novos empréstimos. Dessa forma, muitos produtores de cacau “se desfizeram de suas propriedades, outros as abandonaram ou então as utilizaram como títulos para pagamentos das dívidas existentes” (FREITAS, 2009, p.115).

Por isso, moradores do Varjão e do Barroso consideravam que, a partir do início dos anos 1990, quando a vassoura de bruxa atacou realmente as plantações de cacau na região, “fez igual as torres dos Estados Unidos que derrubaram. Os grandes foram os primeiros a caírem” (SASOP, 2003b). Não foram apenas os grandes fazendeiros, mas toda a população rural desde os agricultores familiares até os trabalhadores rurais que sofreram as implicações do colapso produtivo. Com a redução acentuada da produção, já que “teve até agrotóxicos, várias coisas e nada resolvia”, muitos fazendeiros alegaram que os valores de venda não compensavam os custos de produção e, por isso, demitiram seus empregados. Demeter (1997, p. 181) esclarece que a diminuição ou o abandono dos tratamentos culturais rotineiros e a queda do volume produzido reduzia a necessidade de “braços” para as colheitas.

Assim, os investimentos e as renovações nas lavouras se arrefeceram e as “fazendas foram se acabando (...) teve gente que morreu de ataque. Quem apanhava muito cacau, dez, doze mil arrobas de cacau, para voltar à estaca zero, muita gente não suportou”, como o morador A3 do Barroso recordava. A estagnação produtiva e econômica da região cacauzeira, portanto, representou o desemprego massivo de duzentos e cinquenta mil trabalhadores rurais refletindo

⁷² A vassoura de bruxa é uma doença causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, originária da região Amazônica, que causa danos nos frutos e nos brotos da planta acarretando a diminuição acentuada da produção até a destruição total dos cacauzeiros. Disseminado pelo vento, água e partes das plantas contaminadas, o fungo continua atingindo as plantações de cacau até os dias atuais. Ainda persiste a busca por meios eficientes a fim de combater totalmente a praga, sendo que a retirada e queima das partes doentes, além do enxerto de plantas resistentes à doença aparecem como práticas recomendadas pelos especialistas do INCAPER e da CEPLAC como a forma mais adequada de manejo e controle da doença (INCAPER, 2007; CEPLAC, s/n).

diretamente na dinâmica demográfica, em especial, nos municípios de Itabuna e Ilhéus, os quais abrigavam o maior contingente populacional da região cacauífera (DEMETER, 1997, FREITAS, 2009).

A migração para os grandes centros urbanos, tais como São Paulo e Salvador, foi a solução encontrada especialmente para os jovens “que nem nas fazendas dos ricos tinha trabalho. Tinha uma época que Seu A. tinha cem trabalhadores. Era a folha de pagamento dele. Hoje é quatro. A maioria das roças dele é tudo na meia” (SASOP, 2003b). Assim, um contingente de pessoas partiu da região do Varjão, inclusive do Barroso, “porque não tinha do que sobreviver”.

Meus irmãos foram embora tudo mesmo para São Paulo, nessa época da vassoura de bruxa. Foram cinco, tudo embora para São Paulo. Só ficou a gente, M. L. e R., (...). Porque não teve mais como viver. Não tinha mais os fazendeiros como pagar as pessoas para trabalhar e eles não sabiam como sobreviver por aqui (...). E as meninas saíam para trabalhar, a maioria que mora em Salvador, trabalhando como doméstica. Umas foram para São Paulo, outras para Salvador. Ia uma, daqui a pouco, começava a levar a família, porque aqui tinha muita gente (Entrevista com a moradora A1).

Embora a crise do cacau fosse expressa e relacionada normalmente com *prejuízos, falência, abandono e dificuldade*, alguns interlocutores teciam outras ponderações que ultrapassavam os âmbitos produtivos e econômicos da crise. A moradora L. acreditava que “a vantagem é que todo mundo ficou humilde. (...) os bons sofreram, mas os metidos à besta, eu gostei. Meus parentes mesmo [grandes proprietários] pisavam em ponta de pé para não falar com ninguém. Quando a vassoura de bruxa veio, lascou todo mundo”. Outra moradora A1. refletia que “a gente fica pensando que parece que é uma coisa que veio como exemplo, que ela não permaneceu. E nessa área aqui seca [no Barroso], a vassoura não foi tão grave como na área que a terra é fértil [no Varjão], a crise da vassoura era maior, bem mais forte”.

A vassoura de bruxa, de alguma forma, possibilitou um maior equilíbrio na relação de poder (mesmo que no plano simbólico) e uma diminuição da exploração dos grandes proprietários em relação aos trabalhadores e os pequenos proprietários, sendo vista, às vezes, como uma punição pelos abusos cometidos. Para muitos, acompanhar a falência dos patrões, embora tenham sido também prejudicados, representou uma forma de “justiça” e “liberdade”. Na entrevista concedida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Camamu, ele sintetizou esses sentimentos e acrescentou outras reflexões sobre este momento:

Os pequenos não tinham para onde ir, não tinham como correr. Com a crise, muitas fazendas foram abandonadas e deu a chance de deixar as fazendas no controle dos trabalhadores. A vassoura de bruxa não foi ruim para nós trabalhadores, foi muito bom. Eu fui assalariado do cacau. Hoje ser assalariado de um pequeno agricultor familiar é no mínimo dez vezes melhor do que ser assalariado do cacau naquela época. Eu digo isso por experiência própria, porque fui assalariado e trabalhei muito nessas fazendas por aí. E o trabalhador comia o pão que o diabo amassou. Era muito pior que hoje. Primeiro que tinha um contingente de trabalhador muito grande. Os pequenos agricultores largavam suas terras, porque não tinha PRONAF, não tinha nenhuma política de agricultura familiar. Nem existia agricultura familiar e o povo vivia como escravo, trabalhava como escravo para estes fazendeiros do cacau. Com a chegada da vassoura de bruxa, transformou essas fazendas grandes em área de reforma agrária. Então, os trabalhadores estão muito bem, melhor quando eram assalariados. Os trabalhadores muitos foram embora para outras regiões, foram buscar outras coisas. Deixaram de ser escravo dos fazendeiros de cacau. Isso eu senti na pele, eu estou falando com autoridade, com conhecimento dessa área, porque eu vivi isso. Não é ninguém que veio me dizer ou li num livro tal. Se conversar isso com as pessoas que viveram isso, elas concordam comigo 100%. A vassoura trouxe uma melhoria. E tem outro lado, além de conseguir a desapropriação destas fazendas grandes e transformar

em projeto de reforma agrária, uma outra coisa que a sociedade ganhou também que é buscar alternativas. Vivia todo mundo na questão da monocultura do cacau, preso naquele negócio. Aqueles que tiveram coragem de enfrentar, procurando diversificar os produtos, sua agricultura hoje está melhor (Entrevista com o presidente do STR).

Como discorremos no capítulo anterior, algumas áreas de assentamentos rurais no município de Camamu procederam de antigas fazendas de cacau, como os Assentamentos Limoeiro, Paulo Freire e Dandara dos Palmares, cujos proprietários possuíam dívidas com a União e abandonaram suas terras. Por outro lado, Demeter (1997, p. 182) ressalta que aqueles trabalhadores rurais que ainda conseguiram manter seus empregos se submeteram cada vez mais à informalidade nas relações de trabalho, à redução dos salários e ao desrespeito aos direitos trabalhistas. Além disso, metade destes passaram a residir nas áreas urbanas e nos povoados da região ou se instalavam com suas famílias nas periferias urbanas enquanto vagavam de fazenda em fazenda, já que os “contratos de experiência” se multiplicaram e estimularam a rotatividade dos trabalhadores rurais.

Já “uns ficaram de insistência”, tanto grandes como pequenos proprietários, procurando outros cultivos substitutos do cacau. Os grandes proprietários, sob o “argumento social”, que envolvia a redução da renda, o desemprego e a migração, e o “argumento ecológico”, que se referia à manutenção do sistema cabruca e dos remanescentes de Mata Atlântica, pressionaram o Estado a fim de intervir na reestruturação da cacauicultura⁷³. Já “os pequenos que tiveram coragem, está enfrentando até hoje”, como o morador A3. declara. A própria assistência técnica da EBDA indicou a introdução de café e pupunha como opções produtivas substitutas do cacau, entretanto os agricultores não “sabiam lidar” com estas novas lavouras. Naquele momento,

(r)ecebemos tantos e tantos sacos de adubos de doação, para o plantio do café. A orientação de Dra. A. era só de plantar café. Os técnicos mandaram cortar as jaqueiras bonitas, porque ensombreira. A primeira vez que vi adubo, e o jeito que ensinavam plantar com ele, fiquei espantada, em vê derrubar o dendê e plantar café. Como é que se derruba uma planta, para plantar outra planta? (SASOP, 2003b).

Assim, a assistência técnica e os produtores rurais tentaram outras opções produtivas a fim de substituir o cacau, contudo também “aprenderam a lidar com a vassoura” com o passar do tempo, uma vez que perceberam que deveriam “deixar ela a vontade. Quando seca, corta e diminui” (Entrevista com a moradora A1). As lavouras de cacau se recuperaram aos poucos, muitos grandes proprietários da região do Varjão retornaram o plantio, no entanto “davam de meia as roças para aquelas pessoas ir se aproveitando, o que pudesse tirar e, até hoje, tem muita gente que é meeiro”. A partir desse período, diversos moradores do Barroso se tornaram meeiros, especialmente aqueles com propriedade muito pequena resultado da partilha da terra entre os irmãos.

A maioria dos agricultores tem dificuldade pra ter terra. Pequeno agricultor não tem terra pra plantar. A terra é pequena, não tem espaço, tá tudo comprometido. O cara tem uma tarefa de cacau só pra viver daquilo ali. Planta mandioca quando tira só tem o carrasco. A mandioca desgasta o solo. Muita gente não tem como ficar na terra e vai trabalhar de meia (SASOP, 2003b).

Com a recuperação lenta das áreas produtivas, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, “quando parou o povo de ir embora para São Paulo” e “a criação do programa de agricultura familiar, com essas mudanças que teve”, nossos interlocutores observaram que

⁷³ Maiores detalhes consultar Freitas (2009) que discorre sobre os inúmeros programas dos governos estadual e federal a fim de intervir na crise do cacau deste período.

mudanças positivas começaram a ser percebidas nas suas vidas cotidianas. Na realidade, é importante recordarmos que, na década de 1980, o crescimento de mobilizações dos “sem-terras”, filhos de pequenos agricultores, parceiros, posseiros, meeiros e assalariados rurais se multiplicaram pelo país, colocando nas arenas públicas suas reivindicações e denúncias sobre o acesso precário às terras, o empobrecimento e as expropriações sofridas. A emergência dos agricultores de base familiar como personagens nas cenas públicas, exigindo melhores preços para seus produtos e condições mais favoráveis para pagamento dos financiamentos realizados, também possibilitou a visibilidade política de um amplo segmento do campo (MEDEIROS, 2015).

Juntamente a isso, a busca de alternativas de ação e representação que ultrapassassem as formas de atuação do sindicalismo rural que, em muitos casos, se tornaram ineficientes para suas demandas e denúncias, além do trabalho organizativo molecular de setores progressistas da Igreja Católica, colaboraram para a emergência de novas formas de luta por terra e para o fortalecimento desse processo de mobilização política. Os novos apoios obtidos por parte desses atores, em um contexto de redemocratização, ampliaram suas alianças políticas e consolidaram novas formas de ação. Desse modo, o reconhecimento político-institucional do agricultor de base familiar, a partir da década de 1990, como uma categoria social e objeto de políticas públicas, contribuiu para mudanças no cenário nacional, que se tornou mais favorável aos agricultores familiares (SCHMITT, 2014; MEDEIROS, 2015).

Para ilustrar as transformações presenciadas desse cenário no cotidiano, os agricultores citaram que o acesso à financiamentos e a possibilidade de renegociação das dívidas dos “pequenos” agricultores com o crédito rural se tornaram factíveis. A própria atuação, tanto da CEPLAC como dos bancos na região, sofreu mudanças significativas, como alguns depoimentos revelam: “o banco já mudou o tom da conversa, antes era na agressividade: tem que pagar. Agora, tá mais manso” (SASOP 2003b) ou

(...) o Banco do Nordeste que o governo transformou em um banco para financiar a agricultura familiar. Depois dessas mudanças a CEPLAC mudou sua política. Hoje, ela trabalha para agricultura familiar também. Mas eu vim para CEPLAC para poder comprar uns sacos de sementeiras e não pude comprar, não vendia. Só tinham sacos de sementeiras para os grandes, para os fazendeiros, para não sei quem. Muito menos para tomar dinheiro. Foi mudando na década de 1990 (Entrevista com o presidente do STR).

É importante destacar que a CEPLAC, fundada pelo governo federal, em 1957, e presente nos estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, inicialmente se direcionava ao refinanciamento das dívidas dos cacauicultores, no entanto sua atuação se expandiu, passando a envolver atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola (FREITAS, 2009). Atualmente, sua prioridade “consiste na recuperação da economia regional, com ênfase para o combate à ‘vassoura-de-bruxa’”, além de fomentar a diversificação da produção agrícola e promover ações direcionadas para a preservação ambiental de fragmentos remanescentes da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica (CEPLAC, s/n). No decorrer de sua trajetória institucional, os agricultores familiares se tornaram “público alvo” de suas ações, além da difusão do manejo e das experiências baseadas nos princípios da agroecologia por parte dos seus técnicos.

Neste contexto mais favorável, ou melhor, propício para mudanças em diversos âmbitos da vida social, a possibilidade de diálogo com essas entidades não significou que os agricultores do Barroso tenham passado a receber assistência técnica da CEPLAC e concessão de créditos pelos bancos. No entanto, outros desdobramentos decorrentes dessa visibilidade pública de agendas, lutas e debates a respeito da questão fundiária, do acesso e da universalização de direitos, bens e serviços básicos para a população rural, possibilitaram a configuração de

identidades, a visibilidade nas cenas públicas e a interlocução com os poderes públicos, antes praticamente inexistente.

3.3 “Mais ousadia para fazer o que a gente nunca tinha sonhado”

Eu lembro do primeiro curso que a gente fez, isso já foi uns 10 anos, quando o SASOP chegou aqui. E a gente começou a participar de cursos sobre associativismo. Era a B., que vinha lá de Remanso. Daí, foi trabalhando como lidar com o associativismo, e foi indo com trabalho de mutirões, e hoje trabalham com o plantio agroflorestal. O SASOP é assistência técnica, que a gente está na luta, porque veio projetos de comercialização, que foi o PAA (Entrevista com a ex-presidente da Associação).

Ao ser indagada sobre a fundação da Associação do Barroso, a ex-presidente se recorda dos primeiros *cursos* ou *palestras*, como os agricultores geralmente denominam essas atividades, entre os inúmeros que já participou nos últimos anos. Ao mesmo tempo, ressalta a *parceria* com o SASOP, que se tornou a entidade responsável pela assistência técnica ali e contribuiu para a participação em diversos projetos, como a comercialização dos produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, por exemplo.

Desde o início da atuação do SASOP, como tratamos na introdução, observamos a preocupação permanente em processos contínuos de formação em sintonia com as experiências e as demandas dos próprios agricultores familiares. Isso contribuiu para que inúmeras pessoas assumissem cargos de representação política ou adquirissem conhecimentos técnicos e pedagógicos a fim de atuarem como assessores (SCHMITT; LIMA, 2012).

A partir deste primeiro curso sobre associativismo em parceria com o SASOP, diante da informação sobre a possibilidade de “adquirir os projetos através da associação” e da própria incompatibilidade de pontos de vistas sobre diversos assuntos com os associados da Associação do Varjão⁷⁴, na qual poucos agricultores do Barroso eram vinculados, o morador T. sugeriu criar uma associação ali. Inicialmente, alguns acreditavam que “esse negócio acho que não dá certo, porque tem outra associação próxima aqui. Quando foi depois, consultamos lá o pessoal que trabalha com esse negócio de associação, estatuto. Eles disseram não, isso não impede não, vocês podem criar a associação de vocês, isso não vai impedir nada”, como recordava o primeiro presidente da Associação.

Desse modo, os moradores fundaram a Associação da Comunidade Rural do Barroso e Região, em 2004, e buscavam não ser uma “associação só no nome, só no documento”, ou seja, que *funcione* e seja *ativa*, já que “a maioria das associações do município de Camamu, não só em Camamu, mas em toda a região do Baixo Sul, foi criada um monte de associação, e essas associações está tudo aí (...) praticamente essas associações não funcionam mais, está tudo desativada, uma situação difícil (Entrevista com o morador A2.). Para manter uma associação atuante com legitimidade junto aos seus membros, um grupo deve “mobilizar recursos, se ajustar ao ambiente, produzir uma divisão de trabalho e uma repartição de autoridade, se assegurar do engajamento das competências e da convergência de energias”, como pondera Cefai (2011, p. 14).

Se manter uma associação *ativa*, ou melhor, a coesão e a continuidade, se torna um desafio constante para qualquer entidade, por outro lado, a constituição de um *status* jurídico possibilitava aos moradores do Barroso serem identificado nas arenas públicas. Com isso, poderiam participar de negociações, receber financiamentos ou estarem envolvidos em processos, nos quais se estabelecesse uma interlocução com o poder público. Aqui, podemos

⁷⁴ A denominação legal era Associação Comunitária de Pequenos Produtores do Varjão e Áreas Circunvizinhas

inferir que a criação da Associação incorporou a identidade coletiva e formalizou as antigas redes de interconhecimento e reconhecimento já existentes, mas sem estatutos ou acordos registrados (CEFAI, 2011).

As aproximações e afinidades decorrentes dos laços de reciprocidade e solidariedade entre os moradores criavam um sentimento de participação comunitária e contribuíam para o surgimento ou o fortalecimento de outras atividades, independentes da Associação, desenvolvidas de forma coletiva como os mutirões de ajuda, que eram práticas comuns na região e, por isso, estimuladas pela assistência técnica do SASOP. Nestes mutirões, sete a oito agricultores (homens) se reuniam a fim de realizar as tarefas mais dispendiosas da *roça* e solucionar a falta de mão-de-obra. O mutirão inicialmente ocorria uma vez por semana, quando o grupo trabalhava na propriedade de um dos agricultores a fim de realizar os afazeres necessários. Com o passar do tempo, o mutirão se encontrava duas vezes por semana para atender mais rapidamente a demanda de trabalho. Desse modo, o agricultor “não precisa vender seu dia a ninguém” ou se lamentar “que não tem condições de pagar alguém e sozinho não dá conta”, como um morador relatou.

Essa disposição ocorria não somente nessas circunstâncias já acordadas, mas também em situações imprevistas como observamos durante o trabalho de campo. No início de uma manhã, foi possível mobilizar rapidamente cerca de dez homens, quando os funcionários da CERB⁷⁵ (Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia) solicitaram ajuda para a instalação das bombas d’água. Apesar do trabalho pesado, do dispêndio de tempo e sem aviso prévio, com muita animação os agricultores que estavam mais próximos se dispuseram a colaborar durante todo o dia, ou se fosse preciso no dia seguinte, deixando suas tarefas na *roça*.

Essa coesão pode ser notada também entre o grupo de mulheres, quando recebiam visitas ou participavam de viagens de intercâmbio entre agricultores de outras localidades sendo promovidos pelo SASOP, em atividades diversas na Comunidade ou mesmo para plantar o “milho de São João” [festa junina de São João]. Também havia o *mutirão das mulheres*, entretanto, o trabalho do grupo se desarticulou por diversas razões: uma ficou doente, outra estava de *resguardo*, outra estava cozinhando diariamente para os *homens da água* (funcionários da CERB). Contudo, elas pretendiam retornar, visto que “além do trabalho, tem a diversão e está todo mundo junto no dia a dia” (entrevista com a agricultora M., FALA COMUNIDADE, 2012).

A religiosidade também constituía um componente importante das formas de sociabilidade e das redes de mobilização, uma vez que existiam pequenas comemorações para os aniversariantes, no terceiro domingo, durante a celebração da eucaristia (sem a presença do sacerdote) ou a missa mensal (com a presença do padre) na igreja católica da Comunidade que foi construída por mutirão de trabalho. Utilizavam este espaço também para algumas reuniões e encontros, quando não era possível realizá-los na escola, e para as aulas de catequese das crianças, as quais eram ministradas pelas próprias moradoras.

Outras atividades religiosas como o *ciclo bíblico* semanal ou a “celebração da quaresma com a via sacra”, que eram realizadas à noite, não ocorriam mais “por causa da segurança”, já que tinham ocorridos assaltos na Comunidade no período noturno. De qualquer modo, outros compromissos religiosos prosseguiram como o recolhimento do dízimo, sendo que uma parte deste se destinava para um fundo, que poderia ser utilizado para a reforma da própria igreja ou nas ocasiões de *precisão*, quando alguém ficasse doente e não tivesse condições financeiras para pagar um exame médico, por exemplo.

Assim, o trabalho realizado de forma conjunta e as práticas associativas já existentes na Comunidade possibilitavam uma dinâmica coletiva que ultrapassava os objetivos econômicos e produtivos. De qualquer modo, a ênfase dada por muitos moradores a respeito da Associação

⁷⁵ A CERB era responsável pela construção do sistema de abastecimento de água da Comunidade.

era a possibilidade de “abrir portas”, a fim de “participar de projetos”, o que indicava que poderiam se *desenvolver* e *evoluir*, ampliando suas perspectivas com a possibilidade da “chegada da água” e energia elétrica nas suas casas, a busca de novas opções de comercialização de seus produtos, as melhorias na escola da Comunidade e a recuperação das estradas. Enfim, encontrar possíveis soluções e agilizar a resolução de diversas situações problemáticas enfrentadas, discutidas e compartilhadas pelos moradores.

Naquele mesmo momento, a aproximação com o SASOP também colaborou para a abertura de novos horizontes não somente produtivos, mas também socioculturais. Isto porque a entidade atuava: a) na disseminação de conhecimentos e práticas baseadas na agroecologia e sistema agroflorestais, b) no resgate de conhecimentos tradicionais, c) na valorização da juventude rural e d) no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional das famílias produtoras e consumidoras dos locais. Para isso, procurava incentivar a diversificação dos sistemas produtivos, a criação de pequenos animais, a valorização da cultura alimentar local e a inserção dos produtos nos mercados locais e institucionais (SASOP, s/d).

Ainda visava “o fortalecimento de articulações entre diferentes setores que atuavam na promoção da agroecologia e no fortalecimento de agricultura familiar”. Desse modo, seus objetivos eram “influenciar diferentes espaços de proposição e formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no âmbito estadual e nacional” e contribuía “também para o controle social de políticas e programas de governo” (SASOP, s/d).

Como resultado desse trabalho, a rede de parcerias construída entre as inúmeras entidades parceiras, desde associações de produtores, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais até instituições governamentais, “desempenha(va) um papel estratégico na criação de referências comuns de atuação, na mobilização e articulação de diferentes instrumentos de políticas públicas” Ainda verificamos que a geração de conhecimentos e o fortalecimento da capacidade dos agricultores familiares e suas organizações colaboravam para que pudessem atuar em “um ambiente político complexo e em constante transformação” do Território Baixo Sul (SCHMITT; LIMA, 2012).

Isso não significava que todos os moradores do Barroso aderiam ou realizavam a transição agroecológica dos sistemas produtivos ou que o envolvimento era pleno nas atividades promovidas pelo SASOP. Ao contrário, a resistência aos conhecimentos e às práticas diferenciadas permanecia entre alguns agricultores e, por isso, a adesão e a participação se tornavam uma opção de cada núcleo familiar, ou melhor, se estabelecia um *grupo de interesse* de famílias que se dispunham em *experimentar*. No entanto, existiam outras famílias que sempre estavam presentes nas reuniões, nas atividades e nas viagens promovidas pela entidade. Independente da adesão ou não às formas de atuação e diretrizes do SASOP, a grande maioria dos moradores do Barroso possuía uma relação de afetividade e amizade com os técnicos, já que sua presença e convivência se tornou constante na Comunidade a partir de 2006. Além disso, grande parte dos técnicos era originário da área rural do município ou região, ou seja, eram filhos de agricultores familiares ou *filhos de Camamu* e, por isso, podemos considerar que, em um município pequeno, as relações de interconhecimento ultrapassavam a simples relação prestação de serviços junto a um “público-alvo”.

Frente aos imprevistos no decorrer dos projetos direcionados a atividades produtivas assessorados pelo SASOP, as famílias do *grupo de interesse* mantinham confiança na equipe técnica, que buscava conjuntamente aos agricultores soluções frente às demandas. Um exemplo observado em campo foi a doença e a morte de inúmeras galinhas que provinham de um projeto de fomento para a criação de pequenos animais com objetivo de diversificação produtiva e autoconsumo familiar. Os agricultores se mostravam muito preocupados com os acontecimentos, já que não possuíam muito conhecimento para lidar com o problema e não sabiam exatamente como funcionavam as formas de pagamento dos recursos obtidos para a criação das galinhas, que haviam sido adquiridas com recursos do Fundo Rotativo Solidário

operacionalizado pelo SASOP.

Embora essas questões ainda não tivessem sido resolvidas plenamente até o final do trabalho de campo, os agricultores supunham que a doença e as mortes ocorreram por causa do “tipo dos pintos” e sua adaptação às propriedades, visto que muitos já criavam *galinhas da terra*, e aguardavam um acompanhamento técnico mais sistemático a fim de estancar as perdas. Apesar da inquietação frente às circunstâncias, não presenciemos críticas ou julgamentos diretos pela atuação da assistência técnica, visto que compreendiam de alguma forma que os imprevistos e as perdas também poderiam compor as experiências ou os novos sistemas produtivos implantados na propriedade.

Ao mesmo tempo, alguns agricultores do *grupo de interesse* eram os principais difusores na Comunidade dos novos conhecimentos e técnicas partilhados entre os próprios agricultores nas viagens de intercâmbio, isto é, nas visitas às propriedades de base familiar em outros municípios, onde os produtores compartilhavam suas experiências e seus conhecimentos baseados na agroecologia ou sistemas agroflorestais, como nos relatou um morador:

Lá no mutirão, eu mesmo converso com os meninos para a gente mudar essa maneira de trabalhar com esse negócio de veneno. Eu mesmo não trabalho com veneno, mas sempre fico falando para eles, numas áreas que eles usam. A maioria deles nas áreas usam o veneno. Eu sempre dizendo para eles, porque desse grupo, quem mais sai nesses intercâmbios sou eu ou outro colega, mas do grupo do mutirão nem todos viajam. Uns não tem certos conhecimentos. Então, a gente que viaja e vê essas palestras e sempre estou passando para eles no trabalho mesmo para eles deixarem de usar muito esse negócio de veneno nas áreas, porque prejudica tanto a saúde, como o meio ambiente, as águas, as nascentes.

[E eles falam o quê?] Uns ficam dando risada, às vezes, eles falam: Rapaz, é mesmo. Mas a gente tem que ir mudando essa questão de estar usando esses produtos nas nossas áreas. Por exemplo, o cravo. Eles jogam bastante mesmo, colhem bastante cravo de veneno, mas por que? Por que a gente vai perder [a produção]. Mas, rapaz, a gente perdendo, a gente perde de um lado, mas ganha de outro. Melhor a gente perder esse lado aí e ganhar pelo outro (Entrevista com o morador A3).

Se essa disseminação de práticas ocorria de forma indireta, outras ações ou mediações do SASOP se refletiam em toda a Comunidade, como a obtenção da Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP)⁷⁶, que pode ser um “tormento” para muitos agricultores familiares que precisam deste documento. Por intermédio do SASOP junto à CEPLAC, a emissão da DAP para os moradores do Barroso transcorreu sem complicações:

Antes não tinha assistência técnica. A CEPLAC a gente só via passar o carro para ir para as fazendas no Varjão. A única pessoa que ele [CEPLAC] sempre dava uma assistência era o Sr. A., porque o Sr. A. é uma área maior (...) é uma fazenda maior e um dos maiores produtores de cacau aqui. A CEPLAC era voltada só para os grandes, até hoje eles precisam se educar muito, porque vejo a CEPLAC com uma visão só para cacau. Cacau, cacau e para os grandes fazendeiros, não para os pequenos. Uma coisa que eles ajudaram muito e foi muito bom para a gente nesses anos foi a questão da DAP, a emissão da DAP. Eu coloco, às vezes, como parceiro devido essa questão da DAP, que foi muito boa. Ninguém tinha DAP. E. [Chefe do escritório local] junto com o SASOP, ele foi muito atencioso. Todo mundo aqui, hoje, tem DAP. Foi graças a essa parceria, que a gente tinha SASOP, CEPLAC, para a emissão das DAP (Entrevista com a moradora A1).

⁷⁶ A DAP é obtida por intermédio de sindicatos, empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural e outras entidades credenciadas para poder obter crédito junto ao sistema financeiro. Alguns empecilhos encontrados para a emissão de DAP se referem a insuficiente cobertura de entidades, que atuam na sua emissão, e a restrição de sua área de abrangência; a ausência de informação; os aspectos normativos; a operacionalização e as características institucionais das entidades credenciadas (NEAD/MDA, 2005).

Se os técnicos do SASOP mediavam o diálogo dos moradores com outros órgãos a fim de acessar alguns serviços ou informações, por outro lado, ressaltamos que a própria Associação, ou melhor, os membros mais engajados e a ex-presidente se envolviam constantemente nas diversas demandas e tarefas emergentes após a fundação da Associação. As atividades variavam desde receber visitantes e profissionais vinculados aos projetos, participar de discussões e reuniões *fora* da Comunidade, mobilizar os próprios moradores para as atividades no local ou em outras localidades. Assim, o primeiro presidente da Associação do Barroso reconhecia que o cargo exigia um grau de envolvimento e disponibilidade de tempo a fim de cumprir uma agenda de compromissos que nem todos poderiam se dispor, visto que “tem que andar, se ficar plantado aqui dentro não consegue nada. Para conseguir alguma coisa, ele tem que estar andando, nem todo mundo pode fazer isso. Tem gente aí que se sair aí uma semana, quando ele vai chegar, ele vai comer o que, o que ele vai dar a família dele?”.

Envolvimento e certa disponibilidade de tempo não eram somente as condições dos moradores que ocuparam o cargo de presidente⁷⁷ da Associação. Eram pessoas que possuíam estima e amizade com os moradores, sendo que a maioria era considerada *parente* ou as suas famílias conviviam com as outras há mais de vinte anos ali. Portanto, a mobilização dos membros da Associação não decorria de um “trabalho de ‘conscientização’ militante”, e sim de um ajuste recíproco entre pessoas, que eram vizinhos, amigos ou parentes, por mais que a adesão e a participação se baseassem em discursos sobre cidadania ou direitos, por exemplo (CEFAI, 2011). Essas relações de proximidade não eram isentas de mal-entendidos, equívocos e ambiguidades, no entanto os moradores buscavam sempre ponderar as características consideradas positivas dos presidentes ou mesmo quando realizavam as críticas, estas eram pontuais ou indiretas, uma vez que o respeito, a confiança e a consideração eram elementos constitutivos dessas relações.

Ademais, os dois primeiros presidentes possuíam trajetórias de *luta* pela Comunidade e se mostravam muito solidários com os moradores em diferentes momentos. Para ilustrar, podemos descrever sucintamente a trajetória do primeiro presidente da Associação que participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Camamu e esteve envolvido no movimento sindical da região desde sua juventude. Assim se recordava das ameaças sofridas pelo fazendeiro ainda quando morava com seus pais:

(...) meu pai teve que sair, porque naquele tempo não tinha onde morar. Nós trabalhávamos para um fazendeiro por nome D., numa região por nome de C. do J., no município de Maraú. Meu pai teve que sair daquela fazenda, porque o D. começou a me perseguir, porque diz que eu estava fazendo movimento contrário a eles. Então, eu estava jurado de tomar uma grande surra. A surra que ele dava era que eu ia morrer. Então, meu pai ficou muito preocupado, minha mãe chorava, coisa por demais, e aí teve que sair dessa fazenda. (...). Eu saí de lá, meu pai veio para o município de Camamu. Aí, quando surgiu o movimento sindical, aí eu caí dentro. Já tinha aquela cegueira por aquilo, e aí foi que eu fui aprender a assinar meu nome.

Desde então, sempre se comprometeu ativamente nas situações problemáticas da Comunidade e, em muitos casos, sem uma ação pública para resolvê-las, dependeu de recursos financeiros próprios e doou parte de suas terras para a Associação a fim de “ver a região se desenvolver”.

Eu tenho aquele sonho, sou aquela pessoa da seguinte maneira, eu e minha esposa, a gente quer ver que a região se desenvolva, não é mais para mim, porque eu já estou

⁷⁷ Até aquele momento, somente três moradores ocuparam o cargo de presidente da Associação. Cada mandato correspondia a dois anos, sendo possível ser reeleito por mais dois. Dessa forma, os dois primeiros presidentes permaneceram no cargo por quatro anos, e a atual presidente iniciava seu primeiro mandato, quando finalizamos nossa permanência em campo.

nessa idade, mas aonde tem vida, quando a gente morre, a vida continua. A gente morre, mas a vida continua. A vida continua para aqueles que ficam e os que ficam vai desfrutar daquilo que os velhos conseguiu, porque uma luta dessa que a gente vem lutando, o primeiro passo foi meu para que essa escola venha ser implantada aqui, os primeiros passos dessa energia foi minha, os primeiros passos dessa água foi minha, então na hora que eu for, mas os que ficam vai ter utilidade para os que ficam.

Ele é um dos proprietários com maior área na Comunidade do Barroso e seus filhos residem na área urbana em outros municípios desempenhando outras ocupações não vinculadas ao campo. Assim, ele e sua esposa doaram as áreas para a construção da casa de farinha de mandioca, da escola e do museu “quilombola”, além de doar uma área para a família de uma moradora residir. Empenhado “em ver a região se desenvolver”, não se limitou à doação de partes de sua propriedade, também contribuiu e procurou doações de materiais de construção para a casa de farinha de mandioca⁷⁸, como a moradora L. relatou sobre a participação dele, antes mesmo da fundação da Associação do Barroso e do cargo de presidente.

Na época dessa casa de farinha, todo mundo que era sócio do Varjão, Sr. M. e Sr. A. eram sócios, um restante era do Varjão, a maioria tinha terra, tinha mata, tinha tudo, para doar para fazer a casa de farinha. Vinha a casa de farinha para eles lá, se quisesse doar todo mundo ali tinha, mas ninguém quis doar. Diz que o governo ia tomar. Depois, falaram com a comadre M. para doar, mas ela disse que só dava se garantisse a ela que fosse casa de farinha a vida toda. Depois, falaram que o governo mudou e iam tomar a terra dela. Aí, ninguém quis. Sr. A. doou o terreno, pediu o material para a casa de farinha, doou o material, porta, madeira. N. pagou para quebrar pedra da gente mesmo, ele doou pedra. T. doou. Tinha até a comida do povo que vinha de Camamu, o Sr. A. comprava. Os que vinha de cá, tudo comia, tudo. Eu digo porque quem aprontava era eu na época. (...) Se tiver um sócio do Varjão que diga assim: “a minha mulher fez isso”. É mentira. As mulheres não fizeram nada, nem doaram terreno, não doaram nada. [Sr. A.] pediu para as pessoas ricas, tudo que ele conhecia, pedia uma coisa, dava outra. Um dava cimento, um saco, dois (Entrevista com a moradora L.).

Desse modo, compartilhamos com a interpretação de Cefai (2011, p.34) de que os membros mais engajados de uma associação não se mobilizam, em muitos casos, pelo gosto do poder, prestígio ou dinheiro, e sim pelos “seus sentidos de responsabilidade e solidariedade, sua recusa à injustiça social, sua preocupação com o bem público, sua indignação contra a negligência política, seu desejo de participar dos assuntos públicos, sua ligação à vida do bairro etc”. Ressaltamos ainda que um “cidadão” ou, no nosso caso, os membros mais comprometidos de uma entidade são “pessoas de carne e osso”, que se envolvem e participam de cenas públicas e, por isso, seu impulso inicial pode estar “enraizado em vulnerabilidades singulares, ínfimas humilhações, angústias indizíveis que não se deixam facilmente ‘publicizar’” (CEFAI, 2011, p.76).

Neste ponto, destacamos a trajetória de vida da segunda presidente da Associação que nasceu em uma grande fazenda de cacau “debaixo de uma estufa. Porque meu pai sempre trabalhou como tropeiro e estufeiro. Ele carregava o cacau e colocava na estufa e secava. A gente morava embaixo. O cacau secava em cima e a gente morava embaixo”. Nesta fazenda, onde nasceu, tinha uma escola,

(...) mas a gente não estudava, porque só estudava quem era particular. Eu era pequena, ficava na janela e achava lindo, quando via os meninos passando com a bolsa para ir para a escola, mas a gente não estudava. Esses meninos eram vizinhos, que tinha roça perto e os outros eram do fazendeiro. Os empregados da fazenda estudavam, mas os

⁷⁸ A casa de farinha de mandioca mecanizada é localizada no Barroso, no entanto a pessoa jurídica responsável inicialmente pelo projeto e administração é a Associação do Varjão.

peões no caso não. Eu, quando fui pra escola, no primeiro ano, eu tinha 10 anos. (...). A gente aprendeu em casa, quando a gente foi já sabia ler, porque mãe que ensinava a gente, porque filho de pobre não estudava não, só de rico. De cá, eu escutava a música, tem música que até hoje eu sei. A gente perguntava a mãe: porque a gente não estudava? Ela dizia: só estudava filho de rico, mas não sei o porquê, eu acho que era particular (entrevista com a ex-presidente da Associação)

Embora tenha iniciado seus estudos formais tardiamente, ela era um dos poucos moradores do Barroso que finalizou o ensino médio e sonhava em frequentar um curso de nível superior inexistente no município. Auxiliava frequentemente seu marido, professor da escola da Comunidade, na sala de aula multisseriada. Sempre se mostrava muito comprometida e preocupada com a educação dos seus filhos, das crianças e dos jovens da Comunidade, tanto na escola do Barroso como nas escolas da sede do município ou do Travessão (distrito de Camamu), onde eles seguiam para continuar seus estudos. Enredada em diversas controvérsias públicas, especialmente, referente a educação, ela nos narrou um caso marcante de sua juventude:

Eu me lembro uma vez que a gente foi um grupo de jovens, chovendo, a gente chega sujo, sujo mesmo [na escola]. (...) esse dia a gente chegou atrasado, tinha mais de meia hora de aula, todo mundo correndo para ir para pegar a aula. O sapato estava assim de lama. Esse dia a gente empurrou o carro [caminhão], quase a gente não chegou no colégio. Tudo molhado, sujo de lama. Quando os meninos entram no colégio, deixam um rastro, porque o piso do colégio é todo branquinho. Aí, todo mundo: “Olha os patacas de lama no pátio.” Ele [o porteiro] voltou para chamar os meninos para ter que vir limpar. Ele chegou: “quando esse povo da roça chega é a maior esculhambação no pátio da escola”. (...) E eles foram buscar esses meninos na sala para ir limpar o colégio. Ah, quando eu vi aquela ganzarra. É briga! Quando eu chego lá, eu to vendo era P., J., W., C., tudo com a vassourinha na mão, limpando o pátio e os meninos tudo sorrindo da cara deles. Ah, menina, quando eu vi aquilo, eu saí da sala, agarrei a vassoura e meti a vassoura no fiscal (risos). Aí, eu digo: você, mandei ele se a respeitar. Tomei o rolo dos meninos. “Vocês não vão limpar isso. Não estão aqui para isso não. Quem vai limpar é você [porteiro]!” E ele dizia que não limpava, o porteiro. “Você que vai limpar, porque é você que é pago para isso”. Mas danei. Mandei ele se a respeitar, ele teve que correr, porque eu ia dar tanto nele. E aí, eu to voltando, e eu: “vocês se respeitem, você tá pensando o quê”. Nesse dia para cá, mais vontade eu tive de mudar essa realidade, porque foi o dia que esses meninos, vocês não podem deixar ser humilhados por ninguém não. Porque você acha que a gente está feliz de chegar sujo, molhado e ser humilhado? Mas, eu fiz uma zoadá. Até hoje, quando eu chego naquele colégio, todo mundo sabe quem sou eu (risos). E desse dia para cá, fiquei conhecida (risos).

Este episódio, que se tornou cômico posteriormente, naquele momento expressava seu sentimento de indignação face ao tratamento humilhante e injusto, não somente materializado pelo funcionário da escola e pelos colegas, mas também pelas condições degradantes enfrentadas diariamente para que pudessem estudar. Essa situação como tantas outras ainda vivenciadas por ela e outros estudantes da Comunidade, até os dias atuais, irão configurar e impulsionar as reivindicações e as denúncias públicas a respeito da *qualidade do ensino* nas escolas de Camamu, que abordaremos adiante.

Embora a maioria dos moradores se preocupasse com as diversas questões e *dificuldades* relativas a Comunidade, não podia acompanhar da mesma forma, que esses representantes, as articulações e as atividades vinculadas à Associação. Contudo, percebemos que a participação ativa na Associação pode provocar ou fomentar inflexões nas vidas pessoais destes sujeitos. As associações permitem que as pessoas se engajem de outra forma em suas trajetórias biográficas, colaborem para que os laços tecidos entre pessoas e coletivos sejam

diferenciados, além de estabelecer uma relação de qualidade distinta com as instituições públicas (CEFAI, 2011).

Ao mesmo tempo em que a constituição de um *status* jurídico propiciava maior capacidade de interlocução e visibilidade nas arenas públicas e a intermediação do SASOP ampliava as redes de relações e os horizontes de suas experiências, a mobilização ao redor do fator étnico tende a se constituir como uma força social, não sendo simplesmente respostas a problemas localizados. Isso porque essas respostas, muitas vezes, são discutidas e baseadas nas reuniões do Conselho Quilombola, nas quais se buscavam “generalizar o localismo das reivindicações e mediante estas práticas de mobilização aumentam seu poder de barganha face ao governo e ao estado, deslocando os ‘mediadores tradicionais’” (ALMEIDA, 2010, p. 185). Assim, esses elementos proporcionavam “mais ousadia” para muitos moradores do Barroso a fim de “fazer o que nunca tinham sonhado” antes.

A autoidentificação como comunidade quilombola funcionou como aglutinador e coordenador de suas demandas por direitos e maiores condições de reprodução econômica, social e cultural, uma vez que ser reconhecidos pelos seus interlocutores nas arenas públicas possibilitava que suas reivindicações se tornassem mais legítimas. Pertencer a uma nova modalidade de identidade pública reconhecida pelo Estado e seus intermediários permitiria que políticas públicas diferenciadas atendesse suas demandas, agora, legitimadas (MOTA, 2011).

3.4 “Essa discussão de quilombola chegou meio de paraquedas”

Em 2008, a Comunidade Barroso foi certificada, juntamente, com outras nove comunidades do município como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Segundo nossos interlocutores, além dos trabalhos de Gomes (2008) e Dutra (2011), a emergência do reconhecimento e da certificação das comunidades quilombolas no Território Baixo Sul da Bahia ocorreu a partir do incentivo do poder público municipal para que as políticas governamentais do Programa Brasil Quilombola⁷⁹ pudessem ser acessadas. Contudo, agentes da Associação dos Municípios da Região do Baixo Sul (AMUBS) e da Fundação Odebrecht procuraram as associações das comunidades para que assinassem termos para se autodenominarem quilombolas. Os moradores da Comunidade, lideranças do STR e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) nos descreveram esse contexto:

O governo municipal, que seria o prefeito, foi em Salvador para tratar desse assunto. Nessa reunião, ele teve essa informação que no Baixo Sul tinham várias comunidades que eram quilombolas. Então, quando ele veio, veio com essa visão. Pegou o secretário de agricultura e mandou ir para as comunidades fazer reuniões com as comunidades, com as associações. Quando ele chegava na associação, ele não chegava para fazer clareza para o pessoal associado e o presidente. Ele chegava dizendo que essa comunidade era quilombola. Para você ter o benefício, que seria energia, água, moradia, chegar mais próximo, para as políticas públicas chegar mais com emergência, vocês precisam se enquadrar como comunidade quilombola. (...) a gente não tinha experiência, não tinha conhecimento disso. Achava que só dizer que aceitava e as políticas públicas chegavam. Então, fazia uma ata, todo mundo assinava e levou para a Fundação Palmares (Entrevista com dirigente do STR).

⁷⁹ O Programa Brasil Quilombola foi lançado, em 2004, “com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas”: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania. A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), “que atua em conjunto com 11 ministérios que compõem o seu Comitê Gestor” (SEPPPIR, 2014).

(...) essa visão desses prefeitos era recursos, porque você vê a merenda escolar nas comunidades quilombolas, por exemplo, é 50% a mais. Então o recurso aumentou (...). Aí viram que tinham muitos projetos: vamos organizar essas comunidades para a gente captar recursos. Eu vejo que a ideia do município foi voltada para isso. Teve uma primeira discussão que foi uma Conferência em Camamu, não me lembro bem o ano, o pessoal do Sindicato estava lá. Começou aquela briga, o sindicato: porque tinha que começar a escutar a história da comunidade para poder dizer que aquela comunidade era quilombola. Mas estavam com tanta sede, que eles [poder público municipal] diz que nada, vou levar logo para a Fundação Palmares. Mandou os presidentes das associações fazerem ata. A gente fez ata, escutou a história da comunidade e a gente viu que era bom e a gente mandou mesmo. Porque primeiro deveria ver o que? Eles [poder público municipal] já tinham mais base, eles já sabiam o que era quilombola, mas não tinha discutido no município. Aí como o prefeito, esperto, como vai melhorar o recurso que vem pro município, então ele mandou certificar (Entrevista com a ex-presidente da Associação do Barroso).

Sem a participação das comunidades e o esclarecimento adequado sobre o que e por que assinavam aqueles documentos, o STR buscou informações e parcerias para “compreender o que significava essa novidade de ‘ser quilombola’”. A partir desse momento, a entidade Koinonia Presença Ecumênica e Serviço começou o acompanhamento das comunidades remanescentes de quilombos no Baixo Sul Baiano por meio de “cursos de capacitação, encontros de comunidades, seminários públicos, comunicação e advocacy” (DUTRA, 2011, p. 59). Posteriormente, ocorreram diversas visitas e reuniões também com os servidores do INCRA promovidas pelo STR e pelo Conselho Territorial Quilombola, a fim de corroborar e “explicar passo a passo, o que é a demarcação, quais são os direitos das comunidades, até onde a comunidade pode ir, até onde a comunidade pode reivindicar, a autonomia que a comunidade tem”, como nos relatou um dos coordenadores do Conselho.

Dessa forma, “a gente foi saber de verdade o que é uma comunidade quilombola, como é que funciona, o papel mesmo, foi com Koinonia, porque ela veio, fez a parceria com o sindicato e a gente foi trabalhar nas comunidades mesmo”, como esclarece uma representante do STR. Este acompanhamento foi fundamental não somente para esclarecer as inúmeras dúvidas, mas também para abrir espaços de discussão e representação tal como a criação do Conselho Territorial Quilombola do Baixo Sul da Bahia, em 2010, o qual se tornou posteriormente, Interterritorial, abarcando os Território Baixo Sul e Litoral Sul. Atualmente, existem 44 comunidades remanescentes de quilombo certificadas no Território, sendo que dez estão localizadas em Camamu.

Apesar dos descompassos iniciais desse processo de reconhecimento, Dutra (2011) aponta as mudanças ocorridas desde 2007, quando iniciaram as discussões e as atividades da Koinonia, tais como a apropriação da identidade quilombola, o aumento da autoestima, a criação da Comissão de Comunidades Quilombolas, o acesso às políticas e aos serviços públicos, como a fala de a moradora M. do Barroso ilustra:

Todo mundo estava indeciso, e uns naquela teima, uns diziam que, naquele tempo antigo, era para voltar todo mundo a ser escravo de novo. E [a Koinonia] veio esclarece um pouco como era mesmo, porque era uma dúvida triste (...). Hoje, falam que só se fala desses negros, só eles [negros] que falam. Hoje, estão se unindo através dos negros. (...) quando a gente anda, eles [as pessoas de outra localidade] ficam falando que isso é bestagem, mas a gente está puxando as coisas para aqui (...) a gente sabe o tanto que a gente anda, vai aqui, vai ali (Entrevista com a moradora M.)

Contudo, a identificação e a demarcação⁸⁰ do Território Quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) gerou apreensões, visto que existiam fazendas dentro do Território, as quais não foram incluídas pela difusão de ameaças e pela ocorrência de outro episódio tenso com o acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) na região. De qualquer modo, o trabalho de demarcação do território transcorreu de forma “tranquila”, quando “veio o antropólogo fazer antropologia e o geólogo também” para a elaboração do RTID.

(...) A demarcação foi tranquila, porque só entrou a gente aqui mesmo, da associação, que está na discussão e a fazenda, onde meu pai mora. Aquela fazenda, o dono permitiu, disse que faz negócio com o governo, mas tem outra fazenda grandona, que é a maior parte da terra daqui que é a Fazenda de Z. P, (...) que pertence ao Barroso, ficou de fora, porque ele logo botou uns pistoleiros e eu com medo, porque estava escaldada, nem sequer eu quis conversa com ele. No dia da demarcação, tinha pistoleiro na fazenda e a gente passou por fora. Não entrou no Território, porque a gente estava com medo. (...) A fazenda que a gente deixou de fora é cá, fica para o lado de cá, que é Barroso ainda, faz divisa com o Rio do Orojó e o Barroso, mas a fazenda só tem mata, mas ficou de fora, porque a gente ficou com medo de entrar lá na fazenda. Agora, diz o fazendeiro que faz negócio com o governo. (...) [é] uma das áreas de reserva muito importante, também estão destruindo tudo. Hoje eles estão plantando, parece que são 300 hectares, de banana da terra. Tinha uma cachoeira que era a coisa mais linda (...) que está fininha, só tem um pouquinho de água, porque eles derrubaram a mata para plantar banana da terra, que era uma área que a gente estava muito interessada, porque além de ser uma reserva, por causa dos animais, e é uma área muito bonita, e é o único rio da comunidade, eles estão destruindo tudo (Entrevista com A1).

Além da demarcação do Território, a própria titulação coletiva das terras se tornou um ponto controverso, visto que alguns agricultores relatam seu temor na perda de suas propriedades, ainda mais que *o pedacinho de terra* representa a única possibilidade de herança ou de acolhimento dos filhos frente a circunstâncias adversas, como expõe a moradora: “a terra é pequena, mas qualquer filho pode construir sua casa aqui, a hora que quiser” (registro do depoimento no diário de campo da moradora L.). Desse modo, o processo de concessão da titulação como Território Quilombola pelo INCRA ainda estava em andamento e em discussão pela própria Comunidade a fim de evitar confrontos abertos e diretos, já que quase todos eram “meio parentes” e, por isso, “tentaria resolver na conversa e no convencimento”. Desse modo, a liderança da Comunidade compreendia essa resistência dos moradores em relação à titulação coletiva, “porque eles sofreram muito para conseguir aquela terra”. Ainda muitas famílias passaram por processos de expropriação e expulsão da região do Varjão, onde “os grileiros falaram que aquelas terras não eram deles, porque eles não tinham documento. Então, as pessoas querem ter seu documento da sua própria terra” (entrevista com a moradora A1).

Outro aspecto não exposto nem discutido publicamente por alguns moradores era o próprio reconhecimento como quilombola. Durante o acompanhamento da equipe do SASOP a fim de preencher um cadastro das famílias da Comunidade para executar um projeto de assistência técnica pelo Governo da Bahia, algumas pessoas não concordavam com “esse negócio de quilombola”, inclusive “nem se consideravam negras”. Esse fato não era desconsiderado pelas lideranças que já tinham comentado anteriormente que “há pessoas que

⁸⁰ A identificação e a demarcação do Território aqui abordada refere-se à obtenção de informações e dados para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) com informações “cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológica” obtidas por uma equipe multidisciplinar (INCRA, 2015) Até o presente momento da elaboração dessa tese, a portaria de reconhecimento do Território, fase posterior ao RTID, não tinha sido publicada.

não aceitam muito, mas quando perceberem que muita coisa está vindo por eles serem considerados quilombolas, acho que as pessoas vão mudar de ideia”.

Estes não eram casos isolados, conforme os relatos de alguns representantes do movimento quilombola no Território Baixo Sul, já que muitos moradores das comunidades quilombolas consideravam seu “pedaço de terra” como um patrimônio ou uma herança e desse modo, não desejavam perder a autonomia e o poder de decisão sobre o destino e as finalidades daquela área.

Outro desafio em outras comunidades quilombolas do município se referia à religiosidade, visto que alguns moradores compreendiam que o reconhecimento da identidade étnica contrariava seus preceitos religiosos, já que associavam a categoria quilombola com as religiões de matriz afro-brasileira, ao mesmo tempo em que demonstravam intolerância com essas religiões considerando que “ser quilombola é uma parte do demônio”, conforme nos relatou um dos representantes do movimento quilombola sobre as divergências internas enfrentadas dentro de sua própria comunidade.

Devido à intolerância com as religiões de matriz africana, seus adeptos nas comunidades do Baixo Sul muitas vezes viviam sua religiosidade de maneira oculta, como aponta Dutra (2011). No entanto, passaram a se manifestar após a intensificação do debate sobre a convivência e a tolerância religiosa, além do enfrentamento do preconceito vinculado a estas religiões afro-brasileiras trabalhado constantemente pela assessoria da Koinonia, como descreve Dutra (2011).

De qualquer modo, as discordâncias em relação ao autoreconhecimento como quilombola ou a titulação coletiva das terras não significava que os moradores do Barroso não se identificassem com a Comunidade. Na realidade, essa resistência ao termo “quilombola”, segundo Arruti (2008, p. 329), decorre da multiplicidade de sentidos associados a esse termo, especialmente aqueles vinculados com “formas sociais proibidas e perseguidas” ou mesmo acusatórias que remontam ao período colonial e imperial. Por isso, é necessário a “ressemantização” tanto do termo quilombo com a inversão do caráter repressivo ainda presente como das próprias autodenominações locais, que buscavam se afastar anteriormente dessas “formas sociais proibidas e perseguidas”, a fim de permitir que relacionem suas categorias nativas de autoidentificação com essa nova identidade étnica.

Se esse processo se encontrava ainda em curso, a valorização de manifestações culturais se mostrava fundamental para interromper o esquecimento e a perda de algumas tradições, tais como rezas, festas de santo e sambas de roda, nas comunidades quilombolas. Isso foi relatado durante conversa com uma antiga moradora no Barroso que contou sobre seu *tempo de moça*. Apesar de não gostar dos sambas de roda e dos *batuques*, ela contou que as rezas e as festas de santo, como as de Dia de Reis, de Caruru (São Cosme e Damião) e de São João, eram muito bonitas e animadas com muita música, dança e comida. Contudo, isso foi se perdendo no decorrer do tempo. “Agora querem recuperar”, mas os mais velhos, portadores destes conhecimentos, já não estão mais ali e ela mesma já esqueceu muitas cantigas e rezas também.

Além destas festas tradicionais, outras manifestações se constituíam junto ao autoreconhecimento, como a festa do Dia da Consciência Negra, que ocorreu na Comunidade do Barroso em novembro de 2012. Organizada com o apoio do SASOP, a festa visou a comemoração da data, mas também representou uma confraternização entre as diversas comunidades rurais também assessoradas pela entidade. Assim, a festa iniciou no final da tarde do sábado, quando muitas pessoas chegaram de caminhões e carros para participar deste evento. No pátio em frente à pequena escola da Comunidade, o “mutirão dos homens” construiu uma *cobertura*, um teto de palha, que cobria todo a área, onde se encontrava muitas cadeiras, o espaço para o samba e uma pequena exposição de antiguidades (os objetos centenários que pertenciam às famílias do Barroso), além de uma grande fogueira construída ao lado.

As mulheres foram responsáveis pela decoração, o preparo do jantar oferecido com comidas típicas e as apresentações de dança e roda de samba, que foram realizadas ao som do *batuque* produzido por um grupo de homens, que tocavam os instrumentos de percussão e cantavam músicas animadas. A alegre festa, que se estendeu até o amanhecer do outro dia, tinha sido muito aguardada pelos próprios moradores. Uma delas nos contou que

(...) antigamente tinha muito samba. Eu ouvia de longe o batuque. Então, falava pro [marido] irmos, pegávamos o candeeiro e nos adentrávamos nos cacaueiros até chegar na casa. Com o tempo, foi se parando, se perdendo. Os mais velhos foram morrendo, e agora com a festa do dia 17, eu vou sambar. Meu marido era o pai do samba, A. C. já arrumou um tambor para ele ir treinando para tocar na festa, pois ele tocava antigamente (Entrevista com a moradora M.).

Desse modo, as trajetórias biográficas e as memórias coletivas que remontam um passado junto aos laços de reciprocidade e solidariedade, que os unem, vão tecendo um sentimento de participação comunitária e identidade étnica no presente (O'DWYER; CARVALHO, 2002). A coesão observada neste plano, onde ocorrem as manifestações culturais da Comunidade (as festas religiosas, os sambas e as práticas comunitárias) vão se constituindo como valores de autoafirmação, “como forma de demarcar sua identidade em relação aos de fora e de implementar a organização política na defesa de seus direitos comunitários” (OLIVEIRA, 2002, p. 169).

Além desse envolvimento coletivo, a constituição da Associação, o comprometimento de diferentes atores sociais e a mobilização do dispositivo institucional e jurídico “quilombola” foram configurando as identidades dos atores sociais juntamente as situações problemáticas, que eram antigas *dificuldades* e demandas por acesso a bens e serviços públicos, por exemplo, muitas vezes não reconhecidas nas cenas públicas e sem tratamento ou atribuição pela ação pública. Embora o fator étnico se tornasse um elemento dos critérios político-organizativos nas reivindicações e impulsionava seus pleitos nas arenas públicas, com veremos adiante, os atores não lançavam mão desta única lógica nas suas argumentações e justificações nos momentos de disputas ou controvérsias, ao contrário, agiam em uma “pluralidade de mundos”.

3.5 Em busca de uma “educação diferenciada”: educação escolar quilombola

As primeiras aulas na escola da Comunidade do Barroso começaram na casa de taipa de uma moradora, a Sra. L., que se dispôs a “ensinar particular”, contudo os moradores não possuíam condições financeiras para pagar pelo ensino. Como ela “não tinha coragem de dizer: você não vai estudar, porque não pagou”, o pagamento se tornou voluntário. Assim, as crianças estudavam durante o dia e os *maiores* no período noturno. Contudo, “a escola estava caindo, eu lembro que uma parte era até escorada”, como se recorda a moradora A1 que frequentou a escola nos primeiros anos de funcionamento. “Quando entrou um prefeito”, pediram para que a casa-escola fosse reformada: a Prefeitura “levantou e cobriu”, enquanto que a família da Sra. L. “rebocou e deu o acabamento”. A Sra. L. continuou a lecionar por alguns anos até se aposentar. Neste momento, surgiram duas inquietações do grupo: onde ocorreriam as aulas e “quem vai ser o professor?”.

Embora a edificação tivesse sido reformada, em parte, com recursos da Prefeitura Municipal, a família da Sra. L. não possuía outro lugar para residir. “Sem documento, nem nada”, a Comunidade decidiu que ela continuaria na casa e as aulas ocorreriam na igreja. Todavia, a igreja era “quente e abafada”, não havia condições das crianças permanecerem naquele espaço. Assim, outro morador cedeu uma casa dentro de sua propriedade para que as

aulas prosseguissem. O nome da escola ainda continuava grafado na casa “Escola Reunidas do Barroso”, contudo as aulas ocorreram ali por mais cinco anos aproximadamente, quando a família da Sra. L. se mudou para a sede do município. Embora uma parte da casa da Sra L. tenha sido reformada, anteriormente, com recursos provenientes da Prefeitura, a casa era propriedade da família da Sra L. e por isso, a Prefeitura adquiriu a antiga edificação e sua área ao redor. Assim, a escola retornou para o local original, onde as primeiras aulas tinham sido iniciadas.

Já em relação ao novo educador, os moradores preferiam que fosse alguém da própria Comunidade, mas ninguém tinham estudado além da quarta série do ensino fundamental. Mesmo assim, dois moradores participaram do “concurso [para professor municipal] e passaram, não tinha esse negócio de ter magistério”. Dos docentes aprovados no município, tinham muitos naquela mesma condição sem formação completa e específica para o magistério. Por meio de uma parceria estabelecida entre o município e o Ministério da Educação (MEC), estes educadores participaram do Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), que é “um curso de nível médio, com habilitação em magistério”. Direciona-se aos educadores sem formação específica, mas que lecionam “nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) das redes públicas de ensino do país” (MEC, s/n). Assim, eles se “formaram há quase quinze anos e estão lutando para fazer pedagogia, muitos já fizeram, outros estão fazendo” (registro do depoimento no diário de campo do morador T.).

Após encontrar soluções para as primeiras dificuldades em relação ao espaço físico da escola e à contratação de um professor conhecedor da realidade local, os moradores do Barroso se depararam com outras situações problemáticas envolvendo a educação escolar no decorrer do tempo. O deslocamento diário dos estudantes até a sede do município ou a outras localidades para prosseguir com seus estudos por meio de um transporte precário já era questionado e gerava preocupações por parte das famílias, especialmente das mães. No entanto, emergiu realmente como um problema, ou melhor, a situação foi problematizada, após o acidente envolvendo o transporte escolar, quando os moradores ficaram perturbados frente à possibilidade da ocorrência de uma tragédia maior envolvendo seus entes próximos.

Como descrevemos anteriormente, as estradas de terra entre a Comunidade e o povoado do Orojó (aproximadamente dez a onze quilômetros) se encontravam permanentemente em péssimas condições de tráfego. O relevo íngreme e as chuvas torrenciais e constantes na região colaboravam ainda mais para agravar o fluxo de qualquer veículo. No Povoado do Orojó, os estudantes pegavam o ônibus escolar para prosseguir até as escolas na sede do município (cerca de trinta quilômetros) ou no Travessão (distrito de Camamu, com uma distância de dez quilômetros até o Orojó).

Percorrer esse trajeto todos os dias, tornou-se uma situação problemática, especialmente após o acidente envolvendo o *carro*, ou melhor, o caminhão adaptado para o transporte escolar (“pau de arara”), quando “o menino [o motorista] não estava bem com experiência na estrada”, uma vez que “conduzir nessa lama não é todo mundo que tem habilidade” (entrevista com a moradora A1). Durante o período chuvoso, o motorista perdeu o controle do veículo, que saiu da estrada e “rolou dentro de uma ladeira”, como a moradora A1 envolvida também no acidente se recordava:

Quando eu virei dentro dessa ladeira, tem uma casa de tábua em cima, e tem uma ribanceira, a gente rolou lá embaixo. Diz que deu treze viradas, eu mesmo não vi nada. Eu apaguei. E sai rolando, rolando. Deus abençoou que ninguém teve nada, nem eu. Fiquei atordoada assim, só fiquei toda quebrada, o corpo assim machucou todo. Cheio de aluno em cima. Quando o carro virou, tinha um buraco, os meninos, como tinha capota, aquela capota se esbagaçou, saiu, e os meninos ficaram tudo dentro do buraco e o carro caiu lá. Eles se levantaram tudo de dentro daquele buraco. E eu que estava embaixo, só sai quando as portas se esbagaçaram. Aí abriu, caiu e o carro caiu para lá. Diz o povo que o carro deu umas trezes viradas, mas pelo local que o carro

ficou foi mais ou menos isso. N. estava lá em cima e via de casa e gritava, gritava e aquele carro rolando: “morreu todo mundo! ”. Quando viu, eu já subia correndo, eu caí, mas eu saí andando, não via nada, mas eu não parava. O povo correu atrás de mim para me pegar, e eu andando, sem saber de nada. Acho que o sangue subiu para a cabeça (entrevista com a moradora A1).

Após este acontecimento, que abalou todos os moradores da Comunidade, “a gente começou a discutir, reclamando a situação das estradas”, embora o acidente envolvendo o veículo com os estudantes tenha ocorrido uma única vez, outros transtornos eram mais constantes, tais como o “carro quebrar ou cair no buraco”. Consequentemente, chegavam atrasados na escola de forma recorrente ou retornavam tarde as suas casas. Assim, os estudantes do período vespertino partiam entre dez e onze horas da manhã e, às vezes, retornavam dez horas da noite. “Sem dinheiro para lanches”, sua principal refeição do dia era o almoço servido entre nove e dez horas da manhã, já que a merenda da escola não era considerada *comida*, porque era uma “merenda péssima, é aqueles negócios, tudo embutido, desidratados”, ou seja, a alimentação também se tornava restrita nestas ocasiões (Entrevista com a moradora M.). Já para os estudantes que frequentavam a escola no período noturno se submetiam, às vezes, a momentos mais desgastantes, já que dormiam no caminhão quebrado e regressavam a suas casas somente pela manhã do dia seguinte.

Ademais, o *carro* transportava outras pessoas da Comunidade com mercadorias ou compras, ou seja, “leva lenha, leva farinha, leva banana, vai menino em pé, porque não tem onde sentar. Ai, ai, é muito sofrimento. E fica o dono do carro: mas como eu não vou levar? É meu vizinho, não tem outro transporte para ir” (Entrevista com a moradora A1). Dessa forma, a capacidade de carga do caminhão se encontrava normalmente acima do recomendado, visto que o transporte escolar se tornava também o principal meio de transporte da Comunidade.

Nossos interlocutores, especialmente as mães, relatavam que “todo mundo ficava aflito, quando saem esses meninos” ou “ninguém dorme quando as crianças não chegam” (registro dos depoimentos das moradoras D e A4), visto que muitas crianças, entre nove e dez anos, eram consideradas novas para vivenciar estas situações e as famílias sempre permaneciam apreensivas sem informações sobre os atrasos das crianças e dos jovens. Por isso, os estudantes faltavam frequentemente às aulas *no tempo das águas*, visto que tanto o transporte precário como as estradas intransitáveis não permitiam a circulação segura das pessoas, enquanto a Prefeitura Municipal argumentava que não havia “condições de colocar um ônibus, um carro adequado por causa das estradas, mesmo que botasse cascalho”. Frente a estas condições, a principal indagação das famílias era: “o que uma criança dessa aprende? Se o ensino já não presta, ainda passa por uma situação dessa” (Entrevista com a moradora A1).

Assim, as condições enfrentadas, incluindo os atrasos e a constante preocupação com a demora dos alunos no caminho de volta para suas casas, os diferentes tipos privação gerados nesse esforço por manter a presença na escola, além do tratamento injusto e humilhante por parte de alguns estudantes e professores da área urbana, tornaram-se muito incômodas e passaram a ser questionadas pelos moradores que as vivenciavam cotidianamente. Esses argumentos embasaram suas reclamações frente ao poder público municipal, que não se mostrou sensível àquela circunstância tão “comum” enfrentada por grande parte da população rural. As dificuldades de acesso à escola, embora fossem um problema social, não se constituíram como uma preocupação pública ou uma controvérsia, merecedora de uma intervenção por parte do poder público. As queixas dos pais e dos alunos eram interpretadas como “experiências singulares”, ou seja, preocupações de mães e familiares remetendo a interesses particulares.

Mesmo quando pautados por uma gramática cívica, isto é, o direito à educação de qualidade, suas reivindicações ainda não ecoavam perante os representantes do poder público ou nas cenas públicas, uma vez que a solução mais plausível, para os gestores municipais, seria

a construção de uma estrada, que nunca passou de “conversa de político”, conforme uma moradora nos explicou. Se não era possível a construção da estrada, a edificação de uma escola de ensino fundamental completo na própria Comunidade se tornava mais plausível e, portanto, resolveria em grande parte suas reivindicações. Essa escola não beneficiaria somente os estudantes do Barroso, mas também das comunidades adjacentes que enfrentavam as mesmas dificuldades.

(...) um colégio aqui vai trazer uma educação de qualidade, uma educação melhor. Quando estes alunos saírem daqui, ele já sai preparado para enfrentar a vida lá fora. Ele já sabe alguma coisa, já sai com um aprendizado melhor daqui de dentro para ele concluir o resto dos estudos dele lá fora, né? Porque é muito difícil a saída daqui para Camamu, as mães ficam preocupadas, os pais ficam preocupados. Tem muitos que vão estudar, e outros vão para passear. Isso tudo acontece (Entrevista com o morador A2).

Por que não trazer a educação para dentro da comunidade? A gente vai ter uma educação de qualidade, do jeito que a gente quer, voltada para a realidade da Comunidade. Nem que não seja o ensino médio, já vão jovens, já é mais fácil. A quantidade de alunos vai ser menor, e eles já estão preparados para enfrentar as dificuldades dessas estradas. Foi onde, que a gente começou a lutar por um colégio que tivesse a capacidade de receber esses alunos (Entrevista com a moradora A1).

Com uma unidade de ensino fundamental até a nona série, os estudantes seguiriam para outras escolas com mais de quatorze anos, ou seja, estariam maiores e mais preparados para enfrentar as *dificuldades*, não somente das condições de deslocamento, mas também do “preconceito de ser da roça”. Morar na área rural também se tornava um estigma para os *meninos* que eram chamados de *roceiros* por outros estudantes e até pelos próprios professores. Por isso, muitos não contavam onde realmente moravam ou caminhavam até o povoado do Orojó, quando chovia, “para não dizer que perdeu aula, porque não teve carro, porque mora na roça. Tem vergonha”, como a moradora A1 explica. Assim, muitas crianças estudam até a quarta série, “mas tem que ir para a cidade, não vão, desistem”.

Por que critica, ele é da zona rural, ele chega molhado, ele chega sujo, ele não tem um bom sapato, ele não tem um bom celular, ele se veste mal, tudo isso. E aí tem filho, criança que não sabe se defender, tem uns que desiste de estudar, outros criam um psicológico na cabeça deles que ele não é capaz, isso tudo. E acaba não terminando (Entrevista com a moradora A4).

Como decorrência destas e outras circunstâncias apontadas pelos moradores, até aquele momento, havia somente três pessoas com ensino médio completo na Comunidade do Barroso. A ex-presidente da Associação acreditava que a construção de uma “escola quilombola” com “uma educação que valoriza quem você é e voltada para a sua realidade”, os estudantes estariam *mais preparados* também para “enfrentar o preconceito, quando chegar na rua”. Essa proposta e sua execução eram defendidas com afincos pelos moradores e representantes do movimento quilombola no município.

É importante, aqui, esclarecer que o conceito de “escola quilombola” frequentemente se refere às escolas localizadas em áreas de comunidades quilombolas, como o Censo Escolar identificou a partir de 2004, não se tratando de qualquer diferenciação em relação aos materiais didáticos, aos métodos pedagógicos, à composição e formação dos professores ou à estrutura física. Além disso, o principal critério de classificação “escola quilombola” depende do diretor/a da escola responsável pelo preenchimento de um formulário, não sendo demandado nenhum tipo de reconhecimento prévio e oficial desses territórios tanto pelas comunidades como pelo Estado (ARRUTI, 2009; 2011).

Dessa forma, a classificação depende do conhecimento e da avaliação, ou mesmo eventual adesão ou oposição, por parte deste administrador em relação a esta definição. Um exemplo dessas ocorrências pode ser encontrado no Território Baixo Sul, onde algumas escolas foram classificadas como “localizadas em comunidades quilombolas” sem o conhecimento da própria comunidade que, em muitos casos, não era efetivamente, nem supostamente quilombola. Isso simplesmente era uma estratégia das gestões municipais a fim de aumentar os recursos provindos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), visto que o valor por aluno destinado às escolas quilombolas se torna maior (ARRUTI, 2009; 2011).

Outro fator importante ressaltado por Arruti (2009) diz respeito ao elevado número de estudantes provenientes de comunidades quilombolas que frequentam escolas na sede do município ou outro povoado (como no caso do Barroso), ou mesmo situações contrárias, onde estudantes de localidades adjacentes a comunidades quilombolas, estudam nas escolas destas últimas.

Feitas essas ressalvas, destacamos que a construção de uma escola quilombola no Barroso inicialmente aludia à existência de uma estrutura física e à localização espacial da escola na comunidade. Ressaltamos, no entanto, que as reivindicações dos moradores não se restringiam somente a isso, uma vez que pleiteavam uma “educação diferenciada”, que deveria ir além da questão financeira, ou seja, da alocação de um percentual maior de recursos nas escolas quilombolas, em comparação com os demais estabelecimentos de ensino da rede pública. Envolvidos e atuantes nas arenas públicas de debates a respeito da educação quilombola em nível estadual e nacional, tanto as lideranças do Barroso, como os representantes do movimento quilombola territorial e do fórum de educação quilombola, se pautavam nas discussões sobre a inclusão das especificidades sociais e históricas das comunidades quilombolas nos conteúdos curriculares, além da formulação de uma política nacional de educação direcionada às comunidades quilombolas (ARRUTI, 2009).

O documento base da Conferência Nacional de Educação (CONAE)⁸¹, em 2010, apresentou um capítulo específico sobre “Educação Quilombola” com recomendações para a elaboração de Plano Nacional de Educação Quilombola e de uma legislação específica⁸² sobre o tema.

Em ambos os casos, o foco deverá estar no direito à preservação de suas manifestações culturais, na sustentabilidade de seu território tradicional, na observação de uma alimentação e de uma infraestrutura escolar que respeitem sua cultura e sua relação com o meio ambiente. Também está prevista uma formação diferenciada aos professores destas escolas, a criação de um programa de licenciatura quilombola e a elaboração de materiais didático-pedagógicos específicos; enquanto no campo da gestão, recomenda-se a adoção de mecanismos que garantam a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação (ARRUTI, 2011, p. 167).

Em busca de uma “educação diferenciada”, a demanda pela construção de uma escola quilombola na Comunidade do Barroso encontrou respaldo nas propostas e ações voltadas ao “Eixo Quilombola” do Programa Territórios da Cidadania⁸³, onde recursos financeiros para a

⁸¹ Para maiores detalhes sobre as principais iniciativas federais relativas à educação quilombola consultar Arruti (2009; 2011).

⁸² Como deliberações da CONAE, temos a instituição da Resolução nº8, de 2012, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica”.

⁸³ O Programa Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por objetivo “a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” articulando programas e ações de diferentes Ministérios direcionadas à população considerada mais vulnerável. A gestão ocorre de forma compartilhada entre o governo (federal, estadual e municipal) e representantes da sociedade civil (BRASIL, 2009).

construção e equipamento de unidades escolares foram disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC). No primeiro momento, a AMUBS estaria ainda respondendo pela representação das prefeituras municipais e comunidades quilombolas do Território Baixo Sul nos espaços de discussão, proposição e deliberação de ações públicas no Colegiado Territorial e no Comitê de Articulação Estadual do Programa Territórios da Cidadania, uma vez que os Conselhos Quilombola (Territorial e Estadual da Bahia) ainda estavam sendo fundados.

“Por incrível que pareça, o Território que mais marcou presença na reunião foi o Baixo Sul, inclusive saiu mais escolas para o Baixo Sul que para outros Territórios” da Bahia, como esclareceu J., um dos coordenadores da CONAQ. Assim, foi deliberada a construção de três escolas quilombolas no município de Camamu, sendo que as comunidades quilombolas Barroso, Pedra Rasa e Jetimana foram as escolhidas devido ao maior número de estudantes que atenderiam⁸⁴ e a dificuldade de acesso. O convênio foi firmado, em 2009, entre Prefeitura Municipal e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Portanto, a garantia do direito à educação de qualidade e o número elevado de crianças e jovens da região obteve aderência no Colegiado Territorial no Programa Territórios da Cidadania no “Eixo Quilombola”, ou seja, a autodefinição como comunidade quilombola permitiu que suas demandas fossem reconhecidas e tratadas pela ação pública a partir do momento que suas identidades públicas passam ser conhecidas e legitimadas pelo Estado e seus intermediários.

Contudo, as edificações destas escolas não tinham sido concluídas até o final de 2013, sendo que a Prefeitura Municipal tinha realizado somente a terraplanagem na área destinada para a escola no Barroso, enquanto as outras duas obras estavam paradas e incompletas. Isso decorreu devido ao afastamento da prefeita de Camamu, I., do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2012, que não assinou um termo aditivo para prorrogação de prazo para conclusões das obras. Mesmo após as eleições municipais, no ano seguinte, os novos encaminhamentos realizados pela nova prefeita, E.⁸⁵, a fim de obter os recursos para a finalização das obras, não foram aprovados pelos gestores do FNDE/MEC. Para isso, a ex-prefeita I. precisava “assinar documentos e ofícios” do período da sua gestão, a qual se negou, uma vez que não ocupava mais o cargo. Assim, a responsabilidade causal para muitos moradores do Barroso e outros interlocutores envolvidos neste debate foi atribuída a ex-prefeita I. que “se recusava a assinar os papéis”. Já outros temiam que o dinheiro tivesse sido “desviado no meio do caminho” pela ex-prefeita ou mesmo pela atual. Ainda alguns acreditavam que era uma “questão política” ou “má vontade” dos gestores do FNDE/MEC.

No final do nosso trabalho de campo, outros atores entraram em cena, mobilizando-se com o objetivo de resolver esse problema. Naquele momento, o Conselho Interterritorial das Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul por intermédio da CONAQ buscava agendar uma reunião com os gestores do FNDE/MEC, em Brasília, para discutir e encontrar algum encaminhamento plausível. De acordo com um dos coordenadores da CONAQ, já havia uma discussão para verificar quais seriam os trâmites legais para que a ex-prefeita “assinasse os documentos e os ofícios”, ao mesmo tempo que os gestores do FNDE/MEC “teriam sinalizado” um possível acordo. Se o Conselho Quilombola era a entidade ativamente mais envolvida neste caso, outras entidades do Colegiado Territorial, como o STR e o SASOP, por exemplo, apoiavam e acompanhavam o desenrolar das ações e decisões amparando o Conselho Quilombola. Ainda alguns vereadores (uns com base eleitoral nestas Comunidades, outros envolvidos diretamente com as demandas da população rural) procuravam adesão de deputados federais votados, em Camamu, a fim de intervir nas negociações e o FNDE/MEC, ao mesmo

⁸⁴ Esta unidade escolar no Barroso, por exemplo, atenderia os estudantes da região do Varjão e do Lameiro, comunidades adjacentes com um número elevado de crianças e jovens em idade escolar.

⁸⁵ A prefeita eleita do Partido Progressista (PP) era irmã do ex-prefeito Z., que teve sua candidatura indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral. No entanto, Z. ocupava o cargo de Secretário de Governo na gestão da irmã.

tempo em que acompanhavam de alguma forma, as tratativas entre o poder executivo municipal e o FNDE/MEC. Segundo as últimas informações disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Camamu a respeito das escolas quilombolas, no início de 2015, a própria Prefeitura entrou com uma ação na “Justiça Federal” com o objetivo de concluir estas obras, já que permaneciam paralisadas até aquele período.

Paralelamente à emergência desse problema público, outro ponto importante envolvendo a educação das comunidades quilombolas dizia respeito à alimentação escolar. Desde as primeiras conversas com os moradores da Comunidade e, especialmente, as mães dos estudantes, a reclamação relativa à “merenda de péssima qualidade” se tornava um motivo de indignação, visto que era constituída normalmente por alimentos desidratados e industrializados, ou seja,

(...) essas merendas que vem de lá de fora, que você não sabe nem como que produz, em pacotes, para alimentar os filhos da gente (...) E tem coisa que você produz na comunidade e pode ser comprada das mãos do agricultor, e ficar na comunidade mesmo para ir para o colégio. Uma banana, você pode produzir muito mais que uma banana. Um aipim, você pode fazer vários pratos. Uma laranja, pode fazer um suco, ao invés de comprar esses em pó para poder dar (entrevista com a moradora M.)

A alimentação dos moradores se constituía normalmente de arroz, feijão, carnes, ovos, banana, macarrão, mandioca ou farinha de mandioca, alguns legumes e verduras, uma diversidade de frutas das propriedades, e não de alimentos processados alheios aos seus hábitos alimentares. Eles como agricultores não consideravam estes produtos industrializados como *comida*, uma vez que não eram “produtos da agricultura” desconhecendo sua procedência e produção, além de não satisfazer, ou melhor, “não saciar a fome deles”. Junto a esta insatisfação, as merendeiras da escola do Barroso não permaneciam muito tempo na função devido ao trabalho muito árduo, já que precisavam carregar água para o preparo das refeições. Não havia nenhuma forma de abastecimento ou captação de água na escola, por isso, a merendeira precisava se deslocar até uma fonte e carregar toda água necessária para o preparo das refeições e limpeza cotidiana. Essa situação problemática se tornou um dos principais embates diretos com a gestão da ex-prefeita I. com a Associação do Barroso, antes mesmo da construção da “escola quilombola”.

Na realidade, os desentendimentos iniciaram com a Secretária de Educação, mãe da ex-Prefeita, e a Diretora da escola do Barroso a respeito da execução de um projeto no valor de R\$ 12.000,00 para a reforma da escola com a construção de banheiro e biblioteca. “Um dia, a Prefeitura mandou um pintor com duas latas de tinta para reformar a escola. Me avisaram aqui e fui com outras mães lá na escola, e mandamos ele embora. Disse que enquanto não começasse a construção (do banheiro), as crianças não iriam à escola” (Registro do depoimento no diário de campo da moradora A1). Frente a esta decisão, a Diretora “ameaçou denunciar as mães por não mandarem seus filhos à escola e cortar o Bolsa Família”, já que uma das condicionalidades para participar do Programa se refere à frequência escolar. No entanto, “se cortassem, iríamos levar para o Ministério Público para ver quem estava errado”, como contestou a ex-presidente da Associação. No final, os materiais para a construção do banheiro e reforma da escola foram entregues tornando o local mais agradável e com melhores condições para o desenvolvimento das atividades escolares. O mesmo caso ocorreu com a escola de outra Comunidade, todavia “as mães ficaram com medo de cortar o Bolsa Família e mandaram os filhos de volta para a escola, e o material (de construção) não chegou”, nos relatou a ex-presidente.

Após esse desentendimento, a insistência nas denúncias a respeito dos tipos de alimentos fornecidos na alimentação escolar se tornou um ponto de desavença entre a Diretora da escola e a secretária de Educação, que se posicionava contra as mães da Comunidade ou mesmo em

oposição aos próprios estudantes, considerados “metidos a bestas”, por se mostrarem insatisfeitos com a merenda. Desse modo, as mães se reuniram e decidiram devolver a alimentação escolar todas as vezes que fosse composta por

(...) essas coisas, mingau, risoto, um nome todo chique, voltava. Com isso começaram a massacrar a gente, porque diz que não tinha merenda, porque não tinha o que a gente gostava e ficamos sem merenda. Mas a maioria dos lugares, ninguém gosta da merenda. Dizendo que é uma merenda complementar que vinha. E cadê o básico? O principal? Ia complementar o que? Nada (Entrevista com a moradora A1)

Os questionamentos frente a composição da alimentação escolar e as atitudes dos gestores de educação municipal se amparavam não somente na valorização da produção para o autoconsumo e na discussão de alimentação saudável proposta nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas também pelo não cumprimento por parte do município, da obrigação de adquirir 30%, no mínimo, de gêneros alimentícios procedentes da agricultura familiar ou suas organizações, “priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e de comunidades quilombolas” para a alimentação escolar, obrigação esta estabelecida pela Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009). Além disso, o valor *per capita* transferido pelo FNDE aos estados e municípios para a alimentação escolar de estudantes de escolas localizadas em comunidades quilombolas e terras indígenas é diferenciado, visto que estas populações estão mais expostas à insegurança alimentar e nutricional. Por isso, o valor *per capita* repassado pela União aos municípios é R\$ 0,60 para estudantes quilombolas e indígenas, enquanto que para os demais estudantes matriculados em escolas de ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos é de R\$ 0,30.

Portanto, a administração da Prefeitura Municipal não cumpria nenhuma das prerrogativas direcionadas à alimentação nas escolas quilombolas: não comprava a porcentagem mínima de produtos da agricultura de base familiar, não fornecia alimentos em quantidade ou qualidade diferenciadas de acordo com o valor repassado, não respeitava “os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade”⁸⁶ não explorando, portanto, o potencial e a diversidade agrícola da região. Ao mesmo tempo, não possibilitava a participação dos agricultores de base familiar neste mercado institucional, que se constituiria como oportunidade para o escoamento da produção, já que um dos maiores desafios para a agricultura familiar diz respeito à comercialização de seus produtos.

Da mesma forma, um dos representantes da sociedade civil no Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no município e liderança do STR também compartilhava dos mesmos argumentos e reivindicações das mães da Comunidade do Barroso por uma alimentação mais saudável, assim como alguns professores e pais representantes no CAE. No entanto, a compra de produtos procedentes da agricultura familiar não se concretizava, embora o levantamento sobre os produtos, a quantidade, a sazonalidade e os custos tivesse sido feito pelo SASOP, o STR e os agricultores, “não conseguiram fazer nenhuma entrega”, como a representante do CAE se lamentava. Já a ex-presidente da Associação explicou que um dos maiores empecilhos dizia respeito ao agendamento da entrega e do transporte dos produtos para as escolas na sede do município. Isso poderia ser solucionado se pudessem fornecer os produtos diretamente à escola da Comunidade ou da região adjacente. Mesmo assim, se deparavam com a “burocracia” e a indisposição dos gestores do município na efetivação do Programa.

⁸⁶ Definido pelo artigo 12, da Lei nº 11.947 / 2009 que dispõe de diretrizes sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica.

Só que na época, a burocracia é maior, mais documentação. Eles (gestores da Prefeitura) nunca se interessaram para isso não. Porque a gente pode fazer o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para a educação, para a escola. Também pode, porque a gente fez para a igreja, porque a igreja se empenhou em nos ajudar na documentação dela, no que precisava. E na escola, o gestor não tem essa integração com as associações. (...) mas agora, a gente vai tentar novamente, principalmente, que seria bem mais fácil. Se aqui tem uma associação, tem a escola, por que não nas escolas daqui, mais próxima, para que facilite o transporte. Eles disseram que não é possível, por causa da dificuldade, a gente parou (Entrevista com a ex-presidente da Associação).

Se esta situação já se arrastava por alguns anos, o debate sobre o valor diferenciado da merenda para as escolas quilombolas também permanecia sem esclarecimentos mais detalhados e justificações da gestão municipal. Assim, a representante da sociedade civil no CAE explicou que

(...) a merenda quando é comprada ela não vem diferenciada. Ela vem comprada no pregão. Compra as merendas para todas as escolas, não tem essa diferença comunidade quilombola e comunidade rural. Nas reuniões a gente fala que o dinheiro da merenda das comunidades quilombolas é 60 centavos por cada criança, e para outra criança que não é quilombola é 30. Isso eles têm clareza, mas eles nunca explicam para a gente quanto é que vem para as comunidades quilombolas e quanto que vem de outras escolas. No contracheque, amanhã vai ter uma prestação de contas, e vou ver quanto que está vindo da merenda. Mas mesmo assim, o dinheiro vindo a gente não sabe, porque a merenda é comprada junta. Se vai uma refeição para um aluno da comunidade quilombola é igualmente de outro colégio e a mesma quantia. Isso que a gente tem falado, esse gestor que está lá, foi o mesmo gestor que está lá que trouxe essas informações sobre as comunidades quilombolas, mas ele até hoje não explicou isso para a gente (Entrevista com a representante da sociedade civil no CAE e liderança do STR).

Apesar da instituição do CAE no município, não observamos um efetivo desempenho de algumas das suas atribuições, tais como: acompanhar a aplicação dos recursos federais destinados ao PNAE; comunicar qualquer “irregularidade identificada na execução do PNAE ao FNDE, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União”, “acompanhar a execução físico-financeira do programa, zelando pela sua melhor aplicabilidade”, entre outros (BRASIL, 2006). Contudo, não se tratava simplesmente da eficácia de controle e acompanhamento por parte dos membros do CAE ou da organização e mobilização dos envolvidos frente a esta situação, uma vez que as disputas não se amparavam nas gramáticas estabelecidas pelo regime da justiça. Para ilustrar outros elementos, muitas vezes decorrentes nos bastidores das cenas públicas, um dos representantes do movimento quilombola e a ex-presidente da Associação do Barroso nos relataram que os desacordos com a gestão da ex-prefeita, I., especialmente com a Secretária de Educação repousavam nos argumentos de autoridade ou mesmo na coação por meio da difusão de boatos com ameaças a sua integridade física, como nos descreveram.

Após uma reunião extraordinária do Conselho Interterritorial organizada no município de Valença com a presença da Coordenadora de Educação para as relações étnico-raciais e diversidade da Secretaria da Educação da Bahia, Marília⁸⁷, os representantes do movimento quilombola a levaram para Camamu a fim de realizar uma reunião com as comunidades e a Comissão de Educação Quilombola do município. No dia seguinte, quando deveriam ocorrer estas atividades, a ex-prefeita e a Secretária de

⁸⁷ O nome foi alterado para preservar o anonimato da Coordenadora.

Educação, tentaram “desarticular a discussão e a reunião” com as comunidades quilombolas, “segurando a Marília” na Prefeitura, das 8:30 até as 11 horas da manhã, quando a reunião estava agendada com os moradores e as lideranças das comunidades. No entanto, o maior constrangimento ainda aconteceu no período da tarde, quando “a mãe de I. destratou a gente na frente das pessoas, dizendo quem a gente pensava que era”, como a ex-presidente da Associação do Barroso sintetizou a cena descrita abaixo por outro representante do movimento quilombola:

Quando foi a tarde, nós fomos fazer duas escolas. Aí, a [Marília] perguntou: em qual escola nós vamos? Eu falei: a gente vai para a Tapuia e, na volta, a gente chega no Garcia, porque é caminho. Aí, ela passou para a secretária. A secretária abaixou o vidro do carro, pegou e falou: Você é o que da Secretaria [de Educação]? Qual é a sua função? É fiscalizar a Secretaria? Eu digo não, eu sou coordenador do fórum de educação quilombola. Sou liderança das comunidades quilombolas. Abaixou o vidro, seguiu na frente e ficou um clima assim pesado. (...) [Depois das visitas] a [Marília] virou para mim: que é isso? Para você ver, para você ver que não é mentira minha. Se eu chegasse e falasse, você ia dizer que era mentira. A secretária de educação municipal apontar o dedo na cara de uma pessoa. (...) quando foi na volta à noite, que eu fui saber, no outro dia (...). Surgiu um comentário lá dentro (...) Olha, nós temos que tirar o [esta liderança] desse movimento de qualquer jeito. Então, quando uma pessoa fala de qualquer jeito, a gente fica até com nosso pescoço na corda também. Eu andava, mas andava tranquilamente, mas tinha que olhar os quatro cantos, onde eu pisava, onde eu sentava, até as viagens a noite que eu fazia, eu até parei de fazer (...) E eu sempre dizia: gente, eu não estou aqui brigando, fazendo política, eu tô aqui lutando pelos nossos direitos quilombolas! Sempre gostei de separar uma coisa da outra. Se eu estou falando de políticas públicas, é políticas públicas, não é política partidária. Agora vai ter o momento que a gente vai ter que discutir política partidária também, porque ou a gente vai discutir política partidária junto com as comunidades quilombolas ou a gente vai estar sempre nessa aí (Entrevista com J., coordenador da CONAQ).

Esta situação se aproxima dos casos apreendidos por DaMatta (1997) para ilustrar o rito autoritário da expressão “Você sabe com quem está falando?” revelando que um conflito aberto e caracterizado por posições divergentes, o qual seria inerente a dinâmica política e social nos espaços públicos, “se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante” da sociedade brasileira. Aqui, observamos uma separação autoritária e drástica entre duas posições sociais diferenciadas, onde cada um “teria seu lugar” obedecendo as “engrenagens de uma hierarquia que deve ser vista como algo natural”. Por isso, os conflitos tendem a ser considerados irregulares e evitados, ou pior, vinculados a características pessoais indesejáveis. Neste sistema hierarquizante, nos deparamos com a valorização da ideia de consideração à pessoa, em detrimento ao respeito aos dispositivos universalizáveis do cidadão ordinário, ou seja, precisamos saber com quem estamos falando para nos portar e tratar cada um com consideração de acordo com sua posição social (Da Matta, 1997, p.184-187).

Para Kant de Lima (2001, p. 110), esta estrutura hierarquizante de nossa sociedade representada na forma piramidal “coloca todos juntos”, mas de forma desigual, embora complementares e sem oposição, sendo que aqueles que se encontram no vértice são os que tudo veem, “cuja perspectiva é a verdadeira, pois os demais elementos têm apenas visões parciais do conjunto”. Assim, o conflito ameaça a totalidade da estrutura social e, por isso, seu desenlace não é “a solução das desigualdades que incomodam, mas a sua manutenção, ordenadamente. A ideia de igualdade é associada à semelhança dos pares; a de diferença, à de desigualdade substantiva entre as pessoas. A fórmula para administrar o conflito é ou a conciliação ou a punição das partes nele envolvidas” (KANT DE LIMA, 2001, p.117).

Sob esta perspectiva, observamos que a Secretária de Educação tentou “colocar” o representante do movimento quilombola “no seu lugar”, quando indagou “qual era sua função” para escolher as comunidades a serem visitadas, ou mesmo questionar as atividades agendadas pela Secretaria de Educação Municipal. A “autoridade” para acompanhar a Coordenadora Estadual nas visitas às escolas das comunidades quilombolas era a própria Secretária e não uma pessoa comum, sem atributos de “autoridade” (quilombola, pescador e representante do movimento). Por isso, as lideranças deveriam “respeitar” e não questionar suas decisões no espaço público. Dessa forma, nos pareceu que a Secretária se indignou não somente pelos questionamentos ou pela iniciativa das lideranças quilombolas podendo parecer perda de sua autoridade, mas também pela possibilidade de “desarrumação da ordem” dos lugares pré-determinados para cada qual, ou seja, as “autoridades” de um lado e os “quilombolas”, de outro (KANT DE LIMA, 2001).

A resolução deste embate, como outros travados anteriores, pelas lideranças e a gestão municipal se configurou longe da gramática cívica, ou melhor, de consensos ou acordos entre partes iguais da sociedade com pontos de vistas e interesses diferentes. A difusão de boatos contra a integridade física do representante quilombola foi a solução ou a forma encontrada a fim de limitar ou interromper suas atitudes e ações transgressoras à ordem estabelecida. O próprio representante, todavia, argumentava que suas intervenções não se remetiam ao mundo da “política partidária” ou pessoalizado, visto que suas reivindicações se amparavam nos “direitos quilombolas” legitimados constitucionalmente, ou seja, buscava a garantia de direitos como cidadão universal. Apesar da cautela e da alteração de rotina, o representante do movimento quilombola não se intimidou e prosseguiu com suas reivindicações e seu trabalho, conforme nos relatou:

O que mais me dói é quando eu chego nas comunidades, quando vejo as comunidades de mal a pior. Isso que me dá sustentabilidade de lutar lá fora por nossos direitos. Porque há a lei, temos, mas até chegar às comunidades, se a comunidade não está consciente disso, não chega. Chega no município, mas não chega na comunidade. Então, isso que me traz essa sustentabilidade de eu chegar, de eu lutar, de brigar mesmo por nossos direitos. Eu quero ver as coisas acontecendo nas comunidades, não quero ver as coisas acontecendo [ao meu jeito], mas quero ver as coisas acontecendo nas comunidades. (...) tem recursos, mas não chega. Ou a gente se junta se une para que as coisas aconteçam, ou infelizmente, não acontece (Entrevista com J., coordenador da CONAQ).

Embora também afetado por diversas experiências de injustiça e inconvenientes, o seu envolvimento nas arenas públicas procurava se valer de uma linguagem de interesse geral, renunciando muitas vezes às competências de proximidade pertencentes ao âmbito das relações familiares e de vizinhança. Suas “experiências vividas, seus saberes locais e seus laços pessoais” valorizados e tecidos no dia-a-dia na sua Comunidade e com moradores de outras comunidades quilombolas deveriam ser reenquadrados e, às vezes, descartados frente aos desafios públicos a fim de “argumentar e fazer sentido perante outras instituições, em outras esferas de ação e diante de outras cenas públicas” (CEFAI, 2011, p. 74).

Isso não significa que argumentações plausíveis e justificações legítimas sejam acatadas ou validadas nos conflitos que se desdobram nas cenas públicas brasileiras, uma vez que o “argumento de autoridade, em prejuízo da autoridade dos argumentos”, pode romper com a pretensão de princípios de equidade e igualdade. Aqui, o domínio do público não é “representado como o lócus da regra local e explícita, de aplicação universal, de todos conhecida e a todos acessível, portanto a todos aplicável por igual, universalmente” (KANT DE LIMA, 2001, p.109). Ao contrário, nossos princípios de igualdade no espaço público

consistem em “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais” e, dessa forma, somente alguns com certos atributos morais podem ser considerados e reconhecidos como cidadãos a fim de pleitear seus direitos (MOTA, 2009).

Em muitos momentos e contextos, permanecemos longe da pretensão de acesso igualitários dos atores nas arenas públicas como espaço de direito comum, como Cefai (2002) discorre, uma vez que observamos assimetrias arraigadas na nossa estrutura social, onde “o custo de ser cidadão é ser associado a uma nova modalidade de identidades públicas reconhecidas como legítimas pelos olhos do Estado e seus intermediários” (MOTA, 2011, p. 258). Mesmo adquirindo o *status* de cidadão, observamos que os direitos podem ser cerceados por aqueles que se atribuem a função de juiz e avaliador sobre o que e quem podem ter o direito de reivindicar seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias anteriores à finalização da versão dessa tese para a marcação da defesa, soubemos com perplexidade sobre os conflitos envolvendo as comunidades Varjão e Barroso, sendo que esta última sofreu intimidações e invasões dentro do território. Conforme a denúncia divulgada na reportagem elaborada pela Koinonia (2015), “uma cerca do Barroso foi derrubada para dar lugar à outra” no início de novembro de 2015. Ainda houve a destruição de uma horta comunitária e a “tentativa de atear fogo ao museu que reúne a memória do quilombo” em 2014.

Frente a esses acontecimentos, uma das lideranças da Comunidade ressalta nos trechos da denúncia que “isso tudo faz com que as pessoas acabem por questionar se realmente vale a pena permanecer na luta por nossos direitos de quilombolas”. Comenta ainda que “os invasores querem demonstrar poder justamente para fazer com que as pessoas aqui do Barroso desacreditem nas políticas públicas para os remanescentes de quilombos, conquistas que sabemos que foram muito suadas” (KOINONIA, 2015). Com o apoio do STR, do SASOP, do Conselho Quilombola do Baixo Sul e da própria Koinonia, a Comunidade encaminhou uma carta pública ao INCRA e à Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA) solicitando a intervenção desses órgãos a fim de evitar o agravamento do conflito.

A partir dessa situação entristecedora e perturbadora, tecemos algumas considerações e reflexões a respeito daquilo que buscamos descrever e compreender no decorrer desse trabalho, ou seja, de que maneira pessoas ordinárias ou “cidadãos comuns” se constituíam como “sujeitos de direito”, ao mesmo tempo em que configuravam situações problemáticas vividas em problemas públicos. Se essas situações não alcançavam o *status* de “público”, como definido pelo nosso arcabouço teórico-metodológico, possuíam pelo menos algum tipo de tratamento ou interlocução com o poder público e seus intermediários. Contudo, esse processo não esteve imune de custos decorrentes das reivindicações que, a princípio, são direitos definidos pela Constituição. Os múltiplos custos envolvidos nas situações, tanto sociais e políticos como morais, podem ser tão onerosos que as pessoas se indagam “qual é o custo de ser cidadão”. Assim, demandar seus direitos pode se tornar, frequentemente, uma afronta na nossa sociedade autoritária com resquícios coloniais e escravistas (MOTA, 2009).

Assim, acompanhamos a trajetória de homens e mulheres, que eram posseiros e trabalhadores rurais, anteriormente, se constituindo como uma nova categoria: “assentados” da reforma agrária. Se antes viviam *ao léu*, trabalhando de fazenda em fazenda, em empregos precários ou inseguros em relação a posse da terra, agora podiam afirmar que “aqui, eu sei que é meu. Enquanto eu tiver, aqui, as leiras, ninguém é de dizer o contrário”.

Do mesmo modo, seguimos a narrativa das famílias do Barroso excluídas ao acesso a terras férteis mais propícias para o cultivo do cacau até o seu reconhecimento como “quilombolas”. A partir da fundação da Associação, da *parceria* com o SASOP e, posteriormente, da autoatribuição da identidade étnica, suas práticas organizativas e coletivas anteriores ganharam contornos mais formalizados refletindo transformações mais profundas permitindo uma mobilização frente ao Estado. Isso demonstra que a emergência de categorias que se afirmam por meio de uma dinâmica coletiva, ultrapassa uma simples estratégia de discurso permitindo politizar as denominações da vida cotidiana e valorizar as diferenças étnicas e as diversidades culturais (ALMEIDA, 2010).

Essa diversidade foi um dos argumentos reconhecidos que embasaram as controvérsias em torno da alimentação escolar e da demanda por uma educação diferenciada. A identidade étnica se torna uma justificativa adequada para fundamentar suas posturas ou tornar seus argumentos generalizáveis frente aos interlocutores nas cenas públicas. Ao mesmo tempo, suas justificativas e suas reivindicações também repousavam em diferentes gramáticas e figurinos no decorrer das discussões. Isso porque eles não seguiam uma única lógica de ação e não agiam sob um único regime como observamos nas situações descritas no capítulo 4.

A mobilização para a construção de uma escola de ensino fundamental até a 9ª série nasceu da preocupação de mães e pais buscando alternativas para o transporte escolar precário, que seus filhos utilizavam diariamente. Além disso, o sentimento de indignação suscitado pelas posturas preconceituosas enfrentadas pelos seus filhos ao serem chamados pejorativamente de *roceiros* nas escolas (assim como outros estudantes da área rural) se referia ao estigma atrelado à população rural de forma geral. Contudo, essas argumentações de mães e pais agricultores familiares não tiveram aderência nas arenas públicas, uma vez que poderiam ser compreendidas como interesses particulares.

Suas inquietações e insatisfações referente à educação das crianças e dos jovens da Comunidade foram sendo problematizadas e discutidas entre os moradores, o que os levou a buscar apoio de diferentes atores em diferentes momentos e cenas públicas. Da mesma forma, acompanhamos como as causas e as situações também foram constituindo os próprios atores afetados a cada acordo, embate, aliança ou inimizade, por mais que a identidade “quilombola” fosse mobilizada, frequentemente, era experimentada e constituída a cada situação.

No Assentamento, observamos que os moradores se deslocavam entre múltiplas competências, que se sobrepunham ou complementavam a identidade de assentado: “trabalhador” (em oposição a ideia de ocioso), “mulher sozinha”, “pobre”, cortador de dendê, agricultor, “guardião da floresta”, “empreendedor”, “novato”, eleitor, entre outros. Nos momentos de controvérsia e crítica a respeito do trabalho *fora* e da ausência de produção dos lotes, por exemplo, os moradores criticados se valiam de múltiplos princípios associados a distintos figurinos (“pobre”, “mulher sozinha”, “trabalhador”, “guardião da floresta”) para organizar suas justificações e fundamentar suas decisões e ações. Enquanto outros, que conseguiam produção agrícola em seus lotes, sustentavam suas críticas e acionavam as competências de “empreendedor”, agricultor, “trabalhador” para demonstrar que cultivar ou não o lote era uma opção ou esforço pessoal.

Embora estas últimas críticas convergissem ao encontro da gramática discursiva nas normas institucionais e jurídicas proferidas pela assistência técnica da EBDA e pelo arcabouço legal-institucional sobre projetos de assentamentos, os moradores com pouca produção nas áreas individuais amparavam-se em outras moralidades baseadas na sobrevivência. Precisavam obter alguma renda para se alimentar e adquirir bens básicos. Isso era o sentido de justo para essas famílias, o que não se adequava perfeitamente com as condicionalidades do “ser assentado”, uma vez que a geração de renda proveniente do lote era insuficiente e intermitente para atender suas *necessidades*.

Em outras cenas públicas, os moradores do Assentamento já recorriam à categoria “assentado” e às gramáticas subjacentes para validar suas demandas frente aos técnicos da EBDA e à presidente da Associação. As argumentações tecidas a favor da construção da casa de farinha apoiadas na possibilidade de geração de renda, na segurança alimentar e na agregação de valor à matéria-prima possuíam alto grau de legitimidade face aos critérios técnicos – produtivos para uma unidade de beneficiamento. Já confrontado com esse repertório de argumentação pelos próprios técnicos, os moradores teciam um mosaico de justificações amparados também no regime de familiaridade acentuando o caráter emocional e afetivo, quando relatavam as árduas condições para produzir um pouco de farinha para a subsistência familiar buscando demonstrar o sofrimento vivenciado.

Embora legítimos, seus argumentos não ecoaram além daquela cena, visto que não conseguiram aderência nos programas de fomento à produção, à geração de renda ou à agroindústria para os projetos de reforma agrária devido à baixa produção de mandioca do Assentamento comparada a capacidade produtiva exigida destes programas. Os projetos pré-definidos para a construção de casas de farinha preveem uma capacidade mínima, que ainda era inviável em termos econômicos e produtivos para o Assentamento.

É importante ressaltar que essas circunstâncias são recorrentes nos assentamentos rurais ou nas comunidades rurais, ou seja, as unidades de beneficiamento de produtos agrícolas projetadas para a agricultura familiar pelos órgãos de fomento e financiamento público apresentam, normalmente, uma capacidade produtiva muito superior às possibilidades de fornecimento de matéria-prima desses agricultores, se utilizarmos como parâmetro a realidade vivida por grande parte dessa população. Uma alternativa discutida nos bastidores com o técnico da EBDA era elaborar uma proposta para entidades da sociedade civil que financiavam empreendimentos produtivos adequados à capacidade de produção de cada localidade. Contudo, os próprios moradores do Assentamento conseguiram resolver, a princípio, essa demanda, contando com a possibilidade de que um morador pudesse construir uma casa de farinha no seu quintal com recursos próprios.

Como apontado, anteriormente, por Freire (2010), o senso de justiça dos atores sociais não se amparava na esfera do direito ou das leis de forma exclusiva. A partir das diversas situações, observamos as competências dos atores associadas a distintos papéis argumentando do seu ponto de vista o que consideravam justo, embora suas justificações se tornassem mais válidas, a partir do momento em que lançavam mão da identidade diferenciada para fazer valer seus direitos e suas demandas. Dessa forma, os atores não cessavam de ser redefinidos e renegociados em cada cena pública, ao mesmo tempo em que não recorriam exclusivamente à “linguagem do interesse geral”. Concomitantemente, as situações problemáticas foram se constituindo e se desdobrando em diferentes lugares e tempos compondo “uma constelação de palcos” e de problemas (CEFAI, 2011).

Apesar da interlocução aberta e do tratamento, pelo menos em parte, de suas demandas por meio de ações públicas, os moradores tanto do Assentamento como do Barroso se confrontavam com os “argumentos de autoridade”, as trocas e os favores, especialmente, no “tempo da política”. Dessa forma, observamos o difícil equacionamento, já apontado por Palmeira (2010), entre a ação pública (como algo impessoal), associado à transformação social permitindo igualdade política e autonomia dos cidadãos, e a prática política, que se confunde com obras e troca de favores.

De qualquer modo, não se encontravam totalmente presos ou dependentes dessas relações pessoalizadas para acessar políticas públicas ou buscar o bem-estar da comunidade, como grande parte das comunidades rurais do município. Muitas destas comunidades, às vezes, contíguas ao Assentamento ou à Comunidade Quilombola enfrentavam problemas sociais análogos, no entanto permaneciam “invisíveis” e “ignoradas” pelo poder público ou se submetiam às ingerências e aos favores dos políticos locais, funcionários da Prefeitura ou mesmo parente com *mais instrução* e poder econômico. Assim, observamos que nem todas as pessoas se configuravam como “sujeitos de direito”, nem todos os agricultores de base familiar conseguiam almejar o acesso a políticas públicas, nem todos os “pobres” do campo se tornavam reconhecidos e obtinham atenção pública, que não fosse por meio de programas assistenciais ou pontuais.

Neste ponto, ponderamos que a presença de um intermediário para amparar ou mediar suas reivindicações ou suas denúncias nas arenas públicas poderia permitir que os atores não se submetessem somente aos favores e às ajudas de outros indivíduos e seus interesses, embora compreendemos as críticas tecidas por Mota (2011) e Kant de Lima (2005) a respeito da possibilidade de criar ou reforçar uma tutela por parte dessas entidades sobre esses sujeitos. Assim, partimos das contribuições de Boltanski e Chiapello (2009) para nos debruçarmos sobre as avaliações dos próprios moradores sobre essas mediações sem estabelecer, *a priori*, se eram relações de dependência ou assimétrica.

Boltanski e Chiapello (2009) destacam a emergência de uma nova ordem de grandeza (*la grandeur*), que permite analisar o que é ser “grande” no mundo conexionista em construção,

a “cidade (*la cité*) por projetos”⁸⁸. A partir de um *corpus* de textos da gestão empresarial destinados aos executivos, na década de 1990, e da análise de diferentes propostas para melhorar a justiça social na França, os autores observaram transformações na visão de mundo, na organização e nos dispositivos que estão em jogo, quando compararam com os princípios dessa mesma literatura dos anos 1960.

Assim, os autores percebem quais são as ordens de grandeza, os princípios de equivalência, as provas, dando conta que o “grande” na “cidade por projetos” é aquele que sempre desenvolve uma multiplicidade de ideias e está bem conectado. O “grande” também proporciona a mobilidade e o engajamento dos outros, além de si mesmo, pois inspira confiança e entusiasmo as pessoas ao seu redor. Ele sabe ouvir com tolerância, respeitar e considerar perspectivas diferentes.

Entretanto, os elos estabelecidos não são somente entre pessoas longínquas de universos diferentes, mas também entre uma série de atores distantes de seu próprio meio de origem e do círculo de relações próximas, uma vez que a avaliação sobre a qualidade do elo criado se fundamenta na distância superada e no grau de proficiência para o aumento da rede. Além disso, “o grande” é capaz de absorver e distribuir as informações para o bem comum sem retê-las para si mesmo. Assim, a confiança e as qualidades relacionais podem ser consideradas aglutinadoras de projetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Ao contrário do “grande”, o “pequeno” é aquele que não forma elos, pois não sabe se comunicar, compartilhar e adaptar. Essa rigidez pode ter diferentes origens: estar relacionada com seu enraizamento local, seu apego ao projeto e/ou o emprego, entre outras. Como a existência nesse mundo depende do número e do valor das conexões estabelecidas nas relações, o “pequeno” é rejeitado ou excluído para as margens da rede, onde as conexões são difíceis e desvalorizadas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Sob esse olhar, procuramos refletir sobre a avaliação dos moradores do Barroso quando afirmam que a atuação e a presença do SASOP e da Koinonia foram (e são) importantes para a Comunidade. A partir das próprias propostas, atuações e estratégias do SASOP, por exemplo, verificamos que existe um amplo de esforço de “articulação” com outros atores e arenas públicas a respeito das temáticas norteadoras de suas ações. Assim, integra ou participa dos espaços da Articulação Nacional de Agroecologia e da Articulação no Semiárido; do Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Nacional e do CONSEA Bahia); da Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural Nordeste (Rede ATER NE); Fórum Baiano da Agricultura Familiar, entre outros.

Portanto, destacamos a capacidade da entidade na constituição de conexões e na mobilidade em diferentes espaços e públicos interligados (agroecologia, agricultura familiar, segurança alimentar, semiárido). Ao mesmo tempo em que se movimenta, também fomenta e permite que os atores locais sejam inseridos nessas redes, conferindo mobilidade para aqueles que se encontravam imóveis e enraizados no local. Isso não se aplica, somente, para as viagens de intercâmbio ou à circulação em diversas arenas públicas, nas quais os agricultores participavam, mas também aos próprios elos que a Associação do Barroso criou, os quais não

⁸⁸ Os autores modelaram uma sétima cidade, a “cidade por projetos” para criar equivalências e justificar as posições de grandeza do mundo em rede. A ideia de projeto “designa a operação consistente em coordenar recursos diversos com um objetivo preciso e por um período de tempo limitado” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 570). Assim, a “cidade por projetos” se baseia no termo da literatura de gestão empresarial, *organisation par projet*, que remete ao construto de uma empresa constituída por grande número de projetos, os quais interligam pessoas diversas. Ao iniciar, finalizar ou substituir esses projetos, as pessoas também se reorganizam em outros grupos e equipes de trabalho. Isso significa que o projeto consegue reunir pessoas diferentes e, por isso, tornar-se um “segmento de rede fortemente ativado” por um determinado tempo, que pode ser acionado em outros momentos, ou seja, os projetos são o acúmulo de conexões ativas capazes de consolidar e tornar irreversíveis laços, o que permite dar vida a sujeitos e objetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.133).

dependiam mais da mediação do SASOP. Conectada a redes mais amplas, essas conexões possibilitam acumular recursos políticos e sociais, arregimentar aliados e argumentos nos momentos de disputas, por exemplo.

Já a Koinonia atuante em diferentes estados brasileiros e trabalhando com um leque diversificado de temáticas (tolerância religiosa, drogas e violência no campo, territórios negros, violência contra a mulher, direitos humanos e prevenção de HIV/Aids, entre outros) estabelece uma amplitude de elos nos espaços públicos nacionais e internacionais, mas também em nível local, como foi o caso da parceria estabelecida entre SASOP e STR em Camamu. Além das viagens promovidas com o objetivo de conhecer comunidades quilombolas em outros estados e dos intercâmbios com povos de terreiro da Bahia, a Koinonia investe fortemente em cursos de formação em direitos humanos, não voltado somente para direitos quilombolas, mas também para equidade de gênero, contra a violência doméstica e tolerância religiosa.

Esse se tornou um aspecto fundamental ressaltado pelos moradores do Barroso e pelas lideranças quilombolas no Baixo Sul, onde as informações (muitas vezes, escassas ou distorcidas) sobre autoreconhecimento, direitos, políticas públicas, organização e arenas públicas envolvendo as comunidades quilombolas possibilitaram a mobilização desses atores em torno da identidade étnica e fundamentar seus argumentos e suas justificações para torná-los legítimos frente aos seus interlocutores. Contribuir na mobilidade e no fomento de condições para que os próprios atores locais possam se inserir em novas redes, propor novos projetos e engendrar novas conexões independente das mediações tecidas pelo SASOP ou Koinonia, o que as tornam “grandes” ou importante para os moradores do Barroso.

Do mesmo modo, podemos refletir a respeito de algumas avaliações e críticas dos moradores do Assentamento Argemiro Mendes sobre a assistência técnica da EBDA, quando informavam: “eles ajudam muito”, “jogam duro”, “tanta coisa que a gente fica doida”, “pressionam para pegar”. Esse arcabouço teórico também nos fornece alguns elementos para pensar qual o grau de mobilidade, a inserção em outras arenas públicas ou o contato com outros atores promovidos pela assistência técnica da EBDA?

As ações implementadas no Assentamento direcionavam-se principalmente a fomentar e gerar renda, uma demanda dos próprios moradores, e a promover cursos de “capacitação” para atividades produtivas. Assim, os técnicos “ajudavam” apresentando alguns caminhos dentro dos eixos pré-determinados dos programas governamentais, sendo que os moradores não tinham muita autonomia de escolha, por mais que os técnicos perguntassem “o que eles achavam”. Ao mesmo tempo, existia descontinuidades e reelaborações na execução dessas ações pela rotatividade dos membros da equipe técnica da EBDA, uma vez que a grande maioria dos profissionais era contratada temporariamente. Frente a projetos malsucedidos, também não propiciavam aos moradores a criação de novas conexões com consumidores ou instituições por meio da comercialização de seus produtos ou com outras entidades a partir de suas experiências, por exemplo, o que contribuía de alguma forma para que os assentados permanecessem imóveis.

Não se trata de avaliar o desempenho do técnico “a” ou “b”, nem comparar as entidades SASOP *versus* EBDA, nem tomar algum lado como positivo ou negativo. Ao contrário, buscamos refletir a respeito do grau de mobilidade e da inserção em outras redes ou espaços desses atores locais como formas de obter *status* “público” para seus problemas, uma vez que o número e o valor das conexões são fundamentais no mundo conexonista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Desse modo, estabelecer elos permite, de alguma forma, demonstrar que as situações problemáticas enfrentadas não se referem somente aos seus interesses ou a sua Comunidade, uma vez que existem múltiplos atores compartilhando experiências, lutas e possibilidades para lidar com seus problemas.

Reivindicar direitos nas arenas públicas, legitimar demandas frente ao poder público ou obter atenção pública para problemas sociais vivenciados são práticas que não estão amparadas

no *status* de cidadão dos modelos abstratos definidos pela consciência do bem público. Ao contrário, a conformação da vida coletiva no cotidiano, a qual se repousa em diferentes práticas concretas conduzidas por uma multiplicidade de lógicas e sentimentos, que permite um “cidadão comum” se configurar como um “sujeito de direito”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, D.N. S. Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In.: O'DWYER, E. C (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

ALMEIDA, A. W. B. de. Nas bordas da política: os quilombos e as políticas sociais. **Boletim Informativo do NUER**, Florianópolis, v.2, p.15-44, 2005.

ALMEIDA, A. W. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In.: DELGADO, N. G. (coord.). **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: PINHO, O.; SANSONE, L. (Orgs). **Raça, novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008

ARRUTI, J. M. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação. In.: PAULA, M.; HERINGER, R. (orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

ARRUTI, J. M. Da 'educação do campo' à 'educação quilombola': identidade, conceitos, números, comparações e problemas. **Raízes**, v. 33, n. 1, p. 164- 179, jan/jun, 2011.

BAHIA. Governo da Bahia. **Programa Vida Melhor**, [S.d]. Disponível em:
<http://www.casacivil.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=323%3Aapresentacao-vida-melhor&catid=34%3Anoticias-geral&Itemid=2>. Acesso em maio de 2012.

BASTOS, E. R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BENÁTOUÏL, T. Critique et pragmatique en sociologie: quelques principes de lecture. *Annales, Histoire Sciences Sociales*. Paris, n. 02, p. 281-317, 1999.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. **Antropolítica**. Niterói, n.2, p. 121-144, 2007.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. Martins Fontes, São Paulo, 2009

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. In: Diário Oficial da União, Brasília, n.141, p. 1, 25 jul. 2006. Seção 1

BRASIL. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília, n.113, p. 2, 17 jun. 2009. Seção 1

BRASIL. Territórios da Cidadania. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pro_infancia/apresentacoes_do_1encontro_pro_infancia/territorio_da_cidadania.ppt> Acesso em: 13 abr. 2014.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.183-56 de 23 de fevereiro de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, das leis nºs 4.504 de 30 de novembro de 1964, 8.177 de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília, n.164, p. 209, 27 ago. 2001. Seção 1

BRASIL. Lei nº 13.001 de 20 de junho de 2014. Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as leis nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília, n.117-A, p. 1, 23 jun. 2014. Seção 1

BREVIGLIERI, M., STAVO-DEBAUGE, J. Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. **Antropolítica**. Niterói, n.7, p. 7-22, jul./dez., 1999.

BRUNO, R.; CARVALHO, A. V. de. Democratização e reforma agrária: análise da participação da sociedade na elaboração do I PNRA. In.: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3389&Itemid=170>. Acesso em: novembro de 2015.

CAMANU.NET. Baía de Camamu. Disponível em: <<http://www.camamu.net>>. Acesso em: junho de 2012.

CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". In.: CEFAÏ, D. Et JOSEPH, I(dir.). **L'Heritage du pragmatisme**. Paris : Éditions de l'Aube, 2002.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos ? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**. Rio de Janeiro, v.2, n. 4, abr./jun., 2009.

CEFAÏ, D. L'expérience des publics: institution et réflexivité. *Espaces temps.net*, 2013. Disponível em: <<http://www.espacestemp.net/auteurs/daniel-cefai/>>. Acesso em janeiro de 2014.

CEFAÏ, D; TROM, P. Introduction. In.: CEFAÏ, D; TROM, P. **Les sens du public** : Publics politiques, publics médiatiques. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

CEFAÏ, D.; TERZI, C. (dirs.) *L'expérience des problèmes publics*: Perspectives pragmatistes. Paris: Éditions de l'EHESS, 2012.

CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (dirs.). **Les sens du public**: Publics politiques, publics médiatiques. Paris, Presses universitaires de France, 2003.

CENTRU. Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. **O Machado**: órgão informativo do CENTRU. Recife, 1989

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. CEPLAC prepara 70 mil mudas de dendê para Baixo Sul Baiano, 2009. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1329>>. Acesso em maio de 2015.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. A CEPLAC, S/N. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>>. Acesso em maio de 2015.

CGU, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/controlesocial/documentos/ManualIntegridade.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. III Conferencia de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conceitos. 2013. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos/conceitos>>. Acesso em nov. 2015.

CORRÊA, D. S. De la critique: précis de sociologie de l'émancipation. **Revista Sociedade e Estado**, v.25, n. 3, p. 589 - 600, set./dez., 2010.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

DELAVIGNE, A. E; MONTAGNE, K. De la honte d'avoir faim dans un pays riche. **Anthropology of food**, n. 8, set., 2008.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In.: DELGADO, N. G. (coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

DEMETER, P.R. Combatendo o desemprego na região cacauceira da Bahia. **Cadernos de Pesquisa**, n. 7, p. 171 -190, 1997

DEVORE, J. D. Cultivating Hope: Struggles for Land, Equality, and Recognition in the Cacao Lands of Southern Bahia, Brazil. Tese University of Michigan, 2014.

DEWEY, J. **The Public and Its Problems**: An Essay in Political Inquiry. University Park: Pennsylvania State University Press, 2012

DEWEY, J; Bentley, A. F. Knowing and the Known. In.: Boydston, J.A. (ed.) Later works 16. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1949

DEZEMONE, M. Mundo Rural e a era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente. **Tempos históricos**, v. 12, p. 219-245, 2012.

DIAZ-BONE, R; THÉVENOT, L. La sociologie des conventions. La théorie des conventions, élément central des nouvelles sciences sociales françaises. **Trivium**, 2010. Disponível em: < <http://trivium.revues.org/3626>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

DODIER, N. Agir em diversos mundos? In.: CARVALHO, M. do C. B. de. (Org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez; FAPESP; Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.

DUTRA, M. V. F. (org.). **Direitos quilombolas**: um estudo do impacto da cooperação ecumênica. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

DUVANIL, N. S. A. Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ. 2007. 211 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

ECKERT, C. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In.: FERNANDES, B.M.; MEDEIROS, L.S.; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, volume 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

FALA COMUNIDADE. Juventude, comunicação e agroecologia. Boletim Informativo, nº 1. 2012.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1979-1999). 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M.I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Volume 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FREIRE, J. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. Tese (Doutorado em sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 2005.

FREIRE, J. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. **Dilemas**, v. 3, n. 10, out./dez., 2010

FREIRE, J. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. João Pessoa, v. 12, n. 36, p. 720-736, dez., 2013

FREITAS, M. C. S. de. **Agonia da Fome**. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 2003

FREITAS, H. I. **A questão (da reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia**. Salvador: UFBA, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, 2009.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Trabalho da Terra**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERMANI, G. I. **Cuestión agraria y asentamiento de población em el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990)**. Barcelona, Espanha, 1993. Tese (Doutorado em Geografia), Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona, 1993.

GGT/MDA. Grupo Gestor Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Baixo Sul**, 2007. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio021.pdf>. Acesso em: novembro de 2011.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

GOMES, A. E. C. **A Baía de Camamu e a diáspora africana**: vivências, memórias e a construção da identidade étnica em Porto Campo. Salvador: UFBA, 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

GRAZIANO SILVA, J.F. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro/RJ, p. 8-11, 1996.

GRAZIANO SILVA, J. F. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: Carvalho, L. F.; Santos, R. (Org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 1998.

GRYNSZPAN, M. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In.: FERNANDES, B.M.; MEDEIROS, L.S.; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, volume 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

GUSFIELD, J. **La culture des problèmes publics**. L'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique. Paris: Economica, 2009

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

HOUTZAGER, P.P. **Os últimos cidadãos**: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Editora Globo, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF):2008-2009**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/xml/pof_2008_2009.shtm>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão rural. A vassoura de bruxa no estado do Espírito Santo. 2007. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/sistemas/servicos/images/Vassoura_de_brujadoCacaueiro.pdf>. Acesso em set. 2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA/BA está recuperando 137 quilômetros de estradas que beneficiam 12 assentamentos, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incra-ba-esta-recuperando-137-quilometros-de-estradas-que-beneficiam-12-assentamentos>>. Acesso em: abril de 2015.

IVO, A. B. L. Padrões de reprodução do capital na agricultura baiana (1940 a 1980). 1982. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1527&article=451&mode=pdf>>. Acesso em dez. 2013.

JULIÃO, F. As ligas camponesas do Brasil. Disponível em: <http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/376_Ligas%20camponesas%20do%20Brasil%20-%20Francisco%20Juliao.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 5 – 16, set./ dez., 1993.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.A. de. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no Censo Agropecuário de 2006. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 13, p. 31-74, 2010

KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, L. G.; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. (Orgs.) **O Brasil não é para principiantes**. Rio de Janeiro: FGV, 2001

KANT DE LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. In.: LIMA, D. (org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

KOINONIA. Presença ecumênica e serviço. KOINONIA alerta a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA) e o INCRA sobre violações de direitos de quilombolas do Baixo Sul da Bahia. Disponível em <<http://koinonia.org.br/noticias/koinonia-alerta-a-coordenacao-de-desenvolvimento-agrario-da-bahia-cda-e-o-incra-sobre-violacoes-de-direitos-de-quilombolas-do-baixo-sul-da-bahia/4669>>. Acesso em: novembro de 2015.

LABORIER, P.; TROM, D. Introduction. In. : LABORIER, P.; TROM, D. **Historicités de l'action publique**. Paris : Presses Universitaires de France, 2003.

LEITE *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LOUZADA, R. V. **Modalidades de projeto de assentamento rural: evolução e legislação federal**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal), Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultores do Território Baixo Sul recebem 14 mil mudas de dendê, 2011a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultores-do-territ%C3%B3rio-baixo-sul-da-bahia-recebem-14-mil-mudas-de-dend%C3%AA-0>>. Acesso em: maio de 2015.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Obras de recuperação de estradas beneficiam quase duas mil famílias na Bahia, 2011 b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/obras-de-recupera%C3%A7%C3%A3o-de-estradas-beneficiam-quase-duas-mil-fam%C3%ADlias-na-bahia>>. Acesso em maio de 2015.

MDA/INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária**, 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/manuals_e_procedimentos/manual_ates_2008_revisado.pdf>. Acesso em: fev. 2015. 2008

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 62 de 27 de Março de 2001. Trata de critérios para realização de vistoria de imóveis rurais. In: Diário Oficial da União, Brasília, n.62, p. 77, 29 mar. 2001. Seção 1

MDA/INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional do Colonização e Reforma Agrária. II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. 2004

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S de; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/ CPDA, 1999.

MEDEIROS, L. S de; LEITE, S. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEDEIROS, L. S. de. Movimentos sociais no campo, luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In.: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MEDEIROS, L. S. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões In.: GRISA, S; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MELIANI, P. F. Políticas públicas e produção do espaço no Sul da Bahia: análise da situação por município dos projetos de reforma agrária na microrregião Ilhéus-Itabuna. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 3, n. 1, p. 231- 255, 2014.

MESQUITA, A. S. Do azeite de dendê de Ogum ao palm oil commodity: uma oportunidade que a Bahia não pode perder. **Revista Bahia Agrícola**. Salvador, v. 5, n. 1, p. 22 – 27, 2002.

MONTES, F. C. D. O INCRA e a política de assentamentos rurais: Um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

MOTA, F. R. Deslocamentos, movimentos e engajamentos: as formas plurais da ação humana na perspectiva de Laurent Thévenot. **Antropolítica**. Niterói, n. 24, p. 221-233, 2008.

MOTA, F. R. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?** Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Niterói: UFF, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

MOTA, F. R. O direito de ter ou não direitos: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania. **Contemporânea**, n. 1, p. 127-145, jan./jun., 2011

NACHI, M. **Introduction à la sociologie pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2006.

NEAD/MDA. Núcleos de estudos agrários e desenvolvimento rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: NEAD/MDA, 2005.

NOVAES, R. R. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OBERSCHALL, A. **Social Conflict and Social Movements**. Englewood Cliffs, N. J: Prentice-Hall, 1973

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In.: O'DWYER, E. C (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

O'DWYER; E. C; CARVALHO, J. P. F. Jamary dos Pretos, município de Turiaçu (MA). In.: O'DWYER, E. C (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, O. M. de. Quilombo do Laudêncio, município de São Mateus (ES). In.: In.: O'DWYER, E. C (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

PALMEIRA, M. **Política, facções e voto**. In.: Palmeira, M. ; Heredia, B. M. Política Ambígua. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010

PASSA PALAVRA. **Luta por Moradia em pequenas e médias cidades brasileiras**. 2013. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2013/03/74322>>. Acesso em: mai. 2015.

PREFEITURA DE CAMAMU. Prefeita reúne secretários para discutir o futuro de obras. 2014. Disponível em: <<http://prefeituradecamamu.com.br/site/prefeitura-inicia-2015-dando-continuidade-as-obras/>>. Acesso em: outubro de 2015.

PROJETO GeografAR. Universidade Federal da Bahia. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/default.php>>. Acesso em: novembro de 2014.

RIBEIRO, V.V. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. In.: MOTTA, M; ZARTH, P. (orgs.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Volume 2. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

SABOURIN, E.; OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J.H. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 23-61, 2006

SANTOS, L. M. dos. **Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII**. Salvador: UFBA, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2004.

SANTOS, R; COSTA, L, F, C. Camponeses e política no pré-64. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 83-117, abr. 1997.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Editora autores associados, 1996.

SASOP. Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais. **Cartilha**: Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar de Camamu, 2003a.

SASOP. Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais. **Histórias comunitárias**: A história geral do ocorrido no Barroso. 2003b

SASOP. Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais. **SASOP**: difusão de princípios e práticas florestais no Baixo Sul da Bahia. Brasília, MMA, 2006.

SASOP. Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais. S/N. Disponível em: <<http://www.sasop.org.br>>. Acesso em: julho de 2014.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: Caio Galvão de França; Gerd Spavorek. (Org.). Assentamentos em debate. Brasília: NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

SCHMITT, C. J. Weaving the institutional market: the politics of food production in land reform settlements in Brazil. In: MILONE, P.; VENTURA, F.; JINGZHONG, Y. (Org.). Constructing a New Framework for Rural Development. Bingley BD, WA, UK: Emerald, 2015.

SCHMITT, C. J; LIMA, S. A. K. Avaliação processual do Programa de Desenvolvimento Local – Mata Atlântica (PDL - Mata Atlântica) do Serviço de Apoio às Organizações Populares – SASOP. Rio de Janeiro, 2012.

SEI/SEPLAN. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/ Secretaria do Planejamento do estado da Bahia. Disponível em: < <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/index.wsp>>. Acesso em jan. 2012

SEPLAN. Secretaria do Planejamento do estado da Bahia. Território de identidade. S/n. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: out. 2015

SEPPIR. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Comunidades Quilombolas. 2014. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola#wrapper>. Acesso em: set. 2015

SILVA, E. R. “Papai puxou o facão pra botar na barriga do doutor!”: Campesinato Negro, posseiros e grileiros em disputa pela terra no pós-abolição. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

SILVA, L. F; LEITE, J. O. Caracterização preliminar dos agrossistemas das regiões cacauceiras da Bahia e do Espírito Santo. **Boletim Técnico**. Ilhéus: CEPLAC, 1970

SILVA, O. H. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos estudos**, n. 58, p. 73-92, 2000

SIGAUD, L. As condições de possibilidade de ocupações de terra. **Tempo social**. São Paulo, v. 17, n. 1, p.255-280, 2005

SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, M.E. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p.107-142, 2008

THÉVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. In.: KNORR-CETINA, K.; SCHATZKI, T.; SAVIGNY, E. v (eds.). **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n. 2, p.315-366, maio/ago. 2006.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, E. de O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VSBA. Voluntárias sociais da Bahia. **Nossa Sopa**. S.d. Disponível em: <<http://www.vsba.ba.gov.br/index2.asp?pagina=258>>. Acesso em: dezembro de 2011

WALTER, T. **Novos Usos e Novos Mercados**: qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal? Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

WANDERLEY, M. N. Seminário Internacional de Políticas Territoriais e Pobreza no Campo e na Cidade. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8IoJEJag9D4>>. Acesso em setembro de 2015.

WELCH, C. A. Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946 -1996). In.: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M.I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. Volume 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K.; **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UNB, 1997.

ZARTH, P. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

ZILIOLI, R. M. Levantamento do impacto socioambiental causado pelo turismo na região do Rio Carapitangú e povoado de Barra Grande – BA. Rosana: UNESP, 2008. Monografia (Bacharel em Turismo), Universidade Estadual de São Paulo, 2008.